



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**

ANDRÉ RENATO DE OLIVEIRA

**A INFLUÊNCIA DE JOHANN NICOLAUS TETENS NA *DEDUÇÃO*
*TRANSCENDENTAL DAS CATEGORIAS DE KANT***

**CAMPINAS-SP
2019**

ANDRÉ RENATO DE OLIVEIRA

**A INFLUÊNCIA DE JOHANN NICOLAUS TETENS NA *DEDUÇÃO*
*TRANSCENDENTAL DAS CATEGORIAS DE KANT***

Tese apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Doutor em Filosofia.

Orientador: PROF. DR. DANIEL OMAR PEREZ

ESTE TRABALHO CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA TESE DEFENDIDA PELO ALUNO ANDRÉ RENATO DE OLIVEIRA, E ORIENTADA PELO PROF. DR. DANIEL OMAR PEREZ.

CAMPINAS

2019

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Cecília Maria Jorge Nicolau - CRB 8/3387

OL4i Oliveira, André Renato de, 1984-
A influência de Johann Nicolaus Tetens a dedução transcendental das
categorias de Kant / André Renato de Oliveira de. – Campinas, SP : [s.n.],
2019.

Orientador: Daniel Omar Perez.
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas.

1. Kant, Immanuel, 1724-1804 - Crítica da razão pura. 2. Tetens, Johann
Nicolas, 1736-1807 - Philosophische Versuche über die menschliche Natur und
ihre Entwicklung. 3. Psicologia. 4. Imaginação. I. Perez, Daniel Omar, 1968-. II.
Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: The influence of Johann Nicolaus Tetens' philosophy on kant's
tanscedental deduction of the categories

Palavras-chave em inglês:

Psychology

Imagination

Área de concentração: Filosofia

Titulação: Doutor em Filosofia

Banca examinadora:

Daniel Omar Perez [Orientador]

Saulo de Freitas Araújo

Oswaldo Giacóia Junior

Olavo Calábria Pimenta

Jorge Vanderlei Costa da Conceição

Data de defesa: 19-06-2019

Programa de Pós-Graduação: Filosofia

Identificação e informações acadêmicas do(s) aluno(s)

- ORCID do autor: <https://orcid.org/0000-0003-3840-0635>

- Currículo Lattes do autor: <http://lattes.cnpq.br/5338855098631919>



Universidade estadual de Campinas
Instituto de Filosofia e ciências humanas

A Comissão Julgadora dos trabalhos de Defesa de Tese de Doutorado, compostas pelos professores a seguir descritos, em seção pública realizada em 19 de junho de 2019, considerou o candidato André Renato de Oliveira aprovado

Dr. Daniel Omar Perez

Dr. Saulo de Freitas Araújo

Dr. Oswaldo Giacóia Junior

Dr. Olavo Calábria Pimenta

Dr. Jorge Vanderlei Costa da Conceição

Ata de Defesa, assinada pelos membros da Comissão Julgadora, consta no processo de vida acadêmica do candidato.

AGRADECIMENTOS

Ao professor Dr. Daniel Omar Perez e ao Dr. Jorge Vanderlei Costa da Conceição pelo suporte dado a mim e a esta pesquisa tanto no sentido prático quanto no teórico. Pela convivência e pelo exemplo de dedicação, seriedade e brilhantismo acadêmico.

Ao ilustre professor Dr. Oswaldo Giacóia por quem nutro um respeito e admiração profundos por suas observações sempre pontuais.

Ao professor Dr. Enéias Forlin pela oportunidade e ao professor Dr. Orlandi, grande alma com quem tive o prazer e a honra de dialogar sobre filosofia francesa. Obrigado pelo encorajamento!

Ao professor Dr. Olavo Calabria Pimenta pela seriedade e acuidade com que tratou esta pesquisa e pelas preciosas sugestões no exame de qualificação, estendo também tal consideração ao professor Dr. Oswaldo Giacóia, ao professor Dr. Saulo Araujo e, por fim ao amigo Luis Cesar Yanzer Portela pela zelosa contribuição.

Ao CNPq (processo nº. 161005/2015-2) pela ajuda financeira para realização desta pesquisa.

Agradeço a todos aqueles que de alguma forma contribuíram direta ou indiretamente na realização desta pesquisa. Meu muito obrigado a todos!

RESUMO

O objetivo desta pesquisa é demonstrar a influência da filosofia de Johann Nicolaus Tetens sobre a *dedução transcendental das categorias* de Kant, especificamente na primeira edição da *Crítica da Razão Pura*. Num primeiro momento, apresentaremos as nuances que a psicologia empírica possui em Kant, e como ela é entendida nos moldes de Wolff e Baumgarten, mas a qual sofrerá um impacto a partir do contato com Tetens. Em um segundo momento, demonstraremos de forma exegética a filosofia de Tetens e, diferentemente do que alguns comentadores sustentam, demonstraremos, de maneira contrária, que Tetens não poderia oferecer a Kant subsídios para uma psicologia transcendental. Por fim, nossa tarefa derradeira nesta exposição mostrará que, apesar da psicologia limitar-se à *dedução subjetiva* e não ter primazia no método kantiano, ela não sai totalmente de cena e não se encerra aí. Destacaremos indícios de uma retomada destes elementos por Kant em alguns fragmentos do espólio de *Opus Postumum*. Com esta exposição final acreditamos ser possível demonstrar se de fato a influência de Tetens se resumiu à edição de 1781, ou se ela se estendeu até o *Opus Postumum*, caracterizando assim não só um retorno a Tetens, como a reavaliação do campo psicológico na tentativa de concluir seu sistema. Esta tese parte da ideia de que Kant, já em 1781, desenvolveu uma teoria dos juízos. Simultaneamente, ele elaborou uma *dedução* denominada como *subjetiva* apropriando-se de elementos articulados por Johann Nicolaus Tetens encontrados em *Versuche*, de 1777. Tetens propõe desenvolver um método observacional e introspectivo pautado pela psicologia empírica, a fim de investigar as *faculdades cognitivas* sobre as quais se assentaria o entendimento humano. Partindo daí, Tetens procura resolver uma questão que era também comum a Kant: aquela sobre a constituição das representações e sua relação representação com o objeto. De maneira semelhante a Kant, Tetens buscava um método para se chegar à validade objetiva das representações numa tentativa de resolver a desconfiança que pairava sobre os resultados da metafísica. A diferença entre um e outro autor é a seguinte: enquanto Tetens propõe resolver os problemas da metafísica via psicologia, Kant propõe abordar a questão a partir da análise da estrutura proposicional, isto é, das condições de possibilidade do juízo.

Palavras-chave: Kant; Tetens; Psicologia empírica; Psicologia transcendental; Imaginação; Dedução transcendental.

ABSTRACT

This research aims to demonstrate the influence of Johann Nicolaus Tetens' philosophy on Kant's *transcendental deduction* of the categories, specially in the first edition of the Critique of Pure Reason. Firstly, we will present the nuances empirical psychology has in Kant's thought and how it is understood by Wolff and Baumgarten, later impacted by the contact with Tetens. Secondly, we will regard Tetens' philosophy exegetically and, differently from what some commentators claim, we will demonstrate that Tetens could not offer Kant support for a transcendental psychology. Thirdly, our main goal in this exposition is to show that, although psychology is restricted to the *subjective deduction* and does not have primary relevance in the Kantian method, it does not go completely out of picture. We will point out hints of Kant's retaking of those elements in some fragments of the Opus Postumum and, with this exposition, we think it will be possible to demonstrate whether Tetens' influence was only present in the 1781 edition or also still in the Opus Postumum, characterising then a return to Tetens, as well as a reevaluation of the psychological field in the attempt to conclude his system. This thesis departs from the idea that Kant developed already in 1781 a theory of judgements. Simultaneously, he elaborated a *deduction* called *subjective* by overtaking some of Johann Nicolaus Tetens' elements present in his Versuche, from 1777. Tetens aims to develop an observational and introspective method based on empirical psychology to investigate the *cognitive faculties* on which human understanding would be grounded. He tries to deal with a matter also common to Kant: the relation between representation and object. Like Kant, Tetens looked for a method to reach objective validity of representations in an attempt to solve the mistrust against the results of Metaphysics than. The difference between both is this: Tetens aims to solve the problems of Metaphysics through psychology, Kant deals with them by means of an analysis of the proportional structure, that is, the conditions of possibility of judgements.

Keywords: Kant; Tetens; Empirical Psychology; Transcendental psychology; Imagination; Transcendental Deduction.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS¹

AA *Akademie-Ausgabe*

Anth *Anthropologie in pragmatischer Hinsicht* (AA 07)

Br *Briefe* (AA 10-13)

FM/ Beylagen *FM: Beylagen* (AA 20)

FM/ Lose Blätter *FM: Lose Blätter* (AA 20)

GNVE *Geschichte und Naturbeschreibung der merkwürdigsten Vorfälle des Erdbebens, welches an dem Ende des 1755sten Jahres einen großen Theil der Erde erschüttert hat* (AA 01)

HN *Handschriftlicher Nachlass* (AA 14-23)

KrV *Kritik der reinen Vernunft* (zu zitieren nach Originalpaginierung A/B)

Log *Logik* (AA 09)

MAM *Muthmaßlicher Anfang der Menschengeschichte* (AA 08)

MAN *Metaphysische Anfangsgründe der Naturwissenschaften* (AA 04)

MSI *De mundi sensibilis atque intelligibilis forma et principiis* (AA 02)

NEV *Nachricht von der Einrichtung seiner Vorlesungen in dem Winterhalbenjahre von 1765-1766* (AA 02)

OP *Opus Postumum* (AA 21 u. 22)

PhilEnz *Philosophische Enzyklopädie* (AA 29)

Prol *Prolegomena zu einer jeden künftigen Metaphysik* (AA 04)

Refl *Reflexion* (AA 14-19)

TG *Träume eines Geistersehers, erläutert durch die Träume der Metaphysik* (AA 02)

Vorl *Vorlesungen* (AA 24 ff.)

V-Anth/ Busolt *Vorlesungen Wintersemester 1788/1789 Busolt* (AA 25)

V-Anth/ Collins *Vorlesungen Wintersemester 1772/1773 Collins* (AA 25)

V-Anth/ Fried *Vorlesungen Wintersemester 1775/1776 Friedländer* (AA 25)

V-Anth/ Mensch *Vorlesungen Wintersemester 1781/1782 Menschenkunde, Petersburg* (AA 25)

V-Anth/ Mron *Vorlesungen Wintersemester 1784/1785 Mrongovius* (AA 25)

¹ Esclarecemos ao leitor já de início que optamos por citar as obras (de Kant) à forma da Academia (AA:) disponibilizando apenas a passagem no original quando esta for traduzida por nós, acrescida da informação: (tradução nossa), visto que as traduções utilizadas são acompanhadas da paginação original. Utilizamos aqui as seguintes traduções: *Crítica da razão pura* 7^o edição, Fundação Calouste, tradução de: Manuela Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão; para a *Dissetação de 1770* a tradução de Leonel Ribeiro dos Santos, 2^a edição, Casa da moeda, 2004; *Anuncio do Programa de Lições de Immanuel Kant para o semestre de inverno de 1765-1766*, Américo Pereira e Mónica Dias, 1^a edição, casa da moeda, 2006; *Sonhos de um visionário explicados por sonhos da metafísica*, tradução de Joãozinho Beckenkamp, 1^o edição, Unesp, 2005 e por fim *Teoria do céu* tradução de Joaquim Fernandes, 1^o edição, Ésquilo, 2004. Em relação a Tetens, disponibilizaremos todas as passagens utilizadas seu original, pois trata-se de um texto totalmente traduzido por nós, quanto aos comentadores citados não disponibilizaremos a passagem original.

V-Anth/ Parow *Vorlesungen Wintersemester 1772/1773 Parow* (AA 25)
V-Anth/ Pillau *Vorlesungen Wintersemester 1777/1778 Pillau* (AA 25)
V-Met/ Arnoldt *Metaphysik Arnoldt (K 3)* (AA 29)
V-Met/ Dohna *Kant Metaphysik Dohna* (AA 28)
V-Met/ Heinze *Kant Metaphysik L1 (Heinze)* (AA 28)
V-Met/ Herder *Metaphysik Herder* (AA 28)
V-Met-K2/ Heinze *Kant Metaphysik K2 (Heinze, Schlapp)* (AA 28)
V-Met-K3/ Arnoldt *Kant Metaphysik K3 (Arnoldt, Schlapp)* (AA 28)
V-Met-K 3E/ Arnoldt Ergänzungen *Kant Metaphysik K3 (Arnoldt)* (AA 29)
V-Met-L1/ Pölit *Kant Metaphysik L 1 (Pölit)* (AA 28)
V-Met-L2/ Pölit *Kant Metaphysik L 2 (Pölit, Original)* (AA 28)
V-Met/ Mron *Metaphysik Mrongovius* (AA 29)
V-Met-N/ Herder *Nachträge Metaphysik Herder* (AA 28)
V-Met/ Volckmann *Metaphysik Volckmann* (AA 28)
V-MS/ Vigil *Die Metaphysik der Sitten Vigilantius* (AA 27)

SUMÁRIO

CAPÍTULO I: O percurso da psicologia empírica de 1760 até seu desenvolvimento na primeira edição da <i>Crítica da Razão Pura</i>: sua origem e delimitação a partir da influência de Tetens.....	11
1.1. Introdução.....	11
1.2 O estatuto da psicologia empírica nos anos 1760	22
1.3 A <i>Dissertação de 1770</i> e o novo estatuto da psicologia empírica.	27
1.4 A influência de Tetens: o encontro de Kant com Tetens	34
1.5 Introdução à <i>dedução transcendental das categorias</i> , na <i>Crítica da Razão Pura</i> : a <i>dedução subjetiva</i> , de 1781	44
1.6 A presença de elementos psicológicos na <i>dedução subjetiva</i> de 1781: a faculdade imaginativa de Tetens e sua função na <i>dedução subjetiva</i> de Kant	53
1.7 A delimitação e a ruptura da influência psicológica de Tetens na <i>dedução transcendental das categorias</i>	73
1.8 Conclusão	88
CAPÍTULO II: A resolução de Tetens à questão da relação representação e objeto: uma exposição exegética do método psicológico de Tetens	92
2.1 Introdução.....	92
2.2 Tetens como suposto preceptor da psicologia transcendental em Kant	93
2.3 A originalidade do método de Tetens	102
2.4 A exposição exegética do método investigativo psicológico proposto por Tetens e a dificuldade de pensá-lo como transcendental.....	111
2.5 A resposta psicológica de Tetens à crise metafísica: o “diagnóstico” de Tetens	122
CAPÍTULO III: A temática “psicologia” pós <i>Crítica da Razão Pura</i>: a dedução e a retomada de Tetens em <i>Opus Postumum</i>.....	141
3.1 Introdução.....	141
3.2 A formulação do problema da dedução transcendental em <i>Opus Postumum</i> : é possível identificar, neste, elementos de uma dedução próxima àquela de 1781? ...	144
3.3 A “lacuna” deixada por <i>Opus Postumum</i> : a nova dedução proposta por Kant e a possibilidade de uma resolução psicológica	157
3.4 A pertinência da filosofia de Tetens em <i>Opus Postumum</i>	168
3.5 Conclusão	177
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	181
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	187

INTRODUÇÃO

Ao nos depararmos com a *dedução transcendental das categorias*, na primeira edição da *Crítica da Razão Pura*, de Kant, notamos que o autor pretende investigar os princípios da possibilidade de nosso conhecimento em geral, pautado pela questão da relação entre representação e objeto. Mas, Kant dirá que

É completamente contraditório e impossível que um conceito deva ser produzido *a priori* e se reporte a um objeto, embora não esteja incluído no conceito de experiência possível, nem se componha de elementos de uma experiência possível. (KANT, KrV A.95)

Assim, é posto o problema de como relacionar, *a priori*, representações a objetos, dado que, neste caso, conceitos puros não podem conter nada de empírico e têm de ser condições puras de uma experiência possível. Dito isto, o objetivo da *dedução transcendental* é o de evidenciar e tornar compreensível a relação entre sensibilidade e entendimento. Para a realização desta tarefa, Kant (KrV A.XVII,) propõe a investigação do entendimento puro sobre duas perspectivas: uma que “reporta-se aos objetos do entendimento puro e deve expor e tornar compreensível o valor objetivo desses conceitos *a priori*” ;e outra investigação que trata do “entendimento puro em si mesmo, do ponto de vista da sua possibilidade e das faculdades cognitivas em que se assenta: estuda-o, portanto, no aspecto subjetivo”.

Temos assim, em 1781, uma *dedução objetiva* pautada pela investigação do valor objetivo *a priori*, mas contamos, também, com outra denominada *subjetiva* que versa sobre as *faculdades cognitivas*, embora ambas possuam o mesmo objetivo. Nota-se, contudo, que esse problema da relação entre representação e objeto já era desenvolvido por Kant, desde os anos de 1772. Pautados pela consulta de documentos que datam de 1778 a 1780, percebemos que, nesse período, Kant começa a mobilizar novos elementos que, posteriormente, serão articulados na *dedução subjetiva* e que não se evidenciam antes dessas datas. A partir destes indícios, defendemos que isto ocorre pela influência de sua leitura da obra *Versuche*², de 1777, de seu contemporâneo Johann Nicolas Tetens³. Dessa obra, Kant se apropriará de vários elementos,

² TETENS, J. N. *Philosophische Versuche über die menschliche Natur und ihre Entwicklung*, Bd. 1/2. Leipzig, 1777. [Investigação sobre a natureza humana e seu desenvolvimento (tradução nossa)]

³ Johann Nicolau Tetens (1736-1807): filósofo alemão contemporâneo de Kant, conhecido pela forte influência empirista em seu trabalho, mas com apelo ao modelo analítico. Tetens é autor de textos sobre diversas áreas do conhecimento, escreveu artigos sobre astronomia, matemática e minerologia, além de seu sólido trabalho como filósofo. Sua obra é composta por: *Gedanken von einigen Ursachen, warum in der Metaphysik nur wenige ausgemachte Wahrheiten sind* (1760) (Pensamentos sobre algumas causas, porque na metafísica são poucas

concedendo-lhes, contudo, abordagem diferencial. Em *Versuche*, Tetens desenvolve uma investigação sobre construção representativa e sua relação com o objeto. Para tanto, o autor se ocupa em fazer uma análise das *faculdades da alma*, utilizando o método de investigação introspectivo da psicologia empírica, com o objetivo de demonstrar que o objetivo se fundamenta no subjetivo⁴. Na *dedução*, Kant (1781) também vai se ocupar em investigar a relação da representação e sua função na constuição da objetividade, e tal como Tetens (1777), analisará o papel de algumas faculdades subjetivas na constituição do objeto, contudo, diferentemente daquele, não se utilizará de um método extraído da psicologia empírica, mas do método transcendental.

Tetens (1777), em *Versuche*, defende como a cada uma das almas, além de estas possuírem manifestações distintas, deve-se atribuir uma faculdade e como, segundo a conexão das faculdades, originar-se-ia a força fundamental da alma, isto é, a *vis representativa*. Há, para Tetens (1777), em cada modificação na alma, relações, e não podemos negar as particularidades destas manifestações psíquicas que se distinguem dos conteúdos individuais da consciência. A questão é que, para ele, um múltiplo diverso do qual podemos formar um pensamento nos aparece em sua extensão, ou seja, em sua manifestação. De maneira uniforme, no entanto, devemos nos ocupar com as faculdades psicológicas, das quais derivam tais modificações, isto é, com as particularidades das manifestações psíquicas, – esta, para Tetens (1777), o fundamento da *força cognitiva*. Para tal, o autor propõe um esquema tripartido da faculdade

verdades aceitas); *Abhandlungen von den Beweisen des Daseins Gottes* (1761) (Tratado das provas da existência de Deuses); *Ueber den Ursprung der Sprache und der Schrift* (1772) (Sobre a origem da linguagem e da escrita); *Ueber die allgemeine speculativische Philosophie* (1775) (Sobre a filosofia especulativa); *Philosophische Versuche über die menschliche Natur und ihre Entwicklung* (1777) (Investigações filosóficas sobre a natureza humana e seu desenvolvimento); *Einleitung zur Berechnung der Leibrenten und Anwartschaften die vom Leben oder Tode einer oder mehrerer Personen abhängen com Tabellen zum praktischen Gebrauch* (1786) (Introdução ao cálculo para atividade da vida e da morte e seu uso prático) e *Reisen in die Marschländer der Nordsee* (1788) (Viagem aos mares do norte) [tradução nossa] (ZAPPALORTO, 2011, p. 9).

⁴ É importante destacar que, em Kant, o subjetivo pode corresponder tanto às condições do próprio conhecimento objetivo enquanto tal quanto aos traços característicos de uma percepção empírica. De acordo com Kant (KrV A. 89 B. 122) um objeto só nos pode aparecer mediante estas formas puras da sensibilidade, isto é, ser um objeto da intuição empírica, o espaço e o tempo são intuições puras que contêm *a priori* a condição da possibilidade dos objetos enquanto fenômenos, e a sua síntese possui validade objetiva). E segue: (Eis porque se nos depara aqui uma dificuldade, que não encontramos no campo da sensibilidade e que é a seguinte: como poderão ter validade objetiva as condições subjetivas do pensamento, isto é, como poderão proporcionar as condições da possibilidade de todo o conhecimento dos objetos [...]).

Já em Tetens (1777, p. 515), a subjetividade é fundamental para se pensar as ações do intelecto. Temos assim, em Tetens, uma preponderância do caráter empírico da cognição humana. Tetens (1777, p. 186) afirma que as qualidades opostas das coisas, com tipos especiais de sentimentos envolvidos, pertencem indubitavelmente aos sentimentos dependentes das relações e ligações entre nossas ideias com a mudança interna, ou seja, relações internas). Tetens aponta para uma investigação interna, visto que considera as partes distintas da cognição humana, consequentemente suas respectivas leis. Tetens (1777, p. 505) aclara que a existência objetiva da coisa fora de nós, só será possível se houver em nós um fundamento subjetivo *a priori*, como se houvesse uma representação deste em nós constituído pelas particularidades que lhe atribuímos.

mental que governa toda consciência. Este esquema, que compõe a *força cognitiva*, é formado por: a *faculdade de sentir* (*Empfindungen*), a *força representativa* (*Vorstellungskraft*) e a *força do pensar* (*Denkkraft*). O *sentir* (ou sensação) é, para Tetens (1777), a fonte primária do conhecimento – desta faculdade podemos inferir o sentimento oposto à sensação, ou seja, é aquele que causa apenas uma impressão em nós, sem que através dele seja possível conhecermos o objeto por ele produzido –; a *comoção* (sensação) é uma variação de nosso estado que não nos afeta de maneira indiferente, isto é, ela traz prazer, desprazer etc. A *força representativa* diz respeito às representações, isto é, esta é a reprodução espontânea do traço deixado e conservado em nós da primeira impressão exercida sobre a alma. Ela é composta das seguintes faculdades: *faculdade perceptiva* (*Perception*); *faculdade imaginativa* ou *imaginação* (*Einbildungskraft*) e *faculdade inventiva* ou *formadora* (*Dichtungsvermögen*). Podemos destacar que à primeira delas cabe a apreensão, que consiste em receber a representação como traço de uma modificação precedente; à segunda, cabe a capacidade de reproduzir representações; e à *formadora* cabe formar uma nova representação fundada em elementos da representação sensível. Por fim, à *força do pensar* (*Denkkraft*) caberia conhecer as relações da coisa. Esta é a única faculdade capaz de marcar a passagem da esfera representativa à do pensamento, isto quer dizer que a esta faculdade é conferida a capacidade de a representação chegar a consciência. No entanto, Tetens (1777) destaca que esta faculdade é dependente da *força representativa*. Alegamos que esta relação das faculdades, em Tetens (1777), caracteriza uma síntese.

Semelhantemente, em Kant, a constituição da objetividade também mobilizará a ideia de síntese⁵. Sendo assim, Kant afirma que “é para o estudo da síntese que devemos dirigir primeiro nossa atenção, se quisermos julgar sobre a primeira origem do nosso conhecimento” (KrV A.78 B.103) . Aqui, entendemos ser possível destacar a proximidade dos autores. Para Kant, tal prioridade deve-se a que cabe à síntese o ato de juntar as diversas representações umas às outras, e conceber o que é múltiplo num só ato de conhecimento, em vista da constituição do objeto. No que se refere a este ponto, no decorrer da tese, sustentaremos que, para Tetens (1777), as sínteses que conduzem à construção do objeto do conhecimento são psicológicas, em sentido empírico, e que, para Kant, as sínteses que conduzem a constituição do objeto são transcendentais. Desta forma, defenderemos que, embora Kant tenha sofrido influência de

⁵ Quanto ao conceito de *síntese* kantiano, podemos dizer, em geral, que ela é o ato pelo qual o diverso é ligado de modo a converter-se em conhecimento. No entanto, na primeira edição da *Crítica*, Kant (KrV A. 97-98/ 102) atribui à *síntese* uma conotação de produto empírico do entendimento, entoando certa pertinência da subjetividade, questão que é reforçada pela exposição da existência de uma dedução subjetiva, em 1781.

Tetens (1777) e se apropriado de alguns dos elementos usados por ele, aponta para uma teoria dos juízos, diferenciando-se da investigação de Tetens (1777).

Reverberamos esta alegação ao aproximarmos Tetens (1777) à exposição kantiana das sínteses, presente na *dedução*, da primeira edição de *Crítica da Razão Pura* (KANT, 1781). Embora estas sejam, para Kant, condições de possibilidade da experiência, que derivam das seguintes *faculdades do espírito*: sentidos, imaginação e a apercepção. Todas estas faculdades têm em Kant um uso empírico e transcendental. Eis um ponto medular desta pesquisa, ou seja, alegamos que a influência, bem como a apropriação de Kant dos elementos de Tetens (1777) apareceram neste uso empírico das faculdades, naquela que Kant chama de *dedução subjetiva*, em 1781.

Estas faculdades operam o que Kant denomina de *tripla síntese*. No decorrer da tese, demonstraremos que as faculdades identificadas por Kant, responsáveis por sínteses necessárias à produção do conhecimento objetivo, assemelham-se às faculdades, em suas operações, as quais Tetens (1777) utiliza para construir as representações e sua relação com o objeto. Dentre as *faculdades* que se apresentam como semelhantes em ambos os autores daremos destaque, nesta pesquisa, à *faculdade da imaginação*, dado, por um lado, o seu fundamental⁶ e preponderante papel desempenhado na *dedução*, e por outro, o modo como Kant a aborda para mostrar sua relevância. Demonstraremos, então, que o modo de abordagem que Kant oferta à faculdade da imaginação, dará margem a uma leitura psicológica da *dedução*, e que tal leitura deve-se à apropriação que faz da noção de imaginação sustentada por Tetens (1777).

Nosso ponto de partida para corroborar tal abordagem na *dedução*, é demonstrar como Kant alega que a imaginação tem um uso empírico (*faculdade reprodutiva*) e outro transcendental (produtivo), mas, nem sempre é satisfatório para termos uma compreensão adequada de seu caráter puro ou empírico. A fim de corroborar essa questão apontamos diversas passagens, nas quais Kant defende que a *imaginação produtiva* é pura ou empírica, dentre outras afirmações neste sentido. Essa posição confirma sua aproximação da forma como a imaginação também nos é apresentada por Tetens, em *Versuche*.

Defenderemos, nesta tese, que a indicação feita por ele e, conseqüentemente, a ambigüidade que ela gera é mantida por Kant, quando este se apropria da concepção de imaginação de Tetens (1777), gerando em sua *dedução* a possibilidade de se adotar um critério

⁶ A “faculdade da imaginação” (*Einbildungskraft*), em Kant (KrV A. 124), é descrita como: a síntese que embora exercida *a priori* é, contudo, sempre sensível, porque apenas liga o diverso, tal como aparece na intuição.

interpretativo pautado por uma leitura psicológica, que obscurece o seu método transcendental. Acentuaremos, porém, que enveredar-se por esta interpretação não é a posição adotada por esta pesquisa. Mas sim, postular e demarcar a existência de elementos psicológicos na *dedução transcendental das categorias*, de Kant, e demonstrar como estes elementos foram apropriados de Tetens (1777). Assim, não é nosso objetivo tentar reduzir os escritos de Kant a uma obra de psicologia, e seu autor, em um psicólogo. Defendemos exatamente o oposto. Para tal, entendemos ser imprescindível esclarecer que Kant, desde o início, ocupa-se de uma teoria dos juízos. Reafirmamos, assim, que a pretensão desta investigação é a de demonstrar que os elementos usados por Kant para a resolução do problema entre representações e objeto, pensada por ele desde 1772, de fato encontra um interlocutor. Ou seja, Kant depara-se com um novo suporte metodológico, uma nova proposta para pensar esta questão, – auxílio este que vem da filosofia de Tetens desenvolvida em *Versuche* –, e como esta passa a ser pensada por Kant, na *dedução subjetiva*, na qual encontram-se tais elementos.

Para demonstrar esta apropriação por parte de Kant, bem como a importância de Tetens no criticismo, tomaram-se como ponto de partida desta pesquisa os resultados dos trabalhos de Araujo (2012) e Araujo e Azevedo (2014). Para o comentador, em 1781, Kant muda de posição quanto ao que sustentara, tanto nos anos 1760 a respeito da psicologia empírica, em que se afiliava a posição Wolff e Baumgarten, quanto ao que sustentara nos anos 1770, quando a concebe como não metafísica e limitada ao sentido interno. O comentador sustenta também que, em 1770, Kant desvincula a psicologia empírica da metafísica, aproximando-a da antropologia. De fato, concordamos com Araujo e Azevedo e tomamos sua interpretação como ponto de partida. Mas, diferente deles, defenderemos que a psicologia tem função relevante na investigação kantiana empreendida na *dedução*, apesar de o centro dela ser a perspectiva de uma teoria dos juízos.

Será sobre esta perspectiva que caminharemos para fundamentar nossa tese. Sustentaremos que, em 1772, Kant mudará sua posição quanto a relação entre representação e objeto, questão que, em 1781, também abarca um campo subjetivo psicológico, mas que não é absolutamente necessária para os propósitos transcendentais visados pela *dedução*. Assim, argumentaremos que estes elementos começam a ser tratados por ele, a partir de 1778, ou seja, no momento em que Kant entra em contato com a filosofia de Tetens (1777). Esta posição será evidenciada com o auxílio dos manuscritos e cartas de Kant. Ao detectarmos esta nova forma de observação do problema, posto por Kant em 1781, e a presença destes em fragmentos e cartas anteriores, de maneira instantânea nos irrompe a questão: por que Tetens despertou tanto interesse a Kant? Por que Kant já em fase avançada de desenvolvimento com suas

investigações acerca da importância da estrutura proporcional para o estabelecimento da objetividade incorpora em sua investigação elementos sustentados por Tetens em *Versuche* acerca da faculdade da imaginação e sua função na determinação da objetividade?

A resposta a esta questão será desenvolvida no primeiro capítulo, no qual nos ocuparemos em demonstrar a influência e a apropriação, por parte de Kant, de alguns elementos desenvolvidos por Tetens, em *Versuche*, a respeito da *força representativa* e suas faculdades, em especial a *imaginação* e a *formadora*. Ademais, defenderemos que a influência das concepções de Tetens se restringe, a princípio, ao sustentado por Kant na *dedução subjetiva*, de 1781, e não, na objetiva que é centrada na teoria do Juízo.

A fim de comprovarmos esta limitação, no segundo capítulo, faremos uma exegese da filosofia de Tetens (1777), apresentando os principais conceitos de sua filosofia que transparecem na *dedução*, de 1781. Ao fazermos isso, mostraremos o fato de Kant ser influenciado por algumas concepções da filosofia de Tetens, e delas se apropriar, não se deve ao fato de ele ter assentado sua filosofia em bases transcendentais, já que o faz a partir da psicologia empírica, mas sim, devido às funções que Tetens (1777) atribui à *faculdade da imaginação* e à *formadora*, além do tratamento dado por ele à determinação da objetividade do conhecimento. Ao demonstrarmos isso, não só pretendemos impugnar a tese de que Kant, sob a influência de Tetens (1777), desenvolve na *Crítica* uma psicologia transcendental, mas pretendemos demonstrar ainda os limites de sua influência nas investigações desenvolvidas por Kant na *dedução*.

No último capítulo desta pesquisa, ainda tomando como ponto inicial desta investigação a *dedução transcendental das categorias*, nos ocuparemos em reavaliar a temática da psicologia, bem como o alcance da influência de Tetens (1777), pós *Crítica da Razão Pura*. Nosso propósito é demonstrar que Kant, em *Opus Postumum* (1803), volta a se ocupar da psicologia, e ao fazer isso, torna a discutir temas e concepções já desenvolvidos por Tetens, em *Versuche*. Neste último capítulo, nossa pretensão não será discutir o conteúdo do *Opus*, mas sim, demonstrar haver uma *dedução* em construção neste conjunto de fragmentos, e como esta se aproxima da *dedução* kantiana, de 1781. Outra questão que pretendemos desenvolver neste capítulo final é a possibilidade da reintrodução da filosofia psicológica de Tetens (1777) como pressuposto para se pensar a resolução dos problemas abordados por Kant, neste texto final e em seus desdobramentos. Dito isto, comprovada estas questões positivamente, legitimaremos, nesta pesquisa, que a influência de Tetens (1777), apesar de marcante e demarcada na *Crítica*, não se limitou totalmente a ela.

CAPÍTULO I: O percurso da psicologia empírica de 1760 até seu desenvolvimento na primeira edição da *Crítica da Razão Pura*: sua origem e delimitação a partir da influência de Tetens

1.1. Introdução

O objetivo deste capítulo é demonstrar a apropriação feita por Kant de elementos psicológicos presentes na filosofia de Tetens (1777), e como eles aparecerão na *dedução transcendental das categorias*, na primeira edição da *Crítica da Razão Pura*. Para fundamentarmos a nossa tese, dividiremos este capítulo da seguinte forma: partiremos da posição defendida por Araujo (2012) e Araujo e Azevedo (2014) sobre as modificações que passa a concepção de psicologia empírica sustentada por Kant, no período pré-crítico até a *Dissertação de 1770*. Pautados por esse caminho, demonstraremos um viés que complementar a posição do comentador, qual seja, que a psicologia empírica tomará um novo sentido após o contato de Kant com a filosofia de Tetens (1777), ou seja, que, em 1781, Kant usará da psicologia empírica, assim como o fez Tetens (1777), isto é, como ferramenta de análise das *faculdades da alma*⁷.

Para elucidar nossa tese, é importante darmos aqui uma breve exposição de nosso ponto de partida, ou seja, da posição defendida por Araujo (2012). O autor defende que até a *Dissertação de 1770*, o conceito de psicologia empírica na obra kantiana é uma mera reprodução da posição defendida por Wolff e por Baumgarten, o que pode ser constatado na aula ministrada por Kant (NEV AA2:309), em 1765-66, na qual ele define a psicologia empírica como a “ciência metafísica experimental do homem” Ainda segundo o comentador, a partir da *Dissertação de 1770*, Kant desvinculou a psicologia empírica da metafísica e a considerou como a ciência dos fenômenos internos. De acordo com Araujo e Azevedo (2014), isso resultará na aproximação da psicologia empírica com a antropologia. Araujo e Azevedo (2014, p. 52) defendem que “após a exclusão da psicologia empírica da metafísica, Kant paralelamente inicia

⁷ Esclarecemos, de início, que usaremos a título de regra a seguinte forma de citação: quando nos referirmos a uma passagem específica da obra citada, a citação será feita entre aspas e seguirá o nome do autor, a data e a referida página; quando a citação referir-se ao trabalho citado num caráter mais amplo, usaremos apenas o nome do autor e a respectiva data de publicação da obra. Outro ponto que pretendemos esclarecer é sobre a exposição da citação na língua original: em nota de rodapé, esta será colocada quando se tratar de textos que foram por nós traduzidos, ou seja, quando não contarmos com uma tradução em língua portuguesa, por exemplo, as passagens tiradas de *Versuche*, de Tetens, estarão sempre acompanhadas da nota contendo sua versão original.

um curso novo que denomina ‘Antropologia’ e que em várias ocasiões, Kant parece tratar este termo como sinônimo de psicologia empírica”. A justificativa apontada pelos comentadores é a de que Kant teria iniciado, em 1770,

[...] um movimento mais claro para separar a psicologia empírica da antropologia através do desenvolvimento das noções de conhecimento do mundo e de conhecimento pragmático, haveria a aproximação do conhecimento do mundo e do pragmático com a antropologia. (ARAUJO; AZEVEDO, 2014, p. 52).

Araujo e Azevedo (2014) afirmam que a psicologia empírica nos anos de 1760 é definida como a ciência metafísica do homem baseada na experiência, entretanto, com as modificações ocorridas em 1770, a psicologia empírica é excluída do campo da metafísica. Os comentadores defendem que independentemente do fato de a *Dissertação de 1770* introduzir uma nova definição de psicologia empírica, Kant continua a entendê-la igualmente como ciência do homem, apesar de não mais como parte da metafísica.

Assim, Araujo e Azevedo (2014) detectam que, a partir da segunda metade da década de 1770, Kant através da implementação da noção de conhecimento do mundo e conhecimento pragmático e, com a aproximação desses a antropologia, inicia um movimento para separá-las, isto é, inicia-se ali uma separação entre a psicologia empírica e a antropologia. Dessa forma, a psicologia empírica passa a ser entendida como conhecimento teórico do homem e a antropologia, como conhecimento pragmático do homem. Subsequentemente, Kant negligencia o desenvolvimento da psicologia empírica, pois em seus cursos de antropologia privilegia a parte pragmática. Assim, os comentadores entendem a antropologia pragmática como um novo projeto de psicologia empírica⁸.

A questão, aqui, é que os comentadores corretamente defendem que após a *Dissertação de 1770* e, conseqüentemente, com a separação da psicologia empírica da metafísica, aquela torna-se, então, limitada à esfera da antropologia. Isso posto, defenderemos a posição de que, se a partir da *Dissertação de 1770* a psicologia empírica já estaria fora da metafísica, com a influência de Tetens (1777), ela será retomada na *Crítica*, por Kant, como fundamento para a investigação das *faculdades cognitivas*, sob as quais se assentam o

⁸ Para nos aprofundarmos nesta questão podemos tomar como contraponto à posição de Araujo o exímio trabalho de CONCEIÇÃO, J. (2016) *A antropologia fisiológica e a antropologia pragmática: a ideia de uma natureza humana em Kant*, na qual, o autor destaca que a antropologia fisiológica é a base da antropologia pragmática e não toma como base a psicologia empírica.

entendimento puro. Isto é, a psicologia empírica aparecerá na problemática das modificações internas da alma, na relação entre representações intelectuais e sensíveis.

Feitas tais observações e esclarecido nosso ponto de partida, bem como o fundamento desta pesquisa, partiremos da posição de Araujo (2012) e Araujo e Azevedo (2014) sobre a mudança ocorrida na década de 1770. Sustentaremos, porém, que esta pesquisa não seguirá o mesmo caminho. Defenderemos que a psicologia tem sua importância na relação entre as representações intelectuais e as sensíveis (relação de representação com o objeto), problema que norteará o caminho crítico de Kant até a conclusão da *Crítica da Razão Pura*. É sobre esse caminho que fundamentaremos nossa argumentação, isto é, o da existência de outra mudança a respeito da psicologia empírica que já não será mais entendida como uma reprodução, como em 1766, mas sim, como fundamento da investigação das *faculdades cognitivas*, como parte da análise da estrutura proposicional.

A fim de traçar um fio condutor para orientar o leitor no desenvolvimento do plano crítico kantiano, e iniciarmos a problemática que pautará nossa investigação, lembremo-nos do que Kant (Br. AA10:69, tradução nossa) nos diz na famosa carta a Herz, de 1772: “[...] observei que me faltava algo de essencial, em que Eu, como outros, não atentara [...] perguntei-me nomeadamente: sobre que fundamento repousa a relação daquilo que se chama em nós representação com o objeto?”⁹. Nota-se, nessa passagem, um novo posicionamento de Kant frente ao que tinha na *Dissertação de 1770*. Ele, dali em diante, enveredará pela ligação entre o sensível e o inteligível. Kant pensará na relação entre essas esferas particulares e buscará por um elemento de ligação. A psicologia empírica passa, então, a visar o funcionamento do sentido interno, posição que encontrará fundamentação na filosofia de Tetens (1777).

Para Tetens (1777), é no sentido interno que representamos o nosso estado de espírito e, em segundo lugar, as próprias normas (*Selbstbestimmungen*) de todas as funções do espírito. Para investigar tais funções, o autor propõe um método introspectivo em concordância com a psicologia empírica, mas que difere daquela de Wolff. Esta passou a servir-lhe como base de análise das *faculdades cognitivas* em que se assenta o conhecimento.

⁹ “[...] so bemerkte ich: daß mir noch etwas wesentliches mangle, welches ich bey meinen langen metaphysischen Untersuchungen, sowie andere, aus der Acht gelassen hatte und welches in der That den Schlüssel zu dem gantzen Geheimnisse, der bis dahin sich selbst noch verborgenen Metaphysischen:, ausmacht [...] Ich frag mich nemlich selbst: auf welchem Grunde beruhet die Beziehung desienigen, was man in uns Vorstellung nennt, auf den Gegenstand?” (KANT, Br.AA10:69).

Para formular seu método introspectivo, Tetens (1777) parte do método observativo de Locke e da psicologia empírica. Contudo, apesar da semelhança com o método de Locke¹⁰, o método de Tetens (1777) decompõe as *faculdades cognitivas* e as analisa a partir de uma observação introspectiva. Para esta observação o método proposto por Locke seria insuficiente, pois carecia da existência de leis universais que garantiriam a objetividade e a realidade das experiências.

Caracterizando a psicologia empírica como a função que descreve as *faculdades cognitivas* da alma sob um ponto de vista sensível, Tetens (1777) propõe uma investigação da *força cognitiva* pautada na psicologia empírica, cujo objetivo é a investigação da constituição das representações e, conseqüentemente, de sua validade objetiva. A forma para se buscar essa validade pode ser assim definida:

Tomar as modificações da alma tal como são conhecidas pelo sentimento de si, as observar novamente e cuidadosamente e as perceber em suas respectivas circunstâncias modificadas, observar a maneira que elas nascem e as leis de ação e força que as produzem, em seguida, comparar e decompor as observações e desta forma investigar as *faculdades* e seus modos de operação, os mais simples, assim como a relação que estes têm entre eles, tal são os procedimentos mais essenciais de análise psicológica da alma fundada na experiência. (TETENS, 1777, p. IV, tradução nossa)¹¹.

Para demonstrarmos o que consideramos ser a outra mudança que acontece propriamente apenas em 1781, é imprescindível recorrermos a Tetens (1777), explicitando como sua análise descritiva empírica aparece na *dedução subjetiva* de Kant. Kant é claro no prefácio da primeira edição da *Crítica da Razão Pura* sobre como pretende desenvolver sua investigação sobre o entendimento, e afirma que:

Não conheço investigações mais importantes para estabelecer os fundamentos da *faculdade* que designamos por entendimento [...] que apresentei no segundo capítulo da Analítica transcendental, intitulada Dedução dos conceitos puros do entendimento [...]. (KANT, KrV A.XVI-XVII)

¹⁰ Referimo-nos, aqui, à tentativa de Locke em encontrar a matéria da força cognitiva humana pautada por um método descritivo, que considera estudar a vida mental partindo da metafísica para a psicologia. Tetens propõe um método diferente: ele não parte da metafísica.

¹¹ Die Modifikationen der Seele so nehmen, wie sie durch das Methode. Selbstgefühl erkannt werden; diese sorgfältig wiederholt, und mit Abänderung der Umstände wahrnehmen, beobachten, ihre Entstehungsart und die Wirkungsgesetze der Kräfte, die sie hervorbringen, bemerken; alsdenn die Beobachtungen vergleichen, auflösen, daraus die einfachsten Vermögen und Wirkungsarten und deren Beziehung auf einander aufsuchen; diess sind die wesentlichsten Verrichtungen bei der psychologischen Analysis der Seele, die auf Erfahrungen beruhet. (TETENS, 1777, p. IV).

E segue explicando como este estudo se compõe:

[...] este se compõe de duas partes, uma reporta-se aos objetos do entendimento puro e deve expor e tornar compreensível o valor objetivo desses conceitos *a priori* e outro que diz respeito ao entendimento puro em si mesmo, do ponto de vista da sua possibilidade e das *faculdades cognitivas* em que se assenta. (KANT, KrV A.XVI-XVII)

Essa possibilidade, da qual nos fala Kant, será exposta claramente na *dedução transcendental das categorias* e assenta-se sobre três *faculdades do espírito*: sentidos, imaginação e apercepção. Tais *faculdades* possuem tanto em seu sistema, quanto no de Tetens (1777), um uso empírico. O uso destas *faculdades*, bem como o seu método investigativo, isto é, as ferramentas necessárias para executá-lo, devem-se a Tetens (1777). É ele que oferecerá a Kant uma descrição sensível das *faculdades cognitivas* do entendimento, além dos elementos que servirão como articuladores da *dedução subjetiva* de Kant, em 1781, e, conseqüentemente, o elemento chave para a articulação entre sensibilidade e entendimento: falamos aqui da *faculdade imaginativa*. Contudo, vale a ressalva de que o fato de Kant apropriar-se desses elementos não caracteriza a execução da investigação da relação entre as representações com o objeto sob um plano psicológico. Esta pesquisa demonstrará exatamente o contrário, isto é, que apesar de Kant atribuir certa importância a essa dedução e a seus elementos psicológicos, o seu projeto não será o psicológico, como o de Tetens (1777), e sim o transcendental, uma teoria dos juízos, limitando sua investigação psicológica à *dedução subjetiva*.

A fim de comprovarmos nossa afirmação a respeito da limitação da influência de Tetens, fundamentaremos nossa argumentação na diferença metodológica com que os autores tentarão sanar um problema em comum: a relação entre as representações internas sensíveis e as intelectuais. Dito isto, não nos limitaremos apenas às diferenças entre a *dedução* nas edições A e B da *Crítica*, mas demonstraremos a diferença metodológica dos autores para a resolução do problema. Alegando como o método de Tetens aponta para um caminho psicológico e o de Kant, para outro, transcendental. Para, então, investigarmos se esta restrição à *dedução subjetiva* na *Crítica* esgotará a presença da psicologia em Kant.

1.2 O estatuto da psicologia empírica nos anos 1760

Conforme afirma Araujo (2012, p. 60), “alguns intérpretes do pensamento kantiano negligenciaram a modificação introduzida pelo filósofo em sua concepção sobre o estatuto e o papel da psicologia empírica ao longo de sua obra”. O autor questiona a tese de uma continuidade entre os períodos pré-crítico e crítico kantianos, atestando que:

[...] desde os primeiros estudos do século XIX os principais autores que se debruçaram sobre o problema da psicologia empírica em Kant, dentre os quais se destacam: Adickes, E.; Bucher, E.; Meyer, J.; Zammito, J.; Dessoir, M.; Sturm; Satura, V., defendem a existência de uma continuidade entre o período pré-crítico e o crítico. (ARAUJO, 2012, p. 60).

Araujo (2012), de maneira diferente à posição de Adickes, E.; Bucher, E.; Meyer, J.; Zammito, J.; Dessoir, M.; Sturm; Satura, V., defende a existência de uma modificação gradual sobre a concepção kantiana de psicologia empírica e argumenta que, apesar da psicologia empírica não ocupar um lugar especial nas preocupações de Kant no período pré-crítico, pode-se observar, aí, uma modificação significativa, que tomará um novo impulso com o amadurecimento da filosofia crítica. O comentador defende que a definição de psicologia empírica, presente nas obras de Kant antes de 1770, não passa de mera reprodução da definição de psicologia empírica apresentada por Wolff e Baumgarten. Contudo, ele argumenta que os documentos que evidenciam esta relação são escassos.

Creditada a veracidade à questão da escassez documental declarada por Araujo (2012), propomos aqui contribuir para atestar sua posição e recolher argumentos para aproximar as posições de Wolff e Baumgarten à de Kant. Mediante tal escassez documental, consideramos que para evidenciar a posição de proximidade de Kant com Wolff e Baumgarten, o caminho mais profícuo seria propor esta aproximação a partir da exposição da concepção de psicologia empírica que nos apresentam Wolff e Baumgarten.

Para Wolff (1738), a psicologia é classificada como ciência da alma humana. No *Discurso Preliminar sobre a Filosofia em Geral*, Wolff argumenta, ainda que de maneira geral, que a psicologia é a parte da filosofia que se ocupa da alma. A psicologia empírica repousa sobre a observação da alma e sobre a experiência. Em outras palavras, para Wolff, ela é a ciência

das coisas possíveis pela alma humana, definindo assim a psicologia como uma parte da filosofia que não possui autonomia. Destarte, para Wolff, a psicologia empírica é a ciência de estabelecer, mediante o auxílio da experiência, os princípios pelos quais se pode explicar o que chega à alma, e é entendida, por ele, como o conhecimento do que se produz na alma. Consequentemente, isto leva Wolff a se perguntar sobre a existência da alma.

Em Baumgarten (1779, § 501-503), encontramos uma posição semelhante àquela de Wolff a respeito da psicologia empírica. Baumgarten define a psicologia empírica como “a ciência dos predicados gerais da alma”, ou seja, do que ali ocorre, e também como Wolff, pergunta-se sobre a existência da alma e sua relação com o corpo. Para Baumgarten (1779, § 503-504), a “psicologia empírica deduz suas afirmações com base na experiência, ele entende que só é possível termos consciência por que há uma alma existente em nós [...]”.

Segundo Baumgarten (1779, § 501), a psicologia empírica é apresentada como a ciência dos predicados gerais da alma (*Psychologia est scientia praedicatorum animae generalum*). Mas a investigação que versa a psicologia empírica de Baumgarten pauta-se pela pergunta sobre a existência, ou não, da alma. Neste sentido, a psicologia empírica, na *Metafísica* de Baumgarten, abrange como descrito no prefácio: a existência da alma, sobre as *faculdades da alma*, a *faculdade cognitiva* inferior (em geral, em específico, sentidos, imaginação, perspicácia, memória, *faculdade imaginativa*, previsão, julgamento, antecipação e caracterização) e a superior (sobre o intelecto em geral, sobre a razão). Sobre a *faculdade cognitiva* inferior, Baumgarten (1779, § 519) afirma que:

‘Minha alma sabe alguma coisa, por isso há uma *faculdade cognitiva*, ou seja, uma *faculdade* de conhecer as coisas...’ (*Anima mea cognoscit quaedam, Ergo habet Facultatem cognoscitivam i.e quaedam cognoscendi...*); ‘minha alma conhece apenas coisas obscuras e confusamente [...] daí a *faculdade* de conhecer algo obscuro e confuso, é a *faculdade cognitiva* inferior...’. (BAUMGARTEN, 1779, § 519).

Entendemos que esta divisão proposta por Baumgarten é muito semelhante àquela que Kant emprega em sua *Antropologia*, mas distante daquela da *Crítica* e da forma como Tetens (1777) desenvolve sua investigação sobre as *faculdades cognitivas*. Antes de apresentarmos nossa posição a respeito da diferença entre a concepção de Baumgarten e de Tetens (1777), observemos brevemente a análise de um dos elementos fundamentais do trabalho de Tetens e como Baumgarten o desenvolve – falamos aqui da imaginação. Baumgarten (1779, § 558) refere-se à *faculdade imaginativa* como “minha imaginação são percepções de coisas que antes estavam presentes... (*Conscius sum status mei, hinc status*

mundi, praeteriti, Representatio status mundi praeteriti, hinc status mei praeteriti,...)” e argumenta que as percepções que se tornaram obscuras e foram encobertas pelo menos uma vez, quando é sentida novamente, é reproduzida: a percepção é reproduzida pela imaginação (*faculdade*). Aqui poderíamos atrelar de certa forma a posição de Baumgarten à de Tetens (1777), mas enquanto este último defende a existência de uma *faculdade imaginativa* capaz de reproduzir representações, aquele sustenta haver movimentos cerebrais que coexistem com as representações sucessivas da alma, que chama de *ideias materiais*, havendo no corpo *ideias materiais* pertencentes à alma e que são sensivelmente imaginadas. Tetens (1777) distancia-se de tal posição.

Por último, Baumgarten (1779, § 589-590) propõe-nos a *faculdade fingendi*, ou *fantasia*, que tem a capacidade de inventar e combinar imagens. Mas estas seriam delírios como os que têm os poetas, e não dotadas de espontaneidade como a *faculdade imaginativa formadora* de Tetens (1777). De fato, em *Versuche*, Tetens equipara a *Phantasie* à *faculdade imaginativa*, mas apenas superficialmente, pois ele reconhece os graus da imaginação (num sentido geral seu termo que combina fantasia e imaginação é a *força representativa* (*Vorstellungskraft*)). Além disso, ele também distingue *fantasia* de *capacidade de apercepção*, e *fantasia* de *faculdade imaginativa formadora*. A *fantasia* organiza as imagens que a percepção fornece, enquanto que a *faculdade imaginativa formadora* cria novas imagens, tornando a *fantasia* um poder intermediário, posicionada além da imaginação perceptiva, mas abaixo de uma *imaginação formadora* criadora. Assim, entendemos que apesar de Baumgarten nos oferecer elementos que podem aproximá-lo de Tetens (1777), alegamos que a forma com que Tetens (1777) utiliza e investiga as *faculdades cognitivas* o diferenciaria de Baumgarten. Defendemos assim, que Tetens (1777) critica tal posição sobre a natureza representativa de cada manifestação da alma, tratando cada efeito da alma: sensação, consciência, volição etc. como atributo de cada *faculdade* isoladamente. Para Tetens (1777), a única conexão originária e fundamental da alma humana é a *vis representativa*.

Por outro lado, é possível notar, aqui, três pontos de semelhança entre Wolff e Baumgarten. Primeiramente, que a psicologia faz parte da metafísica, é vista como ciência e requer a existência da alma. Wolff (1738 §13) é categórico a respeito de sua cientificidade e fala de um *saber empírico*, tomando por introdução da psicologia, métodos quantitativos. Ele reconhece as leis experimentais descobertas na alma e confere-lhes a mesma certeza daquelas da física. Baumgarten, por sua vez, afirma que a metafísica é a ciência dos primeiros princípios do conhecimento. Para ele, ela é a ciência dos predicados gerais do ser, enquanto a psicologia é a ciência dos predicados da alma, ou seja, a ciência do que lhe é próprio. Constata-se então,

até o momento, que para ambos os filósofos a psicologia empírica é entendida não só como ciência, mas também como parte da metafísica, o que confere à psicologia empírica um estatuto de ciência empírica metafísica do homem, como evidenciará Kant e como é bem posto por Araujo (2012).

Torna-se, assim, evidente que, para Wolff (1738, §111-112), a psicologia empírica corresponde à física experimental e, por conseguinte, à filosofia experimental. E é igualmente evidente que a psicologia empírica e a física experimental, quando tratadas a nossa maneira, não fazem parte da história, visto que a psicologia empírica não só classifica o que é observado na alma, mas ainda forma a partir daí conceitos das *faculdades* e dos hábitos estabelecendo outros princípios e além disso fornece até mesmo a razão para várias coisas.

Já Kant compreende que a psicologia empírica é a ciência empírica metafísica do homem, como podemos constatar no texto *Anúncio do programa de lições de Immanuel Kant para o semestre de inverno de 1765-1766*:

Escolhi o manual de A. G. Baumgarten, principalmente pela riqueza e pela precisão de seu tipo de ensino. Por conseguinte, depois de uma pequena introdução, começo com a psicologia empírica, que é, propriamente, a ciência empírica metafísica do homem, pois no que diz respeito ao termo alma, não é ainda permitido afirmar nesta parte, que ele tenha uma. A segunda parte, que deve tratar em geral da natureza corporal retiro-a da parte principal da cosmologia, pois tratar-se-á da matéria, parte essa que, não obstante, completarei por meio de alguns acréscimos escritos. Porém, uma vez que na primeira ciência (a qual, em razão da analogia, será também acrescentada a Zoologia empírica, quer dizer a consideração dos animais) foi examinada toda a vida que cai sob os nossos sentidos, e na segunda, porém, todo o inanimado em geral, e porque todas as coisas do mundo podem ser subsumidas nestas duas classes, avanço para a ontologia, a saber, a ciência das propriedades gerais de todas as coisas, cuja conclusão contém a diferença entre o ser material e o ser espiritual, assim como a ligação ou separação de ambos e, por conseguinte, a psicologia racional. (KANT, NEV AA02:309, grifo nosso)

Esta passagem não só aclara a posição de Kant à respeito da psicologia empírica, mas o coloca em posição semelhante àquela de Wolff e de Baumgarten. Apesar destas contribuições, acentuam-se, ali, ainda dois elementos pertinentes que não podem ser negligenciados. O primeiro é que, tanto em Wolff quanto em Baumgarten e, conseqüentemente, em Kant, neste momento, a psicologia empírica está em intrínseca relação com as modificações que ocorrem na alma gerada por sensações. Como veremos, este ponto repercutirá em suas concepções posteriores. O segundo é que estamos diante de uma discussão a respeito da existência da alma e sua relação com o corpo.

Porém, note-se que Kant (TG AA02:328), já em 1766, nos *Sonhos de um visionário*, declara não ser capaz de tratar de tais questões: “[...] estas questões ultrapassam de longe minha inteligência”; e na carta a Mendelssohn, em 8 de abril de 1766: “Em minha opinião toda investigação sobre o problema de como a alma entra em relação com o corpo são inaptas a solução da questão [...]” (KANT, Br AA10-13:39) tradução nossa¹². Esta declaração de Kant bem como sua ineficácia em tra do tema lhe obrigam a aderir a um lado, mesmo que momentaneamente, e esse é o de Wolff e Baumgarten.

A psicologia empírica permanece, então, pensada como a ciência empírica metafísica, vista como uma ciência que versa sobre o conhecimento da alma humana e que tem como elemento principal a apercepção, cujo objetivo é estabelecer através da experiência os elementos pelos quais se pode dar razão ao que ocorre na alma humana, como em Wolff e Baumgarten.

A questão sobre esta relação bem como sobre as sensações só será realmente reestruturada a partir de 1770. Em 1770, aparecerá, no contexto kantiano, um elemento novo a *mente (mens)*. Kant segue agora numa perspectiva cognoscente. A partir da *Dissertação de 1770*, o problema da relação alma e corpo é transmutado no problema da relação entre mundo sensível e mundo inteligível.

Feita essa exposição, compreendemos melhor o problema no qual Kant estava inserido e, então, pensaremos como poderíamos observar, a partir de 1770, as bases da filosofia crítica. Esta apresentação, apesar de breve, nos ajudará a caracterizar a posição de Kant e contribuirá para ratificar o argumento quanto à mudança defendida por Araujo (2012, p. 61) de que “Kant, estaria inicialmente ligado à tradição Wolff e Baumgarten e que a psicologia empírica é pensada como parte da metafísica enquanto ciência empírica do homem”.

Dito isto, entendemos e acordamos com Araujo (2012) à respeito da tese de que Kant, antes de 1770, apenas reproduz a posição de Wolff e Baumgarten. Passaremos agora a pontuar a mudança defendida por Araujo (2012) e Araujo e Azevedo (2014), ocorrida a partir da *Dissertação de 1770*, na qual a psicologia empírica não poderia mais fazer parte da metafísica, restringindo-se ao que aparece no sentido interno.

¹² [...] folglich zur Auflösung der Question gar nicht tauglich ist[...] (KANT Br AA10-13:39)

1.3 A *Dissertação de 1770* e o novo estatuto da psicologia empírica.

Araujo (2012) é claro em sua exposição e diz que se limitará à análise do que considera ser a primeira modificação na concepção kantiana à respeito da psicologia empírica, ou seja, se antes Kant estava ligado à tradição wolffiana, a partir da *Dissertação de 1770*, ele desvincula totalmente a psicologia empírica da metafísica. Contudo, Araujo (2012) não aponta para a existência, ou não, de outras possíveis modificações, e limita-se a apontar que Kant, a princípio, segue a posição de Wolff e de Baumgarten, a de que a psicologia empírica era entendida como a ciência empírica enquanto parte da metafísica.

De acordo com Araujo (2012), na *Dissertação de 1770*, Kant reconhece a insustentabilidade de atrelar a psicologia empírica à metafísica, pois esta última passa a requerer uma pureza que não existe na psicologia. Em 1770, então, Kant desvincula a psicologia empírica da metafísica, restringindo-a ao sentido interno, o que caracteriza uma mudança em relação a sua posição anterior. No entanto, o comentador é breve quanto ao resultado disto, defendendo que, em decorrência desta mudança de posição de Kant, ocorre uma aproximação da psicologia empírica com a antropologia. O comentador acredita que Kant ao redefinir o papel da metafísica na *Dissertação de 1770*, decreta o banimento da psicologia empírica do domínio da metafísica, confinando-a ao sentido interno e ao que ali aparece. Isto quer dizer que ela pode ainda ser entendida como ciência dos fenômenos do sentido interno. Ratificamos, aqui, nossa posição de que apesar de acompanharmos o argumento de Araujo (2012) quanto à mudança apontada, nossa proposta não é defender a cientificidade, ou não, da psicologia empírica.

A respeito do sentido interno Araujo (2012) não nos dá nenhuma explicação, porém entendemos ser importante fazermos, aqui, algumas observações. Na primeira edição da *Crítica* (KANT, KrV A.23), encontramos uma função diferente da que temos na segunda edição da mesma obra. Na primeira, a posição de Kant quanto ao sentido interno é a seguinte: “O sentido interno, mediante o qual o espírito se intui a si mesmo ou intui também o seu estado interno [...]”. No mesmo sentido, Kant afirma que:

Venham as nossas representações de onde vierem, sejam produzidas pela influência de coisas externas ou provenientes de causas internas, possam formar-se *a priori* ou empiricamente, como fenômenos, pertencem, contudo, como modificações do espírito, ao sentido interno, e como tais, todos os nossos conhecimentos estão, em última análise, submetidos à condição formal do sentido interno, a saber, o tempo, no qual devem ser conjuntamente ordenados, ligados e postos em relação. (KANT, KrV A.99).

O sentido interno para Kant (KrV) é a consciência de si mesmo segundo as determinações de nosso estado na percepção interna. Mesmo que Kant (KrV A.IX) nos atente, no prefácio da primeira edição, sobre a possibilidade de aniquilação das disputas metafísicas e que ela poderia ter ocorrido graças a “certa fisiologia do entendimento humano a do celebre Locke [...]”, entendemos que sua posição, em 1781, sobre as percepções do sentido interno está próxima de uma fundamentação psicológica, isto é, que ele está mais próximo da posição de Tetens (1777), que propõe uma decomposição das *faculdades cognitivas* a partir de uma observação introspectiva de um sujeito psicológico e não necessariamente da proposta de Locke. Alegamos tal posição, visto que este último propõe investigar a vida mental invertendo o caminho clássico da metafísica à psicologia. Mesmo que em seu trabalho *Ensaio sobre o entendimento humano* (LOCKE, 2012), originário de 1690, haja uma primeira tentativa de fundar através de um método analítico e descritivo uma psicologia independente, Locke considera essencial saber qual a capacidade cognitiva do homem e seu efeito. Assim, o empirismo lockeano tem o sentido de uma psicologia genética das ideias gerais, como pode ser visto nessa passagem:

Todo homem tem para si mesmo consciência de que pensa, e de que, ao pensar, sua mente se ocupa de ideias que encontra em si mesma. Não há dúvida, portanto, que os homens têm na mente muitas ideias, expressas por palavras como branco, duro, doce, pensamento, homem, elefante, embriaguez e outras. De onde surge a primeira questão a investigar: Como se depara com elas? [...] para tanto apelo à observação e experiência de cada um. (LOCKE, 2012, liv. II, cap. I, § 1).

Nota-se que Locke não busca um saber universal, mas limita-se a observar o alcance e os limites do conhecimento. Seu objetivo é descrever o método através do qual nosso intelecto atinge o saber verdadeiro, distinto da crença e da mera opinião, um saber que explique as operações e a conduta humana, mas que é impossibilitado de atingir a essência das coisas. Para ele a primeira fonte de ideias é a sensação, pois é ela que nos fornece o que Locke chama de *ideias simples*, as quais são impressões produzidas em nós pelos objetos através dos órgãos sensoriais. A segunda fonte de ideias é um modo de reação do espírito ao qual “[...] apesar de não ser um sentido, pois não tem haver com objetos externos, é como um sentido e pode chamar-se propriamente sentido interno” (LOCKE, 2012, § 4 liv. II), mas que Locke prefere nomear como *reflexão*. Trata-se de uma “percepção das operações de nossa alma aplicada às ideias que esta recebeu dos sentidos”, que quando objetivadas “produzem no entendimento outra espécie de ideia que os objetos externos não poderiam fornecer [...]” (LOCKE, 2012, § 4 liv II). Locke

diz ainda que “por reflexão entende-se o dar-se conta, na mente, de suas próprias operações e da maneira delas, em razão da qual vêm a existir ideias delas no entendimento” (LOCKE, 2012, § 4 liv II).

Desta forma, Locke nos mostra que a via mental é por vezes dependente das coisas pensadas, enquanto que as ideias são acontecimentos da via interior do espírito. Fato é que a ideia constitui para ele o ponto de partida e de chegada dos processos cognitivos. Sua teoria oscila entre um realismo gnosiológico (qualidades primeiras, forma, solidez etc.) e um fenomenismo que tende a volatilizar a objetividade, uma vez que as ideias das coisas são verdadeiros objetos do conhecimento. Tetens (1777), em relação à posição empírica geral, diverge claramente de Locke, visto que a generalização da proposição empírica particular é um processo necessário para auxiliar a observação, a qual, por si, refere-se exclusivamente ao individual, ou seja, o que nele está contido e o modo sob o qual é produzida a lei que rege suas causas intrínsecas e externas. Portanto, do ponto de vista metodológico, a pesquisa psicológica caracteriza-se pela rigorosa imposição empírico-observativa. A única disciplina que tem um procedimento semelhante a ela é a Física. Por isso Tetens (1777) distancia-se de Locke e adere ao mesmo método observativo-descritivo, próprio da ciência natural. Defendemos, assim, haver um avanço em Tetens (1777) em relação a Locke, pois ao atribuir uma conotação científica ao seu método observativo, Tetens (1777) busca conferir à psicologia autonomia e universalidade próprias das ciências.

Feitos tais esclarecimentos, cabe agora uma apresentação mais precisa dos argumentos que fundam a posição de Araujo (2012) e de Araujo e Azevedo (2014) sobre a desvinculação da psicologia empírica da metafísica e sua proximidade com a antropologia. Araujo (2012, p. 65) argumenta que a psicologia empírica, após a exclusão da metafísica, passa a ter conotação de ciência dos fenômenos do sentido interno e não mais o de “fornecer experiências imediatas e seguras para um suposto conhecimento [...]”. O argumento de Araujo (2012) encontra amparo no texto kantiano, visto que Kant (MSI AA02:397) categoricamente, na *Dissertação de 1770*, é literal quanto a esta nova posição ao afirmar que “os fenômenos são examinados e discutidos em primeiro lugar na medida em que pertencem ao sentido externo, na física, em seguida como fenômeno do sentido interno, na psicologia empírica [...]”. Esta afirmação de Kant não nos diz apenas que à psicologia empírica caberiam os fenômenos do sentido interno, mas também ratifica a forma com que Kant nos apresenta, em 1770, a gênese do problema entre sensibilidade e intelecto. Destacamos, aqui, outra passagem significativa a este respeito:

Porém, por meio deste princípio bastardo todos os seres são submetidos, no seu existir, às condições do espaço e do tempo, mesmo que sejam conhecidos intelectualmente. A partir daí, aventam-se ociosas questões acerca de lugares das substâncias imateriais (das quais, todavia, pelo mesmo motivo, não se dá qualquer intuição sensitiva, nem representação sob tal forma) no universo corpóreo, acerca da sede da alma e acerca de outras coisas deste gênero, e porque se misturam incorretamente os conhecimentos sensitivos com os intelectuais, como se fosse os quadrados com os redondos [...]. (KANT, DI AA2:414).

Temos ainda nas *Lições de Metafísica L₁*, uma passagem na qual Kant aponta para o que, segundo ele, gerou o equívoco em unir a psicologia empírica à metafísica. Ratificando a posição de separação, observemos a passagem:

A razão pela qual a psicologia empírica tem sido unida à metafísica é sem dúvida o seguinte: [...] a doutrina empírica dos fenômenos da alma não alcançou nenhum sistema que lhe teria permitido constituir uma disciplina universitária específica. Se ela tem se elevado tanto quanto a física empírica, ela seria igualmente separada da metafísica por sua amplitude. Mas como ela é pequena e não se desejaria eliminá-la totalmente, acabou por tomá-la na metafísica ao lado da psicologia racional e este uso não a extingue propriamente. Mas se agora ela tornar-se mais vasta, ela atingiria quase a mesma dimensão da física empírica. Ela poderia ser considerada da mesma forma que a física empírica. Pois o conhecimento do homem não resume ao conhecimento do corpo [...] se ela chegar a ser uma ciência universitária atingira a plena extensão necessária [...]. (KANT, V-Met-L₁/ Pölitz AA28:129-223, tradução nossa)¹³.

Nessa “nova fase”, o pensamento kantiano centra-se, então, sobre dois aspectos complementares: primeiro, um princípio ontológico, isto é, a determinação da autonomia da existência em relação à razão; e segundo, um princípio metodológico, ou seja, se a existência não se reduz à razão (residindo nessa redução o erro do racionalismo), então a filosofia deve seguir o modelo da física e, como ela, partir dos dados da experiência interna

¹³ Die Ursache, warum die Psychologia empirica in die Metaphysik gesetzt worden ist, ist wohl diese [...] Erfahrungslehre der Erscheinungen der Seele ist zu keinem Systeme gekommen, so daß sie eine besondere akademische Disciplin hätte ausmachen sollen. Würde sie so groß seyn, als die empirische Physik; so würde sie sich eben so von der Metaphysik durch ihre Weitläufigkeit abgesondert haben Weil sie aber klein ist, und man sie nicht ganz weglassen wollte, so schob man sie in der Metaphysik an die rationale Psychologie; und der Gebrauch läßt sich wohl nicht so bald abschaffen. Jetzt aber wird sie schon sehr groß, und beinahe wird sie zu eben solcher Größe, als die empirische Physik gelangen. Sie verdient auch, eben so besonders vorgetragen zu werden, als die empirische Physik; denn die Erkenntniß des Menschen giebt der Erkenntniß der Körper nichts nach; ja sie ist derselben, dem Werthe nach, weit vorzuziehen. [...] Wird sie zu einer akademischen Wissenschaft, so ist sie in der Lage, ihre völlige Größe zu erlangen; denn ein akademischer Lehrer hat mehr Uebung, als ein zunftfreier Gelehrter, in den Wissenschaften [...]. (KANT, V-Met-L₁/ Pölitz AA28:129-223).

Neste ponto, temos uma argumentação relevante sobre o distanciamento da posição de Kant quanto ao período pré-crítico. Observou-se anteriormente que Wolff atribui uma cientificidade à psicologia empírica, pois há leis experimentais com a mesma certeza daquelas da física. Nota-se agora, na passagem anterior (*Lições*), que Kant assinala o grande equívoco em atribuir à psicologia empírica a mesma amplitude concedida à física.

Além desta divergência, nota-se ainda, na passagem sobre a *Dissertação de 1770* que a relação alma e corpo, passa a ser explicada pela relação sensível e inteligível, em 1770. A partir de agora, não contamos mais com a preocupação quanto à existência ou não da alma, mas sim sobre a relação entre representações e sensações com o objeto no sentido interno (com as modificações da alma internas e externas). Nota-se, contudo, que são estes dois aspectos que permitem a Kant distinguir, em 1770, a sensibilidade do entendimento. Ao fazê-lo, Kant passa a postular duas esferas: a dos objetos da sensibilidade, em oposição à dos objetos inteligíveis. Ao separar a sensibilidade do entendimento, não se coloca ainda o problema da cooperação entre os conceitos puros e as intuições espaço-temporais na constituição do objeto do conhecimento científico, porém Kant trata, claramente, estes dois domínios separadamente, em 1770.

É evidente que a atenção de Kant, em 1770, está voltada a estabelecer esta separação entre o mundo sensível e o inteligível, pois ele entende que de cada um há princípios próprios. Por causa disto, há então uma investigação bem definida sobre o conhecimento sensível (*fenomênico*) e o conhecimento intelectual (*noumênico*), que também é visto como uma novidade, inclusive se comparada à posição “dualística” de Wolff. Em relação a esta separação, Kant é claro quando diz que:

Há em toda a representação sensível alguma coisa a que se chama *matéria*, a saber, a sensação, e outra coisa a que se pode chamar *forma*, a saber, a espécie das coisas sensíveis, que se revela na medida em que as coisas que afetam os sentidos, mesmo sendo múltiplas, são todavia coordenadas por uma certa lei natural do espírito. (KANT, DI AA02:392).

Desta forma, a sensação apenas fornece a matéria do fenômeno, enquanto cabe ao entendimento conceder-lhe razão. Essa posição faz jus às palavras de Araujo (2012, p. 65) ao afirmar que neste momento, 1770, a psicologia não “poderia mais servir de fundamento seguro para o que pertence ao mundo inteligível”. Destacamos, aqui, também outro fator determinante. Se outrora, em 1760, há a impossibilidade dos princípios da metafísica operarem como os da matemática, Kant agora fala de intuições puras espaço/tempo como objetos da matemática pura, “ciência puramente formal que exporia a forma de todo o nosso conhecimento sensitivo”

(KANT, MSI, AA02:397). A matemática passa, então, a servir de modelo e fundamento para toda ciência dos fenômenos (física e psicologia). O que confirma a posição de Araujo (2012, p. 65), que adverte que a “psicologia empírica é definida agora como a ciência dos fenômenos do sentido interno e também passaria a necessitar de uma base matemática para sua realização”.

Visto que a psicologia empírica não possui tal base, ela não pode mais ser vista como uma ciência metafísica. Assim, em 1760, conforme afirma Araujo (2012, p. 64), “a justificativa para a filiação da psicologia entendida sempre como ciência da alma à metafísica é exatamente a de que ela serve de fundamento para a lógica, teologia e filosofia prática”. Já em 1770, Kant não advoga a mesma tese: agora, a metafísica é a filosofia que “contém os primeiros princípios do uso do entendimento puro”, e, assim, não temos mais princípios empíricos.

A posição de Kant quanto à metafísica gera mudanças drásticas sobre sua posição em relação à psicologia empírica. Esta mudança é detectada nesta passagem da *Dissertação de 1770*, na qual Kant afirma que “A filosofia que contém os primeiros princípios do uso do entendimento puro é a metafísica. [...] na metafísica não se encontram princípios empíricos, os conceitos que nela se apresentam não devem procurar-se nos sentidos, mas sim na própria natureza do entendimento puro [...]” (KANT, MSI AA02:395). Desta posição resulta a limitação da psicologia empírica ao sentido interno que é enfatizada por Araujo (2012, p. 65): “A psicologia empírica a partir de agora estaria banida para sempre da metafísica e se limitaria ao que aparece ao sentido interno, assim ela não poderia ser mais vista como uma ciência metafísica”. Porém, o comentador salienta que esta ainda pode ser entendida “como a ciência dos fenômenos do sentido interno” (Araujo (2012, p. 65).

Feita a exposição do argumento de Araujo (2012) sobre a psicologia empírica e sua relação com a metafísica em 1770, e extraída sua consequência, passaremos, agora, a defender o que consideramos o ponto de partida de nossa tese. Defenderemos que Kant, na dedução transcendental de 1781, apropria-se de elementos mobilizados por Tetens em seu *Versuche*. Sustentamos que Tetens (1777) decompõe a *faculdade de representação* em *percepção*, *imaginação* e *formadora*, e que Kant apropria-se destas faculdades, mas atribui a elas um uso transcendental diferente do uso empírico que estas têm em Tetens (1777), o que não só demarca a influência de Tetens (1777) sobre a *dedução* de Kant, mas ainda comprova a originalidade do método transcendental kantiano e o distancia de um psicologismo.

Para percorrermos tal caminho temos que nos diferenciar da posição atestada por Araujo (2012), ou seja, pensar a psicologia próxima da antropologia. E para fazê-lo retomemos

as palavras de Kant, presentes na carta de 1772 a Herz, e conseqüentemente a questão ali proposta por ele:

Perguntei-me nomeadamente: sobre que fundamento repousa a relação daquilo que se chama em nós representação com o objeto? [...] Tinha-me contentado na *Dissertação*, em exprimir de um modo simplesmente negativo a natureza das representações intelectuais: nomeadamente que estas não seriam modificações da alma através do objeto. Mas, como de outro modo, era, pois, possível uma representação que se relaciona com um objeto sem ser afetado de algum modo por ele, passei em silêncio. (KANT, Br. AA10:69, tradução nossa, grifo nosso)¹⁴.

Nesta carta, detecta-se uma mudança em relação à *Dissertação de 1770*, embora se note, ainda, a presença da ideia de que as representações causam modificações na alma. Na *Dissertação de 1770*, a preocupação de Kant era a maculação do conhecimento puro do entendimento pelos elementos sensíveis. Agora, ele pensa na relação entre o sensível e o inteligível e nos coloca diante da investigação da natureza destas representações (sensíveis e intelectuais) e sua relação a um objeto que não causa modificações na alma.

Assim, defendemos que Kant conduzirá a psicologia empírica a *Crítica*, em 1781, quando ela volta a fazer parte do contexto metafísico, principalmente enquanto ferramenta de investigação das *faculdades cognitivas*, sobre as quais se assenta o entendimento puro. Esta posição é apontada pelo próprio Kant (KrV, A.XVI), no prefácio, quando ele diz que “a investigação do entendimento puro feita na dedução transcendental das categorias consta em duas partes” e “[...] ao entendimento puro em si mesmo do ponto de vista da sua possibilidade e das faculdades cognitivas em que se assenta, estuda-o portanto, no aspecto subjetivo [...]”

Alegamos que esta forma de investigação das *faculdades da alma*, dará uma conotação diferente à psicologia empírica. Esta lhe será fornecida apenas nos anos de 1778/ 79 por um contemporâneo seu, chamado Johann Nicolas Tetens. Demonstraremos que a apropriação dos elementos da filosofia de Tetens (1777) caracterizará, em Kant, uma nova acepção da psicologia empírica como elemento que pautará a observação do funcionamento da *força cognitiva*, como fora proposto antes por Tetens (1777), em *Versuche*. Esta será a nova mudança que propomos, ou seja, o uso da psicologia como parte da análise estrutural das

¹⁴Ich frug mich nämlich selbst , auf welchem Grunde beruht die Beziehung desjenigen , was man in uns Votellung nennt , auf den Gegenstande?[...] Ich hafte mich in der Dissertation damit begnügt, die Natur der intellektualen Vorstellungen bloss negativ auszudrücken, dass sie nämlich nicht Modifikationen der Seele durch den Gegenstand wären. Wie aber denn sonst eine Vorstellung, die sich auf einen Gegenstand bezieht, ohne von ihm auf einige Weise affiziert zu sein, möglich, übergeng ich im Stillschweigen. (KANT, Br. AA10:69).

proposições, o que é realizado por Kant a partir dos elementos apropriados de Tetens (1777), e que apareceram claramente na *dedução subjetiva* de 1781.

Explicitado nossa empreitada passaremos a sua demonstração: começamos pela aproximação de Kant e Tetens e, em seguida, passamos à apropriação feita por Kant das ideias de Tetens, e à demonstração de como ela se evidencia na *dedução transcendental das categorias*, na *Crítica da Razão Pura*, em 1781.

1.4 A influência de Tetens: o encontro de Kant com Tetens

Na *Reflexão 4901* (KANT, Refl. AA18:23, tradução nossa), Kant é claro quanto a sua proposta metodológica e diz: “Tetens investiga o conceito da razão pura apenas subjetivamente (natureza humana). Eu a investigo objetivamente. A primeira forma de análise é empírica, a última transcendental”¹⁵. Esta passagem caracteriza não só a posição de Kant quanto à proposta de Tetens (1777), mas enfatiza também que ambos possuem um problema em comum, mas que é tratado de forma distinta por cada um deles.

O problema em comum, em questão, como já foi apontado, trata-se da investigação sobre o entendimento. Contudo, a posição de Tetens em relação a esta questão viria à luz em *Versuche*, em 1777, e a de Kant, apenas em 1781, em sua *Crítica da Razão Pura*. Como bem nos aponta Kant, Tetens (1777) investigará tal questão subjetivamente, e ele tratará dela objetivamente. Será esse apontamento feito por Kant que nos pautará em nossa exposição. A respeito da problemática, conforme apontamos anteriormente, ela já estaria presente na carta de 1772, na qual Kant assinala que:

[...] observo que me falta ainda algo de essencial a que eu não tenho dado a devida atenção durante minhas longas pesquisas metafísicas e que constitui a chave de todo o mistério: sobre qual fundamento repousa a relação do objeto do que chamamos em nós representação? (KANT, Br. AA10:69, tradução nossa)¹⁶.

¹⁵ “Tetens untersucht die Begriffe der reinen Vernunft bloss subjectiv(Menschliche Natur) ich objectiv. Iene analyses ist empirisch , diese transcendental.” (KANT, Refl. AA18:23).

¹⁶ [...]so bemerkte ich, dass mir noch etwas Wesentliches mangle, welches ich bei meinen langen metaphysischen Untersuchungen und welches den Schlüssel zu dein ganzen Geheimnisse der bis dahin sich selbst noch verborgenen Metaphysik beruht die Beziehung desjenigen, was man in uns Vorstellung nennt, auf den Gegenstand?. (KANT, Br. AA10:69).

Contudo, não contamos apenas com a carta, temos ainda as *Reflexões 4470 e 4473*, que datam do mesmo período, e nos auxiliam a contextualizar e reafirmar a problemática. Kant (Refl 4470 AA18:563, tradução nossa) questiona-se “[...] como os conceitos podem emergir em nós através de coisas que não nos são conhecidas [...]”¹⁷. Observa-se, nestas passagens, como Kant aponta para a investigação das representações, como estas se dão e como os conceitos seriam construídos, posição que lhe aproxima da investigação de Tetens (1777).

Assim, a primeira questão posta por Kant é: como podem nascer em nós conceitos que não conhecemos nem através dos fenômenos das coisas, nem por meio do que nos ensina a experiência?

A questão é saber como podemos nos representar plenamente *a priori*, ou seja, independentemente de toda experiência (mesmo implícita) e como nós podemos captar os princípios que não são empregados a nenhuma experiência. Seguindo, *a priori*, como é possível que os objetos correspondam ao que é simplesmente um produto de nosso espírito que se isola e, como é possível que estes objetos sejam submetidos às leis que nós lhes prescrevemos. Que estes conhecimentos *a priori* existem, a matemática e a metafísica mostram que uma representação corresponde ao objeto de que ela é o efeito. Mas que algo que não tenha outra origem a não ser o meu cérebro, relacione-se a um objeto, não me é claro. Um objeto que exerce uma impressão sobre mim esteja ligado a outro objeto, é algo simples de entender e, por conseguinte, nós ligamos uma representação à outra, após a experiência. Mas é difícil conceber porque podemos ligar, nós mesmos, propriedades e predicados aos objetos representados, muito embora nenhuma experiência não nos tenha jamais sido apresentada ligada. [...] os conhecimentos da experiência não se reduzem a simples impressões. Para que as impressões possam nascer se faz necessário que pensemos alguma coisa oportuna. É necessário, pois que haja atos do conhecimento que precedem a experiência, através dos quais a experiência seja possível. [...] certos julgamentos universais devem, pois se encontrar antes de toda experiência. (KANT, Refl 4.473 AA 18: 564-565, tradução nossa)¹⁸.

¹⁷ “[...] wie in uns Begriffe entstehen können von Dingen, die uns durch keine Erscheinung der Dinge[...].” (KANT, Refl 4.470 AA18: ξ-o S. 563).

¹⁸ Es ist die Frage, wie wir Dinge vollog a priori, d.i. unabhängig von aller Erfahrung (auch implicite) uns vorstellen können und wie wir Grundsätze, die aus keiner Erfahrung entlehnt sind, folglich a priori fassen können; wie es möglich s zugehe, daß demjenigen, was bloß ein Produkt unseres sich isolirenden Gemüths ist, Gegenstände correspondiren und diese Gegenstände denen Gesetzen unterworfen sind, die wir ihnen Vorschreiben es dergleichen Erkenntnisse a priori gebe, lehren die reine Mathematik, und Metaphysik; aber es ist eine untersuchung von Wichtigkeit, den grund ihrer Möglichkeit einzusehen. Daß eine Vorstellung, welche selbst eine Wirkung des objects ist, ihm correspondiere, ist wohl zu fassen. Daß aber etwas, was bloß eine geburth meines gehirns ist, sich auf ein object als Vorstellung beziehe, ist nicht so klar. Ferner, daß mit einem von Gegenständen in mir herrührenden Eindruck noch anderer verbunden sei, folglich Wir eine Vorstellung mit der andern der Erfahrung gemäß verknüpfen, ist auch faßlich. Daß wir aber aus uns selbst mit Vorstellungen andere verknüpfen können so den vorgestellten Gegenständen Eigenschaften und prädicata verknüpfen können obgleich keine Erfahrung uns solche verknüpft gewiesen hat [...] Erfahrungserkenntnisse sind nicht bloße Eindrücke. Wir müssen selbst etwas bei den Eindrücken denken, damit solche entstehen. Also müssen doch handlungen der Erkenntnis sein, die vor der Erfahrung vorausgehe und wodurch dieselbe möglich ist. Eben so geben die Erfahrungen niemals

Posta a questão, é importante ressaltar que Tetens (1777) também investiga o fundamento desta relação, mas como o próprio Kant ressalta, ele a analisa subjetivamente.

Apesar de, literalmente, Kant colocar-se distante da proposta de Tetens (1777), a posição deste último causa forte impacto sobre ele que, até então, criticava as posições sobre o tema da relação como fora tratado por Locke, Lambert, Wolff e Crusius. Kant considerava a posição destes autores insuficiente para o tratamento da questão, pois eles não apontavam para a possibilidade de se pensar satisfatoriamente as leis que regem o entendimento, não clarificando as leis sobre as quais este se assenta e, muito menos, as leis que poderiam reger a ligação das representações com os objetos fora da experiência. Nas palavras de Kant:

Locke foi um fisiologista da razão, da origem dos conceitos [...], mas não avança além dos limites da experiência. Wolff foi um artista da razão, ele a utiliza sem buscar por suas fontes. Dogmático, não crítico. Lambert analisa a razão, mas sua crítica é defeituosa. Crusius admite princípios inatos [...], mas é inseguro quanto a usá-los além dos limites da consciência. Locke foi um influxionista e ao mesmo tempo um fisiologista da razão; Lambert, um analista e um arquiteto da razão; Wolff, um mero dogmático e; Crusius, um preestabelecista da razão. Os empiristas da razão pura. O entendimento sadio. Misólogos. [...] Locke teve o mérito de investigar a origem dos conceitos intelectuais que ele não toma como inatos. (KANT, Refl AA18:14:15, AA18: 21:22, tradução nossa)¹⁹.

No entanto, de forma diferente destes autores, Tetens (1777, p. IV) propõe a investigação do entendimento humano pautada por operações baseadas na experiência, que versam sobre uma análise psicológica da alma. Esta forma de análise das operações da alma resultaria ainda numa proximidade de seu método ao da física.

A questão a ser ressaltada aqui é que, ao propor esse método, Tetens (1777) diferencia-se dos demais pensadores e apresenta a possibilidade para se pensar a representação

warhaftig allgemeine Erkenntnisse, weil ihnen die Nothwendigkeit fehlt [...] Also müssen gewisse allgemeine Urtheile noch vor der Erfahrung in ihr liegen. . (KANT, Refl 4.473 AA18§ S. 564-565).

¹⁹ Locke ein physiolog der Vernunft, ursprung der Begriffe [...] gleichwohl bediente er sich ihrer über die Grenze der Erfahrung hinaus. Wolff war ein Vernunftkünstler, er bediente sich ihrer und forschte gar nicht nach den qvellen. dogmatisch, nicht kritisch. Lambert analysirte die Vernunft, aber die Kritik fehlt noch. Crusius alles, was ich denken kan, ist möglich [...] Locke ein influxionist, zugleich ein physiolog des Verstandes. Lambert ein Analyst und architectonisch. Wolff ein blosser Dogmatiker und mathematischer Kopf. Crusius ein praestabilist der Vernunft. (g leugnete die Unterordnung aller Grundsätze unter das principium contradictionis und wolte doch einen Ursprung angeben, kann kein merkmal angeben, welches denn eingepflanzte Grundsätze und welche unterschoben sind) Empiristen der reinen Vernunft. Gesunder Verstand. Misologen [...] Locke. Abstrahirte formulae von Sinnen oder nicht. [Na tradução francesa de GRAPPOTTE, S. 2001, Vrin, p.52 temos: [...] Locke, le second, système de l'èpigènesè ou de l'involution, acquis ou iné [...]]. (KANT, Refl AA18:14:15, AA18: 21:22).

e sua relação com o objeto partindo de uma investigação *sui generis* sobre as leis do entendimento. Essa é uma grande novidade, visto que a posição dos filósofos citados na passagem acima, não ofereceu a Kant as ferramentas necessárias para se pensar as leis do entendimento. Kant considera que a posição desses autores se resume à ideia empirista da representação de espaço sob a óptica fisiológica moderna. Por isso, para ele, não há nenhuma novidade quanto à posição defendida por todos aqueles que, de alguma forma, tentavam demonstrar que o nascimento psicológico da representação do espaço ocorria a partir do auxílio de sensações táteis e sensações visuais.

Não obstante, iniciamos este tópico partindo de uma *reflexão* de Kant a respeito da forma como ele e Tetens (1777) propõem investigar a *razão pura*. A respeito da natureza humana apontada por Kant, podemos pensá-la num sentido material e formal como o próprio Kant nos propõe. A questão é que as representações só são ligadas a fim de formar uma unidade por intermédio do entendimento. Resumidamente, no sentido material, pensamos na totalidade das aparências que são possíveis pela constituição de nossa sensibilidade; quanto à esfera formal, pode-se dizer que esta versa sobre a totalidade de regras sobre as quais devem estar todas as aparências a fim de serem pensadas como unidas numa experiência, algo que só é possível por meio da constituição de nosso entendimento. Eis o porquê da importância em investigarmos o entendimento. Outro ponto a ser ressaltado é que a investigação kantiana de 1781 também considera o aspecto subjetivo dessa investigação.

Dito isto, podemos pensar na organização das representações no espaço e tempo, e na ideia da representação e sua ligação, em Tetens e Kant. Partimos do pressuposto que, mesmo Tetens (1777) seguindo em certa medida Locke, sua posição a respeito de como as representações se originam, ou seja, sua investigação sobre a origem das representações e as *faculdades* responsáveis por originá-las e articulá-las será amplamente estendida e aprofundada. Esta posição de Tetens (1777) frente ao problema proposto por Kant o fará proferir as palavras presentes na carta a Herz, em abril de 1778: “Tetens em seu longo trabalho sobre a natureza humana tem dito coisas profundas [...]” .

Tão penetrantes que, simultaneamente, encontramos a natureza humana como elemento fundamental em ambos os autores. Estamos, agora, diante de um conceito fundamental tanto para a filosofia kantiana quanto para a filosofia de Tetens (1777): a *representação*. Mas, para explorarmos este conceito, precisamos fazer aqui um breve retrocesso argumentativo e voltarmos rapidamente a *Dissertação de 1770* e, então, pensarmos o espaço e o tempo como formas de organização das representações. Na *Dissertação de 1770*, já contamos com a ideia da relação entre *objetivo* e *subjetivo*, exposta por Kant sob o pressuposto de

condição de (representação), isto é, sobre a existência da necessidade de “leis” internas e externas do espaço e do tempo. Esta posição de Kant não é alheia a Tetens (1777), pois ele aponta para o exercício da ideia da relação entre representações sem termos, previamente, a ideia da coisa à qual ela se refere. Esta ideia de relação é a ideia de espaço e tempo, diz Tetens (1777), direcionando sua posição a respeito das partes que constituiriam a representação do todo. Ele observa que essas relações se constituem de sentimentos e sensações particulares, e que estas se relacionam e se separam dos objetos percebidos singularmente, enquanto parte do todo, cujas partes são relacionadas indistintamente. Nota-se, aqui, a reverberação sobre o tema das relações entre representações sensíveis e intelectuais. Tetens aponta que:

A unidade da sensação é percebida assim, dá-se a ideia de que num caso particular temos a ideia exclusiva no espaço e, em outro, no tempo. O Sr. Kant, pelo que sei, tem primeiramente afirmado que o espaço é de certo modo instintivo ao coordenar coisas existentes lado a lado e, portanto, não poderia ser abstraído de objetos sentidos, isto é, das sensações singulares de cada objeto, como fizeram vários filósofos ao representá-lo. O sagaz homem tem razão nisto, que a ação referente a alma com a qual esta une todo o sentimento obscuro coexiste num todo, é um efeito naturalmente necessário de sua força referente que se aplica a coisa coexistente. Mas, também é necessário que se solicite tal relação ao conceito de espaço e tempo. Mas a verdadeira e própria matéria para a ideia de espaço, é a imagem ou a representação, na qual, enquanto representação percebida constitui-se a ideia de espaço, e não o ato segundo o qual são unidos mais sentimentos para formar um todo, e sim seus efeitos, o todo unido da sensação cujas partes constitutivas são o sentimento indistinto, a saber, todo o ato unido da sensação. Supostamente o Sr. Kant tinha a mesma coisa em mente e valeu-se desta maneira de unificar todas as sensações e sentimentos em cada objeto percebido (TETENS, 1777, p. 360, tradução nossa)²⁰.

Esta passagem de Tetens aponta para uma investigação sobre a relação entre a representação e o objeto. Nota-se ainda a concordância quanto à unidade e a relação que a

²⁰ Das vereinigte Ganze der Empfindung wird wahrgenommen, und also zu einer Idee gemacht, welche in dem einen Fall die einzelne Idee von einem Raum, und in dem andern die einzelne Idee von einer Zeit ist. Hr. Kant* hat, so viel ich weis, zuerst gesagt, der Raum sey eine gewisse instinktartige Weise, die koexistirende Dinge bey einander zu ordnen, und könne also aus den empfundenen Gegenständen, das ist, aus den einzelnen Empfindungen der Objekte nicht abstrahirt seyn, wie verschiedene Philosophen sich vorstellen. Der tief sinnige Mann hat gewiss darinn Recht, daß die beziehende der Seele, mit der diese alle zugleich vorhandene dunkle Gefühle in Ein Ganzes vereiniget, eine natürlich nothwendige Wirkung ihrer beziehenden Kraft ist, die sich auf koexistirende Dinge verwendet. Auch ist es richtig, daß eine solche Beziehung zu den Begriffen von dem Raum und von der Zeit nothwendig erfordert wird. Aber die eigentliche Materie zu der Idee von dem Raum, das Bild oder die Vorstellung, die als gewahrgenommene Vorstellung die Idee von dem Raum Alle Ideen aus Vergleichung? ausmacht, ist nicht der Aktus, womit die mehreren Gefühle zu Einem ganzen vereiniget werden, sondern vielmehr ihre Wirkung, das vereinigte Ganze der Empfindung, dessen Bestandtheile die ununterschiedene Gefühle sind, das ist, der ganze vereinigte Aktus der Empfindungen. Vermuthlich hat Hr. Kant eben dasselbige im Sinne gehabt, und diese ganzen Gefühle, eine gewisse Weise des Zusammenstellens der empfundenen Gegenstände, genennet. (TETENS, 1777, p. 360).

fundamentaria. Tetens (1777) defende que cada sentimento perceptível possui sua duração. Atestamos que não se trata, aqui, daqueles sentimentos distintos ou cada objeto sentido, de cuja sensação ou representação se pode abstrair o conceito de duração e de tempo como em Kant, mas de cada ato de sentimento que se sucede em nós e que tem sua sucessão e duração. Embora nenhum objeto observável seja sentido novamente como o sentimento em geral, eles são sentidos representados e percebidos em seus próximos efeitos. O caminho proposto por Tetens (1777) pauta-se por estes atos pelos quais se chega a representação singular, que oferece o material para a abstração do tempo. E a este se pode fazer uma observação análoga a respeito do conceito de espaço, que também derivaria do ato do sentimento, de maneira geral. Assim, para Tetens (1777), espaço e tempo estariam sob o mesmo juízo, o das sensações, tornando necessário uma investigação destes atos que proporcionariam a representação singular. Nota-se que Tetens (1777) estaria apontando para a necessidade de ligação entre o sensível e o inteligível, mas diferentemente de Kant, ele não pressupõe o transcendental.

É curiosa a mudança de Tetens, pois, em 1775, em seu texto *A filosofia especulativa geral (Über die allgemeine speculativische Philosophie)*, fez do conceito de extensão um conceito abstraído simultaneamente das sensações visuais e táteis, que representariam as condições materiais. Ele derivou o conceito de espaço total, como ideia individual da totalidade das sensações visuais e táteis tomadas conjuntamente, acreditando estar em concordância com a posição de Kant, na *Dissertação de 1770*.

Atestamos, aqui, que a “chave de todo mistério”, proferido na carta de 1772, por Kant, foi explanado, em certa medida, anteriormente por Tetens, em *Versuche*. Observemos como Tetens (1777) propõe pensar a questão da relação que se estabelece entre representação e objeto: ele parte, necessariamente, da construção do conceito, de uma investigação sobre a representação ou, como ele diz, da *força representativa*, e a partir disto, pensa essa relação. Tetens (1777, p. 16, tradução nossa) atribui à representação a seguinte conotação: “o traço deixado em nós pela modificação ou realizado fora de nós por uma faculdade que em nós estabelece a nossa representação”²¹. Assim, a representação, em Tetens (1777), é a reprodução espontânea do traço duradouro deixado e conservado em nós pela primeira impressão exercida sobre a alma.

Esta posição de Tetens aponta para as sensações reprodutivas. De acordo com Tetens (1777), a sensação é posterior à primeira transformação subjetiva da afecção

²¹ “Solche von unsern Modifikationen in uns zurückgelassene, und durch ein Vermögen, das in uns ist, wieder hervor zuziehende oder auszuwickelnde Spuren machen unsere Vorstellungen aus.” (TETENS, 1777, p. 16).

determinante do objeto externo, a espontaneidade subjetiva do espírito é capaz de reformular e produzir traços causados na consciência sem ser necessário um estímulo externo e será da reprodução das percepções que nascerão as imagens gerais que Tetens (1777) distingue dos conceitos intelectuais, afirmando que:

[...] de fato o que é verdadeiro para a representação geral da cor verde é válida, como se pode ver facilmente para qualquer outra representação sensível que a imagem geral é originalmente o verdadeiro produto da força formadora que consta da união de varias impressões, que ao serem tomadas singularmente não são perfeitamente o que a imagem geral é [...].(TETENS, 1777, p. 132, tradução nossa)²².

E ainda que “a representação sensível geral não é ainda ideia geral nem conceito da força do pensar e intelecto, estas são apenas a matéria [...]” (TETENS, 1777, p. 135, tradução nossa)²³.

Faz-se necessário, então, destacar como sentimos e percebemos estas imagens em nós, e Tetens (1777) nos explica que:

[...] o perceber é uma atividade própria da nossa alma e da sua força perceptiva que, portanto estaria ligada a nós mesmos e se transformaria num sentimento de si. Assim uma coisa é receber em si a representação de um objeto, copiar o objeto, conservar em si tal cópia, e projetá-la novamente para fora e outra coisa é sentir em si e observar a representação, sua atividade e seu efeito. A consciência uni-se a sensação posterior e é na apercepção onde se reencontram o sujeito e o objeto o ato de perceber pode ser observado apenas se um objeto já foi percebido [...] a sensação ou a representação mediante a qual se percebe um objeto está presente em nós de modo particularmente vivaz [...] a razão pela qual agora percebo este objeto e não outro qualquer ocorre pelo fato de que este se encontra em mim [...]. (TETENS, 1777, p. 22, tradução nossa)²⁴.

²² [...]Daraus folget denn was von der allgemeinen Vorstellung der grünen Farbe wahr ist, das gilt, wie man leicht siehet, von einer jeden andern Empfindungsvorstellung daß die allgemeinen Bilder ursprünglich wahre Geschöpfe der Dichtkraft sind, und aus einer Vereinigung mehrerer Eindrücke bestehen [...]. (TETENS, 1777, p. 132).

²³ Die allgemeinen sinnlichen Vorstellungen sind noch nicht allgemeine Ideen, noch keine Begriffe der Denkkraft und des Verstandes. Aber sie sind die Materie und der Stoff [...]. (TETENS, 1777, p. 135).

²⁴ [...]Gewahrnehmen ist eine eigene Thätigkeit unsrer Seele und ihrer Gewahrnehmungskraft, welche alsdenn gleichsam auf uns selbst zurückgebogen wird, und in ein Selbstgefühl übergeheth. Es ist ein anders, die Vorstellung einer Sache in sich aufnehmen, die Sache nachbilden, die Nachbildung in sich aufbehalten, sie wieder hervorziehen; und ein anders, die Vorstellung und diese Thätigkeiten und deren Wirkungen. Das Gewahrnehmen verbindet sich mit der späteren Empfindung und in der Wahrnehmung, in der sich Subjekt und Objekt wieder begegnen, kann der Wahrnehmungsakt nur beobachtet werden, wenn ein Objekt bereits die Empfindung [...] oder die Darstellung wahrgenommen hat, durch die man a wahrnimmt Das Objekt ist in besonders lebhafter Weise in uns gegenwärtig [...] der Grund, warum ich dieses Objekt jetzt wahrnehme und kein anderes, liegt in der Tatsache, dass es in mir ist[...]. (TETENS, 1777, p. 22).

Tetens (1777) fala de representações sensíveis originárias, que traçariam e deixariam em nós conservado esse traço, mediante uma atividade própria da alma: a modificação precedente, produto da causa externa sobre os órgãos dos sentidos, ou sobre o estado psicológico interior. Para ele, a representação é uma modificação reativável ou, se preferir, representável. Assim, ela é igualmente o poder de antecipação. Em retomar a exigência de uma especificação das *faculdades*, a representação sensível se fixa nesta particularidade da sensação e passa a ter o poder de persistir na ausência do objeto, – esta é chamada por Tetens (1777) de *Nachempfindungen*. A persistência das impressões pertenceriam, de acordo com Tetens (1777), à ordem das representações que ela torna possível. Mas, de modo geral a descrição da estrutura repetitiva da representação conduz a atribuir um lugar central à imaginação na alma. A imaginação tem o poder de fazer ressurgir as representações. Além disso, a relação das primeiras representações sensíveis umas às outras é atribuída ao que Tetens (1777) chama de *Dichtkraft*, que enquanto invenção original pode ser aproximada da *Denkkraft*, pois ela tem o poder não somente de colocar as representações sensíveis em relação, mas ainda de inventar novas representações simples.

A sensação reprodutiva é, para Tetens (1777), um ponto fundamental no desenvolvimento da consciência, pois para que haja uma representação, se faz necessária sua presença. Para que se fale em representações, é necessário que haja modificações na alma. Há, então, uma relação entre elas, relação que é estendida por Tetens (1777). Eis seu aprofundamento quanto à posição dos filósofos acima citados:

A impressão sensível [...] corresponde a diferentes objetos externos dos quais esses são as causas em nós, [...] entre a representação [...] e a coisa externa que são a causa daquela impressão, podendo ter lugar a mesma analogia que convém imediatamente à representação, a respeito da sensação. (TETENS, 1777, p. 21, tradução nossa)²⁵.

Neste nível do processo cognitivo, a atividade da alma deve ser analisada em suas particularidades. Esta posição de Tetens (1777) é original. Visto que o autor apresenta uma análise introspectiva das alterações sofridas na alma, este método analítico diferiria do de outros psicólogos, como Locke, Priestley e Bonnet, denominavam equivocadamente de analítico. Para

²⁵Diesinnlichen Eindrücke [...], entsprechen den verschiedenen äußern Gegenständen, von denen sie in uns verursacht werden [...] der kann zwischen den Vorstellungen, die sich nur zunächst auf vorhergegangene Eindrücke beziehen, und zwischen den äußern Dingen [...] welche die Ursachen von jenen Eindrücken sind, mittelbar dieselbige Analogie statt finden, die den Vorstellungen in Hinsicht auf die Eindrücke unmittelbar zukommt. (TETENS, 1777, p. 21).

estes psicólogos a observação das mudanças na alma fundam-se sob uma perspectiva localizacionista, elas estariam apenas no cérebro, e, assim, esta é explicada como simples estados e mudanças no cérebro. Ao concentrar sua atenção nas bases fisiológicas como fonte dos processos psíquicos, a investigação dos processos psíquicos, propriamente ditos, teriam sido negligenciados. De fato, esta negligência é apontada por Tetens (1777) e a esta ele pretende opor seu método. Para tal, Tetens (1777) propõe um novo procedimento que é o da explanação introspectiva, defendendo que as mudanças da alma residiram na forma como estas ocorreriam na própria alma. Por isso, o método observativo proposto por ele ocorreria por um viés introspectivo. Neste método, a psicologia empírica deveria proceder intuitivamente através do uso da introspecção, e somente através deste modelo será possível atribuir um caráter científico a psicologia e assim sanar o problema da metafísica.

Tendo como pressuposto o método pelo qual Tetens (1777) analisa o entendimento, passamos a pensar a solução que Kant dará à questão. Quanto ao caminho percorrido por Kant, temos um indício em 1778, na *Reflexão 4951*, onde ele expõe que:

No conhecimento transcendental da razão pura, não se pode ter mais que uma prova. Porque tudo deve decorrer do conceito exposto [...] Não se pode construir todos os conceitos, apenas aqueles de grandeza, pois eles operam a síntese da intuição. Mas os conceitos dinâmicos pelos quais não é dado na intuição deve ser encontrado segundo as leis de associação transcendental, a partir do que é dado é necessário uma condição empírica que não pode ser dada *a priori*. (KANT, Refl AA18:39, tradução nossa)²⁶.

Nesta *Reflexão* é possível detectarmos a importância da síntese da intuição. A síntese é a atividade fundamental da mente humana, é ela a responsável pela ligação entre conceitos e intuições e só podemos julgar a origem de nosso conhecimento estudando a síntese. Não obstante, Kant, nesta mesma *Reflexão*, nos apresenta uma condição empírica. Esta posição em relação à síntese empírica o aproxima do método usado por Tetens, mas sua solução será pensada num plano transcendental. A este respeito apontamos a *Reflexão 5636*, que data de 1780, em que Kant nos apresenta sua posição sobre a síntese pura:

O fundamento da possibilidade de todo conhecimento empírico *a priori*, e da síntese segundo conceitos os quais têm uma realidade objetiva, reside na

²⁶In transscendentalen Erkenntnissen der reinen Vernunft ist nicht mehr als ein Beweis möglich. Weil alles aus dem vorgelegten Begriffe fließen muß [...] Nicht alle Begriffe lassen sich construiren. Nur die von der Größe, weil sie die Synthesis der anschauung ausmachen. Aber die dynamische, wodurch etwas, was nicht in der anschauung liegt, nach dem Gesetze der transscendentalen association aus dem Gegebenen Gefunden wird, bedarf empirischer Bedingung und kann *a priori* nicht gegeben werden. (KANT, Refl AA18:39).

sensibilidade pura, na imaginação pura e na apercepção pura. Pois ele diz respeito apenas aos fenômenos (que são em si contingentes e sem unidade) de modo que não nos conhecemos em si, mesmo enquanto sujeito pensante, mas outro como um sujeito. *Heavtognosie* (conhecimento de si). Todas as representações, de onde quer que venham, são, portanto, modificações do sentido interno, e sua unidade deve ser considerada sob este ponto de vista. A sua receptividade corresponde a uma espontaneidade da síntese. Seja da apreensão enquanto sensações sejam da reprodução enquanto imaginação seja da reconhecimento enquanto conceitos [...]. (KANT, Refl AA18:267-268, tradução nossa, grifo do autor)²⁷.

Temos, nesta *Reflexão*, elementos fundamentais para a execução da *dedução transcendental das categorias*, que Kant evidenciará em 1781. Esta passagem também nos auxilia a pensar que a dedução dos conceitos puros do entendimento já estava sendo redigida nesta época. Entretanto, o fator medular que desejamos mostrar aqui é que Kant, apesar de formular um plano transcendental pautado por uma síntese que torna possível o conhecimento, utiliza para sua realização elementos, como a espontaneidade, enquanto princípio da tripla síntese, e as *faculdades* que o compõem, como a apreensão, a reprodução na imaginação e a reconhecimento. Tais elementos lhe servem de ferramentas para o desenvolvimento de seu plano transcendental. Alegamos que estes elementos já estariam presentes (mesmo que de maneira distinta) no *Versuche*, de Tetens, com o mesmo fim. Por isso, defendemos que, apesar dos autores traçarem caminhos distintos para se pensar a questão – um pelo viés psicológico e o outro pelo plano transcendental –, isso não descaracteriza a influência e a apropriação de Kant dos elementos mobilizados por Tetens (1777). Defendemos que é ao perceber a complexidade do método de Tetens que ocorrerá, então, uma modificação, ou melhor, uma reorganização no pensamento kantiano. Apesar de Kant traçar um caminho transcendental, ou seja, diferente daquele de Tetens, ele enxerga no método investigativo proposto por Tetens (1777) as ferramentas necessárias para se pensar a estrutura do entendimento. Dito isto, podemos afirmar que Tetens (1777) concede a Kant um contraponto mais substancial do que aquele que ele dispunha até então, para se investigar a estrutura proposicional. Tetens (1777) propõe avançar na investigação da alma por meio de uma psicologia, de uma nova concepção de psicologia,

²⁷ In der reinen Sinnlichkeit, der reinen Einbildungskraft und der reinen Apperception liegt der Grund der Möglichkeit aller empirischen Erkenntnis a priori und der Synthesis nach Begriffen, welche objective realitaet hat. Denn sie geht nur auf Erscheinungen (die an sich zufällig und ohne Verb Einheit sind), so daß man sich eigentlich nur selbst als das denkende Subiect erkennt, alles andere aber als in diesem Einen. Heavtognosie. Alle Vorstellungen (sie mögen nun herkommen, woher sie wollen, sind doch zuletzt als modif Vorstellungen modificationen des inneren Sinnes, und aus diesem Gesichtspuncte muß ihre Einheit angesehen werden. Der receptivitaet derselben correspondirt eine spontaneitaet der synthesis. Entweder der apprehension als empfindungen oder der reproduction als Einbildungen oder der recognition als Begriffe[...]. (KANT, Refl AA18:267-268).

que se ocuparia da origem dos nossos primeiros conceitos e de sua constituição por meio das representações subjetivas, resultando num conhecimento objetivo.

É esta nova proposta de Tetens, fundada numa filosofia da subjetividade que aponta para a teoria das *faculdades cognitivas*, que preside a formação da consciência. Assim, alegamos que Tetens, antes de Kant, aponta para uma espécie de “síntese subjetiva” articulada pelas *faculdades da alma*. Nesta, a psicologia empírica passaria a ser considerada por ele como um possível meio para garantir o fundamento da objetividade das representações. Esta posição de Tetens (1777), e de certa forma a sua apreciação por Kant, caracteriza, neste momento, que Kant não está atento apenas à aplicabilidade do conceito, mas também a como este se constitui, exame que também faz parte da investigação para se estabelecer as bases do entendimento.

Além das aproximações entre os autores feitas até aqui, esta será sustentada ao demonstrarmos, a seguir, a presença de elementos psicológicos desenvolvidos por Tetens (1777), na *dedução transcendental das categorias*, de 1781, em especial na *dedução subjetiva*, e como esta influência funda-se especialmente na função da *faculdade imaginativa*, enquanto articuladora da sensibilidade e do entendimento, na primeira edição da *Crítica*. Para demonstrar tal afirmação, passaremos agora à apresentação da *dedução subjetiva*, apresentada por Kant, na primeira edição da *Crítica da Razão Pura*.

1.5 Introdução à *dedução transcendental das categorias*, na *Crítica da Razão Pura*: a *dedução subjetiva*, de 1781

A problemática em torno da questão de como a representação pode reportar-se ao objeto, que não é extraído de nenhuma experiência, já estaria presente nos textos anteriores à *Crítica*, mas esta questão incidirá vigorosamente nesta obra. Para analisá-la, Kant erige sua *Crítica* sob duas partes: a teoria dos elementos e a do método. A teoria dos elementos compõe-se de uma estética que trata das formas puras da sensibilidade, de uma lógica que se refere às formas puras do entendimento e, por fim, da razão. A lógica transcendental divide-se em analítica e dialética. A analítica, por sua vez, divide-se em analítica dos conceitos e analítica dos princípios.

Na analítica dos conceitos encontramos um tratamento maior com relação ao poder do entendimento. É em seu segundo capítulo que encontramos a *dedução transcendental das categorias*. A *dedução* é, ali, caracterizada por Kant (KrV A.98) como “ligada a tantas dificuldades [...] num caminho ainda não trilhado [...]”. Esse caminho ainda não trilhado é justificado por Kant, da seguinte maneira:

Como os diversos conceitos que constituem o tecido muito mesclado do conhecimento humano, alguns há que se destinam também a um uso *a priori* (independente da experiência) e este seu direito requer sempre uma dedução, porque não bastam às provas da experiência para legitimar a sua aplicação, é preciso saber como se pode reportar a objetos que não são extraídos de nenhuma experiência. Dou o nome de dedução transcendental à explicação pela qual esses conceitos se podem referir *a priori* a estes objetos e distingo-a da dedução empírica, que mostra como se adquire um conceito mediante a experiência [...]. (KANT, KrV A.85 B.117).

Temos, nesta passagem, o argumento fundante de Kant quanto ao problema da aplicação dos conceitos a objetos *a priori*, e como é posto literalmente. Kant (KrV A.85 B117) diz: “[é] a esta investigação que dou o nome de dedução transcendental”. Ao mesmo tempo em que há, aqui, um distanciamento em relação a Tetens (1777), temos uma *dedução subjetiva* que os aproxima. Entendemos que tal posição deve-se às formas propostas por Kant para a investigação do entendimento que divergem apenas quanto ao método: uma reporta-se aos objetos do entendimento puro; outra, está sob o ponto de vista das *faculdades cognitivas*, sobre as quais se assenta o entendimento puro. Tal dualidade pode ser pensada se considerarmos que a função da *dedução transcendental*, de Kant, não é outra senão a de compreendermos a relação entre entendimento e sensibilidade, como exposto nesta passagem:

Na dedução transcendental das categorias, porém, nada mais tínhamos a fazer do que tornar compreensível esta relação do entendimento à sensibilidade e, mediante esta, a todos os objetos da experiência, por conseguinte, a validade objetiva dos seus conceitos puros *a priori* e estabelecer assim sua origem e a sua verdade. (KANT, KrV A.128).

Nota-se, nesta passagem, a semelhança com a problemática posta em 1772 que estaria atrelada ao problema investigado também por Tetens (1777), isto é, a relação entre sensível e inteligível. Porquanto a *dedução transcendental* estabeleceria, então, que as categorias possuem, *a priori*, valor de conhecimento objetivo. Tratando-se de mostrar como tais conceitos *a priori* teriam semelhante valor, legitimando o uso dos conceitos puros na esfera da experiência possível. Desta forma, a *dedução das categorias* só terá sua validade justificada se puder ser demonstrado que um objeto só pode ser pensado graças a ela e será através dela que se realizará a unidade sintética de todas as aparências. Estas aparências devem estar na experiência submetida às condições da unidade necessária da apercepção, e ao realizar a unidade sintética de todas as aparências estas convertem-se em fenômenos.

Tomando como norteador de nosso argumento a ideia de síntese proposta por Kant, dado que será através dela que se apresentará a solução ao problema. Acompanharemos o seu argumento que aponta “para o estudo da síntese, é para ele que devemos primeiramente dirigir nossa atenção [...]” (KANT, KrV A.78 B.103).. O papel da síntese no método kantiano é o de juntar as diversas representações numa unidade responsável por ligar conceitos e intuição. A questão é que, em 1781, a síntese é apresentada também numa *dedução subjetiva* e a sua atividade distribui-se em termos de apreensão, imaginação e reconhecimento, ou seja, numa tripla síntese que é necessária em todo conhecimento. Nas palavras de Kant, sínteses que “nos conduzem as três fontes subjetivas do conhecimento e que tornam possível o entendimento [...]”. Entende-se, assim, o porquê de Kant (KrV AXVII) dizer, no prefácio da *Crítica* em 1781, que “estuda-o [entendimento puro] subjetivamente do ponto de vista da sua possibilidade e das faculdades cognitivas em que se assenta [...]”. Dito isto, avançaremos sob o papel que é atribuído ao entendimento nesta investigação e sua relação com a síntese na *dedução subjetiva*.

Assim, nosso intuito recai, neste momento, sobre a apresentação do que Kant chamará na *Crítica* de *dedução subjetiva*. Salientamos ainda como a investigação kantiana também recai neste momento sob o território da metafísica. Testemunhamos que, na *Dissertação de 1770*, a posição de Kant é clara, e na metafísica não se encontram princípios empíricos, os conceitos que nela se apresentam não se devem procurar nos sentidos, mas sim, na própria natureza do entendimento puro, motivo pelo qual a psicologia empírica estaria, até então, excluída da metafísica. No prefácio da *Crítica*, encontramos algumas passagens que caracterizam a metafísica enquanto ciência, por exemplo: “houve um tempo em que esta ciência (a metafísica) era chamada rainha de todas as outras [...]” e “Ora a metafísica, segundo os conceitos que dela apresentamos aqui, é a única de todas as ciências que pode aspirar a uma realização semelhante [...]”, e ainda na *Arquitetônica da razão pura*, na qual Kant (KrV) descreve a metafísica como conhecimento filosófico (tanto verdadeiro como aparente) derivado da razão pura.

Este adendo, mesmo breve, é importante, pois estamos, neste momento, nos preparando para demonstrarmos pontualmente o método de Tetens (1777) e a apropriação dos elementos, ali, desenvolvidos por Kant, e como estes incidiram na *dedução transcendental*. O que temos que ter em mente, aqui, como limiar é que Kant ainda pensa a metafísica como ciência e livre de pressupostos empíricos, mas que, na *dedução subjetiva* em 1781, encontramos factualmente elementos empíricos tratados num plano em comum, isto é, sob a esfera metafísica.

Nesta *dedução*, como afirmamos, nota-se a existência de elementos empíricos (psicológicos), isto é, princípios empíricos sobre os quais se assentaria o entendimento puro. Mesmo sendo relativamente claro quanto ao fundamento *a priori* para a possibilidade de uma experiência em geral. Kant (KrV AXVII), em 1781, coloca-nos defronte a existência de duas deduções e é literal a este respeito afirmando que “[...] se minha dedução subjetiva não lhe tiver criado a inteira convicção que espero, a dedução objetiva [...] é a que aqui me importa [...]”.

Sustemamos que Kant caracteriza, nesta passagem, a investigação das *faculdades* do entendimento em busca das causas, isto é, trata-se, neste momento, de uma atenção por parte de Kant, apesar de minoritária, sobre as *faculdades cognitivas* em que se assenta o entendimento puro. Contudo, defendemos que isso não deveria obscurecer sua proposta, pela qual introduz um novo tipo de investigação *a priori*, chamada por ele de *filosofia transcendental*. Mesmo classificando como necessária essa investigação das *faculdades*, estamos claramente diante de uma nova esfera investigativa, isto é, o plano transcendental que não permitiria nada de empírico.

De fato, só podemos compreender adequadamente esta posição obscura de Kant se nos atentarmos à função da *dedução subjetiva* e, principalmente, aos elementos que a compõem, apropriados diretamente da filosofia de Tetens (1777). Começamos por apontar esta influência na passagem A.79, da *Crítica*, na qual Kant afirma que:

O que primeiro nos tem de ser dado para efeito do conhecimento de todos os objetos *a priori* é o diverso da intuição pura; a síntese desse diverso pela imaginação é o segundo passo, que não proporciona ainda conhecimento. Os conceitos, que conferem unidade a esta síntese pura e consistem unicamente na representação desta unidade sintética necessária, são o terceiro passo para o conhecimento de um dado objeto e assentam no entendimento. (KANT, KrV A.79).

Como destacamos, Kant (KrV A.95) pensa no problema da relação entre sensibilidade e entendimento pautado pela ideia de uma síntese transcendental, em 1781, ou seja, para conhecermos objetos *a priori* necessitamos de uma síntese pura, isto está claro. Porém, Kant atribui às sínteses um uso empírico e inicia a *dedução subjetiva* afirmando que:

Há, porém, três fontes primitivas (capacidades ou *faculdades da alma*) que encerram as condições de possibilidade de toda experiência e que, por sua vez, não podem ser derivadas de qualquer outra *faculdade* do espírito: são os sentidos, a imaginação e a apercepção. Sobre elas se fundam 1) a sinopse do diverso *a priori* pelos sentidos; 2) a síntese do diverso pela imaginação; finalmente, 3) a unidade dessa síntese pela apercepção originária. Todas estas

faculdades têm, além de um uso empírico, um uso transcendental. (KANT, KrV A.95).

Kant aponta para a empreitada da *dedução*, na qual, conforme o autor, conceitos puros (*a priori*) não poderiam conter nada de empírico, mas teriam que ser condições puras *a priori* de uma experiência possível. Assim, só podemos compreender como são possíveis conceitos puros do entendimento ao “investigar quais sejam as condições *a priori* das quais depende a possibilidade da experiência e lhe servem de fundamento quando se abstrai de todo elemento empírico dos fenômenos” (Kant, KrV A.96). Contudo, ele ressalta também que devemos considerar as fontes subjetivas que constituiriam os fundamentos *a priori* da possibilidade da experiência, ou seja, as sínteses *a priori* fundam-se sob as *faculdades* (sentidos, imaginação e apercepção) caracterizando a necessidade das fontes subjetivas, tal como é defendido por ele nesta passagem:

Se qualquer representação particular fosse completamente alheia às demais, se estivesse como que isolada e separada das outras, nunca se reproduziria alguma coisa como o conhecimento, que é um todo de representações comparadas e ligadas. Se, pois, atribuo ao sentido uma sinopse, por conter diversidade na sua intuição, a essa sinopse corresponde sempre uma síntese e a receptividade, só unindo-se à espontaneidade, pode tornar possível o conhecimento. Esta espontaneidade é, então, o princípio de uma tripla síntese, que se apresenta de uma maneira necessária em todo o conhecimento, a saber: a síntese da apreensão das representações como modificação do espírito na intuição; da reprodução dessas representações na imaginação e; da sua reconhecimento no conceito. Estas três sínteses conduzem-nos às três fontes subjetivas do conhecimento que tornam possível o entendimento e, mediante este, toda a experiência considerada um produto empírico do entendimento. (KANT, KrV A.97-98).

Esta citação é valiosa para nossa argumentação, pois é possível observarmos nitidamente nela as semelhanças com o que nos propõe Tetens (1777). Muito embora Kant deixe claro o uso transcendental destas *faculdades*, a forma como ele as apresenta causa certa confusão. Dada a explicação da investigação feita por Kant, o fato de ele atribuir às *faculdades* essa “dupla” função obscurece a tarefa das condições puras *a priori* da experiência possível, isto é, de uma síntese transcendental pura *a priori*. Em contrapartida, tal posição sustenta a necessidade que o diverso tem de unir-se à espontaneidade para que ocorra uma síntese, bem como sua aproximação com os elementos de Tetens (1777).

Para demonstrar esta semelhança, examinaremos cada *faculdade* que compõe a tripla síntese e analisaremos o que Kant quer dizer ao apontar para o uso empírico e transcendental das sínteses. Essas, de fato, seriam dotadas de tal característica? Faremos esta

apresentação partindo da ordem que o próprio autor oferece: apreensão, reprodução e reconhecimento e, assim, demonstraremos que cada uma possui sua própria característica, enquanto fundamento que o entendimento exigiria para se pensar o objeto (conhecê-lo). A importância deste exame não é só o de apontar a similaridade, mas também o de podermos posteriormente caracterizar a função da *faculdade imaginativa* em Kant, e focarmos na questão problemática gerada por ela na exposição da dedução, em 1781.

Dito isto, iniciaremos pela síntese da apreensão. Consideramos que a intuição tem em si um diverso que é representado mas não é unificado. Para que desse diverso surja a unidade da intuição, primeiro deve-se “perpassá-lo, acolhê-lo e, ligá-lo” (Kant, KrV B.102). De acordo com Kant (KrV A.99), “esta operação está diretamente orientada para a intuição [...] esta síntese da apreensão deve também ser praticada *a priori*”. Desta forma, essa síntese exprimiria o princípio transcendental da possibilidade de todo o conhecimento em geral. Mas, temos que atentar aqui para a afirmação de Kant de que para representar o diverso como tal é necessária uma sucessão de impressões. Contudo, a simples sucessão de impressões não seria suficiente para constituir o diverso.

Ao apontar para uma sucessão, Kant estaria colocando a questão sob a exegese do tempo. Distinguir o tempo numa tal série suporia a possibilidade de uma diversidade própria do tempo, que não se esgotaria propriamente na simples sucessão de impressões. Distinguir o tempo pressuporia a receptividade do sentido interno, conferindo uma espécie de sucessão subjetiva que percorreria o diverso e, então, lembrá-lo dessa forma se a experiência temporal produz um diverso homogêneo. A unidade da intuição se reconstrói da mesma forma, mas não através do percurso do diverso temporal, e sim tomando o conjunto da representação cognitiva (espaço). Desta forma, notamos a indicação de Kant sobre a funcionalidade dessa síntese de apreensão atuar tanto *a priori*, quanto empiricamente.

A segunda síntese apresentada por Kant é a síntese da reprodução na imaginação. Essa diz respeito à lei empírica cujas representações se associam estabelecendo uma ligação. Para Kant (KrV A.102), “deve-se, portanto, haver qualquer coisa que torne possível esta reprodução dos fenômenos servindo de princípio *a priori* a uma unidade sintética e necessária dos fenômenos”.

Se, pois podemos mostrar que mesmo as nossas intuições *a priori* mais puras não originam conhecimento a não ser que contenham uma ligação do diverso, que uma síntese completa da reprodução torna possível, essa síntese da imaginação também está fundada previamente a toda experiência, sobre princípios *a priori*, e é preciso admitir uma síntese transcendental pura desta imaginação [...] se deixasse sempre escapar do pensamento as representações

precedentes [...] e não as reproduzisse a medida que passa às seguintes, não poderia jamais reproduzir-se nenhuma representação completa, nem nenhum dos pensamentos mencionados precedentemente [...]. A síntese da apreensão está, portanto, inseparavelmente ligada à síntese da reprodução [...]. A síntese reprodutiva da imaginação pertence aos atos transcendentais do espírito [...]. (KANT, KrV A.102).

Kant é claramente insistente sobre o fato de que a síntese reprodutiva está ligada à síntese da apreensão. Nota-se ainda que a imaginação pertenceria aos atos transcendentais do espírito, e não ao princípio de um conhecimento. Assim, a imaginação estaria presente num conhecimento onde os fenômenos não se apresentam objetivamente, mas sim, subjetivamente, ou seja, a função da imaginação, aqui, está mais próxima da *imaginação formadora* de Tetens (1777) do que aquela que nos propõe Kant.

A respeito da imaginação produtiva, Kant sustenta que

[...] a imaginação pura [...] serve *a priori* de princípio a todo conhecimento [e que] a imaginação é portanto, também uma faculdade de síntese *a priori* e é por isso que lhe damos o nome de imaginação produtora e, na medida em que relativamente a todo diverso do fenômeno, não tem outro fim que não seja a unidade necessária na síntese desse fenômeno, pode chamar-se a função transcendental da imaginação. (KANT, KrV A.123-124)

A unidade só ocorreria graças a essa causa primária e esta, nas palavras do próprio Kant, trata-se de um princípio subjetivo:

É, porém, claro, que mesmo esta apreensão do diverso não produziria, por si só, nem uma imagem nem um encadeamento de impressões, se não houvesse aí um princípio subjetivo capaz de evocar uma percepção, da qual o espírito passa para outra, depois para a seguinte e, assim, é capaz de representar séries inteiras dessas percepções, isto é, uma *faculdade* reprodutiva da imaginação, *faculdade* que é também apenas empírica. (KANT, KrV A.121).

Nesta passagem, Kant literalmente se coloca numa posição de dependência quanto à *faculdade* reprodutiva. Esta declaração lhe causará problemas interpretativos em relação a sua posição metodológica transcendental, os quais são ampliados por declarações do tipo “a síntese reprodutiva da imaginação pertence aos atos transcendentais do espírito [...]” e “[...] designamos esta faculdade por *faculdade* transcendental da imaginação”.

A última síntese apresentada por Kant é a reconhecimento no conceito. Essa concederia consciência ao que pensávamos, pois de nada adiantaria a reprodução se o diverso nunca formasse um todo sem unidade, que somente a consciência lhe poderia conferir. De nada adiantaria apenas organizar as unidades sensíveis sem a consciência de que sou eu que as ligo;

ao conceito é necessária a unidade da síntese. Seria a consciência aquela que reúne numa representação o diverso, “sucessivamente intuído e depois também reproduzido”.

A recongnição, como descrita por Kant, apontaria para a identidade dos elementos reproduzidos com os elementos percebidos. Kant (KrV A.105) atenta que “uma vez que temos que nos ocupar com o diverso de nossas representações e como aquele X, que lhes corresponde (o objeto), não é nada para nós, pois deve ser algo diferente de todas as nossas representações [...]”. Todo o conhecimento exige um conceito, o qual é, porém, quanto à forma, algo universal e que serve de regra. Contudo, Kant (KrV) assinala que toda necessidade tem sempre por fundamento uma condição transcendental e que deve se encontrar, portanto, um princípio transcendental da unidade da consciência na síntese do diverso de todas as nossas intuições, logo também nos conceitos dos objetos em geral.

Neste sentido, consideramos que, para Kant, esta condição originária e transcendental seria a apercepção transcendental, e esta precederia a apercepção empírica, de forma que o conhecimento possa tomar consciência da função pela qual liga sinteticamente o diverso num conhecimento. O conceito puro deste objeto transcendental é o que em todos os nossos conceitos empíricos, em geral, pode proporcionar uma relação a um objeto, ou seja, conferir-lhe uma realidade objetiva.

Antes de prosseguimos em nossa exposição, demonstramos que Kant deixa claro, sob as respectivas sínteses, seu uso empírico, mas estabelece seu uso transcendental *a priori*, fazendo jus a citação: “Todas estas faculdades, têm, além de um uso empírico, um uso transcendental”. Percebemos, aqui, o motivo de Kant postular duas deduções para investigar o entendimento. Na *dedução subjetiva*, Kant elucida a função das *faculdades da alma*, na qual o entendimento se constitui, a fim de distanciá-la da *dedução objetiva*, na qual ele postula de maneira semelhante as mesmas *faculdades*, porém, enfatiza seu uso transcendental na investigação dos objetos do entendimento puro, ou seja, elucida o valor objetivo destes conceitos *a priori*.

Temos que estar atentos ainda ao fato de que Kant, ao atrelar a *faculdade* da imaginação ao entendimento, concede a ela o estatuto de *faculdade* fundamental enquanto condição de possibilidade da síntese, ou seja, ele atribui à *faculdade imaginativa* uma importância fundamental e necessária ao entendimento. Além desta conotação, ele atribui à imaginação produtiva a unidade sintética, ou seja, falamos, aqui, de predicados que através da experiência se formam como algo novo, construído. Por outro lado, esta construção requer a possibilidade da repetição da experiência, atrelando a *faculdade imaginativa produtiva* à *reprodutiva*. A questão é que a experiência, aqui, não é a mera posição de fenômenos no ânimo

em razão da sequência das percepções, e sim, a organização do ânimo numa unidade sintética daquilo que é recebido pela intuição. A posição de Kant quanto à *faculdade imaginativa* torna-se assim um capítulo à parte nesta problemática que Kant propicia ao assentar o entendimento sobre as *faculdades do ânimo*.

Consequentemente, se por um lado essa síntese é o ato pelo qual a unidade sintética da apercepção é produzida e, presumivelmente, conta com seu *status* transcendental, por outro lado, essa síntese assujeita-se à condição de unidade analítica da apercepção desde que esteja em conformidade com a unidade absoluta desta última. Dito em outras palavras, há uma reciprocidade ou uma bicondicionalidade entre as sínteses da imaginação e a unidade da apercepção articulada na *dedução* de 1781, a fim de tornar a experiência possível e, consequentemente, a ligação do conceito com a intuição, posição que desaparecerá em 1787.

Alegamos que esta bicondicionalidade deve ser tomada com cuidado, pois ela parece exigir a existência de um sujeito substancial que sente. Considerando esta possibilidade, temos de nos atentar também ao fato de que já em 1781, nos *Paralogismos*, a apercepção parece designar a unidade que cresce dentro da unidade do *Eu substancial* (consciência de si próprio). A este respeito é importante salientar que esta consciência de si próprio, vista como apercepção empírica (ou sentido interno), é “a consciência de si mesmo de acordo com as determinações do nosso estado em percepção interna”. Mesmo que Kant (KrV B.132) apenas em 1787 esclarecesse que “[...] todo o diverso da intuição possui uma relação necessária ao Eu penso, no mesmo sujeito em que esse diverso se encontra”. Sua aversão à substancialidade do *Eu* é claramente vista na edição de 1781 dos *Paralogismos*, inclusive num tópico intitulado *Crítica ao paralogismo da psicologia transcendental*.

De fato, esta questão assombra Kant (KrV), pois se houvesse uma apercepção de si, uma consciência da própria existência, uma conversão do *Eu transcendental* numa substância (*Eu substancial*) capaz de atuar como um *fundamento do pensamento*, não se cometeria apenas um paralogismo, mas se colocaria todo o plano transcendental em risco: eis, aqui, um ponto importante do distanciamento metodológico entre Tetens e Kant. O que torna imprescindível a Kant recorrer a uma apercepção transcendental como fundamento *a priori*, caso não realizasse a refutação da apercepção empírica nos *Paralogismos*, toda a filosofia transcendental correria o risco de tornar-se uma psicologia empírica.

Considerando esse material sobre a *dedução subjetiva*, podemos pensar, de antemão, que esses elementos postos por Kant, ali, contribuíram não só para pensarmos a questão da apercepção, mas também para pensarmos as *faculdades* que atuariam nessa síntese,

partindo das modificações do sentido interno, o que caracteriza também um exame empírico em psicologia.

Apesar da psicologia, para Tetens (1777), gravitar em torno da distinção (funcional) entre matéria e forma do conhecimento, a matéria é fornecida através de percepções empíricas dos sentidos externo e interno; já à forma cabe o trabalho da função subjetiva do ânimo. Fala-se, aqui, de juízos que se fundamentam sob o plano subjetivo. Por causa disto, a psicologia, para Tetens (1777), é a análise das funções subjetivas que constitui a representação sob o ponto de vista formal. Mas, para Kant, há regras, isto é, juízos como condição da unificação das representações dadas numa consciência. A regra que unifica determinadas representações é dada pelo entendimento às aparências, mas é também descoberta por ele graças ao processo de conhecimento. O entendimento é, para Kant, a *faculdade das regras*, ele não só aplica regras na unificação do múltiplo da intuição, mas “propicia as condições para tal unificação” (KANT, KrV A.126)

Disto concluímos que, ao analisarmos o campo de investigação transcendental kantiano em 1781, de fato reconhecemos elementos que poderiam ser interpretados como psicológicos, e que Kant os aproxima da esfera que ocupa o transcendental (puro *a priori*). Caracterizou-se, assim, a apropriação feita por Kant desses elementos, dentre os quais destacamos como o principal a *faculdade da imaginação*, não só pela função relevante que exerce tanto na *dedução subjetiva* quanto na esfera transcendental, identificando-a como um dos principais elementos da *dedução* kantiana, bem como uma das principais fontes da obscuridade do texto kantiano. Dada a devida importância a esse elemento fundamental em Kant e Tetens, passaremos à demonstração da presença deste elemento na *dedução*, de 1781.

1.6 A presença de elementos psicológicos na *dedução subjetiva* de 1781: a faculdade imaginativa de Tetens e sua função na *dedução subjetiva* de Kant

Neste momento, debruçaremos-nos sobre a *faculdade imaginativa*, cuja função desempenha um papel crucial tanto no sistema de Tetens, em sua *Realisierung*, quanto no de Kant, em sua *dedução*. Enfatizamos a ideia da apropriação da *faculdade imaginativa*, articulada por Tetens (1777), por Kant, da mesma maneira como ela é posta no *Versuche*. Assim, vê-se que Kant, ao aproximar as duas *faculdades imaginativas* (*reprodutiva e produtiva*), forneceu subsídios para fundamentar um critério interpretativo para uma leitura psicológica da *dedução* de 1781. Apesar dessa posição encontrar sustentação em algumas passagens do texto kantiano,

consideramos que ela poderia ser reparada ao clarificarem-se as respectivas funções dessa(s) *faculdade(s)* em relação ao seu método.

Apresentada nossa tarefa, partiremos do papel da *faculdade imaginativa* na tripla síntese kantiana, já explorada anteriormente. Tomando como ponto de partida esse pressuposto, retomaremos a sua função e a forma como ela é articulada, primeiramente, por Tetens, em *Versuche*. Após a realização dessa tarefa, apresentaremos pontualmente as consequências que a apropriação feita por Kant da *faculdade imaginativa* acarreta em sua *dedução*.

No método de Tetens (1777), a função na *força representativa* é enfatizada desde o início. Tetens (1777) considera a *força representativa* como uma força fundamental da alma, a sua *vis representativa*. Tetens (1777), partindo de Locke, tem como objetivo uma análise psicológica a fim de indagar a natureza do homem, iniciando pela alma e suas manifestações. A proposta do *Versuche* é lançar luz sobre o caráter essencial da natureza humana, sobre os atos do intelecto, sobre suas leis e sobre sua *faculdade* fundamental. Porém, apesar da forma metodológica de Tetens (1777) assemelhar-se à de Locke em alguns pontos (como por exemplo: a observação de um único procedimento psíquico; o trabalho de análise capaz de identificar as várias *faculdades*; a comparação de casos individuais observados e a generalização mediante a qual é possível alcançar a proposição empírica geral), estas semelhanças não são unânimes em relação à posição empírica geral. Nesta, Tetens (1777) diverge claramente de Locke, visto que a generalização da proposição empírica particular é um processo necessário para auxiliar a observação, a qual por si refere-se exclusivamente ao individual, ou seja, o que está contido nele e o modo sob o qual é produzida a lei que rege suas causas intrínsecas e externas. Portanto, do ponto de vista metodológico, Tetens (1777) entende que a pesquisa psicológica caracteriza-se pela rigorosa imposição empírico-observativa, sendo a única disciplina que teria um procedimento semelhante à física. Por isso, Tetens (1777) adere ao mesmo método observativo-descritivo, próprio da ciência natural, divergindo claramente de Locke, pois atribui uma conotação científica à psicologia, conferindo-lhe a autonomia e a universalidade próprias das ciências.

Este método observativo-descritivo é de fundamental importância para se entender o processo cognitivo para Tetens. O autor (1777) aponta como necessário o emprego da tripartição da força cognitiva, a qual tem como um de seus componentes principais a *força representativa* incumbida de lhe fornecer o material. Por este método, Tetens (1777) negaria a todas as diversas manifestações psíquicas a peculiaridade que distinguiria e dissiparia a complexidade e a autonomia dos conteúdos individuais da consciência. Assim, Tetens (1777) entende que a via de acesso à alma, a única que conduz suas modificações às *faculdades*

psicológicas de que derivam, é constituída da força que, mais que qualquer outra, caracterizaria a essência humana. Esta força em questão é aquela que Tetens (1777) denomina de *força cognitiva*.

Assim, pode-se dizer que a gnosiologia de Tetens é estruturada sobre a *força cognoscitiva* que, por sua vez, é composta por três *faculdades*: a *sensação*, a *força representativa* e a *força do pensar*. Dentre estas, destaca-se a *força representativa* por sua função primordial em seu sistema. Esta compõe-se, conforme nos aponta o próprio Tetens (1777, p. 105 tradução nossa), pelas seguintes *faculdades*: a percepção, a faculdade imaginativa e a faculdade formadora. Estas *faculdades* seriam as responsáveis por conceder o material necessário para a cognição. São apresentadas por ele da seguinte forma: a *força representativa* trata-se de um ramo principal que se esgota nas *faculdades* já mencionadas: de receber, reproduzir e transformar representações, ou seja, na *faculdade perceptiva*, na *faculdade imaginativa ou fantasia* e na *faculdade formadora*. Nas palavras de Tetens:

[...] receberíamos a representação originária das sensações em nós e as manteríamos a fim de reproduzi-las como apreendida de cada objeto sentido, este seria o papel da *faculdade perceptiva*, ou seja, da *apreensão*. Mas esta representação sensível pode ser reproduzida mesmo que estas primeiras sensações tenham cessado, ou seja, são reproduzidas até que possam ser percebidas conscientemente. A primeira representação sensível liga-se uma a outra na alma, na mesma ordem na qual foram produzida, uma após a outra. Elas alinham-se uma com as outras, se as representações intermediárias menores se precipitam, aquelas mais distantes da sensação se aproximam pela *faculdade imaginativa*. Isso ocorre quando repetimos muitas vezes uma série de sensações, mas estamos atentos apenas a algumas partes do todo, por isso, muitas vezes, mesmo uma sensação semelhante separada reconhece-se como parte de um todo e constitui uma representação composta [...], portanto, a lei de associação da ideia é composta. As representações são despertadas uma após a outra conforme sua precedente ligação e sua semelhança. (TETENS, 1777, pp. 105-107, tradução nossa, grifos nossos)²⁸.

²⁸ [...] Erstlich, wir nehmen die ursprünglichen Vorstellungen aus den Empfindungen in uns auf, und unterhalten solche, indem wir nachempfinden, und wir verwahren diese Nachempfindungen als aufgenommene Zeichnungen von den empfundenen Objekten in uns. Dieß ist die Perception oder die Fassungskraft. Die ersten Empfindungsvorstellungen legen sich in der Seele in derselbigen Ordnung an einander, in welcher sie nacheinander hervorgebracht worden sind. Sie reihen sich an einander, und wenn die kleinern Zwischenvorstellungen zwischen andern herausfallen, so rücken die in der Empfindung etwas entfernte in der Einbildungskraft dichter zusammen. Dieß geschieht gewöhnlicher Weise alsdenn, wenn wir mehrmalen eine Reihe von Empfindungen wiederholen, und nur auf einige sich ausnehmende Theile derselben aufmerksam sind. Eben dadurch ziehen sich oft mehrere getrennte Empfindungen als Theile in ein Ganzes zusammen, und machen eine zusammengesetzte Vorstellung aus [...] Die Vorstellungen werden auf einander wieder erwecket nach ihrer vorigen Verbindung und nach ihrer Aehnlichkeit. (TETENS, 1777, pp. 105 e 107).

Nota-se, nessa passagem, que para Tetens a função da *faculdade imaginativa* na *força representativa* é a de reproduzir representações. Contudo, lembremos que o próprio Tetens (1777) nos adverte que reproduzir não é tudo que a *força representativa* humana é capaz. Tetens (1777) lhe atribui uma *faculdade imaginativa formadora*, que busca por novas representações e imagens, e não apenas organiza sua representação. Usando o exemplo do próprio Tetens (1777, p. 107, tradução nossa), pode-se dizer que a função da *faculdade imaginativa* não se limita àquela de “[...] um observador numa galeria de quadros, mas ela pode pintá-los, além de inventar e confeccionar um novo quadro”²⁹.

Mediante tal exposição, nota-se que a *faculdade imaginativa formadora*, em Tetens (1777), é dotada de certa autonomia, pois não reproduz as percepções, e sim, produzir espontaneamente as imagens. Essa espontaneidade da *faculdade imaginativa* consiste na formação de uma nova imagem que não corresponde a nenhuma percepção anterior, e que não é diretamente provocada por uma afecção sensível atual. Nota-se que a imaginação tem um papel fundamental na *força representativa*, pois é a ela que cabe reproduzir o traço que permaneceu em nós da primeira impressão (representação sensível originária), e que ela só pode desempenhar a função de reprodução graças à *faculdade imaginativa*, tornando esta imprescindível ao seu método. A função dela é exatamente a de proporcionar a reprodução da representação instaurando associações que não se limitam à reprodução de imagens, mas que possibilitam produzi-las espontaneamente. Nota-se que a *faculdade imaginativa* não concederia apenas as representações, mas as associaria formando a imagem do objeto, carecendo apenas do conceito para que chegasse à consciência, como é posto pelo próprio Tetens, nesta passagem:

A força do pensar enquanto contém em si também a *faculdade* da relação, coincide com a *força representativa*. É evidente a analogia entre a regra fundamental segundo a qual a *força representativa* uni, separa, compõe e decompõe imagens e aquela segundo a qual a força de pensar reconhece como idêntica e diversa, como unida e separada. Esta semelhança da lei de agir parece tornar manifesto que a força de pensar, enquanto *faculdade* da relação, não é outra coisa que a *força representativa*, enquanto esta apresenta e ordena a imagem disponível. Em primeiro lugar, todo pensamento requer representações e uma ligação representativa. Enquanto sentimos, reagimos de modo simplesmente sensível às impressões provenientes do exterior, ou da modificação passiva causada em nós pela força interna, sem sequer termos ciência dela! A sensação deve pelo menos ser transformada numa representação sensível. A reconhecimento exige um colocar em confronto uma representação com outra e assim mais representações [...] A lei da força do

²⁹ “[...] wie der Aufseher über eine Gallerie die Bilder, sondern sie ist selbst Mahler und erfindet und verfertigt neue Gemälde.” (TETENS, 1777, p. 107).

pensar, está de acordo com a lei da *força representativa*. (TETENS, 1777, pp. 594 e 596, tradução nossa, grifos nossos)³⁰

Em Tetens (1777), a chegada à consciência dá-se através da *força do pensamento* (*Denkraft*), que confere caráter objetivo às representações produzidas pela sensação. Tetens (1777, p. 295-305) a define como faculdade de conhecer as conexões e as relações das coisas. Trata-se assim de uma *faculdade* imprescindível, a única capaz de estipular a passagem da esfera representativa àquela do pensamento, estabelecendo uma relação com o objeto. Mas esta *faculdade* estaria atrelada a *força representativa*, e é dependente dela.

Conforme afirma Tetens (1777), a relação da representação percebida com outra que lhe seja semelhante e já conhecida enquanto representação particular instituiria uma relação própria da atividade do pensamento, ou seja, a unidade de um conceito de relação com o objeto representado que é um ato da *força do pensar* e esta relação seria um ato subjetivo que conferiria objetividade à representação. Tetens (1777) ainda explica que, se tomarmos por idênticas duas coisas, quando pensamos em conexão causal, representamos uma na outra como propriedades de um mesmo sujeito, ou ambas, simultaneamente, como uma ao lado da outra ou em sucessão uma após a outra, então, ocorreria certo ato do pensar. Tal relação ou conexão, em nós, é algo de subjetivo que atribuímos a cada objeto como algo objetivo: eis o que surge da força do pensar para Tetens (1777).

Esta posição reafirma que haveria uma necessidade subjetiva e que seria sob a necessidade subjetiva que fundamos a objetiva (TETENS, 1777, pp. 506-507). Deve-se, assim, pressupor a existência objetiva da coisa fora de nós, que deve ter em nós seu fundamento psicológico que anteceda seu efeito. Por isso, Tetens (1777) defende que há no intelecto um fundamento subjetivo *a priori*, que seria necessário para fundamentar racionalmente a necessidade objetiva, pois esta mesma lei produziria um juízo sobre a impressão causada pela

³⁰ An der andern Seite fällt die Denkkraft, in so ferne sie auch das Beziehungsvermögen in sich begreift, mit der vorstellenden Kraft zusammen. Es ist eine offenbare Analogie zwischen den Grundregeln, nach welchen die vorstellende Kraft Bilder verbindet und trennet, vermischt und auflöset, und die Denkkraft sie als einerlei und verschieden, als verbunden und getrennet erkennt. Diese Aehnlichkeit der Wirkungsgesetze scheinete es offenbar zu machen, daß die Denkkraft als Beziehungsvermögen nichts anders sei, als die vorstellende Kraft, in so ferne diese die vorräthigen Bilder stellet und ordnet. So lange wir bloß empfinden, das ist, bloß fühlend auf den Eindruck von außen, oder auf die durch innere Kräfte in uns verursachte leidentliche Modifikation zurückwirken, kann auch nicht einmal das Gewahrnehmen, oder das Siehe! Die Empfindung muß zum mindesten in eine Empfindungs Vorstellung übergegangen sein. Die Empfindung muß zum mindesten in eine Empfindungs Vorstellung übergegangen sein. Das Auskennen erfordert eine Aufstellung einer Vorstellung gegen andere, und also mehrere Vorstellungen [...]. Das Gesetz der Denkkraft richtet sich also nach dem Gesetz der Vorstellungskraft. (TETENS, 1777, pp. 594 e 596).

coisa externa, e só a partir da lei universal do intelecto pode-se fundamentar sua necessidade objetiva.

Observemos, agora, como Tetens (1777) nos apresenta outra característica da *imaginação reprodutiva*:

A representação reprodutiva só é completa, quando a reprodução a partir do emprego espontâneo de nossa força entra em relação com a imagem, este é o elemento designador que se refere a objetos na imagem [...]: se uma parte qualquer de uma sensação passada é desperta, então todo estado reproduzido por ela é uma consequência. (TETENS, 1777, p. 80, tradução nossa)³¹.

A questão é que esta associação requer certa regra, visto que é através dela que se pode entender a razão pela qual, depois de termos uma ideia A, aparece em nossa mente a ideia B, mesmo que nenhuma sensação tenha incitado essa última. Assim, tal regra deve indicar de modo completo e determinado a razão da sucessão de ideias. A este respeito, Tetens (1777, p. 108, tradução nossa) pergunta: “E se a sucessão na qual a reprodução (representação) apresentasse deixasse de lado a fusão de novas sensações e dependesse apenas da fantasia?”³².

O próprio Tetens (1777) responde que se assim fosse, cada representação singular despertaria a associação de outra série inteira. Tal posição nos remete à seguinte questão: mas se assim fosse, a alma não se dispersaria? A esta pergunta Tetens (1777) nos responde da seguinte forma: uma vez que ela mantivesse lugar, ela se voltaria apenas às ideias que estariam presentes em torno de sua posição central, reprimindo a série secundária conjunta que deseja destacar-se ao mesmo tempo. A questão, aqui, é que esta lei de associação não determina nada mais do que a ordem pela qual as ideias seguem umas às outras, e isto não é suficiente. Por isso, Tetens propõe a intervenção da *faculdade imaginativa formadora*:

A espontaneidade da *faculdade formadora* intervém e busca por novas representações a partir daquelas que já existem formando um novo ponto de união, uma nova conexão e uma nova série. A força do pensar encontraria assim uma nova ligação, relação, semelhança, coexistência e uma nova dependência, formando então um novo canal de comunicação entre a ideia mediante a qual se unem imediatamente e, assim as que não lhe pertencesse

³¹ Zuweilen muß man die Reproduktion durch eine selbstthätige Anwendung unserer Kraft befördern, und unterstützen, und sich völlig mit der Einbildung einlassen [...]: wenn ein Theil einer ehemaligen Empfindung wieder erwecket ist, so wird der ganze mit ihm vereinigte Zustand hervorgebracht, ist eine Folge davon. (TETENS, 1777, p. 80).

³² Hängt die Folge, in der die Wiedervorstellungen auftreten, die Einmischung neuer Empfindungen bei Seite gesetzt, allein von der Phantasie ab? (TETENS 1777, p.108).

anteriormente seriam separadas. (TETENS, 1777, p. 113, tradução nossa, grifo nosso)³³.

Ademais, não podemos negligenciar o fato de que a associação por si só não seria suficiente para conceder validade objetiva às representações, visto que toda a formação de imagens, toda reprodução requer uma espontaneidade por parte do sujeito, como é apontado pelo próprio Tetens (1777, p. 81, tradução nossa), ao dizer que “às vezes é necessário facilitarmos a reprodução através do emprego espontâneo da nossa força como suporte para que ela entre em plena relação com a imagem, tornando perceptível a mudança ao estado anterior”³⁴.

Sendo assim, entende-se que a *imaginação reprodutiva* não se distingue segundo sua característica perceptiva, mas sim, por seu vínculo à espontaneidade. Em decorrência disto, a saída que Tetens (1777) propõe é que a faculdade de percepção na alma deve, portanto, ter ainda, por outro lado, uma grandeza variável que pode reproduzir e formar representações unificadas.

Desta forma, as percepções e representações são parcialmente semelhantes, sendo apenas a força que as distingue. Como aponta Tetens (1777, p. 25, tradução nossa), a *faculdade imaginativa formadora* é uma *faculdade* livre, criadora e autônoma de novas representações: “a força criadora da alma vai além, ela pode formar representações [...] que não são semelhantes a nenhuma outra”³⁵. O que Tetens assinala é que ela ordena os elementos após uma estrutura construída livremente, sem necessitar da semelhança entre representações sensíveis. O problema é que Tetens (1777, pp. 25-81, tradução nossa) a coloca paralelamente à *faculdade reprodutiva* que renova representações sensíveis, isto é, relembra percepções passadas à *faculdade imaginativa formadora*, afirmando que: “não podemos apenas limitar toda a potência desta faculdade formadora da alma à decomposição e à mistura de representações de modo que

³³ Das selbstthätige Dichtungsvermögen kommt dazwischen, und schaffet neue Vorstellungen aus denen, die da sind, und machet also Vereinigungspunkte, neue Verknüpfungen und neue Reihen. Die Denkkraft entdeckt neue Verhältnisse und Beziehungen, neue Aehnlichkeiten, neue Koexistenzen, und neue gen, neue Aehnlichkeiten, neue Koexistenzen, und neue Abhängig- Andere psychische Gesetze. keiten, die vorher nicht bemerket waren, und machet auf diese Art neue Kommunikationskanäle zwischen den Ideen, wodurch einige zur unmittelbaren Verbindung kommen, andere von einander abgerissen werden, die es vorher nicht gewesen sind. (TETENS, 1777, p. 113).

³⁴ Zuweilen muß man die Reproduktion durch eine selbstthätige Anwendung unserer Kraft befördern, und unterstützen, und sich völlig mit der Einbildung einlassen, wenn die Wiederversetzung in den ehemaligen Zustand bemerklich werden. (TETENS, 1777, p. 81).

³⁵ “Die Schaffungskraft der Seele geht weiter [...] kann Vorstellungen machen, die für unser Bewußtseyn einfach, und dennoch keinen von denen ähnlich sind, die wir als die einfachsten Empfindungsvorstellungen antreffen.” (TETENS, 1777, p. 25).

se possa acrescentar a ela apenas uma função constitutiva[...]. A força formadora vai além³⁶. Desta forma, Tetens (1777) acaba por apontar para o fato de que toda reprodução requer uma espontaneidade, conseqüentemente possibilitando uma interpretação de que ele atrela à *imaginação reprodutiva a formadora*.

Assim, ao proferir tais afirmações, Tetens fornece subsídios para uma ambigüidade interpretativa sobre a função da *faculdade imaginativa*. Defendemos que é este o ponto central de toda problemática que recairá sob a *dedução subjetiva*, de Kant. Na sequência, nos ateremos a ofertar os motivos para que tal seja o caso. Ao colocar a *faculdade imaginativa reprodutiva* e a *formadora* numa mesma esfera, Tetens (1777) atribui à *força representativa* um caráter tanto de organização quanto de criação de representações dependente de uma espontaneidade. Desta forma, o que Tetens faz é aproximá-las, mesmo considerando uma lei de associação exclusiva da *faculdade imaginativa formadora*, que não depende das sensações, mas que em última instância, está atrelada a um princípio empírico. O autor concede-nos a possibilidade de pensarmos uma *imaginação* que organiza e cria novas representações sem a sensação atual, ou seja, pensarmos numa espécie de *faculdade imaginativa formadora a priori*, ou ainda numa *faculdade reprodutiva* pura, mas com raízes em experiências passadas.

Esta apresentação dúbia dos conceitos, por Tetens, será conduzida por Kant, na *dedução* de 1781. Pode-se observar ainda, no *Fragmento B.12* que data dos anos de 1780, a posição de Kant, e sua proximidade com esta posição de Tetens, descrita no parágrafo anterior, bem como a ambigüidade que apontamos anteriormente. Atentemos à referida passagem:

A unidade da apercepção em relação à *faculdade da faculdade imaginativa* é o entendimento. As Regras.

A capacidade reprodutiva em relação com a unidade analítica em relação com a síntese produtiva.

A síntese da unidade da apercepção em relação ao transc.: capacidade da *faculdade imaginativa* é o entendimento puro.

Esta transc: é a única capacidade que frequentemente determina todo fenômeno em relação ao tempo por regras válidas *a priori*.

As três primeiras capacidades não podem ser explicadas.

A síntese transc: da *faculdade imaginativa* origina-se dos nossos conceitos de entendimento.

O uso empírico da imaginação baseia-se na ideia de síntese de apreensão empírica, que também pode ser reprodutiva ou feita por analogia.

No último caso ela é *faculdade imaginativa* produtiva.

A *faculdade imaginativa* produtiva é ou pura ou empírica. O puro.

³⁶ “Man umfasst die ganze Macht dieses bildenden Vermögens der Seele nicht, wenn man die Auflösung und die Wiedervermischung der Vorstellungen dahin einschränket [...]. Die Schaffungskraft der Seele geht weiter.” (TETENS, 1777, pp. 25-81).

A *faculdade imaginativa* é em parte produtiva e, em parte, reprodutiva. A primeira torna a segunda possível [...].

A *faculdade imaginativa* produtiva é: 1. Empírica na apreensão, 2. Pura, mais sensível em vista de um objeto da intuição sensível pura, 3. Transcendental em relação a um objeto em geral; a primeira pressupõe a segunda e a segunda pressupõe a terceira.

A síntese pura da *faculdade imaginativa* é o fundamento da possibilidade da apreensão empírica incluindo a percepção. Ela é possível *a priori*. [...] A síntese transcendental da *faculdade imaginativa* oferece apenas a unidade da apreensão na síntese do múltiplo em geral através da *faculdade imaginativa*. (KANT, FM/Lose Blätter AA20. B.12, tradução nossa, grifos nossos)³⁷.

Consideramos relevante, no *Fragmento (B12)*, as afirmações de Kant sobre a *faculdade imaginativa produtiva* poder ser pura ou empírica, e que esta é em parte produtiva e em parte reprodutiva, bem como a afirmação a respeito da síntese de apreensão empírica poder ser realizada de forma reprodutiva ou por analogia. Alegamos que tais afirmações caracterizariam clara aproximação com as ideias de Tetens, bem como nossa afirmação anterior de uma apropriação da forma que Tetens (1777) apresenta. Defendemos, assim, que Kant não só se utiliza de elementos desenvolvidos por Tetens (1777), mas ainda os expõe de maneira semelhante em seu método transcendental. A consequência disto é que, mesmo que Kant seja claro na *dedução transcendental* quanto à função de sua *faculdade produtiva a priori* pura, há ali, claramente, similaridades com a *faculdade formadora* de Tetens (1777) bem como, com sua exposição.

O equívoco, no qual corremos o risco de cair, fundamenta-se, certamente, no descuido em diferenciá-las: negligenciando essa diferença, acabamos por tomar uma pela outra,

³⁷ Die Einheit der apperception im Verhältnis auf das Vermögen der Einbildungskraft ist der Verstand. Regel. Im Verhältnis auf das reproductive Vermögen ist die Einheit analytisch im Verhältnis auf das productive synthetisch.

Die synthetische Einheit der apperception im Verhältnis auf das transsc: Vermögen der Einbildungskraft ist der reine Verstand.

Diese transsc: Vermögen ist dasjenige was allgemein in Ansehung der Zeit alle Erscheinungen überhaupt bestimmt nach Regeln die a priori gültig sind.

Die drei ersten Vermögen sind nicht zu erklären.

Die transsc: Synthesis der Einbildungskraft liegt allen unsern Verstandesbegriffen zu Grunde.

Der empirische Gebrauch der einbildungskraft beruht auf der synthesis der Apprehension der empirischen Anschauung die denn auch reproducirt werden kann oder nach derem analogie eine andere gemacht werden kan. Im letztern Fall ist es die productive Einbildungskraft.

Die productive Einbildungskraft ist entweder rein oder empirisch. Die reine.

Die Einbildungskraft ist theils eine productive theils reproductive. Die erste macht die letzte möglich [...].

Die productive Einbildungskraft ist 1. Empirisch in der apprehension 2. Rein aber sinnlich in Ansehung. 3. Transsc. in Ansehung eines Gegenstandes überhaupt die erstere setzt die zweyte voraus u. die zweyte die dritte.

Die reine Synthesis der Einbildungskraft ist der Grund der möglichkeit der empirischen in der Apprehension also auch der Wahrnehmung. Sie ist a priori möglich [...]. Synthesis der Einbildungskraft geht blos auf die Einheit der Apperception in der synthesis des Manigfaltigen überhaupt durch die Einbildungskraft. [...]. (KANT, FM/Lose Blätter AA20. B.12).

correndo o risco de negligenciar a função da *faculdade imaginativa produtiva* kantiana, que na *dedução*, em 1781, tem por função servir *a priori* de princípio a todo conhecimento, como elo de ligação entre o sensível e inteligível.

Embora em Kant a *faculdade da imaginação* assemelhe-se claramente àquela de Tetens (1777), há, apesar de tênue, nesta posição, uma linha demarcatória. É a essa linha que temos que nos atentar. Entendemos que Kant separa a articulação da *faculdade imaginativa*. Esta não produz representações derivadas da experiência, mas propiciará condições para a experiência. Desta forma, a síntese reprodutiva só é possível por meio da síntese produtiva, e não o contrário: a reprodução pertence às funções transcendentais da consciência, mas isto não pode ser entendido como uma aproximação da *imaginação produtiva* da *reprodutiva*, posição que é reforçada por Kant

Posto o problema da ambiguidade interpretativa, propomos como solução para resolvê-lo, clarificar suas respectivas funções, ou seja, definir a função da *faculdade imaginativa reprodutiva* e *produtiva*, em Kant, visto que já demonstramos sua função em Tetens (1777). Para realizar esta tarefa, nos socorreremos do auxílio da interpretação de Basch (1904).

Para Basch (1904, p. 427), Kant distingue inicialmente duas fontes de conhecimento: a receptividade da sensibilidade e a espontaneidade do entendimento. E mesmo que ele não tivesse feito menção à imaginação, podemos afirmar, neste ponto, que “ela consiste na função própria do entendimento na síntese, fazendo da síntese uma função da imaginação não reservando nada mais ao entendimento do que o papel de reconduzir esta síntese da imaginação para o conceito”. Desta forma, a imaginação não aparece como uma terceira fonte de conhecimento, mas é tão importante quanto as duas primeiras e, talvez, até mais. A importância a ela atribuída por Basch é semelhante àquela proposta por Heidegger em seu *Kant e o problema da metafísica*, de 1929.

Basch (1904) começa sua análise pela função da *imaginação reprodutiva* em Kant, e lhe atribui quatro funções, as quais podemos considerar já de início como operações psicológicas que, de algum modo, estarão livres e separadas do objeto percebido. Três operações lhe são então próprias, ao ponto que, sem uma delas nenhuma das outras são possíveis: reconhecimento, associação e fantasia. Conforme o comentador, ela tem o poder de reevocar objetos percebidos anteriormente, mesmo em sua ausência, ou seja, ressuscitar em nós o mundo das intuições enfraquecidas.

Desta forma, a *imaginação reprodutiva*, segundo Basch (1904), constitui-se conforme a memória, ou seja, ela desperta imagens enfraquecidas de nossas percepções

passadas e reproduz representações que são frequentemente sucedidas e fantasiosas. Quando completamente livres, elas se estendem aos sonhos ou em criações artísticas. Porém, ela não funciona desta forma sempre.

Passamos, então, a sua segunda função que consiste em tornar possíveis as percepções primitivas. Desta forma, sua função não começa após a percepção, e não se limita a despertar cópias mentais e a trabalhar sobre elas, ela apenas se inicia pela percepção.

Visto que a sensibilidade fornece-nos apenas um diverso puro, faz-se, então, necessária uma unificação, uma ligação que se manifeste através de três sínteses: a apreensão da intuição, a reprodução na imaginação e a reconhecimento do conceito. Ora, a apreensão e a imaginação operam a ligação do diverso empírico, e as percepções primitivas só serão possíveis pela apreensão e pela reprodução. Sua terceira função é, então, a de constituir os objetos sensíveis, ou seja, unir as percepções, completando, assim, seu trabalho de composição unificante. Conforme nos aponta Basch (1904, p. 429), “é a imaginação que por uma necessidade interna relaciona impressões de cor, tato, dimensões, numa imagem conjunta que se torna tal objeto particular, tal árvore, tal casa, tal homem”.

Por último, a quarta função da imaginação constitui imagens gerais correspondentes aos conceitos abstratos. Tais imagens distinguem-se de todas as imagens individuais, pois “o que entendo por conceitos particulares de tal árvore, tal casa tal homem, equivale evidentemente para os conceitos gerais de casa, de árvore e de homem” (BASCH, 1904, p. 432). Observa-se, em todas as funções, que elas visam a realização de diferentes sínteses de representação, e que estas seriam sempre sensíveis, isto é, uma síntese empírica das impressões. Falamos, aqui, evidentemente, da edição de 1781 da *Crítica da Razão Pura*.

Quanto à *imaginação produtiva*, Basch (1904) lhe atribui três funções: ela realiza a síntese pura da apreensão, a síntese da reprodução pura e, por composição do diverso, a apercepção empírica: “cada uma das três sínteses empíricas que nós temos estudado anteriormente corresponderiam a uma síntese apriorística” (BASCH, 1904, p. 430). Assim, a distinção entre as duas imaginações dá-se sobre a noção de conteúdo do conhecimento. A *imaginação reprodutiva* compõe-se de conteúdo empírico, e a *imaginação produtiva* compõe-se de conteúdo puro, ou seja, *a priori*. No entanto, a segunda deve ser tratada como condição para a primeira. Este é o ponto de divergência em relação à posição subjetiva de Tetens (1777), pois para ele o subjetivo empírico funda o objetivo empírico, enquanto para Kant o subjetivo *a priori*, enquanto estrutura universal e *a priori* do sujeito transcendental, é que funda a constituição do objetivo empírico.

Quanto à imaginação produtiva, nós não temos consciência espontaneamente, pois é necessária uma reflexão para trazê-la à luz, encontrando-se escondida nas profundezas da alma. Já a reprodutiva, por ser mais superficial, apresenta-se mais espontaneamente à consciência. Porém, a apropriação de uma pela outra se faz em cada função que desempenha, ou seja, a síntese pura da apreensão torna possível a apreensão empírica, da mesma forma que a reprodução pura condiciona a reprodução empírica, e a apercepção pura, a apercepção empírica, pois “esta imaginação produtiva é criada como esboço, como rascunho, como esquema para empregar um termo verdadeiro, mesmo que o próprio Kant tenha se servido dela apenas como sínteses do tempo pela qual a imaginação empírica é guiada na construção de imagens sensíveis” (BASCH, 1904, p. 433).

Esta função produtiva permite que Kant possa, como podemos notar, relacionar sensibilidade e entendimento. Como as sínteses da imaginação produtiva não se constituem ao acaso, mas após as regras do entendimento, o pensamento pode refazer o caminho da imaginação e então “a unidade da síntese transcendental e as leis, as regras após as quais esta unidade tem sido operada são reconhecidas como categorias” (BASCH, 1904, p. 436).

A posição defendida por Basch (1904) pode ser definida, resumidamente, sob duas ideias principais: primeiro, a *imaginação reprodutiva* confunde-se com a imaginação *a posteriori* ou empírica, e a *imaginação produtiva*, com a imaginação *a priori* ou pura. Segundo, devemos caracterizar o entendimento como uma imaginação que nos fornece a consciência de si mesmo, nem que para isso seja necessário nomear o entendimento empírico de *imaginação reprodutiva* dotada de consciência, e o entendimento puro de imaginação produtiva também dotada de consciência.

Alegamos que a argumentação de Basch (1904) pode-se atrelar à de Heidegger, considerando que Heidegger (1953, p. 232), em seu *Kant e o problema da metafísica*, é categórico ao afirmar que: “os três elementos do conhecimento puro são: intuição, imaginação e o entendimento [...]”, e que, assim sendo, Kant divide sua observação preliminar em três parágrafos:

I. da síntese da apreensão na intuição; II. síntese da reprodução na imaginação; III. da síntese da reconhecimento do conceito. A tripla síntese deve fornecer um fundamento e mostrar de maneira incontestável que a imaginação não é uma faculdade entre as demais, mas sim um elemento mediador central. (HEIDEGGER, 1953, p. 233).

O argumento de Heidegger é pautado pela passagem A.78, na qual Kant (KrV A.78) diz que “a síntese geral é, como veremos mais adiante, um simples efeito da imaginação, função

cega embora imprescindível da alma”. Para Heidegger (1929), o entendimento e a sensibilidade não podem ter sua ação considerada unilateralmente. A intuição não deve ser vista apenas a partir de seu caráter empírico, mas em suas formas puras. O entendimento não deve ser considerado apenas em seu uso puro, mas também no empírico. Heidegger (1929) observa que sem esta dualidade, a união entre intuições e conceitos não se torna possível, e aponta para a imaginação como fundamento desta unidade, sem a qual o esquematismo ruiria.

Heidegger (1929) caracteriza como seu ponto de partida o que considera uma negligência de Kant. Em seu *Kant e o problema da metafísica*, Heidegger (1929, §31) dirá que Kant negou a busca da constituição original da essência do homem, pois esta estaria enraizada na imaginação transcendental. Ainda de acordo com Heidegger (1929), é deste desconhecido (essência do homem) que Kant fala, quando faz menção a uma *origem desconhecida*. Ratificamos esta posição na seguinte passagem:

O texto pelo qual Kant introduz pela primeira vez a imaginação na Crítica, a apresenta como uma função indispensável da alma, mas esta foi modificada mais tarde de maneira bastante significativa, mesmo que este seja apenas por uma anotação feita sobre seu exemplar de trabalho. A expressão ‘função da alma’ é substituída por aquela de ‘função do entendimento’. Assim a síntese pura é atribuída ao entendimento puro. A imaginação pura não é mais indispensável como *faculdade* própria e, assim, encontra-se aparentemente destruída a possibilidade de fazer o fundamento essencial do conhecimento ontológico, tese que, portanto, o capítulo do esquematismo, permanece inalterado na segunda edição, manifesto muito claramente. (HEIDEGGER, 1991, pp. 161-162, tradução nossa, grifo nosso)³⁸.

Heidegger (1953) é explícito ao defender que na segunda edição da *Crítica da razão pura*, de Kant, a *imaginação transcendental* é eliminada de sua função de *faculdade* fundamental, sendo necessário que a *dedução transcendental* sofra uma completa remodelação. Desta forma, evidencia-se que Heidegger defende claramente uma reestruturação, na segunda edição, caracterizando uma autonomia da *faculdade imaginativa*, em 1781, e uma posterior submissão desta ao entendimento, em 1787.

³⁸ Ja sogar die Stelle, na der Kant überhaupt zum erstenmal in der Kritik der reinen Vernunft die Einbildungskraft als ein als eine unentbehrliche “Funktion der Seele” einführt, hat er nachträglich, freilich nur in seinem Handexemplar, in einer vielsagenden Weise geändert. Statt “Funktion der Seele” will er jetzt geschrieben haben: “Funktion des Verstandes”. Damit ist die reine Synthesis dem reinen Verstand zugewiesen. Die reine Einbildungskraft ist als eigenes Vermögen entbehrlich geworden und so die Möglichkeit scheinbar abgeschnitten, daß gerade sie der Wesensgrund der ontologischen Erkenntnis sein könnte, was doch das Schematismuskapitel, das auch in der zweiten Auflage unverändert geblieben ist, deutlich genug zeigt. (HEIDEGGER, 1991, pp.161-162).

Esta posição de Heidegger (1929) pauta-se por duas passagens que o autor considera fundamentais na primeira edição, mas da qual Kant se distancia, na segunda edição. De acordo com Heidegger (1953, p. 218), Kant na primeira edição trata de maneira explícita “a imaginação como uma terceira faculdade fundamental, justaposta à sensibilidade e ao entendimento”. A passagem a que Heidegger se refere é a já citada A.94, na qual Kant (KrV A.94) afirma haver “[...] três fontes primitivas (capacidades ou faculdades da alma) que encerram as condições de possibilidade de toda experiência [...] derivadas das faculdades do espírito: são os sentidos, a imaginação e a apercepção [...] todas estas faculdades tem, além de um uso empírico um uso transcendental [...]”. Dentre estas *faculdades*, Kant atribui a síntese do diverso à imaginação.

Esta primeira passagem apontada por Heidegger, conforme o próprio Heidegger comentador será substancialmente alterada por Kant ao apresentar uma exposição crítica da análise do entendimento à forma de Locke e Hume. Quanto à segunda passagem apontada por Heidegger (1929), trata-se da A.115, na qual Kant (KrV) defende que há três fontes subjetivas de conhecimento, sobre as quais repousa a possibilidade de uma experiência em geral e o conhecimento dos objetos desta experiência; que estas são: os sentidos, a imaginação e a apercepção; e que cada uma delas pode ser considerada empírica na sua aplicação aos fenômenos dados, mas todas são também elementos ou fundamentos *a priori*. Esta passagem será totalmente excluída da segunda edição da *Crítica*. Nota-se como, nas duas passagens sob as quais Heidegger (1929) apoia sua posição, existe uma semelhança bastante clara, isto é, em ambas as passagens, detectam-se o uso empírico e o transcendental das *faculdades*, e é atribuída à *faculdade imaginativa* significativa importância. Tal posição é interpretada por Heidegger (1929) como autonomia desta *faculdade* capaz de realizar uma função semelhante a do entendimento. É neste sentido que aproximamos a interpretação de Heidegger (1929) à de Basch (1904).

Por fim, temos ainda uma última passagem a destacar, a fim de caracterizar as fontes que Heidegger (1929) busca na *Crítica* para sustentar sua argumentação. Retomemos à passagem A.78, assinalada por Heidegger (1929, p. 218), na qual ele afirma que “A síntese em geral é, como veremos mais adiante, um simples efeito da imaginação, função cega, embora imprescindível, da alma [...]”. Esta posição, de acordo com o próprio autor será alterada significativamente. Tal mudança pode ser detectada no *Nachträge XLI*, em que Kant substitui a

expressão *função do ânimo* por *função do entendimento*³⁹. Assim, Heidegger (1929) entende que a substituição da expressão *função do entendimento* pela *função do ânimo* caracterizaria uma nova posição de Kant a respeito da *imaginação transcendental*, posição que enfatiza a ideia de que na primeira edição ela possuía uma função de primazia e deve ser pensada enquanto *faculdade* autônoma, exercendo uma ação semelhante à atividade do entendimento. Toda síntese, em 1781, decorreria da imaginação, posição que, segundo Heidegger (1929, p. 219), diferiria da edição de 1787 “na qual estaria claro que toda síntese se origina pelo entendimento”.

Quanto ao fundamento desta posição de mudança, caracterizada no parágrafo anterior, Heidegger (1929) enfatiza como contraponto às seguintes passagens da *Crítica*: Em B.130), Kant afirma que “[...] é um acto da espontaneidade da faculdade de representação; e já que temos de dar a esta última o nome de entendimento, para distingui-la da sensibilidade [...]”, e segue, em B.135, B.140/153): “A ligação é unicamente uma operação do entendimento [...] o poder de ligar *a priori* é do entendimento [...]”. Heidegger (1929, p. 220) argumentará ainda que “Kant não estaria satisfeito em atribuir implicitamente a função de síntese ao entendimento”. Tal argumento encontra suporte na passagem B.152), na qual Kant afirma que “[...] a síntese transcendental da imaginação é um efeito do entendimento sobre a sensibilidade [...]” e que “a ligação do diverso [...] só é possível pela consciência da determinação do seu sentido interno mediante o acto transcendental da imaginação [...]”.

Para Heidegger (1929), não há dúvidas de que estas passagens demonstram que a imaginação transcendental é, apesar de tudo, mantida na segunda edição, mas que, todavia na segunda edição, apenas seu nome esta presente⁴⁰. Fundamentado por estas passagens, Heidegger (1929, p. 220) defende que “a síntese é chamada imaginação enquanto refere-se a intuição, mas é essencialmente o entendimento”. Defendemos que Heidegger, ao confrontar as passagens da *Crítica*, pretende demonstrar que a *imaginação transcendental* já não age mais como função fundamental e autônoma, mediadora entre a sensibilidade e o entendimento, em 1787, e que na segunda edição da *Crítica*, a imaginação transcendental se dissipa e somente estas outras duas forças fundamentais do espírito são mantidas. Nas palavras do próprio Heidegger (1929, p. 220), “a função da imaginação foi em 1787 transmitida ao entendimento,

³⁹ Die Synthesis überhaupt ist, wie wir künftig sehen werden, die blosse Wirkung der Einbildungskraft, einer Function des Verstandes. (KANT, Nachträge XLI).

⁴⁰ Observemos a passagem que apoia a posição de Heidegger: Kant (KrV B.162) afirma que “É uma e a mesma espontaneidade, que ali sob o nome de imaginação, aqui sob o nome de entendimento, promove a ligação no diverso da intuição”.

prova disto é quando Kant apresenta a imaginação transcendental em 1787 como síntese *speciosa*”⁴¹.

Desta forma, evidencia-se a posição de Heidegger (1929) quanto ao papel preponderante da imaginação como elemento fundamental, em 1781, e sua respectiva mudança, na segunda edição da *Crítica*. Alegamos, assim, que Heidegger (1929) é taxativo ao afirmar que Kant “desvia-se”, na segunda edição da *Crítica*, de uma interpretação psicológica em prol de uma interpretação mais lógica, e que, na segunda edição, Kant optaria pelo entendimento puro ao invés da imaginação pura a fim de salvar a supremacia da razão. Desta forma, na segunda edição, a *dedução subjetiva* e psicológica desapareceriam totalmente. Vista a importância atribuída por Heidegger (1929) à imaginação, em 1787, podemos aproximar, mais uma vez, sua posição da de Basch (1904), que não só atribui uma posição de destaque a esta *faculdade*, como também defende sua autonomia. Já quanto à especificidade das funções das *faculdades imaginativa, reprodutiva e produtiva*, Basch (1904), diferente de Heidegger (1929), detém-se com maior acuidade em suas respectivas funções.

Atentemos a que, apesar de Heidegger (1929) expor a *faculdade imaginativa, produtiva e reprodutiva*, sua preocupação não é necessariamente expor suas respectivas funções e, sim, usá-las como argumento para defender uma mudança de posição de Kant. Desta forma, a exposição de Basch (1904), apesar de contar com certa similaridade àquela de Heidegger, oferece-nos uma descrição mais detalhada de suas funções e a possibilidade de se pensar uma possível confusão que pode ser gerada ao confundirmos a *imaginação reprodutiva* com o *a posteriori*, e a *produtiva*, com o *a priori*.

Assim, se por um lado Heidegger (1929) está correto quanto à existência de uma *dedução subjetiva*, na primeira edição da *Crítica*, e ao apontar a importância e a possibilidade de se pensar uma autonomia da *faculdade imaginativa*, em 1781; por outro, esta pesquisa defende que o problema kantiano não é alterado e que ao identificar a imaginação, ora com o entendimento, ora atribuindo-lhe autonomia, o que Kant faz não é nada mais do que confundir o leitor, atribuindo um duplo papel à imaginação, em especial à *imaginação produtiva*, obscurecendo sua posição quanto ao plano transcendental.

Desta forma, consideramos que apesar de não defendermos uma leitura psicológica da *dedução*, nem de pensarmos a *faculdade imaginativa* como entendimento do modo que

⁴¹ Kant (KrV B.151) diz que “Esta síntese do diverso da intuição sensível, que é possível e necessária *a priori*, pode denominar-se figurada (*synthesis speciosa*) para distingui-la da que em relação ao diverso de uma intuição em geral, seria pensada na simples categoria e se denomina síntese do entendimento [...]”.

fazem Basch (1904) e Heidegger (1929), reconhecemos que a exposição que Kant nos oferece da *faculdade imaginativa*, em 1781, fornece subsídios para tal critério interpretativo. Desta forma, apesar de atestarmos tal possibilidade, esclarecemos que esta não é a posição defendida nesta pesquisa. Dito isto, entendemos que o projeto transcendental kantiano permanece inalterável, e que interpretar a *faculdade imaginativa* com a mesma conotação que Kant atribui ao entendimento, mesmo em 1781, é consequência de uma obscuridade gerada pelo próprio autor.

Para pensarmos a questão em maior detalhe passamos agora a dialogar com o exímio trabalho de Calabria (2011)⁴². Para o autor, existem três possíveis interpretações do papel da imaginação na *Crítica*. O primeiro deles é uma interpretação autônoma, que considera a imaginação atuando de modo independente em relação às outras capacidades (*Vermögen*), na primeira edição da *Crítica*. A segunda interpretação é definida por ele como heteronomia. Esta segunda interpretação está em oposição a primeira, visto que na segunda edição da obra (1787), a capacidade imaginativa opera invariavelmente de modo subordinado ao comando e regulamentação de capacidades (*Vermögen*) intelectuais. E, por fim, uma terceira posição que reúne as demais interpretações, sustentando que houve uma migração da primeira edição da *Crítica* para a segunda, ou seja, uma espécie de mudança de uma concepção autônoma para uma concepção heterônoma.

O argumento de Calabria (2011) difere do de Heidegger (1929) que, como vimos acima, poderia ser pensado dentro dos moldes do que Calabria (2011) chamou de interpretação autônoma. Paraphraseando Calabria (2011, p. 94), há um grupo de intérpretes que privilegiam, na primeira edição da *Crítica*, uma autonomia da imaginação que se comporta de modo diferente em relação às outras *faculdades*. Conforme Calabria (2011, p. 95), os intérpretes que defendem tal posição, ou seja, “que a faculdade da imaginação possui a capacidade de efetuar suas tarefas com autonomia, geralmente buscam subsídios para fundamentar suas posições na primeira edição da *Crítica*”. De fato, como ratificamos acima esta posição não é absurda dentro da primeira edição da *Crítica*, visto que o próprio Kant oferece subsídios para isto.

Quanto ao argumento heideggeriano, de acordo com Calabria (2011, p. 97), Heidegger (1929) fundamenta sua posição, na seguinte passagem: “[a] imaginação transcendental, considerada então como a raiz comum de ambos os troncos, isto é, do

⁴² Destacamos, aqui, que a referência usada nesta pesquisa apoia-se na tese defendida por Calabria (2011). No entanto, através do conhecimento de suas pesquisas atuais, o estudioso alterou sua posição a respeito da pertinência da psicologia na *Crítica da Razão Pura*.

entendimento e da sensibilidade”. Para Calabria (2011, p. 98), não restam dúvidas de que Heidegger (1929) “sustenta uma concepção de primazia da imaginação transcendental”, pois é explícito quanto a isso:

[...] é precisamente a síntese pura da imaginação que ocupa a posição central no processo que, unindo os três elementos, isto é, o múltiplo dado na intuição (sensibilidade) a sua síntese pela imaginação (raiz comum) e a unidade desta síntese operada mediante sua subsunção sob conceitos (entendimento), torna possível a produção do nosso conhecimento objetivo. (HEIDEGGER, 1929, pp. 63-64 apud. CALABRIA, 2011, p. 99).

Mediante esta exposição, entendemos o conceito de autonomia usado por Calabria (2011) para classificar a posição de Heidegger (1929) sobre a imaginação. Partindo desta posição e acompanhando o argumento de Calabria (2011), passaremos agora a demonstrar um contraponto em relação à posição (autônoma) de Heidegger (1929), e que também pode ser estendido à de Bash (1904).

Calabria sustenta que

[...] neste modo de conceber a imaginação considera-se que ela somente pode executar suas tarefas e sintetizar o múltiplo da intuição em um todo unificado quando for dirigida por regras alheias, em especial as provenientes de capacidades intelectuais e que os intérpretes defensores desta posição buscam fundamentar seus argumentos na segunda edição da Crítica. (CALABRIA, 2011, p. 105).

Organizemos os argumentos do comentador. Primeiramente, Calabria (2011, p. 107) critica a posição daqueles que defendem a ideia “da impossibilidade de uma imaginação, que apesar de confinada ao domínio sensível, fosse ainda capaz de uma espontaneidade [...]”, e acabam por assimilá-la ao “entendimento o único responsável pela execução espontânea tanto das sínteses sensíveis como de suas unificações ou, pelo menos, por submeter sua conduta à direção desta faculdade intelectual”. Esta posição é a medula do argumento de Calabria (2011). Dito isto, entendemos que há para este comentador a possibilidade da imaginação pertencer ao domínio da sensibilidade e ainda assim atribuir-lhe espontaneidade. Temos que pensar, aqui, numa questão pertinente, mesmo na primeira edição de 1781, em especial na passagem A.98. Nesta passagem, Kant não atribui às sínteses, dentre elas às da *faculdade imaginativa (produtiva e reprodutiva)*, conotação de entendimento e, sim, as considera como fontes que a tornaram possível. Defendemos, assim, que, mesmo em 1781, Kant parece não atribuir a mesma capacidade à *faculdade imaginativa* que aquela que atribui ao entendimento.

Calabria (2011, p. 107) sustenta sua posição pautado pela passagem B.151-152 da *Crítica*, na qual Kant, de acordo com o comentador, oferece subsídios para se pensar que a “imaginação executa sínteses sob o governo de regras provenientes do entendimento”⁴³. Calabria (2011, p. 107), alicerçado nesta passagem da *Crítica*, argumenta que é incomum ver Kant “atribuindo o caráter de espontaneidade à imaginação, pois estamos acostumados a vê-lo atribuir tal caráter às capacidades intelectuais [...]”. De fato, o comentador está correto quanto à posição que assume, se nos determos apenas à segunda edição da *Crítica*, o que já não é o caso no que se refere à primeira edição, pois podemos observar que, nesta, o uso do termo *espontaneidade* não é tão esporádico como defende o comentador. Não obstante, acompanhamos a posição de Calabria (2011, p. 107), que contribui para ratificar a nossa posição. O comentador assinala que tanto na passagem A.94 quanto na A.78-79 e B.104, da *Crítica*, Kant afirma haver “uma mesma referência às três fontes primitivas do conhecimento, caracterizando um forte indício de que a tripartição permaneceria inalterada”. De fato, isto ocorre, pois o projeto transcendental kantiano, como defendemos, permanece inalterado.

Assim, compartilhamos da posição que Calabria (2011) assume à respeito da tripartição, quanto ao fato de esta permanecer a mesma nas duas edições, visto que desde a edição de 1781, Kant (KrV A.100) afirma que “as sínteses devem também ser praticadas a priori [...]”. Contudo, o que sustentamos é que, tanto em 1781 quanto em 1787, o problema, em geral, continua o mesmo, com a diferença de que, em 1781, Kant concede-lhe um duplo tratamento, tanto do ponto de vista subjetivo quanto objetivo, e que, em 1787, concede-lhe um tratamento prioritariamente objetivo. Observamos, assim, que o que causa diferenças interpretativas quanto a este ponto deve-se ao modo de compreender as funções que Kant atribui à *faculdade imaginativa* e o papel que esta desempenha, tanto em 1781 quanto em 1787.

Feitas estas considerações, a posição de Calabria (2011) contribui para nossa interpretação. Embora consideremos ser possível pensar a imaginação dentro do esquema da *dedução subjetiva* e caracterizá-la como autônoma, defendemos que esta posição só é possível se tomarmos como verdadeira a dubiedade que a exposição de Kant nos coloca, em especial, a respeito das funções da *faculdade imaginativa*. Desta forma, não podemos confundir a *dedução*

⁴³ “Entretanto, na medida em que a sua síntese é um exercício de espontaneidade que é determinante e não, como o sentido, meramente determinável, que, por conseguinte, pode determinar *a priori* o sentido a sua forma e de acordo com a unidade da apercepção, em tal caso a *faculdade* da imaginação é nesta medida uma *faculdade* de determinar *a priori* a sensibilidade, e a sua síntese das intuições, conforme as categorias, tem que ser a síntese transcendental da *faculdade* da imaginação, isto é, um efeito do entendimento sobre a sensibilidade e a primeira aplicação do mesmo (ao mesmo tempo o fundamento de todas as demais) a objetos da intuição possível a nós”. (KANT, KrV B.151-152 apud CALABRIA, 2011, p. 107).

subjetiva e os elementos que ali se articulam com o plano transcendental de Kant, o que também é pontuado por Calabria (2011)⁴⁴.

Apesar de demonstrarmos o quão problemática é a exposição kantiana sobre a *faculdade imaginativa* e sua função na *dedução transcendental das categorias*, em 1781, defendemos que se trata de um problema interpretativo gerado pela apropriação de Kant de elementos utilizados por Tetens (1777), e como Kant os expõe e os articula em sua *dedução subjetiva*. Defendemos assim, que a única forma de fundamentarmos nossa posição, e nos distanciarmos da interpretação que postula a *faculdade imaginativa produtiva e reprodutiva* como idênticas, seria clarificando pontualmente suas respectivas funções, em Tetens (1777) (*imaginação reprodutiva e formadora*), que consideramos distintas, bem como elucidando as funções atribuídas a ela no sistema kantiano (*reprodutiva e produtiva*).

Por fim, ao fazê-lo, acreditamos ter demonstrado as influências de Tetens sobre Kant, e como a ambiguidade ressaltada quando Kant apresenta as funções de sua *faculdade imaginativa* é uma das mais importantes, se não a causa principal, que dá margem à leitura psicológica da *dedução transcendental das categorias*, presente na primeira edição da *Crítica*, em 1781. Assim, embora a posição de Calabria (2011) possa ser confrontada em alguns pontos acerca da leitura que faz da primeira edição da *Crítica*, ressaltamos que essa nos oferece um campo sólido para pensarmos a questão da imaginação. Por fim, compactuamos, em certa medida, com sua posição a respeito da não-autonomia da *faculdade imaginativa* em relação ao entendimento e que, de fato, a imaginação está subsumida a este último desde 1781.

A fim de sustentarmos nossa posição, passaremos ao caminho que consideramos ser o mais profícuo para demonstrar a limitação da influência de Tetens sobre Kant, qual seja: analisar as divergências quanto ao método de Tetens e Kant, demonstrando como o primeiro se limita ao plano empírico, e como Kant avançará no plano transcendental, desenvolvendo não

⁴⁴ Kant (KrV A.138) afirma que “Esta representação mediadora deve ser pura (sem nada de empírico) e, todavia, por um lado, intelectual e, por outro, sensível. Tal é o esquema transcendental.” Muito embora o esquema permeie as duas edições da *Crítica*, na primeira edição pode-se aproximá-lo da *dedução subjetiva* onde o uso do entendimento seria limitado, podendo compará-las expondo a afirmação de Kant feita em A.123 (KrV): “A síntese em geral, como futuramente veremos, é o mero efeito da imaginação, uma função da alma, cega mas indispensável, sem a qual de modo algum teríamos um conhecimento, porém da qual apenas raramente somos conscientes”; e em B.129 (KrV): “A ligação *coniunctio* de um múltiplo em geral não pode nunca nos advir dos sentidos, e, portanto, também não pode estar ao mesmo tempo contida na forma pura da intuição sensível, pois é um ato da espontaneidade da capacidade de representação, e, visto que se tem de nomear a esta de entendimento, em diferença à sensibilidade, toda ligação - possamos ou não ser conscientes dela, seja uma ligação do múltiplo da intuição ou de vários conceitos, e, no primeiro caso, da intuição sensível ou não sensível – é uma ação do entendimento que designaremos com o nome geral de síntese, a fim de, com isso, ao mesmo tempo chamar a atenção para o fato de que nada podemos representar-nos como ligado no objeto sem o termos nós mesmos ligado antes, e, dentre todas as representações, a ligação é a única que não pode ser dada por objetos, mas cumprida apenas pelo próprio sujeito, porque é um ato da sua espontaneidade”.

uma psicologia, como Tetens (1777), mas sim, uma teoria dos juízos como função da unidade entre nossas representações e sua relação com o objeto.

1.7 A delimitação e a ruptura da influência psicológica de Tetens na *dedução transcendental das categorias*.

Se anteriormente destacamos a presença da influência de Tetens na *dedução subjetiva* de Kant e suas respectivas semelhanças conceituais, nossa atenção, agora, recairá sobre as dessemelhanças metodológicas entre os autores. Ou seja, já vimos como a metodologia de Tetens (1777) pôde de fato servir a Kant a fim de penetrar profundamente nos primeiros princípios da possibilidade do conhecimento em geral, porém, como inicialmente estava delimitada à *dedução subjetiva*. Demonstraremos, a partir de agora, como a aplicabilidade destes elementos no método de Tetens (1777) não condiz com aquela da condição de possibilidade proposta por Kant, confirmando nossa posição, exposta na seção anterior. A partir deste ponto, demonstraremos que, apesar de Kant apropriar-se de elementos advindos da filosofia de Tetens (1777), a aplicabilidade desses elementos não é unanimemente idêntica, caracterizando projetos e resoluções opostos.

A fim de destacar os respectivos métodos, iniciamos nossa apresentação fundamentando-a sob duas *reflexões* de Kant a respeito da filosofia de Tetens, que datam dos anos de 1778 e 1779. A *Reflexão 4901* (Refl. 4901 AA18:23, tradução nossa), já apresentada anteriormente, e na qual Kant é claro sob a separação metodológica, ao afirmar que “Tetens investiga o conceito da razão pura apenas subjetivamente (natureza humana). Eu a investigo objetivamente. A primeira forma de análise é empírica, a última transcendental⁴⁵.” Além desta separação, Kant apresenta-nos uma comparação. Na *Reflexão 4900* (Refl. 4.900 AA18:23, tradução nossa), afirma: “Não me interessa pela evolução dos conceitos como Tetens (ou seja, os atos pelos quais os conceitos são produzidos) nem com a sua análise, como Lambert, mas sim com sua validade objetiva. Eu não estou em competição com esses homens”⁴⁶. Temos, aqui, uma clara evidência do que Kant não pretende fazer. Primeiro, Kant define a investigação feita por Tetens (1777), limitando-a à análise psicológica e empírica da natureza humana, e à

⁴⁵ Tetens untersucht die Begriffe der reinen Vernunft bloss subjectiv(Menschliche Natur) ich objectiv. Iene analyses ist empirisch , diese transcendental (KANT; Refl. AA18:23)

⁴⁶ “Ich beschaefte mich nicht mit der Evolution der Begriffe wie Tetens (alle Handlungen, dadurch Begriffe erzeugt werden), nicht mit der analysis wie Lambert, sondern bloss mit der objectiven Gültigkeit derselben. Ich stehe in keiner Mittbewerbung mit diesem Männern”. (KANT, Refl. 4.900 AA18:23).

capacidade do conhecer, ou seja, uma investigação sobre a construção dos conceitos. Kant é claro, neste momento, quanto ao seu objetivo ser o transcendental, ou seja, ele não se ocupa exclusivamente da construção dos conceitos, senão da condição da possibilidade deles.

De fato, demonstrou-se que Tetens (1777) toma as modificações da alma através da introspecção (*Selbstgefühl*), e que, para ele, esse método (investigativo introspectivo/ analítico) se assemelha ao método da física (doutrina da natureza (*Naturlehre*)), o qual é o único capaz de nos revelar os efeitos da alma e como se dão as interconexões. Para Tetens (1777), esta é a verdadeira forma para se determinar algo sobre a natureza da alma e se chegar a uma resposta à pergunta de como chegamos à objetividade das representações: eis o fundamento da recensão feita por Kant, na *Reflexão* anteriormente citada⁴⁷. Amparados pela exposição de Monzel (1913, p. 68), podemos dizer que, para Tetens, em cada sentimento (*Gefühl*), isto é, em cada afecção do sentido interno “há um ato de modificação da alma, devemos assim apenas ao sentido interno a percepção de tal ato”, caracterizando as representações. A relação das representações com outras modificações anteriores torna-se sua característica essencial, mas não a única. Temos, então, que relacionar estas representações e pontuar como ocorre a relação entre as representações. Esse é o ponto chave do método de Tetens (1777); é por este caminho que obteremos a objetividade do conhecimento.

Retomemos o percurso metodológico de Tetens (1777) para efetivar tal objetividade. Primeiramente, abstrai-se do objeto da consciência o primeiro elemento que contribuiu para sua formação – a *sensação*, ou seja, a recepção dos dados empíricos.

Num segundo momento, a alma ao ser afetada e modificada por afecções externas e internas conferirá um caráter à sensação, o de nomear o sentimento dado pelo “absoluto” da coisa, cuja função consiste em receber sensações, conferindo-lhe uma atividade própria que parte da reação da alma em contato com a propriedade absoluta da coisa. Será esta atividade que a tornará análoga à reação presente no corpo. Desta forma, alegamos que ao atribuir tal peculiaridade à sensibilidade, Tetens (1777) não só aponta para a semelhança entre a observação dos objetos externos com a auto-observação, mas pode afirmar que a receptividade

⁴⁷ Diese Methode ist die Methode in der Naturlehre; und die einzige, die uns zunächst die Wirkungen der Seele, und ihre Verbindungen unter einander so zeigt, wie sie wirklich sind, und dann hoffen läßt, Grundsätze zu finden, woraus sich mit Zuverlässigkeit auf ihre Ursachen schließen, und dann etwas gewisses, welches mehr als bloße Muthmaßung ist, über die Natur der Seele, als des Subjekts der beobachteten Kraftäußerungen, festsetzen läßt. (TETENS, 1777, p. IV). [Este método é o da natureza , e é o único que mostra os efeitos da alma, suas conexões e como estes realmente são e a partir destes esperamos encontrar princípios a partir dos quais possamos deduzir suas causas verdadeiramente, realizando assim algo maior do que uma simples especulação sobre a natureza da alma e assim poder observa-la. (tradução nossa)]

e a reação são dois aspectos de uma única função. Assim, a *faculdade da sensação (Gefühl)* preside o surgir da sensação, tornando-a indispensável à investigação psicológica. Conforme descreve Tetens:

A alma manifesta receptividade enquanto recebe modificações e ao mesmo tempo a sente ou a recebe sensivelmente. De tal modo seu sentir é algo que lhe corresponde, o que não quer dizer que esteja relacionada a simples reação do corpo, mas que o princípio é o mesmo deixando-se modificar e ao mesmo tempo sentir e perceber esta modificação. (TETENS, 1777, p. 611, tradução nossa)⁴⁸.

Estes dois efeitos são expressões atuais da mesma *faculdade*, que serão apenas considerados de forma diferente. No entanto, ocorre que a sensação externa e interna deixam na imaginação reprodutiva certo traço, que perdura em nós por alguns instantes, e é desse que teremos a percepção imediata, e não da sensação originária. Tetens (1777) usa o exemplo do carvão para exemplificar esta questão: o carvão aceso move-se rapidamente e, em seguida, a sensação posterior produz a aparência de uma circunferência luminosa, essa sensação posterior transforma-se em representação quando seus elementos são reproduzidos. Lembremos, que a *faculdade* que é atribuída a função de reavivar a representação sensível é a imaginação, e o objeto reproduzido é denominado imagem ou fantasma. Mas há também a *faculdade* que forma imagens sem correspondência com percepções anteriores, que não resulta da afecção sensível, mesmo sendo construída a partir de elementos da representação sensível, essa é a capacidade espontânea formadora da imaginação.

Assim, para Tetens (1777), a consciência, a sensibilidade e a imaginação reprodutiva desempenham uma atividade preparatória, por meio da qual temos a imagem. Porém, não temos ainda o conceito de um objeto. Atribuir inteligibilidade à nossa representação sensível é tarefa da *força do pensar*. É ela que une, no juízo, a percepção com a ideia que tem sua origem na coisa externa, e que representa um atributo a algo real. Tetens (1777) atribui ao pensamento uma função objetivante, distinguindo-o da sensibilidade e da imaginação. Sustentamos, assim, em Tetens (1777), a presença de um idealismo materialista/ psicológico, que será fortemente criticado por Kant, já no prefácio da segunda edição da *Crítica*:

⁴⁸ Die Seele beweiset Receptivität, indem sie solche aufnimmt, und sie fühlet solche zugleich, oder nimmt sie fühlend auf. Ihr Gefühl ist so etwas, das dem bloßen Reagiren der Körper entspricht, ich will nicht sagen, diesem gleichartig ist. Aber es ist das nämliche Princip, welches sich modificiren läßt, und zugleich diese Modifikation fühlet und empfindet. (TETENS, 1777, p. 611).

O único verdadeiro acrescentamento que poderia citar, embora se trate apenas de forma de demonstração, é aquele pelo qual fiz uma refutação nova do idealismo psicológico e dei uma prova rigorosa (a única possível, segundo creio) da realidade objetiva da intuição externa [...]. Pode-se ainda objetar a esta prova que apenas tenho consciência imediata daquilo que está em mim, ou seja, da minha representação das coisas exteriores e que, por consequência, fica ainda indeciso se algo que lhe corresponda está ou não fora de mim. (KANT, KrV B.XXXIX).

Esta crítica de Kant pode estender-se ao caminho percorrido por Tetens (1777) para a solução da questão que propõe baseado em uma investigação firmada na introspecção, isto é, numa investigação empírica (psicológica), introspectiva das *faculdades da alma* e de suas respectivas relações entre representação e objeto (validade conceito). Este modo de investigação, pautado pelo plano empírico (sensações), é o que limitará o trabalho de Tetens (1777) aos olhos de Kant.

Legitimamos, assim, que apesar dos autores partirem de um problema com um, a pergunta de Kant é pelas condições de possibilidade do conhecimento. Assim, se em Kant o processo cognitivo torna-se possível graças ao esquema, ou seja, a aplicação das categorias ao fenômeno; em Tetens (1777), a representação sensível já está dada.

Defendemos que a preocupação de Kant não é explicar como as representações aparecem ou desaparecem na consciência, ou seja, Kant não está preocupado com a formação das representações, mas, sim, com que valor elas possuem do ponto de vista da verdade. O problema não é o da causa, mas do fundamento dos juízos. Kant entende que a resolução do problema pauta-se pela questão dos juízos sintéticos *a priori*, ou seja, sobre a capacidade em acrescentar ao conceito dado alguma coisa que nele não estava contido e que possa ampliar o conhecimento para além da experiência, isto é, a possibilidade de relacionar representações a objetos *a priori*. A fim de traçar este caminho e pensar esta questão, Kant explicita, em sua *Analítica Transcendental*, em particular na lógica transcendental, o fundamento das bases para pensá-la alicerçada na fusão de aspectos lógicos do conceito, que apontam para uma teoria dos juízos, e não para um plano psicológico. Teoria esta que começa a tomar forma na *Estética Transcendental* e se torna evidente na *Lógica transcendental*. Na *Lógica Transcendental*, Kant aponta para as duas fontes fundamentais do espírito de onde provém nosso conhecimento:

[...] a primeira consiste em receber as representações (a receptividade das impressões) e a segunda é a capacidade de conhecer um objeto mediante estas representações (espontaneidade dos conceitos), onde pela primeira nos é dado o objeto e, pela segunda, ele é pensado [...] ambos elementos são puros ou empíricos. (KANT, KrV A.50 B.74).

Intuições e conceitos constituem os elementos de todo nosso conhecimento, de modo que nem os conceitos sem intuição que lhes corresponda, nem uma intuição sem conceitos, poderiam oferecer um conhecimento. Essa passagem é de fundamental importância para compreendermos o método kantiano, pois ela anuncia claramente seu projeto, implícito na pergunta: como o entendimento e a sensibilidade se unem para gerar um conhecimento objetivo? Tal questão foi respondida na *Analítica Transcendental* e remete à síntese *a priori*. Trata-se, de início, de mostrar que os conceitos e as intuições se relacionam para conferir conhecimento do objeto (papel da *dedução transcendental*). Para Kant, tal síntese não produz julgamentos, portanto, é necessário que os conceitos se dividam em sujeito e predicado, a partir das categorias do entendimento (como é visto no capítulo sobre o esquematismo) para explicar como os conceitos e as intuições geram julgamentos sintéticos *a priori*, e quais são aqueles que se pode obter. Temos, então, uma seção consagrada ao sistema dos princípios do entendimento puro que tem por função dar conta disto, enquanto que a *dedução* tem por objetivo mostrar que conceitos se referem *a priori* a objetos⁴⁹.

Na presunção de que haja porventura conceitos que se possam referir *a priori* a objetos, não como intuições puras ou sensíveis, mas apenas como atos do pensamento puro, e que são, por conseguinte, conceitos, mas cuja origem não é empírica nem estética, concebemos antecipadamente a ideia de uma ciência do entendimento puro e do conhecimento de razão pela qual pensamos objetos absolutamente *a priori*. Tal ciência que determinaria a origem, o âmbito e o valor objetivo desses conhecimentos, deveria chamar-se lógica transcendental, porque trata das leis do entendimento e da razão, mas só na medida em que se refere a objetos *a priori* e não como a lógica vulgar, indistintamente aos conhecimentos de razão, quer empíricos quer puros. (KANT, KrV A.57 B.82).

Kant aponta para a possibilidade de uma ciência pura *a priori*, que não extrai seus princípios da experiência empírica, onde a atividade do entendimento é exercida *a priori*, atividade que consiste em unificar o conhecimento estabelecendo a tábua completa das diferentes formas fundamentais desta ação chamada de categorias. Ora, a dedução das categorias só terá sua validade justificada se puder ser demonstrado que um objeto só pode ser pensado graças às categorias. Por isso, o entendimento, em Kant, tem a função de unificar a ação, reunir diferentes representações sob uma representação comum, que é um conceito, e as funções unificantes do entendimento no julgamento, que reúne as diferentes representações, são analíticas. É através de conceitos que um material da intuição, adquirido receptivamente, é

⁴⁹ Ver: MEYER, M. *Science et métaphysique chez Kant*. Paris: Puf, 1988, p. 93.

transformado em unidade e estrutura de um objeto. Em Kant, os conceitos operam uma síntese, essas regras não derivam das sensações, como em Tetens (1777), nem são obtidas por mera combinação, devem-se à espontaneidade do entendimento. O entendimento deve, primeiramente, sintetizar⁵⁰.

Quanto à metafísica, ela não pode apenas explicar analiticamente os conceitos que podemos fazer *a priori* das coisas; ela deve repousar sobre os princípios sintéticos *a priori*, e para isso, é necessário se estabelecer como os juízos sintéticos *a priori* são possíveis. Para realizar tal tarefa, defendemos que diferentemente da proposta de Tetens (1777), a proposta de Kant será transcendental, ou seja, não recairá sobre os objetos, mas sobre nossa forma de conhecê-los, enquanto possibilidade *a priori*. Dito isto, não é possível concordarmos com a afirmação de Allison (1996 p. 217) de que “na versão da primeira edição, não encontramos claramente estruturado o problema central, ou seja, a demonstração de uma conexão entre as condições sensíveis e intelectuais do conhecimento humano”. Ora, apresentamos nesta pesquisa argumentos favoráveis à ideia de que Kant, antes da primeira edição da *Crítica*, já tinha em mente as diretrizes de sua investigação, e que na primeira edição, por um lado, delimita o alcance do subjetivo (empírico) e seus desdobramentos, e por outro lado, seu âmbito de investigação transcendental.

Decididamente, a presença da *dedução subjetiva* e da filosofia de Tetens já não fará mais parte do contexto kantiano, em 1787. Em 1786, Kant (MAN) é claro sobre a impossibilidade de atribuímos o nome de ciência genuína à psicologia, se esta contar apenas com princípios puramente empíricos, ou seja, dado que nenhuma ciência genuína pode contar apenas com princípios empíricos. O autor (KANT, MAN AA4:11) alicerça sua posição, tomando como exemplo a química e dizendo que “[...] enquanto não possuir uma lei de aproximação ou do afastamento das partes [...] só poderá tornar-se uma arte sistemática, ou uma teoria experimental, mas jamais uma ciência genuína [...]”, e aproxima tal questão da doutrina empírica da alma, visto que “[...] nela o diverso da observação interna só é mutuamente

⁵⁰ A espontaneidade do nosso pensamento exige que este diverso seja percorrido, recebido e ligado de determinado modo para que se converta em conhecimento. A este dou o nome de síntese. Entendo, pois por síntese, na acepção mais geral da palavra, o ato de juntar, umas as outras, diversas representações e conceber sua diversidade num conhecimento. Tal síntese é pura quando o diverso não é dado empiricamente, mas *a priori* (como o que é dado no espaço e no tempo). Antes de toda a análise de nossas representações, tem estas de ser dadas primeiramente e nenhum conceito pode ser de origem analítica quanto ao conteúdo. Porém, a síntese de um diverso (seja dado empiricamente ou *a priori*) produz primeiro um conhecimento, que pode aliás de início ser ainda grosseiro e confuso, portanto carecer da análise, no entanto, é a síntese que, na verdade, reúne os elementos para os conhecimentos e os une num determinado conteúdo é pois a ela que temos de atender em primeiro lugar, se quisermos julgar sobre a primeira origem do nosso conhecimento. (KANT, KrV A.78 B.102-103).

separável mediante uma simples divisão do pensamento, mas não pode conservar-se separado e combinar-se novamente a vontade [...]”.

Tetens (1777) acredita atingir a carência dessa lei interna com seu método investigativo. Kant, de maneira contrária, afirma que a doutrina empírica da alma nunca será outra coisa, além de uma teoria natural histórica do sentido interno, uma descrição natural da alma, mas não uma ciência da alma, nem sequer uma doutrina experimental psicológica. Esta seria uma demarcação radical a respeito da insustentabilidade da proposta de Tetens (1777) e de uma leitura psicológica da *dedução*.

Não obstante, percebemos mudanças significativas, a partir da segunda edição da *Crítica*, na forma com que Kant rerepresenta alguns de seus conceitos, agora de maneira mais clara. Por exemplo, uma definição do papel da espontaneidade. Em Kant (KrV), a ligação é um ato de espontaneidade da imaginação e só através do entendimento é possível ser dado algo como ligado à faculdade de representação. Esta representação, que Kant sinaliza, é um ato da espontaneidade, isto é, não pode se considerar pertencente à sensibilidade. Contamos ainda com esclarecimentos a respeito da *faculdade imaginativa*, sob a qual também é possível observarmos mudanças, como pode ser apontado nesta passagem:

Quando, porém, atento com mais rigor na relação existente entre os conhecimentos dados em cada juízo e a distingo, como pertencente ao entendimento, da relação segundo as leis da imaginação reprodutiva (que apenas possui validade subjetiva) [...]. (KANT, KrV B.141)

Kant apresenta-nos uma distinção entre síntese figurada e síntese do entendimento, na segunda edição:

Ambas são transcendentais, não só porque processam *a priori*, mas também porque fundamentam *a priori* a possibilidade de outros conhecimentos *a priori*. A síntese figurada, porém, quando se refere apenas à unidade sintética originária da apercepção, ou seja, a esta unidade transcendental que é pensada nas categorias, deverá chamar-se síntese transcendental da imaginação, para distinguir da ligação simplesmente intelectual. A imaginação é a *faculdade* de representar um objeto, mesmo sem a presença deste na intuição. Mas, visto que toda a nossa intuição é sensível, a imaginação pertence à sensibilidade, porque a condição subjetiva é a única pela qual pode ser dada aos conceitos do entendimento uma intuição correspondente; na medida, porém, em que a sua síntese é um exercício da espontaneidade, que é determinante, e não apenas, como o sentido, determinável, pode determinar *a priori* o sentido quanto a forma, de acordo com a unidade da apercepção; é portanto uma *faculdade* de determinar *a priori* a sensibilidade; e sua síntese das intuições, de conformidade com as categorias, tem de ser a síntese transcendental da imaginação, que é um efeito do entendimento sobre a sensibilidade que é a

primeira aplicação do entendimento (e simultaneamente o fundamento de todas as restantes) a objetos da intuição possível para nós. Sendo figurada é distinta da síntese intelectual, que se realiza simplesmente pelo entendimento, sem o auxílio da imaginação. Mas, na medida em que a imaginação é espontaneidade, também por vezes lhe chamo imaginação produtiva e, assim a distingo da imaginação reprodutiva, cuja síntese está submetida a leis meramente empíricas, as da associação, e não contribui, portanto, para o esclarecimento da possibilidade de conhecimento *a priori*, pelo que não pertence a filosofia transcendental, mas a psicologia. (KANT, KrV B.151-152).

Nota-se, nestas passagens, a preocupação de Kant, não em atenuar sua posição, mas sim, em esclarecê-la. Destarte, entendemos que, quando Kant fala de uma síntese figurada, esta nos permite pensar numa síntese de representações. Porém, Kant é cirúrgico neste momento e, apesar da síntese figurada distinguir-se da síntese do entendimento quanto ao diverso de uma intuição, em geral, ambas seriam transcendentais. A síntese figurada, quando se refere à unidade transcendental (unidade sintética originária da apercepção, ou seja, o fundamento da possibilidade do conhecimento *a priori*) que é pensada nas categorias, deverá denominar-se síntese transcendental da imaginação. Aqui, apontamos uma diferenciação feita por Kant que a distingue da ligação intelectual: a imaginação pertence à sensibilidade, a síntese transcendental da imaginação é um efeito do entendimento sobre a sensibilidade. A síntese (entendimento/sensibilidade) é, então, um exercício de espontaneidade que é chamado de *imaginação produtiva*, e distingue-se da *imaginação reprodutiva*, cuja síntese está submetida às leis empíricas psicológicas, e não pertence à filosofia transcendental. Percebe-se, agora, a clara definição dos conceitos feita por Kant, eliminando o risco de interpretações ambíguas e descaracterizando critérios interpretativos que se assentam na psicologia. Kant, na segunda edição da *Crítica*, pontua com acuidade as funções da *faculdade imaginativa* e sua função em seu método. Como afirmamos no início do parágrafo, estes esclarecimentos propostos por Kant não têm por objetivo tecer uma argumentação que defende alguma nova ideia, mas sim, esclarecer pontos obscuros. Nota-se, aqui, novamente a pertinência do apontamento que fizemos quanto à falta de clareza da sua exposição na primeira edição da *Crítica*, que teve sua origem na apropriação de elementos vindos de Tetens (1777).

Apesar de Kant esclarecer, na segunda edição, sua posição, e de contarmos ainda com a refutação sobre a substancialidade do Eu nos *Paralogismos*, existem autores que argumentam que, a partir da influência de Tetens (1777), Kant estaria desenvolvendo uma psicologia transcendental, ou até mesmo que toda a *Estética Transcendental* não seria nada além de um texto psicológico. Puech (1990, p. 209), por exemplo, dirá que Tetens aponta para “uma metafísica que é ao mesmo tempo uma psicologia que estudaria a origem de nossos

primeiros conceitos e uma lógica transcendental, estudando a constituição destas representações subjetivas de um conhecimento objetivo” – posição que teria sido acatada por Kant, em 1781. Para Puech (1990, p. 408), a psicologia transcendental deve sua existência à ideia de dedução transcendental, ou seja, a ideia de que a filosofia transcendental crítica deve ser uma doutrina da constituição da experiência por conceitos *a priori*, ou categorias, e que a *Analítica Transcendental* deveria ser entendida como a constituição da experiência enquanto psicologia transcendental e, então, considerada mais do que uma simples doutrina do simples fato da constituição transcendental da experiência. A influência da psicologia transcendental viria diretamente de Tetens (1777) que, segundo Puech (1990), buscava sanar o problema da metafísica através de uma psicologia transcendental, que se constituiria de uma psicologia e de uma lógica transcendental. A lógica transcendental que Puech (1990, p. 210) entende estar presente em Tetens (1777), seria a “tábua das formas do julgamento mais gerais e os mais simples”, os quais, de acordo com Puech (1990), Tetens elenca da seguinte forma: sujeito e predicado, unidade e diversidade, causa e efeito, e coexistência.

Outra comentadora que defende a existência de uma psicologia transcendental em Kant é Kitcher (1990). Para ela, teríamos de interpretar Kant como um funcionalista, observando individualmente o conteúdo, as ações, a conexão causal e as demais relações mentais cognitivas subjetivas: ela atrela a “psicologia transcendental à lógica transcendental” (KITCHER, 1990, p. 111), defendendo que Kant estaria atento à tarefa cognitiva, mas teria evitado as especulações de como tal tarefa se realizaria. Ora, demonstramos que, ao menos em 1781, Kant estaria, sim, atento à função cognitiva e sobre uma investigação a respeito das *faculdades* que ali se articulam, contudo o autor da *Crítica* deixa claro que não é este seu objetivo.

Kitcher (1990) sustenta seu argumento considerando que a *Crítica da Razão Pura* possui o que ela chama de *Darke Side* (lado negro). Este “lado negro”, conforme menciona Kitcher (1990), é detectado pela primeira vez por Strawson (1968), em seu *The Bounds of Sense*. em que declara a presença de uma psicologia transcendental na *dedução*. Neste texto, o autor declara que a “dedução também é um ensaio sobre o sujeito imaginário da psicologia transcendental [...]” (STRAWSON, 1968 p. 28), e que “temos de contemplar a dedução transcendental tanto como uma argumentação sobre as implicações do conceito de experiência em geral como uma descrição dos trabalhos transcendentais das faculdades subjetivas [...]” (STRAWSON, 1968, p. 28). Strawson (1968, p.28) vai além e diz que “seria indubitavelmente satisfatório se pudéssemos reduzir este segundo aspecto ao primeiro, interpretando a psicologia transcendental em termos de argumentação analítica [...]”.

Para Kitcher (1990), apesar de Strawson (1968) estar atento à questão, ele conduz tal posição num sentido analítico e, não, psicológico. Kitcher (1990, p.9) ressalta ainda que, se tomarmos este tipo de abordagem e se “excluirmos ou ignorarmos todas as discussões a respeito dos processos e poderes cognitivos, não nos sobrarão muito para lêmos de Kant”. A exposição de Kitcher (1990) versa sobre outro viés interpretativo e afirma, ao contrário de Strawson (1968), que é possível pensar numa evidência empírica para a psicologia transcendental. Kitcher (1990, p. 174) segue afirmando que “a posição de Strawson quanto à psicologia transcendental distingue-se da de outros intérpretes do século XX apenas por sua explanação e eloquência, pois o desprezo por esta questão na *Crítica* é quase unânime”. E mantém sua posição, mesmo salientando haver um ressurgimento com Bennett (1966), em seu *Kant's analytic*, no qual aborda a questão sobre os conceitos e a síntese, porém sob uma perspectiva wittgensteiniana e, não, psicológica. Há ainda, conforme afirma Kitcher (1990), intérpretes recentes como Guyer (1980 e Allison (1983) que manteriam a mesma aversão em pensar uma leitura psicológica de Kant. Guyer (1980), por exemplo, refere-se à psicologia transcendental como “surtos de Kant”, e Allison (1983) trabalha incessantemente para “despsicologizar” as teses centrais da *Crítica*. Desta forma, Kitcher (1990) apresenta-nos o cenário de debates e aponta para o reconhecimento, por parte dos comentadores, da questão psicológica em Kant bem como para a negligência que fazem de tal questão.

Tomando como pressuposto o descrédito apontado por Kitcher (1990) quanto à psicologia transcendental na *Crítica*, começaremos, agora, a expor seus argumentos em defesa da pertinência atribuída por ela à presença da psicologia transcendental na dedução e, conseqüentemente, uma leitura psicológica de Kant. A princípio, é importante destacar as palavras proferidas por Kitcher (1990, p. 14), já no prefácio de sua obra: “Kant introduz um novo método transcendental na filosofia [...]”. O motivo de considerarmos esta afirmação importante deve-se ao fato de que para se pensar uma leitura psicológica, ou mesmo entendermos sua posição, temos que repensar e reinterpretar o transcendental kantiano, pois se não o fizermos, tal interpretação não fará sentido.

Apesar de este ser um ponto de discussão interessante, nossa pretensão não nos determos sobre ele, mas apenas apontá-lo com o objetivo de advertir como faz Kitcher (1990), visto que o que nos interessa, aqui, é apresentar algumas leituras que apontam para uma psicologia transcendental na *dedução*. Voltamos, assim, ao argumento de Kitcher (1990). A

intérprete começa a defender sua posição quanto ao que ela classifica como novo método de Kant⁵¹.

Kitcher (1990, p. 15) enfatiza a ideia da origem “*a priori* de conceitos empíricos a partir de certas características de nossa mente [...]”, o que mostra “[...] o foco das origens *a priori* e como isto é claro no texto, mas é negligenciado” pelos comentadores. De acordo com Kitcher (1990, p. 21), não é possível entendermos o que é psicologia transcendental se nos limitarmos à exposição de Kant, pois há apenas duas possibilidades: a psicologia transcendental seria considerada um estudo do Eu fenomênico e, portanto empírica ou o estudo do incognoscível Eu noumênico, portanto impossível. Assim, a comentadora propõe outra possibilidade para interpretarmos a psicologia transcendental, inclusive como saída a este dilema do (s) Eu(s). Kitcher (1990, p. 22) chama a atenção para um terceiro Eu presente na *Crítica*: o Eu da apercepção ou o Eu pensante; e dirá que “a psicologia transcendental é a psicologia do pensar, ou melhor, é a psicologia do conhecimento de si [...]”. Para a comentadora, Kant resiste em não colocar o Eu pensante no reino fenomenal, porém dada sua própria doutrina, este deveria fazer parte deste reino e, assim, a “psicologia transcendental neste sentido poderia ser considerada ‘psicologia empírica’ [...]” (KITCHER, 1990, p. 210). Atestamos, aqui, que a colocação feita anteriormente sobre a reinterpretação do transcendental se faz necessária para se pensar a posição defendida por Kitcher (1990), e que tal necessidade torna-se explícita no decorrer de sua própria exposição.

A psicologia transcendental serve, conforme Kitcher (1990), para possibilitar ações cognitivas sem a participação da ação empírica. De acordo com Sodré (2015, p. 198), Kitcher chama a atenção para o fato de que, até Frege (1848-1925), o psicologismo não era considerado nocivo à filosofia em geral. Para Frege, a psicologia era uma disciplina empírica e, assim, em nada pôde contribuir à lógica, mas se a lógica tivesse alguma relação com a psicologia, então isso tornaria suas leis meramente prováveis e contingentes⁵². Partindo de tal pressuposto, Sodré (2015) entende que Kitcher (1990, p. 9) defende a posição de que o “psicologismo é uma condenação geral para tipos de argumentos importantes, em seu uso central o psicologismo refere-se à falácia de tentar fundamentar princípios normativos sob premissas factuais”, e que

⁵¹ A comentadora, fundamentada nas seguintes passagens da *Crítica*, chama transcendental a todo conhecimento que em geral se ocupa menos dos objetos, que do nosso modo de conhecê-los, na medida em que este deve ser possível *a priori* [...]. Transcendental significa possibilidade ou uso *a priori* do conhecimento [...]. A prova não mostra que o conceito dado conduz diretamente a outro conceito [...]. A prova devia, assim, mostrar também a possibilidade de chegar sinteticamente e *a priori* a certo conhecimento das coisas que não estava contido no conceito delas. (KANT, KrV A.11, 12, 56, 783 B.25, 80, 81, 811).

⁵² Cf. SODRÉ, F. A. (2015).

Kitcher acredita que a influência que o posicionamento de Frege teve na História da Filosofia, no século XX, ocasionou a injustiça de ter “banido” completamente a maneira psicológica de fazer metafísica. Porém, de acordo com Kitcher (1990), há uma possibilidade psicologista de fazer filosofia sem cair no psicologismo, mas tal possibilidade só se sustenta ao compreendermos a gênese das *faculdades* que tornam a cognição possível e os limites do conhecimento, ou seja, a natureza do pensamento. Essa posição estaria presente em Kant e tal investigação seria proposta por Tetens (1777).

Alegamos que o ponto nodal da teoria de Kitcher é o entendimento sobre as *faculdades* que tornam a cognição possível em nós, posição que a aproxima, de certa forma, de Puech (1990). Como contra-argumento a uma abordagem psicológica da dedução, argumentamos nesta tese a obscuridade posta pela dedução de 1781 e a especificidade com que Kant apresenta o papel da lógica transcendental, na *Estética Transcendental*. Lembremos o que Kant diz a este respeito:

[...] a lógica transcendental defronta-se com um diverso da sensibilidade *a priori*, que a estética transcendental lhe fornece para dar matéria aos conceitos puros do entendimento, sem a qual essa lógica seria destituída de conteúdo, portanto completamente vazia [...] porém, a espontaneidade do nosso pensamento exige que este diverso seja percorrido, recebido e ligado de determinado modo para que se converta em conhecimento. A este ato dou o nome de síntese. (KANT, KrV B.102)

A lógica é tomada como um produto da capacidade espontânea do entendimento, mas que só possui objetividade após a aplicabilidade na experiência, ou seja, ela pressuporá um ato de síntese das representações sensíveis para que ocorra o conhecimento. Contudo, demonstramos que Kant (KrV) coloca-se, de certa forma, através de seu método transcendental, em confronto com a posição empirista, elencando o uso empírico e transcendental das *faculdades*. A investigação de como os conceitos são produzidos estaria restringida à *dedução subjetiva*, que necessita ser pensada distintamente da objetiva. Advogamos que, para Kant, a experiência é construída objetivamente conforme regras *a priori*, subordinando as leis e os conceitos do entendimento à sensibilidade como princípio transcendental. Assim, atrelar a psicologia transcendental às leis puramente lógicas do entendimento torna-se impraticável⁵³.

⁵³ O próprio Kant (KrV B.IX) argumentou que o “único interesse da lógica é expor minuciosamente e demonstrar rigorosamente as regras formais de todo o pensamento, quer seja *a priori* ou empírico, qualquer que seja sua origem ou objeto”.

O que a lógica formal faz é permitir ao entendimento ocupar-se apenas consigo próprio e com sua forma. Assim, qualquer forma de suplementá-la apenas comprometeria sua integridade, limitaria a lógica à exposição da forma do entendimento, e renunciaria a qualquer pressuposto psicológico. Já a lógica transcendental se ocupa exclusivamente das leis do entendimento e da razão, somente na medida em que elas se relacionam *a priori* com objetos. Mesmo que Kant (KrV), de fato, busque na lógica tradicional os conceitos para realizar a transição para a lógica transcendental (operações do entendimento), a busca limita-se a isto; quando passamos os conceitos de transição (unidade e síntese) à lógica transcendental, eles passam a ter conotação de síntese de um sujeito espontâneo, aperceptivo, em confronto com um múltiplo da sensibilidade *a priori*. Alertamos que Tetens (1777) já teria mostrado em seu sistema a incapacidade de um avanço da investigação introspectiva por um caminho transcendental. Apontamos, nesta pesquisa, tal limitação. Dito isto, entendemos que atribuir a existência de uma psicologia transcendental a Kant, ou desenvolvida por Kant, é atribuir veracidade a um critério interpretativo no mínimo confuso, como foi apontado nesta pesquisa, e que teria seu fundamento na primeira edição da *Crítica*, mas que não conta com um fundamento incontestável sequer na primeira edição da referida obra.

Para reforçar nossa argumentação contrária às interpretações psicológicas, acompanhamos o argumento de Loparic (2000). Para Loparic (2005, p. 93), Kant inicia seu estudo do sistema humano para produção de fins cognitivos “[...] do ponto em que a raiz comum de nossa *faculdade* de conhecimento bifurca em dois troncos [...]. O primeiro deles é chamado sensibilidade ou receptividade, e o segundo, entendimento e razão”. E defende que

[...] a metáfora biológica empregada indica que o solucionador humano de problemas é um sistema teleologicamente estruturado, mas que pode ser enganosa à medida que o homem racional é comparado com algo que mais se parece a um sistema organizador do que a um sistema auto-organizador. (KANT, KrV B.863 *apud* LOPARIC, 2005, p. 93).

Loparic (2005) entende que Kant já não está interessado em analisar as *faculdades* do conhecimento e que a imprecisão no uso dos termos entendimento e razão não deve ser interpretada como um mero descaso⁵⁴.

Vejo nesse descuido terminológico um sinal da falta de interesse de Kant em questões concernentes às *faculdades* de conhecimento enquanto causas

⁵⁴ Cf. ORLANDO, L. (2006, p. 43).

hipotéticas, ou mesmo suprassensíveis, das operações produtoras de conhecimento. Seu problema central é [...] ‘o que e quanto o entendimento e a razão podem conhecer’, e não ‘como é possível a capacidade de pensar ela mesma’ [...]. O primeiro problema é respondido com certeza total pela ‘dedução transcendental’ de operações e conceitos *a priori*, enquanto o segundo, que pertence à ‘*dedução subjetiva*’, foi deixado de lado. Levando em conta a independência entre os resultados da dedução transcendental (objetiva) e a *dedução subjetiva* (psicológica) e o interesse de Kant pelos primeiros, posso atribuir menos importância a questões empíricas (ou metafísicas) sobre a natureza de nossas capacidades e *faculdades cognitivas*, e concentrar-me principalmente nas operações produtoras de conhecimento [...], suas regras e seus possíveis resultados. (LOPARIC, 2005, pp. 93-94 *apud* LINHARES, 2006, p.41-45 , grifos do autor)⁵⁵.

Para Loparic (2005), a *dedução subjetiva* (psicológica), presente na edição A da *Crítica*, perde sua importância na edição B, considerando que a preocupação de Kant versa sobre operações produtoras de conhecimento e, não, sobre a natureza de nossas *faculdades cognitivas*. Parafraseando Loparic (2005), Kant trata do conjunto de componentes lógicos, o aspecto operacional do sistema cognitivo, abandonando o seu equipamento (psicológico-metafísico) necessário para realização de uma determinada atividade num ser humano sensível (aparelho cognitivo). A respeito da posição de Loparic (2005), temos que atentar ao fato de que Kant não só atribui menor importância à *dedução subjetiva*, mas desde a primeira edição, apesar de afirmar que a *dedução subjetiva* lhe é importante, esta não lhe é essencial, limitando sua importância à investigação das *faculdades* sob as quais se assenta o entendimento, posição que é, posteriormente, excluída a fim de evitar uma desorientação interpretativa sobre seu método transcendental. Porém, concordamos com Loparic (2005, p. 106), quando afirma que, em 1781, Kant define o juízo ainda no quadro de uma lógica geral, porém sua real investigação é e será o conjunto dos componentes lógicos e o aspecto operacional do sistema cognitivo, apontando, assim, para uma teoria dos juízos e não para uma psicologia.

Assim, reafirmamos e concluímos que Kant, em momento algum, foi infiel ao método que se propôs desenvolver desde o início, o qual não se trata de um método psicológico. Contudo, esta recensão, aqui apresentada, sobre a psicologia pode conduzir a ideia de que o tema psicologia, em Kant, se esgotaria e se resolveria, nessa impossibilidade. Temos, então, que fazer uma observação relevante ao escrito por Kant, nas últimas páginas da *Crítica*, que

⁵⁵ Para Smith (1923, p. 236), a *dedução subjetiva* procura determinar as condições subjetivas, que são exigidas para tornar possível o conhecimento, ou, para usar termos menos ambíguos, os processos geradores, que dizem respeito ao conhecimento humano. Conseqüentemente, seu caráter é psicológico. “A *dedução objetiva*, por outro lado, é assim chamada porque não trata do processo psicológico, mas das questões da validade objetiva. Ela pergunta como conceitos que são *a priori* [...] podem ainda ser válidos para objetos. Em outras palavras, a *dedução objetiva* é lógica ou, para usar um termo pós-kantiano, epistemológica.”

evidencia a não exclusão total da psicologia de seu discurso, e que, de certa forma, enfatiza nossa posição de fidelidade ao caminho traçado. No final da *Crítica*, encontramos a seguinte passagem:

[...] qual será a posição da psicologia empírica, que sempre reclamou o seu lugar na metafísica e da qual se esperavam em nossa época tão grandes coisas para o esclarecimento desta ciência, depois de se ter perdido a esperança de estabelecer *a priori* qualquer coisa de concludente? Respondo: o seu lugar é aquele onde deve ser colocada a física propriamente dita (empírica), isto é, do lado da filosofia aplicada, para a qual a filosofia pura contém os princípios *a priori* e com a qual, portanto, deve estar unida, mas não confundida. Assim, a psicologia empírica deve ser completamente banida da metafísica, e já está dela completamente excluída pela ideia desta ciência. Contudo, deveria nela reservar-se lhe um pequeno lugar, segundo o uso da Escola (mas somente como episódio), e isto por motivos de economia, porque não é ainda tão rica para constituir isoladamente um estudo e, todavia, é demasiado importante para que se possa repelir inteiramente ou ligá-la a outra matéria, com a qual tivesse ainda menos parentesco do que com a metafísica. É, portanto, simplesmente um estranho ao qual se concede um domicílio temporário até que lhe seja possível estabelecer morada própria numa antropologia pormenorizada (que seria o análogo da física empírica). (KANT, KrV A.849 B.877).

Essa passagem é elucidativa, pois quando Kant diz que a psicologia empírica sempre reclamou seu lugar na metafísica, e da qual se esperam em nossa época tão grandes coisas, entendemos que ele estaria se remetendo às tentativas de Wolff, Locke e, especialmente, de Tetens em buscar na psicologia uma resposta ao problema da metafísica e, conseqüentemente, a sua insustentabilidade. Assinalamos outro ponto relevante a respeito da questão sobre o seu lugar ser aquele onde deveria ser colocada a física propriamente dita. Ora, é nítida a separação, feita por Kant, colocando-a junto à física, mas de modo a não ser confundida com os princípios *a priori* da filosofia aplicada (como apresentado em sua obra *Princípios MAN*). E, por fim, a questão de banir a *psicologia empírica* da metafísica, porém com ressalvas, apenas reserva-lhe um pequeno lugar, segundo o uso da Escola – afirmação que entendemos elucidar a ideia de que Kant parece ainda acreditar no viés psicológico, enfatizando que tal ciência “ainda” não é tão rica a ponto de merecer um espaço só seu.

Feitas estas observações, demonstramos até este ponto como, apesar da presença na *dedução transcendental* de 1781 de elementos psicológicos vindos da filosofia de Tetens (1777), o percurso de Kant não é o psicológico, e que ele, de fato, não desenvolve qualquer psicologia na *Crítica*, mas fatalmente uma teoria dos juízos. No próximo capítulo, buscaremos demonstrar que o método psicológico proposto por Tetens (1777) não servirá a Kant a fim de desenvolver uma psicologia transcendental.

1.8 Conclusão

Ao tomarmos contato com a filosofia de Tetens (1777), e observando, em paralelo, a *dedução transcendental das categorias*, de Kant, na primeira edição da *Crítica*, notamos certas semelhanças conceituais entre os filósofos. Partindo dessa similaridade, propomos desenvolver nossa pesquisa e demonstrar até que ponto a influência de Tetens (1777) recairia sobre a *dedução* de Kant, e quais suas respectivas consequências na obra deste último.

Tomamos como ponto de partida de nossa investigação a interpretação de Araujo (2012) e Araujo e Azevedo (2014), comentadores que apontam para uma mudança introduzida por Kant a respeito da psicologia empírica, e que têm passado despercebidos pelos intérpretes de Kant. Sob essa perspectiva, tais comentadores propõem-se a demonstrar que não haveria uma continuidade entre os períodos pré-crítico e crítico, defendendo a ideia de que Kant, nos textos que antecedem a *Dissertação de 1770*, entende a psicologia empírica atrelada à metafísica, isto é, vista como a ciência metafísica da experiência do homem. Posteriormente, Araujo (2012) e Araujo e Azevedo (2014) defendem que Kant muda de posição, já na *Dissertação de 1770*, quando a psicologia empírica perde sua proximidade com a metafísica e passa a ser considerada como a ciência dos fenômenos do sentido interno – banindo-a da metafísica. A consequência do banimento e da mudança, segundo Araujo (2012), coloca a psicologia empírica atrelada à antropologia.

Neste ponto, inicia-se nossa tese. Acompanhamos Araujo (2012) em sua posição de mudança quanto ao estatuto da psicologia empírica, porém apontamos como ponto de partida de nossa tese outro viés, o qual é negligenciado ao limitar a psicologia empírica à antropologia. Apontamos, então, para o caminho que a psicologia empírica tomaria até a primeira edição da *Crítica* e constatamos nesta pesquisa que, de fato, Kant propõe outra mudança ao tomar contato com a filosofia de Tetens (1777) e, conseqüentemente, ao tratamento que ele dá à psicologia empírica, apontando, assim, para uma espécie de retrocesso em relação à posição de distanciamento que tinha tomado em relação à metafísica.

Feita esta observação, demonstrou-se que o problema em comum entre os autores seria a relação entre representação e objeto. A fim de demarcarmos seus respectivos métodos para a solução da questão, propusemos uma análise dos elementos e a forma como Tetens (1777) investiga as *faculdades da alma* que compõem a *força cognitiva*. Ratificamos que esta não escapa das investigações de Kant sobre o entendimento puro. Passamos, então, à demonstração dos elementos articulados por Tetens e seus análogos na *dedução subjetiva*

kantiana. Damos, neste momento, uma atenção especial ao principal deles, ou seja, a *faculdade imaginativa*. Ao fazê-lo, percebemos a forma com que Kant se apropria dos elementos da filosofia de Tetens: são postos da mesma forma na *dedução subjetiva*, caracterizando uma duplicidade interpretativa, oferecendo critérios para se fundamentar uma leitura psicológica da *dedução* gerada pelo próprio Kant. Não obstante, demonstramos também que esta ambiguidade pode ser diluída, se elucidadas as funções de cada *faculdade imaginativa*, e defendemos, assim, que estes elementos fazem parte da *Crítica* de 1781, apesar de Kant se manter focado ao seu método transcendental.

Para auxiliar-nos nesta demonstração, apoiamos-nos em comentadores que contribuíram para fundamentar nossa posição, além de proporem um contraponto à posição que defendemos aqui.

Começamos nosso diálogo partindo do pressuposto defendido nesta pesquisa, isto é, da origem de todo subsídio para se interpretar a *dedução transcendental* como psicológica. Dado este problema, entendemos que a melhor forma de expô-lo e tentar solucioná-lo foi expor claramente as respectivas funções da *faculdade imaginativa*. Assim, optamos por apresentar a interpretação de Basch (1904) que nos ajudou a observar com maior acuidade as funções da imaginação, uma vez que defende uma autonomia da imaginação em 1781, posição também sustentada por Heidegger (1929), com a diferença de que este, apesar de defender a existência da autonomia da imaginação em 1781, defende sua submissão ao entendimento em 1787. Desta forma, temos em ambos os autores uma interpretação simpática a pensar a imaginação em 1781 dotada da mesma capacidade que o entendimento, algo que seria alterado em 1787. Esta posição foi questionada por nossa pesquisa e amparada pela interpretação de Calabria (2011) que contribui para corroborar nossa posição quanto a uma continuidade da posição de Kant.

Ao apresentarmos a posição de Calabria (2011), constatamos que ele classifica a posição de Heidegger (1929) como autônoma, mas defende uma posição heterônoma de que, partindo de uma leitura da segunda edição, seria possível apontar que a imaginação não seria dotada de autonomia. Tal interpretação possibilitou-nos fazer um contraponto às interpretações de Basch (1904) e de Heidegger (1929), e demonstrar como Kant se mantém fiel ao seu caminho transcendental, desde 1781. Contudo, dada sua limitação à segunda edição da *Crítica*, ela contribuiu para apontarmos que, em 1781, haveria elementos que serviriam como material para fundamentar uma interpretação que versa sobre a autonomia da imaginação, mesmo limitada à *dedução subjetiva*.

Mesmo caracterizando a possibilidade interpretativa de uma leitura psicológica da *dedução*, a caracterizamos dentro da edição de 1781 limitada à *dedução subjetiva*, e

clarificamos que esta investigação não era a proposta de Kant. Para ratificarmos esta posição e contestar este tipo de interpretação passamos a dialogar com comentadores que a defendem, isto é, que afirmam que Kant estaria desenvolvendo uma psicologia transcendental ou mesmo que toda a *Analítica e Estética transcendental* seriam uma psicologia influenciada pela filosofia de Tetens (1777).

Aludidas as observações sobre a *faculdade imaginativa*, extraímos as consequências de que esta exposição dos elementos de Tetens apropriados por Kant e a forma como ele os expôs na *dedução* (em especial a *faculdade imaginativa*) seriam a fonte de interpretações psicológicas da *dedução transcendental*.

Para expor nossa posição dialogamos, primeiramente, com o trabalho de Kitcher (1990), que defende uma psicologia transcendental que só se sustentaria ao compreendermos a gênese das *faculdades* que tornariam a cognição possível – uma espécie de investigação introspectiva, que caracterizaria uma *psicologia empírica*, mas não em sentido tradicional. Outro autor que abordamos nesta temática e que apresenta uma interpretação semelhante é Puech (1990), que defende que a psicologia transcendental deve sua existência à ideia de *dedução transcendental*, ou seja, à ideia de que a filosofia transcendental crítica deve ser uma doutrina da constituição da experiência por conceitos *a priori*, ou por categorias.

Postas estas duas posições, percebemos que ambas partem de uma origem em comum para a psicologia transcendental, e ela é a *dedução transcendental*. Kitcher (1990) defende claramente a necessidade de uma reinterpretação do transcendental para possibilitar sua posição. Puech (1990) sustenta que a psicologia transcendental seria composta por uma psicologia e uma lógica transcendental. Para Kitcher, a investigação recai sobre a gênese das *faculdades* pensando as relações mentais cognitivas subjetivas atreladas à lógica transcendental – posição que concede certa similaridade a ambas as interpretações.

Observada a posição dos comentadores favoráveis a uma interpretação psicológica, percebemos ainda outra raiz comum em ambos, a referência a Tetens (1777) como influência desta posição. Não obstante, se a interpretação de Kitcher e Puech nos auxiliou para apresentar a pertinência da psicologia transcendental que pode ser interpretada na *dedução*, é exatamente esta mesma interpretação que usamos para demonstrar nosso contraponto, apoiados pela posição de Loparic, demonstrando não só que pensar uma psicologia transcendental na *dedução* dentro da estrutura que Kant nos oferece seria insustentável, como para reforçar nossa tese de que Kant aponta, desde 1781, para um sistema cognitivo lógico, isto é, para uma teoria dos juízos, e não, uma psicologia, o que impugna uma reinterpretação da lógica transcendental e a aplicabilidade desta num campo subjetivo psicológico.

Por fim, evidenciamos não só a apropriação feita por Kant de elementos presente na filosofia de Tetens (1777), mas também a existência, já na primeira edição da *Crítica*, de uma diferença entre os métodos para responder a questão, provando que, embora existam tais elementos em Kant, eles se limitaram à *dedução subjetiva*, e seu uso limitou-se à investigação das *faculdades* sob as quais se assenta o entendimento puro em si mesmo. Isso não serviria, ou seria suficiente como argumento para uma leitura psicológica ou psicologizante de Kant, partindo de uma posição ambígua posta por Tetens, e apropriada por Kant. Concluímos, então, que apesar do tema psicologia não se esgotar totalmente na *Crítica*, atribuir à *dedução* uma conotação psicológica é uma interpretação equivocada do método proposto por Kant.

CAPÍTULO II: A resolução de Tetens à questão da relação representação e objeto: uma exposição exegetica do método psicológico de Tetens

2.1 Introdução

Tal como afirmamos na introdução, esta pesquisa se ocupará em demonstrar a influência de Johann Nicolaus Tetens sobre a *dedução transcendental das categorias* de Kant, na primeira edição da *Crítica da Razão Pura*. Ao evidenciar esta influência, esta pesquisa comprova, que a forma com que Kant nos expõe tais elementos, ali articulados em conjunto com sua exposição transcendental, dá margem a que alguns comentaristas interpretem o método transcendental como psicológico, ou ainda, dependente de pressupostos psicológicos – confusão esta que demonstramos originar-se da exposição feita pelo próprio autor da *Crítica*, a partir da leitura da obra *Versuche*, de Tetens (1777).

Demonstraremos exegeticamente, a partir de agora, os fundamentos do método de Tetens (1777) a fim de comprovar que este não poderia oferecer a Kant as bases para uma lógica ou uma psicologia transcendental. Esta demonstração é imprescindível para refutar interpretações que defendem uma psicologia em Kant, além de sustentar certo descuido com a filosofia de Tetens (1777).

Dito isto, partiremos agora para a segunda etapa desta pesquisa. Assim, se constatamos, no primeiro capítulo, que Kant não faz uma psicologia, mas apontamos os motivos que caracterizariam a possibilidade de uma leitura psicológica da *dedução* em 1781, cabe-nos agora pensar numa outra questão: por que a filosofia de Tetens causou tal impacto num sistema que já contava com bases estabelecidas? Entendemos que esta atenção dada por Kant à psicologia tem seu fundamento na forma como Tetens (1777) articula uma investigação do entendimento e aclara a participação das faculdades na constituição das representações que se relacionaram ao objeto, fundamentando tal método sob uma perspectiva psicológica subjetiva.

Dito isto, para aclarar a originalidade de Tetens (1777) e, assim, demonstrar sua pertinência para Kant, começaremos por assinalar em que sentido o seu método se diferencia do de Wolff e de Locke. Para alcançarmos tal objetivo faremos, aqui, uma exposição exegetica clarificando seu método a fim de tirá-lo da sombra de Kant, e assim, destacar a sua originalidade ao oferecer a possibilidade de pensar um caminho interpretativo diverso ao de Kant, convalidando nossa constatação de que Tetens (1777) não desenvolveu uma psicologia

transcendental e que, conseqüentemente, não poderia servir de preceptor para Kant desenvolver tal psicologia na *dedução*.

2.2 Tetens como suposto preceptor da psicologia transcendental em Kant

Seguindo o percurso que propusemos traçar neste capítulo, começaremos pela exposição do que consideramos ser a originalidade do trabalho de Tetens (1777) em relação ao de Wolff e de Locke, colocando-os em diálogo. Considerando que Tetens (1777) parte da concepção de Locke sobre a investigação dos fenômenos psíquicos, isto é, que ele aceita inicialmente a ideia de Locke de que se encontra na psicologia a chave para ascender ao mais remoto da alma, e a ideia de Wolff, na qual este estudo deve ser feito empiricamente, com apelo à observação interna, observação introspectiva que deve fundamentar-se pela psicologia empírica.

Partindo destes pressupostos, Tetens (1777) propõe um método observacional independente para tratar dos fatos psíquicos. Tal método caracteriza-se, então, pela junção do método observativo de Locke com aquele usado pelos psicólogos para a psicologia empírica, mediante o qual se obteria uma observação completa do intelecto fundamentado, em vista da investigação da origem das representações. Tetens (1777) entende que o tratamento dado a esta investigação da formação das representações, como foi proposto por Locke e Wolff, seria insuficiente. Por isso, realiza um novo método investigativo, que daria conta da análise das representações e das *faculdades da alma* em sua completude, ocupando-se da origem de nossos primeiros conceitos e de sua constituição por meio das representações subjetivas para, então, poder conferir às representações validade objetiva, atrelando a unidade representativa a conceitos.

Realizada esta breve exposição sobre a originalidade de Tetens, exposição que retomaremos em maior detalhe no decorrer do capítulo, propomos aqui um pequeno adendo antes de adentrarmos propriamente na exposição exegética de Tetens (1777). Este acréscimo tem por finalidade esclarecer de antemão o contexto que pautará nossa exposição, isto é, mostrar que a ideia de uma psicologia transcendental encontra dificuldades de se sustentar não só em Kant, como destacamos anteriormente, mas mesmo no método proposto por Tetens (1777), visto que a psicologia sob qual o assenta possui caráter empírico.

Feito este esclarecimento, retomemos nosso percurso. Como destacamos na introdução deste capítulo, esta posição contrária à psicologia transcendental que defendemos aqui, tanto em Kant quanto em Tetens (1777), entra de certa forma em conflito com uma gama

considerável de intérpretes, tais como Vleeschauer (1976), Smith (1923), Puech (1990), Frierson (2014) e Strawson (1975), que defendem a presença da psicologia como fator predominante na *dedução transcendental* kantiana, e atribuem tal presença à influência de Tetens. Começaremos, então, por apresentar os argumentos de tais comentadores.

Iniciamos pela exposição de Puech (1990, p. 208): este comentador parte de uma concepção de proximidade entre as teorias de Lambert e Crusius, afirmando que “a reflexão de Tetens irá mais além e constitui uma verdadeira psicologia transcendental”. O comentador fundamenta como ponto de partida de sua argumentação a posição de Tetens (1777), diante do cenário catastrófico em que a metafísica se encontrava, e considera que a única saída seria a psicologia transcendental. Conforme a palavras do comentador:

Uma psicologia transcendental, isto é, uma metafísica que seja ao mesmo tempo uma psicologia, estudando a origem dos nossos primeiros conceitos e uma lógica transcendental, estudando a constituição através destas representações subjetivas em um conhecimento objetivo. Sob o título de ‘Filosofia Especulativa’, Tetens busca um saber geral dos fundamentos, ou uma filosofia geral transcendental, cujo ponto de partida constitui-se pela aquisição da metafísica do entendimento humano dos escoceses e da psicologia de Robinet e de Bonnet. Esta filosofia transcendente é para Tetens, o saber dos princípios mais elevados do ser corpóreo e dos objetos imateriais [...] estes princípios mais elevados que dão um conhecimento da possibilidade e da necessidade, são princípios *a priori*, isto é, que não são abstraídos por experiência. Tais princípios primeiros são indemonstráveis, eles não têm sua origem nem na experiência nem numa demonstração racional. (PUECH, 1990, p. 208).

Para Puech (1990), o que Tetens pretende mostrar é que estes princípios primeiros determinam a forma de todo o conhecimento possível sem determinar seu conteúdo. Este reconhecimento de princípios puramente formais determinaria universalmente a forma do conhecimento, porém sem determinar o conteúdo do conhecimento, instaurando uma lógica transcendental. De acordo com Puech (1990), Tetens (1777) apresenta uma tábua das formas do julgamento. Segundo o comentador, o campo de pesquisa é fornecido por uma psicologia que coloca como foco não a origem sensível do conteúdo de nossas representações, mas sua origem pura e formal. Amparado pelo *Versuche* (TETENS, 1777), Puech (1990, p. 210) sustenta que para Tetens “todos os nossos conceitos gerais tem sua origem nas sensações”, deve-se, então, “investigar as sensações que ganharam o pensar”. Mas, estas “sensações não fornecem nada além da matéria primeira, e o ponto essencial é a forma que nosso entendimento opera, isto é, enforma a matéria primária mediante uma relação original destes dados” (PUECH, 1990, p.210). Desta forma, Puech (1990, p.210) argumenta que “Tetens irá mais além no sentido de

uma lógica transcendental e coloca antes da Crítica o problema da dedução transcendental”, e ratifica sua posição dizendo que esta “psicologia não chega a destacar-se realmente da fisiologia e da antropologia do senso comum” e que Tetens “ao apontar para a sensação interna para fundar um conceito puro, coloca a psicologia transcendental como uma doutrina do senso comum”.

Feita a explanação da interpretação de Puech (1990), alegamos que os argumentos do comentador são pautados por uma leitura que parte dos resultados da filosofia transcendental kantiana. Advogamos, contudo, que Tetens (1777) não poderia fornecer uma psicologia pura, dado que demonstramos nesta pesquisa que seu método é o de uma introspecção que analisaria as *faculdades da alma*, apontando para a construção das representações e, conseqüentemente, para sua origem sensível, fundamentando-se num juízo subjetivo e não pautado, como propõe Kant, pelas condições e possibilidade de experiência. Atestamos que Tetens (1777) não busca um conceito puro, sua indagação recai sob as ações por meio das quais os conceitos são produzidos e fundamenta as relações num plano psicológico subjetivo – posição diferente da advogada por Kant, que se ocupa, quase que exclusivamente, com sua validade objetiva, utilizando-se de uma teoria dos juízos. Já para Tetens (1777), só chegamos ao verdadeiro conhecimento do alcance da razão indagando nosso intelecto *subjetivamente*.

Mediante a posição investigativa de Tetens (1777), dificilmente este poderia antecipar Kant em sua *dedução transcendental*, como nos propõe Puech (1990), pois claramente seus métodos são distintos, e Kant tinha total consciência disso⁵⁶. Puech (1990, pp 209-210) propõe uma aproximação entre os filósofos, partindo da existência de uma psicologia transcendental na *Crítica da Razão Pura*, e afirmando que “a psicologia transcendental na *Crítica* deve ser relacionada à influência determinante de Tetens, pois é ele quem concebe uma verdadeira psicologia transcendental [...]”. O autor compara a “dedução transcendental kantiana com a noção de Realização dos princípios puros de Tetens, afirmando que a filosofia de Tetens apoia-se sob uma análise do conhecimento em termos de matéria e forma” (PUECH, 1990, p. 413), e atenta para o fato de que os comentadores têm observado que a *dedução transcendental* coincidiria com a psicologia presente no *Versuche*, de Tetens (1777). A este respeito deixemos que Tetens fale por si: ele é claro, no *Versuche* (1777), ao dizer que toda a ideia e conceito são, sem exceções, representações sensíveis elaboradas pela *força do pensar*.

⁵⁶ Cf. KANT (Refl 4900 e 4901).

Encontramos uma interpretação semelhante a de Puech (1990), em Vleeschauer (1976, p. 289), quando este afirma que a novidade quanto à resolução do problema da objetividade, em Kant, é constituída “pela dedução psicológica e pela teoria da imaginação”. Quanto a esta *dedução*, ela é composta por três sínteses, e estas seriam, como nos indica o comentador, a causa de ser denominada *dedução subjetiva*. Quanto ao tema imaginação, Kant a derivaria do trabalho psicológico do século XVIII. De acordo com Vleeschauer (1976), esta influência decorreria do *Versuche*, de Tetens (1777). Segundo o comentador, a influência de Tetens na constituição da *dedução subjetiva* de Kant é indiscutível. A respeito desta influência, estamos em conformidade com ele. Mas, de acordo com o comentador, contamos ainda com outros elementos que aproximariam Kant de Tetens, e a respeito destes discordamos. Nossa oposição em relação a interpretação de Vleeschauer (1976) fundamenta-se em sua alegação de que estes elementos psicológicos não se limitariam à *dedução subjetiva* e teriam uma continuidade na *dedução objetiva*, caracterizando toda a *dedução transcendental* como psicológica.

Vleeschauer (1976, p. 324) destaca que Tetens (1777) foi o primeiro a diferenciar entendimento e razão, e isto o conduz a concepção de que “a espontaneidade subjetiva opera tanto no conhecimento sensível quanto no racional ou da razão, mas somente no primeiro caso os conceitos intelectuais possuem um correspondente na experiência sensível, se fazendo ausente no outro caso”. Vleeschauer (1976, p.324) vai além e entende que esta posição de Tetens (1777) é análoga àquela exposta na *Crítica*, isto é, que elas têm “funções idênticas quanto ao uso, mas são distintas quanto aos objetos”. Fundamentado nesta interpretação, o comentador enfatiza, então, que o conhecimento racional se distingue por suas características gerais e pela necessidade absoluta, e aproxima tal concepção da de Tetens (1777), afirmando que “Tetens reconhece uma necessidade lógica formal ou material; se ela é formal funda-se sob a mesma natureza do pensamento subjetivo, que trabalha conforme as leis da natureza, expressa em princípios supremos da lógica” (VLEESCHAUWER, 1976, p.324). Como consequência desta posição, Vleeschauer (1976, p.325) conclui que a necessidade objetiva consiste na “modificação da necessidade subjetiva das coisas, modificação que apesar de certo número de restrições e de reservas é razoavelmente dogmática”. Vê-se como Vleeschauer (1976, p. 20) direciona sua argumentação para a questão lógica, de maneira semelhante a Puech (1990) e, semelhantemente, afirma que “a dedução subjetiva prepara a dedução objetiva através de uma reflexão psicológica transcendental, que analisaria a estrutura lógica do pensamento ligado ao conhecimento objetivo detalhando a composição sintética”.

Mediante as posições destacadas até aqui, parafraseando o comentador, concluímos que seu argumento sobre o elemento condutor da *dedução* é a síntese, cuja função se divide entre o múltiplo empírico e a unidade aperceptiva e, para que este poder sintético ocorra, Kant empregaria uma via psicológico-transcendental (*psychologico-transcendentale*)⁵⁷. Para que esta interpretação se sustente, o comentador defende uma continuidade entre a primeira e segunda edição da *dedução* e esta continuidade se dá pelo seu caráter psicológico. No entanto, a respeito da argumentação de Vleeschauwer (1976), alegamos aqui, pautados pelos resultados obtidos com a pesquisa, que a comprovação desta continuidade não se consolida. Quanto ao seu argumento sobre uma suposta espontaneidade subjetiva e sobre uma estrutura psicológica (transcendental) que analisaria a estrutura lógica a fim de detalhar a composição sintética que reconhecemos ser o argumento fundante da posição de Vleeschauwer (1976), dificilmente poderia ser defendida como decorrente da filosofia de Tetens (1777), visto que este não estaria propondo uma psicologia transcendental para investigar as ações e funções das *faculdades* responsáveis pela unidade representativa, além do fato de que, para Tetens, a estrutura lógica seria imbuída de juízos subjetivos. Tetens (1777, p. 162) é claro a este respeito: “é na receptividade da alma que está a espontaneidade e desta depende a faculdade de ter sensações reprodutivas”⁵⁸.

A respeito da espontaneidade, Tetens (1777) também expõe sua posição: este conceito é apresentado por ele como *Grundkraft*, uma *força fundamental* da alma que se identifica com um princípio interno, um poder autônomo que torna a alma capaz de despertar em si modificações e manter o traço residual destas, tornando-a uma essência representativa e pensante. É ela que permite à alma sentir, representar e pensar. Mas, esta *força fundamental* está relacionada à esfera cognoscitiva, a saber, a sensação, a representação e o pensar, cada qual se referindo a uma *faculdade* específica. Concordamos com a posição de Vleeschauwer (1976) que defende a ideia de Tetens (1777) oferecer um esquema geral da *faculdade fundamental da alma*. Num sentido geral, podemos pensar que Tetens (1777) propõe, antes de Kant, um sistema tripartite, porém direcionando à questão.

Aclarou-se nesta pesquisa que, para Tetens (1777), esta tripartição recai sobre a investigação psicológica, ou seja, a presença e a natureza de uma *força originária fundamental* que caracteriza a essência e a natureza da alma. Defendemos que Tetens, decididamente, se

⁵⁷ Cf. Vleeschauwer (1976, p. 35 e p. 181).

⁵⁸ “Es ist also die Selbsttätigkeit in der Receptivität der Seele, von der das Vermögen, Nachempfindungen zu haben, abhänget. (TETENS, 1777, p. 162).

pergunta pelas *faculdades cognitivas* e suas respectivas funções na origem da representação. Resumidamente, em Tetens (1777), a *força fundamental* é uma consequência da natureza da alma humana quando dotada de certa espontaneidade interna, esta se apresenta como condição para acondicionar a *faculdade* originária permitindo a alma humana sentir, representar e pensar. Quanto à esta posição, pode-se pensar que estas *faculdades* constituem a representação que ainda não ascendeu à consciência e, então, interpretá-las como antecipatórias, mas isso só demonstra como a leitura de Tetens (1777) é feita por Vleeschauwer (1976), partindo dos resultados da filosofia kantiana. Além do mais, Tetens (1777) é claro quanto a sua investigação: para ele o acesso à alma, a única via que conduz a sua modificação, são as *faculdades* psicológicas que delas derivaram. Em Tetens, a *força fundamental* relaciona-se à *força cognitiva*: é este o caminho traçado por ele. Assim, o que torna a relação entre representação e objeto consciente é um ato meramente subjetivo para Tetens (1777), enquanto para Kant, é um ato objetivo.

Realizada a exposição sobre as concepções de Vleeschauwer (1976) e Puech (1990), passemos a exposição do pensamento de Smith (1923). Para este comentador, haveria dois aspectos distintos da *dedução transcendental*: “a dedução subjetiva determinaria as condições subjetivas que são exigidas para se tornar possível o conhecimento, seu caráter seria então psicológico”; já a dedução objetiva “não trata do processo psicológico, mas da questão da validade objetiva, desta forma a dedução objetiva é lógica [...]” (SMITH, 1923, p. 235). Na concepção de Smith (1923), a validade objetiva das categorias pressupõe a atividade das *faculdades cognitivas*. Dito isto, para este comentador “a possibilidade lógica pressupõe a psicológica. A pergunta pela validade objetiva dos juízos sintéticos *a priori* pressupõe a seguinte questão: através de quais faculdades mentais eles se tornam possíveis?” (SMITH, 1923, p. 44). Smith (1923, p. 50) questiona ainda: “Quais são as condições subjetivas dos juízos sintéticos *a priori*? Eles se tornam possíveis através de quais faculdades mentais?”. O comentador entende que Kant responderia à questão “desenvolvendo o que pode ser chamado de psicologia transcendental” (SMITH, 1923, p.50). Segundo o mesmo autor:

Eles dependem do espaço e do tempo como formas da sensibilidade, dos conceitos *a priori* do entendimento e das atividades sintéticas, pelas quais a imaginação esquematiza esses conceitos e reduz o múltiplo dado à unidade da aprecepção. Essa psicologia transcendental seria o complemento necessário da análise puramente epistemológica. (SMITH, 1923, p. 50).

Quanto à posição de Smith (1923), advogamos certa fragilidade em seu argumento, visto que o autor defende a não atribuição da cognição ao Eu empírico, ou mesmo ao Eu

noumênico, e que Kant considera os processos que contribuem à cognição como hipotéticos. Acompanhando o argumento de Smith (1923, p. 51) de que as “ideias não se tornam associadas por meramente coexistirem. Elas podem ocorrer juntas em uma consciência unitária. [...] Associação é fundada na transcendência”, podemos concluir que o princípio de associação funda-se numa unidade sintética *a priori* tornando a consciência possível por si. Smith (1923) entende que Kant teria necessidade de desenvolver uma psicologia transcendental para dar conta da síntese pura. Ora, nada mais contraditório ao projeto kantiano do que afirmar que Kant estaria procurando pela condição subjetiva dos juízos *a priori* e as *faculdades* que a tornam possível, na *Crítica*. Kant (KrV) é claro quanto à ideia de uma investigação descritiva das *faculdades da alma* ao afirmar que seu objetivo não é investigar a possibilidade da *própria capacidade de pensar*. Defendemos que afirmar que há uma psicologia transcendental que sustentaria os juízos é ignorar uma teoria dos juízos enquanto componente lógico do sistema cognitivo, e permanecer na possibilidade de pensar sua origem, o que nos parece ser menos importante a Kant. Porém, entendemos que, diferentemente do que nos propõe Kant, esta investigação não é minoritária em Tetens (1777), o que destacaremos mais adiante. Desta forma, o comentador positivamente nos oferece a possibilidade de demonstrar que o método sob o qual se assenta a investigação de Tetens (1777) difere daquele de Kant, ofertando-nos, assim, mais um contra-argumento que nos auxiliará a reforçar que Tetens (1777) não propôs uma psicologia imbuída do campo transcendental.

Outro comentador que destacamos é Frierson (2014). Para ele, Kant propõe investigar as leis que governam o entendimento, podendo isso ser considerado uma psicologia transcendental. O comentador vai além e afirma, como Vleeschauwer (1976), que “toda a filosofia transcendental pode ser considerada uma psicologia, na medida em que investiga as faculdades da alma” (FRIERSON, 2014, p. 44). Conforme afirma Frierson (2014), a psicologia transcendental difere-se fundamentalmente da psicologia empírica, pois aquela não tem uma origem empírica. Com a investigação *a priori* não é possível observar o trabalho da mente no sentido interno e, então, derivar os princípios de sua operação. Para fundamentar sua interpretação, Frierson (2014, p. 45) sustenta que “a psicologia transcendental e a empírica são modos distintos de investigação da mente humana, mas são totalmente relacionáveis”. O comentador defende, então, que a psicologia transcendental, particularmente na *Crítica da Razão Pura*, é uma parte da investigação da condição da “possibilidade do conhecimento empírico do mundo, incluindo o conhecimento empírico” (FRIERSON, 2014, p.2) e que será a psicologia transcendental quem estabelecerá a legitimidade da psicologia empírica.

Reconhecemos que o argumento de Frierson (2014) é imbuído de uma radicalidade marcante. Observemos que o comentador afirma que as leis que regem o entendimento poderiam ser consideradas psicologia transcendental, no entanto, para Kant (KrV A65 B90), todos os juízos são “funções de unidade entre nossas representações”. Assim, novamente, temos outro comentador que atrela a psicologia transcendental à síntese kantiana, e que parte dos resultados da filosofia transcendental. Mas é possível pensar, como nos propõe este comentador, que por investigar as *faculdades da alma*, toda a filosofia transcendental pode ser considerada uma psicologia, e mais, que haveria uma psicologia transcendental encarregada da investigação da mente? Defendemos que não, pois Kant não considera a investigação das *faculdades*, sob as quais se assenta o entendimento puro, seu projeto prioritário. Sendo assim, pensar numa psicologia transcendental como ferramenta de investigação das *faculdades da alma*, e como sustentáculo da psicologia empírica, é ignorar não só a originalidade kantiana como os *Paralogismos da razão*, e desconsiderar a afirmação de Kant de que a psicologia transcendental não passa de simples paralogismo.

Curiosamente, quanto ao argumento de Frierson (2014) a respeito de Tetens, o comentador o coloca como uma figura importante à concepção psicológica de Kant, mas não confere ao autor mais do que uma nota de rodapé, colocando-o ao lado de Eberhard, Mendelssohn e Lossius. Frierson (2014) aproxima Kant e, respectivamente, suas concepções psicológicas àquelas de Wolff, negligenciando a influência marcante de Tetens (1777) neste contexto. Atestamos esta negligência, visto que Frierson (2014) chega a citar Tetens, ou seja, admite sua existência, conhece seu trabalho, mas evita colocá-lo em seu discurso. Outro ponto a ser observado é a relação feita por Frierson (2014) entre psicologia empírica e uma suposta psicologia transcendental relacionáveis.

Por fim, temos a posição de Strawson (1975, p. 27): este comentador entende “a dedução como uma argumentação que procederia por meio da análise do conceito de experiência em geral para se chegar à conclusão de que certa objetividade e certa unidade são condições necessárias da possibilidade da experiência”. O comentador ainda ressalta que na dedução subjetiva “trata-se de um ensaio sobre o sujeito imaginário da psicologia transcendental” (STRAWSON, 1975, p.27). Este “outro ensaio” citado por Strawson (1975, p. 28) fundar-se-ia na posição de Kant em “considerar como necessária a unidade e conexão da experiência a todas as necessidades transcendentais, como produto das operações da mente, se sentindo obrigado a dar explicações sobre tais operações”. Conforme o comentador, esta explicação é obtida “considerando-a como necessária à unidade da experiência como produto de nossas faculdades (especialmente a da memória e da imaginação controladas pelo

entendimento)” (STRAWSON, 1975, p. 28). É a partir das impressões, ou de dados desconexos e separados dos sentidos, que resultará na unidade, o que Kant chama de síntese. Strawson explica que:

A teoria da síntese, como qualquer outra tentativa da psicologia transcendental se expõe à objeção *ad hominem* da qual não podemos exigir conhecimento empírico algum de sua verdade, pois isto seria como postular um conhecimento empírico daquilo que se toma como condição anterior deste conhecimento empírico. A convicção de que o processo de síntese ocorre como uma condição anterior da experiência, e a convicção de que as impressões desconexas são o material para que se inicie o processo tenham lugar anteriormente, se apoiam e são mutuamente necessárias. (STRAWSON, 1975, p. 28)

Assim, de acordo com Strawson (1975), a *dedução* deve ser compreendida como argumentação sobre as implicações do conceito de experiência em geral, e como uma descrição dos trabalhos transcendentais das *faculdades subjetivas*, através das quais se produz a experiência. Para este comentador, a psicologia transcendental fundamentaria o trabalho transcendental das *faculdades subjetivas*. A síntese é entendida, então, como assentada sobre a distinção das diversas *faculdades*, mas toda a combinação e conexão são produzidas pela *faculdade da imaginação*, a qual as constrói e reproduz sob o controle do entendimento.

Atentemos para a argumentação de Strawson (1975) que aponta para duas questões importantes abordadas nesta pesquisa. A primeira delas é a da síntese realizada pela *faculdade da imaginação*. Quanto à esta *faculdade*, em particular, os resultados obtidos no primeiro capítulo da pesquisa prestam não só uma importância fundamental à síntese kantiana, mas também lhe atribuem grande papel nas interpretações psicológicas da *dedução*. Entendemos que o argumento de Strawson (1975) se deve em grande parte a esta raiz interpretativa, causada pela própria exposição de Kant, que destacamos anteriormente, visto que ele defende uma análise transcendental das funções das *faculdades subjetivas* através de uma investigação descritiva. A esta questão propomos, nesta pesquisa, uma interpretação contrária distinguindo a função empírica e transcendental das *faculdades*, destacando a preponderância do uso transcendental destas no método kantiano.

Dito isto, acreditamos que a primeira parte desta tarefa foi realizada no capítulo anterior, no qual demonstramos a problemática interpretativa e suas consequências, que parecem incidir também sob a leitura de Strawson (1975). O que faremos, agora, é mostrar que é possível pensarmos esta segunda questão, ou seja, a investigação descritiva das *faculdades da*

alma, aos moldes de Tetens (1777), porém não num sentido psicológico transcendental como é proposto por Strawson (1975).

A partir da apresentação da interpretação dos comentadores Vleeschauwer (1976), Smith (1923), Puech (1990), Frierson (2014) e Strawson (1975), nota-se a possibilidade de dividi-los em dois grupos. Classificamos, no primeiro grupo, aqueles que defendem que Tetens (1777) anteciparia uma espécie de lógica transcendental, e que investigaria a origem dos conceitos puros, e que Kant, sob a mesma perspectiva de Tetens, fundamentaria a *dedução objetiva* sobre a *dedução subjetiva*. Neste grupo, classificamos Puech (1990), Vleeschauwer (1976) e Smith (1923). O segundo grupo é constituído por aqueles que defendem a existência de uma psicologia transcendental como pressuposto para a investigação e a aplicabilidade das *faculdades cognitivas*, compondo-se por Frierson (2014) e Strawson (1975). No entanto, o ponto que destacamos como primordial é que haja uma unanimidade entre os comentadores sobre as origens desta influência, ou seja, a filosofia de Tetens e o fato de que todos os comentadores de ambos os grupos mencionados partem de uma forma, ou outra, da investigação das *faculdades cognitivas* e da *síntese* e as aproximam de uma psicologia transcendental influenciada por Tetens (1777).

No entanto, defenderemos, a partir de agora, que a afirmação de que esta psicologia tem caráter transcendental em Tetens (1777), e que é em sua filosofia que esta se origina, não tem fundamentação no próprio texto de Tetens (1777). Para realizar tal tarefa, propomo-nos, a partir de agora, apresentar a originalidade de seu do método.

2.3 A originalidade do método de Tetens

A partir deste ponto, seguindo o percurso apontado na introdução do capítulo, passaremos a pontuar os elementos que ratificam a ideia da originalidade do método de Tetens (1777), e em que este se diferencia do de Wolff e de Locke. Realizada esta diferença metodológica, apresentaremos exegeticamente este novo modelo investigativo da análise da formação das representações e das *faculdades da alma* que Tetens (1777) propõe, advogando a disparidade de seu método com o transcendental kantiano. Johann Nicolaus Tetens (1763-1807) é normalmente representado como o “Locke alemão”, pela forte influência empirista presente em sua filosofia, o que já pode ser detectado na introdução do *Versuch* (1777), onde reconhece explicitamente a dependência de sua metodologia da do filósofo inglês Locke. Contudo, não podemos nos iludir e pensar Tetens como um comentador de Locke, pois ele vai além de seu interlocutor, em especial no campo da psicologia.

Tal influência é marcada, primeiramente, pela concepção de Locke sobre a investigação dos fenômenos psíquicos, ou seja, de que as sensações internas e externas são os únicos princípios de conhecimento para o espírito humano, distinguindo experiência externa e interna. John Locke (1632-1704), em seu *An essay on human understanding* (1690), admite que as ideias se originem de duas fontes: 1) Da sensação ou experiência externa; 2) Da reflexão ou experiência interna. Estas nos fornecem as ideias das operações psicológicas. Desta forma, Locke propõe descrever os dados a partir dos quais a mente constrói o conhecimento, e também a maneira pela qual a mente opera a partir da recepção inicial destes dados.

Apesar da clara influência dos métodos estabelecidos por Locke e de Wolff na filosofia de Tetens, e dele os tomar como ponto de partida, ele reconhece que o uso de um único método não lhe traria resolução nenhuma ao problema da representação e do objeto. Reconhecendo a insuficiência do antigo empirismo, que se utiliza da experiência como método exclusivo para se chegar à observação do conceito do fenômeno físico, Tetens (1777) propõe um método de observação livre e independente. A singularidade de Tetens (1777) deve-se à forma precisa com que tratou os fatos psíquicos, focando no processo e na mediação intelectual para atingi-los.

Temos que considerar que Tetens se encontra em meio ao debate, em voga na Alemanha, e que tinha como cenário a influência sensualista de Locke, Hume e Condillac, debruçando-se sobre uma questão comum: a essência da alma. Os defensores do sensualismo argumentavam que não haveria nada no entendimento que já não tivesse estado inicialmente nos sentidos⁵⁹. Quanto à esta posição, reconhecemos que esse axioma pode abrir uma crítica cética à metafísica, uma vez que não conhecemos as coisas em sua substância, mas somente como constituídas de propriedades sensíveis, restringindo-se nossos esforços cognitivos à esfera dos fenômenos⁶⁰. Esta interpretação defende que nós sentimos o nosso pensamento no sentido interno, distinguindo-o perfeitamente de tudo o que ele não é. Desta forma, as sensações e as operações da alma são o material de todos os nossos conhecimentos. A sensação seria o

⁵⁹ Tetens (1777, p. XIII) combate a posição materialista fortemente entendendo que esta visa reduzir a atividade mental aos processos físicos e aos nervos.

⁶⁰ A respeito do materialismo, Tetens (1777, p. XIII, tradução nossa) argumenta que o processo da ação espiritual sobre o corpóreo reduziria a experiência aos nervos e ao cérebro. A crítica principal de Tetens atua principalmente contra o futuro uso da metafísica nesse campo. Por isso, para Tetens (1777, p. X), a inserção da metafísica é a falha dos materialistas, e não é o ponto de partida correto para fundamentar a observação dos fenômenos psíquicos, ele afirma claramente tal posição, no final do segundo livro, demonstrando que a análise psicológica tem seu lugar e apresenta a questão sobre a natureza da alma: corpórea ou espiritual, além da dependência da sua ação a partir da organização dos corpos.

fundamento e a essência das ações da alma; e o pensamento e o querer deveriam ser interpretados como transformações das sensações⁶¹.

Dito isto, nota-se quanto à posição dos sensualistas, que a sensação deve ser a primeira e essencial ação da alma. Frente à esta posição, Tetens (1777) argumenta que o sentimento e as sensações devem ser somente as primeiras ações da alma, e que esta deve se constituir em sua totalidade também por outras ações, isto é, faculdades autônomas da sensação, tais como as faculdades que produzem a representação, o pensamento e a ideia. Por isso a alma não deve ser mera receptividade, mas ser dotada de uma função ativa e dar forma a matéria dos sentidos. Assim, para esta forma, a princípio, a sensação fornece apenas a matéria para toda ideia. Mas ela não se reduz a isto, ela também se liga às representações, e sua forma nasce da *força do pensar (Denkkraft)*. É importante destacar que esta posição de Tetens (1777) refuta a ideia de um princípio puramente formal.

Destacadas as críticas de Tetens (1777) à respeito dos modelos vigentes até então, advém-nos a questão: qual é a novidade que ele nos propõe diante deste cenário filosófico? No início do *Versuche*, Tetens (1777) esclarece que seu método se servirá do método observativo de Locke para a avaliação do intelecto, e do método dos psicólogos para a psicologia empírica. Desta forma, caracterizam-se as bases de seu método que compor-se-á de uma observação do intelecto pautado pela psicologia empírica, que investigará a origem das representações.

Contudo, notamos que Tetens (1777) aponta para a existência de dois métodos que têm sido utilizados para o conhecimento da alma, permanecendo a questão: o que o seu método frente àqueles tem de novidade? Defendemos que para responder a esta pergunta temos de analisar a concepção de método que sustenta com maior acuidade, e para isso observarmos mais detalhadamente os modelos que Tetens tomará como pressuposto. Primeiramente, para Tetens (1777), Locke é o primeiro a propor a conexão de ideias como uma lei fundamental da psicologia e, apontar corretamente para o cerne da questão, pois é nesta que, de fato, se encontra a chave para ascender ao mais secreto e íntimo da alma. Tetens (1777) reconhece que esse princípio importante e fecundo, já se encontra em Locke, mas que este não é desenvolvido por ele em toda a sua completude possível. Ele não é completo, pois de acordo com Tetens (1777), a forma de ligação, ou melhor, a associação proposta por Locke não dá conta de explicar a ocorrência de princípios formais constitutivos à espontaneidade da *faculdade imaginativa formadora*, por exemplo. Esta possui um peculiar tipo de ligação entre as representações

⁶¹ Concepção semelhante àquela apresentada por Wolff, onde a alma é uma *força representativa* do mundo, da natureza dos corpos. Toda função da alma reduz-se à *força representativa*.

cognitivas, pois estas exigem específicos pontos de união, conexão e seriação. Tetens (1777) concebe que a alma tem várias faculdades, e que cada uma possui sua peculiar lei de associação espontânea, apesar de cada uma estar relacionada às outras, o que o conduz a se apropriar do método de Locke, modificando-o parcialmente para investigar detalhadamente as peculiares operações de cada uma das *faculdades da alma*. Para realizar esta investigação Tetens (1777) pauta-se também pelo método dos psicólogos, que é fundado numa psicologia empírica. Entendemos que a psicologia empírica, em questão, é aquela apresentada por Wolff (1732). Cabe-nos, agora, analisá-la e, então, observarmos em que a proposta de Tetens (1777) para realizar seu método observacional e investigativo das *faculdades da alma* difere do concebido e utilizado por Wolff.

Conforme nos apresenta Ecole (1991), Wolff divide a psicologia em dois tratados distintos: a psicologia empírica e a psicologia racional. Wolff diz que “a psicologia empírica é uma parte da filosofia na qual se estabelece, por experiência, os princípios a partir dos quais se pode dar razão as coisas que se produzem na alma humana” (Wolff, 2006, § 111) e que “quando apelamos a psicologia racional emitimos uma luz tornando conhecido o que a psicologia empírica nos faz experimentar” (Wolff, 1734, p. 11). Nesse sentido, Wolff (2006, § 112) explica que “na psicologia racional nós derivamos *a priori* do único conceito de alma humana todas as coisas que observamos *a posteriori* [...]”. No modelo de Wolff, por um lado, temos uma análise da alma tomada sob a ordem dos dados da experiência, em vista da descoberta das leis segundo as quais as *faculdades* são exercidas e, por outro, a partir do conceito de alma, isto é, uma determinação *a priori* das *faculdades* e da razão fazendo com que suas leis sejam condizentes ao que a experiência revela.

Ecole (1991), no que diz respeito a esta divisão proposta por Wolff, argumenta que a distinção que ele opera entre psicologia empírica e psicologia racional não implica, contudo, conceber autonomia a cada uma, dado que elas são interdependentes. Isto posto, Ecole (1991) sustenta que a distinção proposta por Wolff é ineficaz. Tetens (1777), por seu turno, percebe que Wolff atribui à psicologia empírica o ponto de partida e apoio à psicologia racional.

Na sequência, não nos ateremos a investigar tal questão, mas nos limitaremos apenas a buscar saber a funcionalidade da psicologia empírica proposta por Tetens (1777), e em que ela se diferencia daquela proposta por Wolff. Para tanto, buscaremos inicialmente pontuar a função que a psicologia empírica possui em Wolff. Em seu *discursus praeliminaris*, Wolff (2006) defende que a física se divide em duas partes: uma experimental e outra dogmática, sendo que a primeira é substituída pela filosofia experimental. Ecole (1991, p.594) alega que “Wolff defende a mesma divisão na psicologia, na qual a parte empírica corresponde

a física experimental, fazendo parte como ela da filosofia experimental”. Nas palavras do próprio Wolff (2006, § 111), “[...] é indubitável que a psicologia empírica corresponda à física experimental e, por conseguinte, seja substituída por ela”.

A fim de diferenciá-las, Wolff expõe os objetivos atribuídos à psicologia empírica. O primeiro deles, como nos aponta Ecolle (1991, p.594), é estabelecer regras e leis “segundo as quais operam nossas faculdades, da mesma forma como se estabelece em física as regras e leis do movimento”. Tendo em vista este objetivo proposto por Wolff, o comentador nos diz que “se Locke propôs uma análise empírica de nossas faculdades do conhecer, Wolff estendeu este método ao conjunto das faculdades de nossa alma” (ECOLE, 1991, p.594). Alegamos que é esse o ponto que interessa particularmente a Tetens (1777). Entende-se, assim, que o estudo empírico da alma deve ser fundamentado sobre a experiência, “com apelo à observação interna, que constitui para Wolff uma forma de experiência privilegiada”. Wolff, na obra *Psychologia empirica* (1732, § 11), expõe claramente tal posição, afirmando que “a psicologia empírica estabelece por experiência o que ocorre na alma”, e que isso se deve ao fato de que “nós experimentamos as percepções, atentamos a elas e as conhecemos,[que] a psicologia empírica observa com atenção os fatos que se manifestam na alma” (WOLFF, 1732, § 664).

Atentemos ao fato de que esta observação, que pode se considerar introspectiva, é realizada por Wolff também à respeito da observação externa, o que caracteriza certa disparidade entre a observação interna sustentada por ambos os autores. Eis um primeiro ponto de discordância de Tetens (1777) em relação a Wolff, quanto à aplicabilidade da psicologia empírica⁶². Contudo, alegamos que o método da psicologia empírica empregado por Tetens (1777) parece não se distinguir essencialmente do empregado por Wolff, mas se diferencia por possuir uma esfera de aplicação mais limitada atribuída por Tetens (1777).

Continuando com a exposição de Wolff: a exigência sistemática da psicologia empírica funda-se sob a experiência, fornecendo a Wolff o ponto de partida de sua análise da alma humana, o que, em certa medida, não deixa de ser também o trabalho da psicologia racional. Assim, podemos dizer que o método investigativo da psicologia empírica proposto por Wolff é introspectivo, mas atrelado à metafísica, na medida em que é utilizado para operar

⁶² Para Ecolle (1991, pp. 596-597), Wolff “utiliza desta segunda forma de experiência psicológica para descrever a *facultas fingendi* que é uma das modalidades da imaginação, em seu uso no estudo das memórias, na análise do conhecimento simbólico, etc.”, em todos esses casos, nos quais é impossível nos contentarmos com os dados da introspecção para esclarecer plenamente a natureza de nossas faculdades. Segundo Ecolle (1991), Wolff utiliza tudo o que a história da ciência pode nos ensinar sobre as faculdades.

uma análise das *faculdades da alma*, que se inicia pela *alma* e pela *consciência em geral* (uma vez que a alma é definida pela consciência, para esclarecer sua natureza).

Posto o método investigativo de Wolff, partiremos à observação de como o método de análise das representações da alma e das *faculdades* proposto por Tetens (1777), embora tome a psicologia empírica de Wolff como pressuposto, se distancia da forma como ele a aplica, dado que este último lhe atribui maior especificidade, reformulando sua aplicabilidade. Para defender nossa posição, iniciemos observando o que Tetens (1777) nos diz a respeito da proposta de Wolff. De antemão, podemos dizer que desde o início do *Versuche*, Tetens se distancia e questiona um dos assuntos fundamentais da tradição leibniz-wolffiana, isto é, a natureza essencialmente representativa de cada manifestação da alma. Tetens pergunta:

No caso da representação que temos de nós mesmos, de nossa modificação interna, de nossa atividade e *faculdade* em geral, àquela que pertence à representação do sentido interno, encontramos uma obscuridade maior. Devemos também a esta representação poder chamá-la representação da mesma forma da representação do objeto externo? Wolff toma a palavra representação num sentido tão extenso e generoso quanto possível a respeito desta denominação. Todavia, em sua psicologia maior, na qual trata das representações do sentido interno, se serve raramente desta denominação. Ele não diz: temos representações do que ocorre em nós, do nosso modo de pensar, estado de ânimo e atividade, mas ele se serve da expressão? sentimos em nós tal coisa e somos conscientes dela. No entanto ele chamou a sensação do sentido externo e a suas imagens de representações sensíveis do objeto externo a nós? [...]. Algumas observações que são demasiadas distintas nos servirão de fio condutor em lugares onde houver obscuridades. Se não for possível penetrar no interior de um objeto puro, se pode vê-lo do lado de fora. Vou anteceder algumas dessas observações e experimentá-las até que ponto há um paralelo entre nossas representações provenientes do sentido interno daquelas sensíveis externas. (TETENS, 1777, pp. 46- 47, tradução nossa, grifo nosso)⁶³.

⁶³ Bei den Vorstellungen, die wir von uns selbst, von unsern innern Veränderungen, von unsern Thätigkeiten und Vermögen haben, überhaupt bey solchen, die zu den Vorstellungen des innern Sinnes gehören, treffen wir eine größere Dunkelheit an. Sollten auch diese Vorstellungen wohl Vorstellungen in dem nemlichen Verstände heissen können, wie die Vorstellungen von äußern Gegenständen? Wolf nahm das Wort Vorstellung in einer so weiten Bedeutung, daß er freigebig mit dieser Benennung sein konnte, und dennoch hat er in seiner grössern Psychologie, da wo von den Vorstellungen des innern Sinnes die Rede ist, sich dieser Benennung selten, oder gar nicht bedient. Er saget nicht: wir haben Vorstellungen von dem, was in uns vorgehet, von unsern Denkart, Gemüthszuständen und Thätigkeiten, sondern er bedient sich der Ausdrücke, wir empfinden dergleichen in uns, wir sind uns dessen bewußt. Und doch nannte er die Empfindungen des äußern Sinnes, und ihre Einbildungen sinnliche Vorstellungen von Gegen Ihr Hauptmerkmal. ständen außer uns. War dieß etwann eine Wirkung seines Gefühls, daß der Name Vorstellung jenen nicht in derselbigen Bedeutung zukomme, als diesen? Denn deutlich hat er, so viel ich weiß, sich darüber nicht erklärt. Wie ferne haben wir denn auch Vorstellungen von jenen? [...] Einige Beobachtungen, die deutlich genug sind, werden uns zum Leitfaden an solchen Stellen dienen, wo es dunkel ist. Kann man nicht in das Innere einer Sache hineinkommen, so lasset sich doch wohl von außen in sie etwas hineinschauen. Ich will einige solcher Bemerkungen voranschicken, und dann versuchen, wie weit die Parallele zwischen unsern Vorstellungen aus dem innern Gefühle, und zwischen den äußerlichen sinnlichen Vorstellungen gezogen werden könne. (TETENS, 1777, pp. 46-47).

Notam-se, nesta passagem, dois elementos interessantes. O primeiro é que Tetens deixa clara a relação entre as representações internas e externas. O segundo é que há um desconforto por parte de Tetens em relação à definição que Wolff oferta de *vis representativa*. Isto é, Tetens (1777) entende que Wolff negligencia o fato da formação das representações, reduzindo-a ao sentir, e não se debruçando sobre a questão principal que é como as representações se dão. Assim, para Tetens (1777) o método investigativo de Wolff é pertinente, mas sua aplicação insuficiente. Tal insuficiência incide sobre a psicologia. Sabemos que a *força representativa* é um dos conceitos chave do método de Tetens (1777). Observa-se, então, que o método investigativo proposto por Wolff e o uso da psicologia empírica como fundamento de análise são acompanhados por Tetens (1777), porém, ao observarmos a posição de Wolff quanto a *vis representativa*, a discordância de Tetens é imediata, como é claramente detectado no *Versuche*.

A crítica de Tetens (1777) é que a psicologia leibniz-wolffiana não concede devida atenção à *força representativa*. Parafrazeando Tetens (1777), a *força representativa* posta por Wolff significa apenas uma faculdade de formar representações e de elaborá-las. Partindo deste pressuposto, Tetens (1777) intensifica suas críticas, argumentando que sentir é indubitavelmente formar uma representação. Por isso, Tetens (1777) entende ser insuficiente pensar as representações neste contexto; isto não nos levaria a lugar algum, além de considerá-lo mera transgressão linguística. Tetens (1777), então, realoca a questão e pergunta: a produção de novas sensações é a mesma que aquela que a alma realiza quando elabora representações de traços deixados pelas sensações passadas? Eis um ponto que merece nossa atenção. De acordo com Tetens:

Se isto pudesse ser provado mediante observação, a *força representativa* e a força atuante da alma teriam um mesmo princípio fundamental e um significado que vai muito além daquele considerado anteriormente. Segundo o que foi dito acima, a alma representa ações, enquanto inicia novamente a mesma atividade passada, pelo poder interno e volta a repeti-lo internamente. Na medida em que possui representações, ela possui em sua força certas disposições mais precisas ao exprimir-se deste ou daquele modo, sem que seja necessário qualquer estímulo externo ou regulamentação, como seria exigido na primeira vez. A representação é, portanto, uma ação, um efeito da força atuante e, precisamente um efeito espontâneo, e é por isso que a *força*

representativa é uma qualidade da força atuante. (TETENS, 1777, p. 692, tradução nossa, grifos nossos)⁶⁴.

Mediante esta passagem, é possível demarcar pontualmente o embate de Tetens (1777) com a posição de Wolff. O modo de explicação wolffiano, nos diz Tetens (1777), versa sobre a *força ativa* que deve ser considerada como uma qualidade da *força representativa*, agindo na alma apenas quando representa algo e elabora sua representação com intenção necessária. Na passagem abaixo podemos constatar o quanto Tetens (1777) se opõe à posição de Wolff à respeito da *vis representativa*, e ratifica a incapacidade do modelo de Wolff. Para Tetens:

O centro deste sistema é o seguinte: a alma sente, a saber, sente em seu estado presente, de onde quer que tenha chegado, terá representações e a elabora. Até agora ela age como um ser representativo capaz de receber múltiplas representações. A representação e a sensação compõem-se pelo estado do ânimo, tornando-se prazeroso ou desprazeroso. Surgindo a emoção, um novo sentimento, sem manifestações anteriores da força. De fato, a comoção seria a consequência do que surge em nós para nós mesmos a partir das sensações e representações passadas e, portanto, não exigem outra atividade a não ser aquela que se manifesta já no sentir e no representar. A partir desta emoção, a força da alma é estimulada, estimulada de forma diferente, expressando-se ativamente e agindo conforme o que encontra em seu estado presente, prazer ou desprazer, isto é, segundo a diversidade da emoção. Se estas são desprazerosas então ocorre um esforço para uma nova representação e surgem representações tal como a força da alma produz a partir da matéria presente. Portanto não se apresenta nada além das operações da *força representativa*. (TETENS, 1777, p. 693, tradução nossa, grifo nosso)⁶⁵.

⁶⁴ Wenn sich dieß durch Beobachtungen erweisen ließe, so würde die vorstellende und die handelnde Kraft der Seele einerlei Grundprincip in einer viel weiter gehenden Bedeutung sein, als sie in dem vorhergehenden dafür angesehen ist. Nach dem obigen stellt sich die Seele Aktionen vor, in so ferne sie ihre ehemalige Thätigkeiten aus sich selbst aus innerer Macht von neuem wieder anfängt, und sie zuweilen ganz wiederholet. In so ferne sie Vorstellungen besitzt, hat sie gewisse nähere Dispositionen in ihrer Kraft, ohne daß sie solcher Reize und Bestimmungen von außen bedarf, dergleichen das erstmal erfordert würden. Das Vorstellen Aktion ist also eine Wirkung der agirenden Kraft, und zwar eine selbstthätige Wirkung; und in so weit ist die vorstellende Kraft eine Beschaffenheit der thätigen Kraft. (TETENS, 1777, p. 692).

⁶⁵ Der Mittelpunkt dieses Systems ist folgender: die Seele empfindet, das ist, fühlet ihren gegenwärtigen Zustand, woher solcher auch gekommen seyn mag, und hat Vorstellungen, und bearbeitet diese. Bis dahin wirkt sie als ein vorstellendes Wesen, welches mannigfaltige Modifikationen anzunehmen fähig ist. Die Vorstellungen und Empfindungen ziehen alsdenn Gemüthszustände sich, werden angenehm oder unangenehm. Es entstehen Empfindnisse, neue Gefühle, ohne weitere Kraftäußerungen, denn die Empfindnisse sind die von selbst in uns entstehende Folgen atis vorhergegangenen Empfindungen und Vorstellungen, und sodern also keine andere Thätigkeiten, als solche, die sich im Fühle n und Vorstellen schon geäußert haben. Durch diese Empfindnisse wird die Seelenkraft gereizet, auf eine unterschiedene Art gereizet, thätig sich zu äußern, je nachdem sie an ihrem gegenwärtigen Zu Leibniz-Wolffs Psychologie. stand ein Gefallen oder ein Mißfallen findet, das ist, nach der Verschiedenheit der Empfindnisse zu wirken. Sind diese unangenehm, so erfolget ein Bestreben zu neuen Vorstellungen, und es entstehen solche Vorstellungen, die sie aus dem in ihr vorhandenen Stoff hervorbringt. Also zeigt sich wiederum noch nichts, als Operationes der vorstellenden Kraft. (TETENS, 1777, p. 693).

Nesta passagem, nota-se que Tetens defende que o núcleo da explicação wolffiana da origem do pensamento e da vontade partem de um único princípio fundamental não tratado por Wolff. Fundamentados nisto, podemos dizer que Tetens (1777) aponta claramente para a insuficiência desta posição tomada por Wolff, e propõe-se a fazer uma completa investigação das *faculdades da alma*. Tetens (1777) ainda nos coloca uma questão pertinente sobre Wolff ao afirmar que as representações ocorrem a partir da matéria presente. É interessante pensarmos que Tetens (1777) indica ali a ideia da possibilidade de pensarmos representações passadas imbuídas de sensações que independem da matéria presente, diferente do que propõe Wolff. Segundo Ciafardone (2008), Wolff funda sua doutrina da *força* e da *faculdade* sobre a ontologia, distinguindo a matéria em simples e composta. A matéria simples não possui partes, já a matéria composta é constituída por muitas partes que não se distinguem umas das outras, e que em sua totalidade constituem um único ser. Na interpretação de Wolff, é impossível que um ente simples como a alma tenha diferentes tensões. A alma possui uma única força da qual provém toda a sua modificação. Apesar disso, Wolff distingue *força (vis)* de *faculdade (facultas)*. Tetens (1777) criticará fortemente tal separação, além da limitação que Wolff concede à alma como dotada de *faculdades* passíveis de diferentes modificações. Tetens (1777) partirá desta que considera uma limitação wolffiana quanto à doutrina da *força* e das *faculdades*, e buscará investigar quais são cada uma das faculdades constitutivas da alma, suas respectivas funções e como se articulam.

Neste sentido, Tetens (1777) entende que a via privilegiada de acesso à alma, a única que conduz de fato suas modificações, são as *faculdades psicológicas*. Assim, propõe analisar cada uma destas *faculdades* individualmente a fim de caracterizar suas respectivas peculiaridades, sua natureza e sua função na *faculdade cognitiva (força cognitiva)*⁶⁶.

Zappalorto (2011) argumenta, com razão, que o modelo de Tetens (1777) se assemelha ao de Wolff, mas que Tetens introduz “elementos inovadores” que são o esquema tripartido da *faculdade* mental que governa a consciência. Tetens (1777) é convicto de que a *força cognitiva* compõe-se de três *faculdades*: *sensação*, *força representativa* e *pensar*. Partindo desta concepção, ele nos propõe uma investigação introspectiva das *faculdades* por um viés psicológico (empírico) nos moldes wolffianos, porém, voltado à ocupação da origem dos nossos primeiros conceitos e de sua constituição por meio das representações subjetivas, e

⁶⁶ Como argumenta o próprio Tetens (1777, p. 75) ao afirmar a importância sobre tal investigação: o resultado demonstra que realmente a alma se manifesta desta forma de modo mais distinto, pois nenhuma outra forma de sua manifestação é possível de ser tão bem analisada quanto a representação e o pensamento..

a demonstração de que a validade objetiva das representações está atrelando a unidade representativa dos conceitos. Eis a novidade de seu método.

Indicadas as semelhanças do método de Tetens (1777) com os de Locke e de Wolff, e acentuada sua diferença e originalidade, passaremos agora à comprovação da impossibilidade de atribuir ao método de Tetens (1777) a execução de uma psicologia transcendental. Desta maneira, propomo-nos a pensar a exposição do método de Tetens (1777) sob duas perspectivas. A primeira delas é demonstrar que o método de Tetens (1777) não é o condizente ao de uma psicologia transcendental, visto que ele sustenta uma psicologia empírica reestruturada segundo seu próprio e inovador método. O segundo ponto, que está atrelado ao primeiro, é mostrar que Tetens (1777), para relacionar a representação interna ao objeto externo, apela a uma teoria dos juízos, que nem de longe tem caráter transcendental. Para entendermos a teoria do juízo sustentado por Tetens (1777) e a relacionarmos à advogada por Kant, anteriormente nos ocuparemos em demonstrar que Tetens (1777) formula sua teoria dos juízos em debate com os princípios de associação de ideias propugnados por Hume.

2.4 A exposição exegética do método investigativo psicológico proposto por Tetens e a dificuldade de pensá-lo como transcendental

Ao apontar para uma psicologia elaborada a partir de observações da experiência interior, Tetens (1777) ocupa-se com questões pertinentes à psicologia tradicional, mas compreendendo seus limites, amplia sua investigação voltando-se à análise da totalidade das faculdades cognitivas da alma, do ponto de vista lógico, metafísico, ético, físico e antropológico⁶⁷. No entanto, no momento em que o *Versuche*, de Tetens (1777), tem por propósito analisar a natureza e a função das *faculdades da alma* na aquisição do conhecimento objetivo, podemos dizer que sua obra é estritamente psicológica. Contudo, fazer da alma objeto de conhecimento e, ao mesmo tempo, referir-se a sua função no conhecimento dos objetos de uma experiência possível, implica para Tetens na transcendência do ponto de vista psicológico. Não obstante, esta transcendência apontada por Tetens (1777) assemelha-se àquela kantiana, unicamente no sentido de que esta diz respeito aos princípios que, sendo subjetivos, transcendem em direção a algo que está dado fora das faculdades, mas isto não pode ser confundido com o transcendental proposto por Kant (KrV B25), que é caracterizado como “[...]”

⁶⁷ Entendemos por psicologia tradicional a psicologia do século XVII.

todo o conhecimento que em geral se ocupa menos dos objetos, que do nosso modo de os conhecer, na medida em que este deve ser possível *a priori*”. Assim, muito embora esta posição possa ser pensada no método de Tetens (1777), isto é, a possibilidade de se pensar num novo domínio da psicologia, esta não passa de mera indicação que não é explorada por ele em todas as suas implicações. Este caráter de transcendência implicado na teoria de Tetens (1777) é, por vezes, interpretado por alguns comentaristas como uma implicação de que Tetens sustenta estar elaborando uma psicologia transcendental. Contudo, isso é algo difícil de ser sustentado quando atentamos às diretrizes do método investigativo subjetivo que Tetens (1777) propõe⁶⁸.

Quanto à distinção da alma, Tetens (1777) observa que, se a alma não se distinguísse do que ela não é, a psicologia se reduziria a mero ceticismo, ou mesmo a uma metafísica dogmática, pois que a alma veria em tudo apenas ela própria ou somente suas representações. Assim, se por um lado Tetens (1777) reduz a representação a uma atividade condicionada às atividades da alma, por outro, aponta para a necessidade de que toda a representação que a alma possui seja precedida por representações anteriores provenientes dos objetos externos, sem o que ela própria não poderia ser representada. Por outro lado, Tetens (1777) também explica que se o sentir tivesse apenas relação com as coisas atuais, e se tivéssemos apenas sentimentos do que é presente, como propõe Wolff, isto apenas provaria que a alma é passiva ou ativa, mas nada explicaria acerca dos requisitos necessários à produção de representações originárias e relações posteriores.

Assim, alegamos que Tetens (1777) aponta para a necessidade de não se pensar a alma como mera passividade, mas sim, pensá-la dotada também de um poder ativo. Só assim é possível termos representações das coisas ausentes ou passadas, visto que podemos sentir a ideia e, por vezes, sentimos involuntariamente sua presença. Recordamo-nos, por exemplo, de desfrutar de algo prazeroso e sentimos esta recordação. Mas, nos dois casos, temos a sensação

⁶⁸ É importante esclarecer que Tetens se ocupa com a realização dos conceitos, ou seja, para ele não é suficiente que os conceitos sejam determinados com precisão ou analisados separadamente, é necessário também que estes não sejam vazios e que correspondam à coisa localizada fora do intelecto. Assim, pode-se dizer que as coisas exteriores a nós são inatingíveis, o que gera imprecisão ao determinarmos o que são as representações reais e as que são puro fenômeno. Neste sentido, podemos pensar numa filosofia transcendente em Tetens, uma filosofia observadora do intelecto e de seus modos de pensar, isto é, das faculdades envolvidas na construção dos conceitos e, então, distinguir as noções universais daquelas que são o produto de nossa imaginação. Atentemos, contudo, que embora Kant (KrV A296 B352) tenha descrito o transcendente como “aqueles princípios que reconhecem transpor os limites da experiência [...]”, e neste sentido, vemos certa semelhança com Tetens. Kant (KrV A296 B352) deixa claro que “princípios transcendentais devem ser distinguidos do emprego transcendental de princípios imanentes [...]”, demonstrando que devemos diferenciá-los. Nota-se que, para Tetens, há uma importância a respeito dos objetos sobre a “construção” das representações e dos conceitos e, então, a aplicabilidade de juízos, já Kant entende tal descrição psicológica do conhecimento como empírica e secundária, colocando como prioritárias as condições da experiência possível.

e a percepção de algo. Decorre disto que a sensação de uma representação passada pode ocorrer no presente, como se a sensação viesse à tona com a representação que fora sentida num primeiro momento, mesmo que ela não decorresse do mesmo objeto presente e, conseqüentemente, não contasse com a mesma atividade daquela realizada na representação do objeto no passado, ou seja, sentimos o afeto (*Gemütsbewegung*) no qual estaria contida a representação do passado, ou mediante a qual ela é desperta. Nas palavras de Tetens:

Não quero dizer que esta variação interna não seja em nós nada mais que uma modificação no cérebro que é alterada pela atividade da alma e que atua na alma, como muitos psicólogos modernos imaginam. Como sabemos isso? De qualquer forma, o que sentimos em nós está presente como uma paixão. Nunca é a mesma atividade, mas a mesma de que temos um sentimento imediato, é uma consequência duradoura de algo que não é ora produto da nossa força espontânea, mas que já foi produzido enquanto objeto da sensação, igualmente como o corpo reagindo não contra sua própria atividade, nem ao que ela produz, mas contra o que sofre. Esta lei universal encontra fundamento em toda observação que podemos ter com a clara consciência. (TETENS, 1777, pp. 173-175, tradução nossa)⁶⁹.

Vemos que, para Tetens (1777), considerar o absoluto da coisa apenas fora, ou em nós, não é o suficiente para torná-lo um objeto relativamente espontâneo dos sentidos. Para ele, os sentidos devem propiciar as condições e relações materiais para que as coisas se tornem sentidas, mas estas, uma vez presentes na alma, podem por seu turno ser sentidas e pensadas psiquicamente de modo diferente. Portanto, o objeto em sua peculiaridade, não é dado por meio dos sentidos, mas pelo pensamento consciente, e para que este pensamento se torne consciente há um processo. Na sequência, ocuparemos-nos em mostrar em que consiste tal processo.

Neste processo, há uma pertinência do sentimento/ sensação. Ao investigarmos o *Versuche*, notamos que Tetens faz uso específico de dois conceitos para explicar tal processo, a saber, *Empfindnisse* e *Empfindungen*. Cada um destes conceitos visa explicar funções distintas na formação de representações. Tetens (1777, p. 174) aponta que a não diferenciação destes termos gera um grave problema, e assinala que “o senso comum não observou estas

⁶⁹ Ich will nicht sagen, diese innere Veränderung sei alsdenn in uns nichts anders, als eine Modifikation in dem durch die Wirksamkeit der Seele veränderten Gehirn, das auf die Seele zurückwirkt, wie sich viele neuere Psychologen die Sache vorstellen. Woher weiß man es? Dem sei wie ihm wolle, so ist das, was wir in uns fühlen, als eine Passion in uns vorhanden. Es ist niemals die Thätigkeit selbst, nie das Bestreben selbst, welches wir unmittelbar fühlen; es ist eine bleibende Folge von etwas, das von unserer selbstthätigen Kraft nun nicht hervorgebracht wird, sondern schon hervorgebracht worden ist, wenn es ein Objekt des Gefühls ist; eben so, wie der Körper zurückwirkt, nicht gegen seine eigene Thätigkeit, nicht auf das, was er wirkt, sondern gegen das, was er leidet. Dieß allgemeine Gesetz bestätigt sich in allen Beobachtungen, die wir mit klarem Bewußtsein haben können. (TETENS, 1777, pp. 173-175).

diversidades e que essas devem ter-lhes atingido com muita força, porque isto tem ocorrido em todas as línguas”⁷⁰.

Quanto à definição destes conceitos, Watkins (2009) declara que Tetens usa o termo *Empfindung* para referir-se à própria percepção, ou seja, à sensação. Enquanto o termo *Empfindniss* indica o conteúdo da sensação (prazer/ desprazer). Já Schlegtendal (1885) afirma que, para Tetens:

O que a psicologia moderna entendia por sentimento [*Gefühl*] não é atribuído a uma *faculdade* particular da alma, mas concebido como uma modificação particular da sensação. Estas modificações particulares são chamadas de *Empfindnisse* e ele as compreende enquanto impressões [*Eindrücke*] que as sensações [*Empfindungen*] individuais exercem sob nosso estado particular. (SCHLEGTENDAL, 1885, p. 12).

Defendemos que Tetens (1777) ratifica a posição de Schlegtendal, definindo os conceitos da seguinte forma: na sensação (*Empfindung*) surge uma variação de nosso estado, uma nova modificação da alma; tal sentimento é, às vezes, indiferente, às vezes, prazeroso ou desprazeroso. A variação sentida é sensação (*Empfindung*), já as sensações que trazem consigo, prazer, desprazer etc., denominam-se sensações (*Empfindnisse oder eine Rührung*).

Apontadas tais interpretações, optamos por interpretar a *Empfindung* como sensação num sentido perceptivo, enquanto *Empfindnisse* parece apontar para sensações internas, algo que surge do íntimo da alma (uma espécie de sensação psicológica, uma sensação comovedora), no sentido proposto por Schlegtendal (1885) e comprovado no *Versuche*. Ou seja, esta possui um sentir gerado por uma *faculdade* particular, uma sensação psicológica subjetiva (particular).

Resumidamente, Tetens (1777) aponta para a *faculdade* de sentir, e para a necessidade de introduzir uma distinção conceitual para explicar a possibilidade de uma adequada investigação da natureza da alma. Ademais, Tetens afirma que um dos erros da psicologia de Wolff é não ter atentado para tal distinção. Tetens (1777) percebe a necessidade de evidenciar lexicalmente os conceitos e, no *Versuche*, na parte dedicada a sensação, ele apresenta uma espécie de glossário terminológico usado em sua época sob o domínio do *Gefühl*. Dito isto, temos em Tetens (1777) a *sensação* (*Empfindniss*), que se caracteriza pela variação de nosso estado sentido e afetado, a saber, não indiferente, trazendo prazer ou desprazer. O

⁷⁰ “Der gemeine Verstand hat diese Verschiedenheit bemerkt. Sie muß ihm recht lebhaft aufgefallen sein, weil er sie allen Sprachen bezeichnet hat.” (TETENS, 1777, p. 174).

fühlen é direcionado mais ao ato de sentir do que para o objeto, o sentir (*empfinden*) refere-se a um objeto que sentimos e, por assim dizer, encontramos em nós por meio da impressão sensível. A *sensação* (*Empfindniss*) é mais que experimentar e sentir, embora tudo o que é percebido seja sentido.

Após a explicação do uso dos termos, conforme proposto por Tetens (1777), optamos, nesta pesquisa, por seguir a exposição de Schlegtendal (1885), comprovada pelo *Versuche*, e traduzir *Empfindung* como *sensação*, e *Empfindniss* também como *sensação*, visto que desconhecemos uma opção em nossa língua que as diferenciasses satisfatoriamente. Contudo, ao citar as referidas palavras no texto, elas serão acompanhadas do original em alemão, entre parênteses, a fim de que sejam diferenciadas conceitualmente.

Feitos estes esclarecimentos, retomemos a questão das sensações. Tetens (1777) entende que a *sensação* (*Empfindniss*) é válida como uma modificação das sensações (*Empfindungen*), e é sentida agradável ou desagradavelmente. Mas tal posição sugere que algo deve se juntar à alma, relacionando-a a uma *sensação* (*Empfindung*) agradável ou desagradável, ou a uma *sensação* (*Empfindniss*) que ainda não foi observada. No entanto, Tetens (1777) entende como necessário observar a relação pela qual a *sensação* (*Empfindung*) foi agradável ou desagradável, enquanto que a *sensação* (*Empfindniss*), ou o próprio sentimento (*Gefühl*), devem ser entendidos como eventos da alma, e não, apenas como qualidades ocultas.

Desta forma, alegamos que para Tetens (1777) as *sensações* (*Empfindungen*), *representações* (*Vorstellungen*) e os *pensamentos* (*Gedanken*) são as três expressões básicas desta *força do entendimento* (*Erkenntnisskraft*). As *sensações* (*Empfindungen*) surgem através da modificação dos sentimentos (*Gefühle*) sofridos pela alma, e a partir disto constroem-se *representações*, e fundado nas *representações* as *ideias*, os *conceitos*. Nota-se, porém que a *representação* e o *conceito* resultariam da ação da alma: o conhecimento se torna sentimento e *representação*, somente através do poder do reconhecimento dos *pensamentos*. E é exatamente no *pensamento* que está contida a *força do pensar* (*Denkkraft*), fazendo-se ausente tanto na *sensação* (*Empfindungen*), quanto na própria *representação*. O resultado disto é que “todo conhecimento, enquanto conhecimento é um trabalho exclusivo desta força do pensar [*Denkkraft*], nem o sentimento [*Gefühl*], nem a força representativa podem distinguir; perceber e conhecer” (TETENS, 1777, p. 429, tradução nossa)⁷¹. Advogamos, então, que em Tetens (1777), algo sentido apresenta o objeto, mas isso não significa reconhecê-lo. Temos, então, dois

⁷¹ “Jede Erkenntniss, ist ein Werke der Denkkraft. Nicht das Gefühl, nicht die vortellende Kraft kann unterscheiden, gewahrnehmen und erkennen.” (TETENS, 1777, p. 429).

pontos expostos aqui a esclarecer: a) a unidade representativa; b) a relação dessa unidade representativa com o objeto na consciência.

Para que ocorra tal reconhecimento, é necessário aperceber-se que se trata de um pensar, e não de um sentir ou de um imaginar, pois estes são igualmente limitados. Pressupõe-se, assim, particularmente uma sensação (*Empfindung*) ou uma representação na verdadeira percepção-coisa, o que não seria possível sem uma sensação (*Empfindniss*) ou representação que a precedesse, caracterizando aqui o elemento subjetivo fundamental que Tetens (1777) afirma ser necessário unir para conceder unidade ao objeto. Por isso, Tetens (1777) precisa atribuir a necessidade de uma associação conferida à *faculdade imaginativa*. Ser consciente de algo exprime um estado permanente, no qual se sente de modo distintivo um objeto ou sua própria representação. A consciência é um sentimento (*Gefühl*), mas um sentimento claro, uma sensação clara, um sentimento com o qual conjuntamente se distingue o objeto sentido de si mesmo e, desta forma, o sentir e o perceber são duas partes constitutivas da consciência. Argumentamos, contudo, que isso não exige apenas um aumento dos sentimentos (*Gefühls*) ou da representação, mas um reclinar do sentir (*empfinden*) e da *força imaginativa* sobre a coisa apreendida que, portanto, não pode ser considerada mera gradação das sensações (*Empfindnisse*) e de representações. O que queremos demonstrar com esta exposição é que tomar consciência, para Tetens (1777), é dirigir o pensamento ao objeto percebido e, em certa medida, julgá-lo, o que implica juízos.

Aí está a saída de Tetens (1777). É nessa *força do pensar* (*Denkkraft*) presente na alma, desenvolvida amplamente no quarto ensaio intitulado *Sobre o Pensar*, que ocorre a ligação do conceito com o objeto: “perceber é um dos primeiros atos da faculdade da alma através deste conhecer, conectar e relacionar as coisas. Esta faculdade chamo agora de força do pensar, bem como conhecimento das relações e o relacionar da coisa em geral pode chamar-se: pensar” (TETENS, 1777, p. 295, tradução nossa)⁷².

Para tal, o percurso traçado por Tetens (1777), que diverge do kantiano, é o seguinte: temos consciência que a alma mantém as designações dos objetos sentidos e que, quando a representação sensível originária é reproduzida na ausência da sensação que a causou, recebemos uma imagem (ou uma representação renovada) do objeto que provocou a modificação na alma (tanto no domínio interno, quanto externo). A representação é, então,

⁷² Das Gewahrnehmen ist Eine von den ersten Wirkungen des Vermögens der Seele, womit sie Verhältnisse und Beziehungen in den Dingen erkennt. Dieß ganze Vermögen will ich zusammen von nun an die Denkkraft nennen, so wie das Erkennen der Verhältnisse und Beziehungen in den Dingen überhaupt ein Denken heißen kann. (TETENS, 1777, p. 295).

desperta pela imaginação através da lei de associação seguindo a ordem da conexão que estava originalmente presente na sensação, ou seguindo o princípio de similaridade. Conforme destaca Tetens, nesta passagem:

Se mantivermos duas coisas ao mesmo tempo, se pensarmos em conexão causal, considerando um sujeito como condição de outro, ou ambos igualmente um ao lado do outro, ou mesmo em sequência um após o outro, nos oferecendo assim corretamente *atos do pensar*, e a relação ou ligação imaginária é em nós algo subjetivo, através do qual nós atribuímos objetivamente algo aos objetos. (TETENS, 1777, p. 303, tradução nossa)⁷³.

Tais atributos originariam-se da *força do pensar (Denkkraft)*, e num primeiro momento, são apenas atos do pensar e pensamentos, dos quais se originam as condições de representação; em geral e somente depois, advêm as *condições de ideias (Verhaltnissideen)* e o *conceito-ligação (Verhaltnissbegriffe)*⁷⁴. Este *conceito-ligação* deriva do próprio pensamento, devido ao conhecimento da ligação e relações, tornando-se ele próprio um pensamento, e apenas através deste pensamento por fim obtemos o conhecimento. O ato interno desta *força do pensar* fornece a sensação (*Empfindung*) interna, a partir da qual a representação é construída, e o último ato perceptivo é a *força do pensar (Denkkraft)*, mediante a qual, então, construímos a ideia de objeto, e é isto que Tetens (1777) define como *objeto (Gegenstande)*.

Este *conceito-ligação* é o que há de singular numa representação que temos. Passaremos, agora, a focar mais detalhadamente a relação que torna possível a relação da representação com objeto.

Sob esta perspectiva, é difícil não aproximar Tetens (1777) a Hume a respeito de sua explicação do conceito de *conexão causal*. Porém, demonstraremos que o método (*conceito-ligação*) proposto por Tetens (1777) não só é diferente do sustentado por Hume, como também que Tetens tece-lhe várias críticas. Através desta exposição, pretendemos mostrar, a partir deste ponto, que a aplicabilidade de juízos, em Tetens (1777), não pressupõe, nem tem por objetivo uma lógica transcendental, ou seja, que Tetens (1777) não está propondo a passagem de juízos formais para as categorias, nem a derivação das categorias dos juízos.

⁷³ Wenn wir zwei Dinge für einerlei halten, wenn wir sie in ursachlicher Verbindung denken, wenn wir Eins in dem Adern als Beschaffenheit in einem Subjecte, oder beide zugleich als nebeneinander oder in der Folge aufeinander uns vorstellen, so giebt es einen gewissen Actus des Denkens; und die gedachte Beziehung oder Verhältnis in uns ist etwas Subjektivisches, das wir den Objekten als etwas Objektivisches zuschreiben... (TETENS, 1777, p. 303).

⁷⁴ Tetens trata da origem do conceito-ligação (Verhältniss-Begriffe), o qual está ligado ao conceito de causalidade. Ele se refere a toda experiência e, não apenas, à psicologia empírica.

Tetens (1777) não pensa uma unidade analítica de representações que contenha um conteúdo transcendental.

Assim, para demonstrarmos que Tetens (1777) não se coloca na perspectiva anteriormente mencionada, e ratificarmos a necessidade subjetiva e não transcendental em seu método, começaremos por analisar sua concepção de *conceito-ligação* e, para tanto, em diálogo com Hume.

O *conceito-ligação* sustentado por Tetens (1777) entra em choque, de certa forma, com a ideia de Hume de que o que pressupomos conhecer é insuficiente, pois pensamos numa conexão causal como mera ligação na sucessão das mudanças, e isso gera também uma dependência de um acontecimento imaginário a outro⁷⁵. Para Hume, o conceito de razão (*ratio*), fundado em si mesmo, e a inteligibilidade dos últimos (*causa*), a partir do primeiro (*efeito*), pode ser atingida pelo intelecto e a partir daí ser obtido através das ações do raciocínios e das inferências.

Quanto a esta posição de Hume, Tetens (1777) argumenta de maneira contrária. Para o autor de *Versuche*, logo que nos tornamos conscientes de que as séries de pensamentos sobre outros ocorrem apenas por meio do intelecto, como propõe Hume, acabamos por negar decididamente que percebemos aqueles pensamentos enquanto *pensamentos presentes*: “O compreender exige que a sequência de pensamento sobre a atividade contínua do entendimento se ocupe com a ideia fundamental, e chegue à frente, também sem antes jamais ter estado nesta série” (TETENS, 1777, p. 325, tradução nossa)⁷⁶.

O que Tetens (1777) propõe é a defesa da inteligibilidade tanto de um quanto do outro, é a representação subjetiva e o caráter da compreensão sobre a dependência objetiva da representação-coisa, isto é, que o conceito de relação causal deriva do entendimento, de suas operações, mas não da mesma forma que a fantasia e suas associações. Esta crítica de Tetens (1777) esclarece que sua teoria sobre o *conceito-ligação* repousa sobre um pensamento independente, visto que ele defende que este todo é espontâneo. Esta necessidade funda-se numa associação de ideias que podem ser separadas umas das outras em si e em nós, mesmo sem ser necessário que se assemelhem umas às outras.

Eis a censura de Tetens (1777) a Hume. De acordo com o autor de *Versuche*, Hume confunde a necessidade do hábito com a necessidade originária natural e a reconhece como

⁷⁵ Cf. HUME (2000).

⁷⁶ Das Begreifen erfordert, dass die Folgegedanken auf die fortwährende Tätigkeit des Verstandes, der sich mit dem Grundgedanken beschäftigt, hervorkommen auch ohne vorher jemals in dieser Folge gewesen zu sein. (TETENS, 1777, p. 325).

única. Por outro lado, Tetens (1777) entende a relação causal não como uma relação puramente racional, mas que deve ser tratada como uma ligação sintética que supõe uma informação vinda da experiência, e não algo que lhe antecederia. Este argumento de Tetens (1777) é fundamental e contribui para descaracterizar, de certa forma, a possibilidade de pensar em seu método a origem de uma lógica transcendental.

A posição de Tetens (1777) pauta-se pelo seguinte argumento: Hume ignorou uma das partes mais importante constituintes da conexão causal, pois ele desconhecia a verdadeira *força interna*, acreditando que seu ceticismo seria suficiente. De acordo com Tetens (1777), Hume acreditava, equivocadamente, ter encontrado o conceito de dependência do efeito de sua causa, ou seja, da conjunção causal, da causalidade etc., e esta não seria nada mais do que um ato da imaginação, e que a inteira gênese de tal conceito poderia ser facilmente explicada passando da lei da associação à da ideia.

O problema visto por Tetens (1777) é que Hume não explica como uma determinação do espírito pode tornar-se um princípio objetivo para as coisas, ou seja, como ocorre tal *realização*. Ele considera simplesmente esta determinação do espírito, segundo uma inferência entendida como o efeito psicológico do hábito. Este equívoco apontado por Tetens (1777) também o é por Kant. Hume acredita que a origem da relação de causalidade está na experiência, desconsiderando que está última nos fornece apenas o diverso sensível, e não a relação em si mesma. Desconsiderando esta limitação, e digamos, desconsiderando a necessidade da síntese, Hume limita sua posição empirista a uma espécie de autorregulação. Mas, alegamos que, para Tetens (1777), se a experiência nos fornece apenas a matéria, a relação de causa e efeito possui fundamento psicológico subjetivo.

Ainda contrário à posição de Hume, Tetens (1777) argumenta que não é permissível e nem pertinente fundar todas as condições totalmente na identidade e na diversidade, sem considerar o julgamento existente na comparação da representação com elas. Em outras palavras, Tetens (1777) indica que o correto a fazer seria distinguir três modos de condições, existentes entre o juízo e o *conceito-ligação*. O primeiro modo nasce da comparação das representações. O segundo surge a partir da junção e da separação, ou seja, a capacidade de ligar e separar uma representação. Destas, pode-se diferenciar o terceiro, segundo o qual a ligação depende da união dos fundamentos com sua razão, e da compreensão do efeito com sua causa. Este terceiro modo de condição objetiva pode ser descrito como três diferentes funções de nossa *força do pensar*, e é sob esta que Tetens se detém, diferentemente de Hume. Consideramos, assim, que se podemos pensar numa lógica articulada, em Tetens (1777), temos aqui os elementos para pensá-la e observar que esta não se trata de uma lógica transcendental.

Tetens (1777, p. 334, tradução nossa) acrescenta ainda: “Eu observo com isso apenas ocasionalmente, que essa busca de toda condição e de toda relação da coisa por nós pensada apresenta a extensão e o limite do intelecto humano sob um novo ponto de vista”⁷⁷. Advogamos, aqui, que esta posição sobre o *conceito-ligação* realizada por Tetens resulta num novo caminho a respeito de sua concepção da ligação causal.

Nestas investigações acerca do *conceito-ligação*, em Tetens (1777), encerra-se, além disso, o problema sobre a origem de nosso conhecimento sobre a existência objetiva da coisa. Tal problema diz respeito a saber “[...] em que medida, de que forma, através de quais meios e após qual princípio é transmitido o entendimento sobre a representação dos objetos, sobre as ideias em nós fora da objetividade” (TETENS, 1777, p. 376, tradução nossa)⁷⁸.

Tetens (1777) demarca, no *Versuche*, que há uma necessidade subjetiva do juízo para que possamos relacionar representações ao objeto. No entanto, parafraseando o mesmo autor, é pelo juízo que pensamos a relação de identidade ou de diversidade, é ele quem confronta, ou seja, passa da representação de um objeto à representação de outro, de modo que se perceba as semelhanças em sua diversidade. A este ato corresponderia a *força do pensar*, é nesta que atua o juízo.

Exporemos de maneira mais clara a atuação dos juízos em Tetens. Para ele, o juízo é a percepção de uma relação recíproca entre as ideias, isto é, se dois objetos são percebidos e referem-se um ao outro, estes são pensados por uma relação. Este seria um juízo sensível sobre o objeto percebido. Dito isto, é importante destacar que, em Tetens (1777), a consciência origina-se pela experiência, é esta quem lhe fornece o material, que tornará consciente. Alegamos que Tetens não identifica na lei universal e necessária da razão a garantia última da objetividade da experiência, eis aqui uma diferença marcante de seu método. Para Tetens (1777), toda espécie de pensamento, ideias, juízo são produções complexas, as quais as forças representativa, sensível e pensante reúnem disponibilizando o material, que o pensar transformará em pensamento, através da representação (ideia), do juízo de ligação e dos juízos relacionáveis. De acordo com Tetens (1777), desta força do pensar surge o espiritual, que se une com o sentimento e com a imagem da força representativa conferindo a ela a forma do pensar e, conseqüentemente, a consciência. Assim, alegamos que a consciência, em Tetens

⁷⁷ “Ich bemerke hierbei nur gelegentlich, dass diese alle von uns gedenkbaren Verhältnisse und Beziehungen der Dinge den Umfang und die Grenzen des Verstandes aus einem neuen Gesichtspunkt darstellt.” (TETENS, 1777, p. 334).

⁷⁸ “[...] auf welche Art, durch welche Mittel, nach welchen Gesetzen der Verstand von den Vorstellungen auf die Gegenstände, von dem Idealen in uns auf das Objektive ausser uns übergeht.” (TETENS, 1777, p. 376).

(1777), só terá lugar com a atividade da força pensante, pois não seria possível produzir um conceito de conexão real da coisa com algo que não tenha sido pensado antes.

Por fim, é importante destacarmos que Tetens (1777) coloca como fundamento para se pensar a relação atribuída ao *pensar* uma necessidade subjetiva. Vejamos o que o comentador deseja ao defender tal posição. De acordo com Tetens (1777), uma das investigações mais complexas sobre o princípio geral da razão concerne à *necessidade*. Esta necessidade diz respeito à forma subjetiva que as proposições são pensadas pelo nosso intelecto em relação ao objeto fora do intelecto. Para tal, necessitamos de um ato de julgar relações, similaridades e, por fim, a necessidade ou contingência. Todas estas aplicabilidades de juízos que pautaram esta relação possuem caráter subjetivo, em Tetens (1777); esta necessidade subjetiva sob a qual se assentam os juízos é, para Tetens, estritamente psicológica e, não, transcendental. Desta forma, alegamos que, para Tetens (1777), tais atos lógicos não podem ter caráter transcendental, visto que se assentam sobre pressupostos empíricos e subjetivos, diferentemente de como é posto por Kant.

Embora tenham sido destacadas as divergências entre Hume e Tetens (1777), caracterizamos uma importância imprescindível da causa na relação, para este último, uma vez que sem causa nada surge.

Exposta esta fundamentação subjetiva em Tetens (1777), demonstramos, no decorrer desta exposição, que os elementos presentes nesse autor possuem definitivamente um caráter empírico e, não, transcendental, e a aplicabilidade de juízos feita por este autor fundamenta-se na subjetividade. Atestamos que Tetens (1777) pensa muitos dos conceitos de Wolff, em particular o uso da psicologia empírica como fundamento de seu método investigativo. E ao fazê-lo, não só nos brinda com uma nova interpretação da natureza representativa, mas também propõe um novo método que confere ao conceito a função de estabelecer a unidade representativa, pautado pelo subjetivo/ psicológico e pelo empírico.

Concluimos, assim, que o caminho percorrido por Tetens, no *Versuche*, as questões que elabora, a forma como expõe e articula os elementos de sua filosofia, muito embora repercutam de maneira marcante na *Crítica da Razão Pura* (especificamente na *dedução transcendental das categorias*), não ofertam elementos que conduzem a sustentação de que ele advoga uma psicologia transcendental ou uma lógica transcendental, e que, assim, tenham influenciado Kant.

2.5 A resposta psicológica de Tetens à crise metafísica: o “diagnóstico” de Tetens

Sabemos que o espírito europeu, no século XVIII, fervilhava anunciando uma crise que estaria por vir. Parafraseando Rousseau, autor de *Emile* (1772), a era das revoluções foi iniciada. A questão que se colocou aos filósofos alemães do século XVIII situa-se de encontro à tradição metafísica, até então vigente. O cerne da questão é a dificuldade desta tradição metafísica em se manter.

O método da filosofia já não era mais voltado ao *Discurso do Método*, de Descartes, mas ao *Regulae Philosophandi*, de Newton, e é sob esta nova influência que caminha todo o século XVIII⁷⁹, visto que a tentativa de encontrar na concepção mecanicista do universo uma solução definitiva para o problema da causalidade não fora atingido no século precedente. Com Leibniz e Newton, vê-se o retorno da noção de força que parece ter sido expulsa da filosofia pelo descrédito da tradição escolástica.

Mas este retorno ocorre por duas vias diferentes, que conduzem a duas noções de força incompatíveis entre si. A noção leibniziana de *força viva*, taxada de imaginária pelos newtonianos, pois para eles ela procederia de uma especulação metafísica, de acordo com a qual a verdade não teria sido submetida à prova dos fatos e, em contrapartida, a noção newtoniana ou pós-newtoniana de força, taxada pelos leibnizianos de imaginária, porque não satisfazia as condições de contato espacial que são requisitos para uma inteligência científica.

Esta discussão, que ocorre no século XVIII, dá-se por um lado, no interior da mecânica racional, entre cartesianos e leibnizianos, no conflito do mecanicismo e dinamismo, por outro lado, no interior do dinamismo, entre leibnizianos e newtonianos, no conflito do matematismo metafísico e do matematismo experimental. Em meio a esta discussão, o trabalho de Newton destaca-se e conduz os espíritos em direção à filosofia dos *Principia Mathematica*. Newton e Leibniz mostram, cada um a seu modo (através do cálculo infinitesimal), a possibilidade de “conceber a natureza”. A física newtoniana passaria a influenciar todo o pensamento, e o espírito matemático ganharia espaço, gerando conflito com os grandes sistemas metafísicos da época.

⁷⁹ O que se busca, e o que se pressupõe como consistência inabalável é a ordem e legalidade absolutas do real, esta legalidade significa que o fictício, enquanto tal, não é mero material, nem uma massa desconexa de singularidades, senão que mostra em si uma forma que a penetra e domina. Tal forma nos é dada em sua determinação matemática, em sua articulação em sua figuração e medida. Esta nova hierarquia metódica é que marca todo o pensar do século XVIII. (Cassirer, 1997).

Conforme afirma Brunschvicg (1949), todo o século XVIII assenta-se sob o terreno da realidade eliminando, de certa forma, os “empréstimos” feitos pela metafísica e pela teologia. Se Descartes e Leibniz “limitaram-se a falar das relações concebidas pelo espírito, Newton não hesitou em postular como absolutos, espaço, tempo e o movimento. Estes diversos absolutos seriam suspensos por si mesmo ao absoluto da força considerada como causa em si” (BRUNSCHVICG, 1949, p. 244).

Tanto Tetens (1777) quanto Kant fizeram parte deste “novo universo” em construção e se confrontaram com os problemas em que a metafísica se enredava, e consequentemente, buscaram meios para solucioná-los. Se no tópico anterior demonstramos a originalidade do pensamento de Tetens (1777) e a dificuldade de assentá-lo sob um plano transcendental, firme nesta concepção, passaremos agora a apresentar a solução de Tetens (1777), mostrando que ela possui uma origem em comum com a de Kant, mas que, embora possuam certas similaridades, de fato elas seguem caminhos distintos.

Começaremos, então, por analisar seus textos menores, pois estes nos oferecem uma clara posição a respeito da metafísica e dos problemas que Tetens nessa constatou⁸⁰. No primeiro escrito (1760), Tetens apresenta a situação problemática em que se encontra a metafísica, tratando-a como imersa em um estado de confusão e de incertezas, atribuindo a obscuridade às proposições, à ambiguidade dos termos empregados e, por fim, ao uso de conceitos que se revelam impossíveis de validade. Conforme declara Ciafardoni (2008, p. 8), “Tetens considerava que a metafísica tinha grandes dificuldades em sustentar seus próprios princípios rigorosamente”

Tetens (1777) percebe, neste momento primevo, que estes problemas eram inexistentes na matemática. Primeiro, porque na matemática tudo é bem definido, ou seja, todo conceito possui um significado determinado e é reconhecido por todos, nenhum conceito matemático é arbitrário, o que ocasiona um consenso acerca de sua verdade, algo que também deve ser buscado na metafísica. Esta insatisfação a respeito da metafísica não se resume a Tetens, ela também é compartilhada por Kant (KrV A.VII-XII) que, na *Crítica*, declara enfaticamente “[...] o teatro destas disputas infundáveis chama-se: metafísica”. Kant evoca uma espécie de conhecimento que a razão não pode ignorar, mas que transcende os seus poderes e a lança na indecisão e em contradições, esse conhecimento é a metafísica. Kant (KrV A.XII)

⁸⁰ *Gedanken über einige Ursachen, warum in der Metaphysique nur wenige ausgemachte Wahrheiten sind* (Pensamentos sobre algumas causas, porque na metafísica existem poucas verdades evidentes), de 1760, e *Über die allgemeine spekulative Philosophie* (Sobre a filosofia especulativa em geral), de 1775.

declara ainda que a metafísica, naquele momento, era vista como a “Hécuba das ciências, outrora rainha, hoje desdenhada”. Porém, Kant propõe, em 1781, uma crítica da razão que tem por propósito avaliar a razão quanto às suas fontes, limites e extensão, e decidir sobre a possibilidade da metafísica como ciência.

Considerando, como nos propõe Kant (KrV), que a metafísica consiste em um conhecimento puro da razão, e que este para ter validade necessita ser legitimado pela experiência, isto é, que seus juízos sejam válidos *a priori*, e tenham objetividade, Kant antes de se ocupar em propor uma nova metafísica, se ocupa em perguntar: como são possíveis juízos sintéticos *a priori*? Eis a saída de Kant: investigar um conhecimento puro da razão pela própria razão (pura), esta teoria do *a priori* pela qual conhecemos que e como certas representações (intuições e conceitos) são aplicadas ou possíveis unicamente *a priori*, este é o método transcendental kantiano⁸¹.

Esta “universalidade”, ou seja, uma linguagem universal própria das ciências matemáticas, então considerada inexistente na metafísica, era a saída que agradava tanto a Tetens quanto a Kant a fim de fundamentá-la enquanto ciência. Porém, como dissemos, para Tetens a única ciência compatível com tal universalidade seria a matemática, visto que na matemática a clareza do conceito é absoluta e totalmente decomposta na ideia de extensão, grandeza, linha etc. Tetens (1777) concebe o método matemático como *analítico* e enxerga neste um sustentáculo promissor. Mas argumenta que a evidência ideal do conceito matemático é garantida, não apenas a partir do método *analítico*, mas também de sua intuição, possibilitando a completa adequação dos signos aos conceitos designados.

Traçado o caminho, conseqüentemente, a dificuldade em segui-lo apresenta-se. Tetens (1760) rapidamente percebe que, diferentemente da matemática, na metafísica não conhecemos esta arte de representação tangível do conceito, e daí advém a dificuldade da representação distinta da matéria, pois ainda não dispomos de tais signos, que possam realizá-la. Tetens (1760) reconhece haver uma clara diferença entre o signo matemático e o metafísico, que parece ser o de uma questão conceitual, isto é, carece-se da invenção de uma linguagem filosófica que possua o mesmo requisito daquela usada pela matemática. Por esse motivo, a matemática, para Tetens, deve servir de modelo para a metafísica, e, assim, propõe que o método matemático seja aquele que deve garantir o fundamento objetivo do conceito metafísico. Mas o autor se pergunta: como realizar tal tarefa?

⁸¹ Cf. HÖFFE (2005, p. 38).

Posta a questão, Tetens é levado a pensar na possibilidade do conceito metafísico de dois modos distintos: *a posteriori* e *a priori*. No primeiro caso, deduz-se da realidade da coisa ou do efeito que esta coisa possua causa. Nesse caso, o conceito exibiria o objeto e não haveria nenhuma dúvida acerca dessa possibilidade. Porém, este procedimento é limitado e nos permite apenas conhecer que algo é, mas não nos faz compreender o porquê de sê-lo. Para responder a esta questão, ele propõe outra forma de conhecimento, em que a possibilidade de algo é dada *a priori*, passando do conceito à *coisa-em-si*. Em virtude deste procedimento, o conceito de objeto é decomposto em todas as suas determinações, garantindo que não há nada nelas de contraditório, assim, o conceito em questão tornar-se-ia possível. Esta posição de Tetens, vista nos anos de 1760, claramente atribui um caráter secundário ao papel da experiência, pensando a questão além dos limites da experiência.

Não obstante, esta posição se modifica em 1775. Num texto que antecede o *Versuche*, intitulado *Über die allgemeine spekulativische Philosophie* (Sobre a filosofia especulativa em geral), no qual o papel da experiência passa a ser fundamental, a investigação muda de posição e é limitada ao campo da experiência. Neste momento, entra em cena a questão da objetivação, que será amplamente desenvolvida no *Versuche*, mas que neste texto recebe o nome de *realização* (*Realisierung*). Será através deste conceito de realização que Tetens coloca a possibilidade de resolver a questão da metafísica, propondo uma metafísica verdadeira, a qual deve possuir um fundamento objetivo fundamentado pela subjetividade.

Este novo método começa a tomar forma, a partir de 1775. Nele, o método matemático já não garantiria mais o fundamento objetivo da metafísica, caracterizando uma evolução em seu pensamento. Apesar de Tetens (1760) atentar anteriormente ao fato da dificuldade de se fundar a ontologia sob conceitos apenas possíveis, posição que é comprovada pela forma com que rejeita a hipótese da inacessibilidade da verdade metafísica ao intelecto humano, afirmando que seria impossível que as verdades que buscamos na metafísica sejam colocadas além da esfera do intelecto humano, de modo que não possamos ter um conhecimento seguro delas, tal afirmação é notória e será esta concepção que pautará sua investigação no *Versuche*. Assim, a partir de 1775, Tetens percebe que este não seria o melhor caminho para sustentá-la, ou mesmo buscar sanar seu problema. Após 1775, o método *analítico* matemático já não lhe serve mais. Tetens desapega desta concepção devido à insuficiência em explicar como se dá a possibilidade destes conceitos.

Nesta nova etapa, conforme descreveremos no tópico subsequente, Tetens busca pelo fundamento objetivo na investigação das *faculdades cognitivas*, *faculdades psicológicas*

sob as quais se assenta o entendimento, limitando-se ao conhecimento sintético. Tetens caracteriza sua mudança, afirmando que:

Observa-se frequentemente que é no intelecto que o juntar das experiências e das sensações forma a primeira ideia sensível, como na ciência natural e em psicologia, mas não se investiga de modo rigoroso, profundo e intuitivo a esfera na qual o pensamento toma um adejo mais alto nas teorias em geral. Neste caminho em que a filosofia é tão incerta, quanto a matemática é sólida e precisa. A relação com o real através da ciência não é investigada pela ação da força do pensar como critério de seu procedimento? É esta a fonte de tantos juízos unilaterais? Se a força de pensar quando examinada, talvez, não se encontre mais nenhuma outra ocupação para a lei natural, se as abstrações gerais e a sua ligação não se encontram além de sua atmosfera, se está aqui em um ar muito rarefeito ou ainda cercado continuamente de névoa e não possa mais adquirir conhecimento seguro? Isto, penso não é mais uma questão, e graças à ciência matemática não o é mais. Não me refiro aqui a uma ciência fundamental geral que na filosofia deve ser a álgebra, pois em torno dela se discute ainda o que há nela? Hume antecipadamente expressou sua opinião sobre isso e depois das poderosas tentativas que fez a metafísica de Wolff e Leibniz em fundá-la, a maior parte da filosofia moderna desejou cancelá-la da lista das ciências possíveis [...]. As teorias matemáticas são da mesma natureza e no fundo não são nada mais que exames unilaterais dos corpos reais, ou seja, enquanto estes são apenas quantidade, mas possuem além de sua exatidão e evidencia ainda outro mérito. Pois de fato, em muitos corpos aos quais é aplicada a matemática não temos nada além de sua quantidade, portanto consideramos todos os objetos apenas como quantidade. Assim, a oposição entre entendimento e razão é impossível e esta teoria é tomada como se ela mesma representasse o objeto real em sua relação e não simplesmente um de seus lados, isto deve ser a causa pela qual a investigação matemática não tem mais ocasionado um juízo sobre o real [...]. (TETENS, 1777, pp. 428-575, tradução nossa)⁸².

⁸² Man hat den Verstand am öftersten da beobachtet, wo er Erfahrungen sammlet, und aus Empfindungen sich die ersten sinnlichen Ideen machet wie in der Naturlehre und Seelenlehre; aber da, wo diesel bige Denkkraft einen höheren Flug in den allgemeinen Theorien nimmt, und Wahrheiten zu Wissenschaften zusammenkettet; auf dieser Bahn, die in der Philosophie so schlüpfrig, als sie fest und eben in der Mathematik ist, wie da ihr Gang und was die Richtschnur ihres Verfahrens sei, das hat man nicht so scharf, so innig so anschauend nachgespüret. Und dieß ist die Quelle so mancher einseitigen Urtheile. Ob die Denkkraft dann vielleicht nicht mehr in einer ihr natürlichen Beschäftigung sich befinde, wann sie spekuliret? Ob die alle meinen Abstraktionen und deren Verbindung nicht etwan außer ihrer Atmosphäre liegen? ob sie hier in einer zu dünnen Luft, oder auch beständig mit Nebel und Wolken umgeben sey, und jemals sichere Kenntnisse erhalten könne? Dieß, meine ich, sind keine Fragen mehr, und Dank sei es den mathematischen Wissenschaften' daß sie es nicht mehr sind. Auf eine allgemeine Grundwissenschaft, die in der Philosophie die Algeber seyn soll, will ich mich hier nicht berufen, weil von ihr noch die Frage ist, was man an ihr hat? Hume hat zum voraus ihr Urtheil gesprochen, und nach so mächtigen Versuchen, welche die Metaphysiker und unter diesen L e i b n i z und Wolf gemacht haben, sie einzurichten, würde vielleicht die Mehrheit der neuern Philosophen sie aus der Liste der möglichen Wissenschaften ausgestrichen haben wollen.[...] Die mathematischen Theorien sind von derselbigen Natur, und im Grunde nichts anders, als einseitige Untersuchungen der wirklichen Körper, nemlich in so ferne diese nur Größen sind; aber sie haben außer ihrer Genauigkeit und Evidenz noch einen andern Vorzug. Denn weil wir bei so vielen Körpern, auf welche die Mathematik angewendet wird, fast auf nichts mehr, als auf ihre Größen Rücksicht nehmen, und also die ganzen Gegenstände allein wie Größen betrachten, so Widerspruch von Verstand und Vernunft unmöglich. erhalten jene Theorien das Ansehn, als wenn sie selbst die wirklichen Objekte in ihren Verhältnissen, und nicht bloß gewisse Seiten von ihnen uns darstellten. Sollte dieß nicht Eine von den Ursachen sein, warum die

Tetens (1777) propõe, então, um fundamento para a razão humana, desenvolvendo um novo método a fim de estabelecer este edifício, que se fundamenta sob a execução da *força do pensar*. Assim, o limite que se coloca ao conhecimento humano, para Tetens, é o de sentir (intuir) a coisa da qual possuímos apenas um conhecimento simbólico, ou seja, um conceito no qual não pensamos em absoluto a coisa, ou sua positiva determinação interna, mas que apenas representamos alguma relação de uma coisa com outra, ou seja, alguma possibilidade de fazer ou sofrer algo. De acordo com Tetens (1777), ignoramos a determinação interna positiva de uma consciência intuitiva (sensível), isto é, o fato da alma possuir capacidade de produzir representações e ser modificada pelo objeto externo.

Como já foi destacado aqui, Tetens (1777) partirá do método observativo de Locke sobre o intelecto e a psicologia empírica, e então, observará as modificações da alma partindo da consciência de si, isto é, observará repetidamente, e com cuidado, as circunstâncias em que ela se modifica. Observar a gênese e as leis operacionais da força que as produz, confrontar e analisar as observações e voltar-se às *faculdades* e seus respectivos efeitos dos mais simples e sua relação recíproca. Para Tetens, estas são as operações essenciais da análise psicológica da alma que se baseia na experiência. Este seria o método da física e o único capaz de mostrar realmente as ações da alma e demonstrar de modo confiável a sua natureza.

Observa-se, assim, que para Tetens será esse o método que pode servir para resolver os problemas da metafísica. Assim, ele passa a não se pautar por um método *analítico* matemático, mas sim por um método psicológico subjetivo que de certa forma é assentado pela experiência, através do qual se analisam as modificações da alma. Tetens (1777) declara abertamente que esta análise deveria chamar-se metafísica. Dito isto, a via de acesso à alma, aquela que conduz às modificações das *faculdades* psicológicas pelas quais elas derivam, constitui-se pela *força do pensar*. Ela é a *faculdade* mental que governa nossa consciência, e pela qual as representações referem-se a objetos concedendo-lhe objetividade, a qual tem como pressuposto uma necessidade subjetiva. Será sobre esta afirmação de necessidade (subjetiva) proposta por Tetens (1777) que nos debruçaremos agora.

2.6 A proposta de Tetens: a objetividade e seu fundamento subjetivo

Temos frequentemente apontado que uma das contribuições mais expressivas, que podemos inferir do trabalho de Tetens, à respeito da resolução do problema da metafísica é aquela que diz respeito à *Realisierung* (realização) dos conceitos e sua relação com o objeto, que se inicia em *Über die allgemeine spekulativische Philosophie* (Sobre a filosofia especulativa em geral) e se desenvolve em *Versuche*. Como ponto de partida para se pensar este conceito, Tetens (1777) prescreve que o múltiplo que se faz conhecer em cada coisa, considerado apenas em si mesmo, é algo absoluto ou relativo. Defendemos que Tetens (1777) propõe que o relativo é algo que não pode ser pensado sem a ideia de uma relação ou de uma semelhança, já o absoluto seria qualidade sem relação. Partindo deste pressuposto, notamos que o predicado relativo é fundamental para que se pense o absoluto, e assim, o que nos é dado é o diverso, e para que este atinja a consciência necessitamos da *força do pensar*, conforme indicado por Tetens:

As ligações [*Verhältnisse*] e relações [*Beziehungen*] do entendimento pensam sobre estas ideias e lhe atribuem apenas um objeto que é sua própria criação. Na verdade, devemos aplicar a teoria a objetos reais, assim assumimos que o real é como os conceitos universais o representam. Mas nessas relações o entendimento funciona segundo leis que deveríamos considerar como leis particulares da força do pensar. Portanto, também devemos considerar as relações percebidas de tais ideias como modos de pensamento necessários para cada entendimento, que por si só contêm e mantêm essas representações. A saber, estas verdades são verdades objetivas, e o que são é tão certo quanto são realmente. Não só não podemos duvidar ou negar tal autenticidade nem tão pouco duvidar ou negar as outras (TETENS, 1777, pp. 545-546, tradução nossa)⁸³.

⁸³ Die Verhältnisse und Beziehungen denket der Verstand in diesen Ideen, und legt sie nur solchen Objekten bey, die seine eigene Geschöpfe sind. Denn wo wir die Theorien anwenden auf wirkliche Gegenstände, da setzen wir voraus, daß das Wirkliche so beschaffen sei, als die Allgemein begriffe es vorstellen. In jenen Beziehungen arbeitet aber der Verstand nach Gesetzen, die wir für Gesetze jedweder Denkkraft ansehen müssen. Daher müssen wir auch die gewahrgenommene Beziehungen solcher Ideen als nothwendige Denkartten jedweden Verstandes ansehen, der eben solche Vorstellungen in sich hat und gegeneinander hält. Das heißt; diese Wahrheiten sind objektivische Wahrheiten, und daß sie es sind, ist so gewiß, als sie selbst Wahrheiten sind. Wir können jenes so wenig bezweifeln oder läugnen, als dieses. (TETENS, 1777, pp. 545-546). * Neste caso, o termo verdade objetiva diz respeito à validade objetiva.

A execução desta *realização*, proposta por Tetens (1777), parte de um método introspectivo. Este método seria como um estudo da natureza, ou seja, pretende mostrar as operações da alma tais como são realmente, conduzindo-a aos princípios, dos quais é possível tirar um conhecimento confiável das causas, e chegar a algo muito mais verdadeiro do que simples conjecturas sobre a natureza da alma, como fizeram Wolff e Locke. Para se pensar satisfatoriamente tais princípios, o método de Tetens (1777), diferentemente dos demais psicólogos, não reduziria os fenômenos psicológicos a estados cerebrais. Ele afirma que:

Tomar as modificações da alma tal como são conhecidas pelo sentimento de si mesmo, as observar novamente e cuidadosamente e as perceber em circunstâncias diferentes, observar a forma que elas nascem e as leis de ação das forças que as produzem, em seguida, comparar e decompor as observações e, por este viés, investigar as *faculdades* e seus respectivos modos de operação, os mais simples bem como a relação que eles têm entre si, estes seriam os procedimentos mais essenciais da análise psicológica da alma fundada sob as experiências. (TETENS, 1777, p. IV, tradução nossa, grifo nosso)⁸⁴.

Advogamos que esta teoria posta por Tetens reverbera a ideia de que o método matemático já não tem mais espaço em seu sistema e, decididamente, já não é considerado como a panaceia para os males que afligia a metafísica. Posição dividida com Ciafardone (2008, p. 17), que declara que a posição matemática, neste momento (1777), já “não é mais considerada por Tetens como suficiente para garantir a realidade do conceito metafísico como era outrora, pois este além de ser determinado com precisão e analisado com cuidado, deveria corresponder ao objeto existente fora do pensamento”. Ao fazer esta observação, acertadamente o comentador nos coloca diante de um problema aparentemente insuperável, com o qual se deparou Tetens: como proceder quando a representação externa é inacessível? Observemos, nesta passagem, a questão:

⁸⁴ Die Modifikationen der Seele so nehmen, wie sie durch das Methode. Selbstgefühl erkannt werden; diese sorgfältig wiederholt, und mit Abänderung der Umstände wahrnehmen, beobachten, ihre Entstehungsart und die Wirkungsgesetze der Kräfte, die sie hervorbringen, bemerken; alsdenn die Beobachtungen vergleichen, auflösen, und daraus die einfachsten Vermögen und Wirkungsarten und deren Beziehung auf einander aufsuchen; dieß sind die wesentlichsten Verrichtungen bei der psychologischen Analysis der Seele, die auf Erfahrungen beruhet. (TETENS, 1777, p. IV).

Nosso intelecto encontra-se em meio as suas representações, como o olho em uma galeria de quadros, coisas e pessoas que nós não vemos e não veremos mais. Se assim for, a representação corresponde ao que elas representam, e isto pode ser decidido apenas de um modo e como meio análogo àquele pelo qual seria possível, neste caso, julgar a semelhança do quadro com seu objeto. (TETENS, 1913, p. 4, tradução nossa)⁸⁵.

A esta problemática, Tetens (1777) apresenta a *relação* como uma possível solução, afirmando que não há outra saída a não ser assumir, como critério de distinção, entre uma aparência “vazia” e uma aparência “confiável”, o que ofereceria uma *relação constante* entre as representações. O que Tetens propõe, aqui, é que há uma harmonia, isto é, uma concordância que percebemos (normalmente, em diversas classes de representações, que, às vezes, se encontram ausentes em outras, temos de reconhecê-las; lembremos a função do juízo posto no tópico anterior). Porém, é claro e válido destacar, aqui, que esta *relação* é uma relação que parte da subjetividade. Tetens (1777) justifica a ligação constante de algumas de nossas representações, mas o faz apelando a uma experiência interior, a um sentimento que acompanharia cada percepção de acordo com a nossa representação e com sua força, o que o obrigaria a acreditar nesta última como sendo uma “verdadeira cópia” do objeto. Esta afirmação corrobora a ideia de necessidade de um sentimento (subjetivo) como peça fundamental, que imbuída da mesma sensação (*Empfindnisse*) causada outrora, relacionaria a representação com o objeto atual; esta subjetividade, ou melhor, este fundamento subjetivo é imprescindível à *relação*.

Partindo de tal concepção, podemos dizer que Tetens (1777) reconhece, então, a necessidade de um conceito amplo de causalidade que pressuporia uma interação física entre o *eu conhecedor* e o mundo exterior, mas que não poderia ser reduzido somente a isto e postula uma analogia geral entre o efeito e sua causa, em que esta última exprime paralelamente o efeito e se manifesta pela causa. Ou ainda, propõe que causa e efeito possam se representar reciprocamente⁸⁶. De acordo com Tetens (1777), todo o equívoco pauta-se no erro em empregar

⁸⁵ Unser Verstand befindet sich unter seinen Vortellungen, wir Auge in einer Gallerie von Gemählden, von Sachen und Personen die es selbst niemals sehen wir. Ob also die Vorstellungen dem entsprechen, was sie Vorstellen, das kan nur auf eine ähnliche Art, und durch ähnliche Hülfsmittel ausgemachet warden, wodurch es in einen solchen Fall möglich sein würde, über die Aehnlichkeit der Gemählde mit ihren Objekten zu urtheilen. (TETENS, 1913, p. 4).

⁸⁶ Cf. Tetens (1777, p. 550).

o termo *vorstellen* (apresentar), em que se esperaria *vertreten* (ser o representante de), no sentido de introduzir ou de apresentar formalmente o “outro” ao espírito.

É importante destacar que, para Tetens (1777), a representação seria também um aspecto da vontade, ou da *faculdade* ativa do espírito, que não pode se exprimir sem ser levado em direção à realidade por uma sensação preestabelecida, o que incluiria necessariamente as sensações (*Gefühlsempfindungen*) externas e internas, as quais são as consequências de ações anteriores e que constituem não somente as representações, mas ainda o início da ação sob a forma de inclinação em direção ao exercício da *faculdade* ativa.

Destaca-se, então, a originalidade do trabalho de Tetens (1777): “devemos nos perguntar sobre a estrutura do próprio objeto e buscar a condição objetiva que tornará possível um conhecimento universalmente válido” (CIAFARDONE, 2008, pp. 20-21). É exatamente esta busca e o método utilizado por Tetens (1777) para atingi-la que o diferenciam dos empiristas tradicionais e dos sensualistas, e fazem com que avance numa perspectiva diferente. Se com Locke, pela via de análise do conteúdo de nossa consciência, não chegaremos mais a explicar a objetividade e a necessidade psicológica de nossa consciência, Tetens (1777) nos apresenta uma resposta através da *força* e da *ação* da consciência, extraída a partir da decomposição das faculdades. Tal investigação parte de um fato subjetivo da consciência empírica, no qual o objeto da consciência não se limita em evidenciar a gênese, mas sim em descobrir as condições sobre as quais se funda a objetividade da consciência. Como destaca Tetens:

Conhecemos a necessidade subjetiva de pensar segundo a lei universal do intelecto a partir da observação. Sentimos que não podemos representar círculos quadrados e acreditar numa coisa diferente de si mesma. Sobre tal necessidade subjetiva fundamos a objetiva; a impossibilidade de pensar diversamente a coisa é atribuída às coisas fora do intelecto. A impossibilidade de pensar as coisas de forma diferente é confrontada com coisas além do entendimento. (TETENS, 1777, p. 532, tradução nossa)⁸⁷.

⁸⁷ Die Subjektivische Nothwendigkeit nach den allgemeinen Gesetzen des Verstandes zu denken, erkennen wir aus der Beobachtung. Wir empfinden es, daß wir kein Ding für unterschieden von sich selbst halten können. Auf diese subjektivische Nothwendigkeit gründen wir die objektivische: Die Unmöglichkeit, die Dinge anders zu denken, wird den Dingen außer dem Verstande beigelegt. (TETENS, 1777, p. 532).

Alegamos que será a partir desta premissa que Tetens (1777) inicia sua solução à problemática, sustentando a objetividade sob a subjetividade, ou seja, partindo dos princípios e das relações constitutivas do pensamento, no qual a necessidade objetiva decorreria da necessidade subjetiva e a unidade da representação, da unidade das leis universais e necessárias do pensamento⁸⁸.

Se aquela relação que encontramos em nossa impressão está apenas relacionada a esta espécie de impressão, toda sua analogia com os objetos não é mais que um modo subjetivo de consciência da relação da coisa. Mas temos que ter em mente, a fim de não correr risco de equívoco interpretativo, que quando Tetens (1777) fala da necessidade subjetiva como condição da objetiva, ele se refere à impossibilidade, que experimentamos em nós mesmos, de sermos capazes de pensar a coisa diferentemente, ou seja, é uma necessidade subjetiva no juízo que transmitimos ao objeto fora de nós e, por isso, atribuímos às suas relações objetivas uma necessidade subjetiva. Toda a representação sensível consistiria, assim, na modificação de nossa própria alma. Posteriormente, a impressão que surge na alma ocorre por uma causa externa e tais causas são “os objetos absolutos e a modificação as quais estão em nós ou fora de nós.” (TETENS, 1777, p. 190, tradução nossa)⁸⁹.

Nota-se, assim, como a recepção dos dados empíricos constitui o primeiro ato cognitivo. Através do sentido interno, nós representamos, em primeiro lugar, os estados da alma e, em segundo, as determinações de todas as nossas *faculdades*. Mas para que a percepção se torne de fato uma representação é necessário que seus elementos sejam reproduzidos. Esta representação dá-se pela reprodução dos elementos perceptivos e é, para Tetens (1777), função da imaginação, tornando-a o elemento fundamental da *força representativa*. A questão, aqui, como aclaramos antes, é que Tetens (1777) coloca uma necessidade subjetiva no juízo necessária às relações objetivas, caracterizando um pressuposto lógico, porém uma lógica que se sustentaria sobre um plano psicológico subjetivo.

Dito isto, a necessidade subjetiva não está imune ao pressuposto lógico, no entanto, falamos aqui de uma necessidade subjetiva no juízo que incide sobre a existência subjetiva e objetiva dos objetos. Sobre esta lógica, Tetens (1777) afirma que a necessidade lógica é formal ou material. Sendo formal, funda-se sob a mesma natureza do pensamento subjetivo, que

⁸⁸ Ver: Cassirer (1907, pp. 618-634) e Riehl (1876, pp. 187-201).

⁸⁹ “Wir fühlen und empfinden: die absoluten Gegenstände und Veränderungen der Ding an sich, und diese sind entweder in uns.” (TETENS, 1777, p. 190).

trabalha segundo leis que estariam naturalmente em consonância com outras. Nesta passagem, Tetens (1777) funda sua posição, afirmando que:

[...] então o primeiro efeito da alma sobre eles deve considerar nela sua divisão e separação em diferentes séries. Isso ocorre precisamente deste modo: as sensações internas foram reunidas numa classe, as externas provenientes do corpo numa outra e aquelas do objeto externo numa terceira, percebidas assim de modos diferentes. A partir daqui a força do pensar continua: ela forma uma ideia de si mesmo e do Eu interior e recebe outra de seu corpo e uma terceira do objeto externo e ao relacionar as sensações individuais a esses conceitos de si mesmo, de corpo e do objeto externo, os julgamentos seriam feitos sobre a existência subjetiva e objetiva dos objetos percebidos. Para compreender distintamente esses passos é necessário: 1º. Que se observe quais *faculdades* e segundo quais leis de operação ocorreu a separação; a divisão e quais traços distintivos de cada *faculdade* ou quais traços comuns nas sensações foram recolhidos em cada *faculdade* particular [...]. (TETENS, 1777, p. 380, tradução nossa, grifos nossos)⁹⁰.

Observemos que, para que se pense a aplicabilidade do julgamento, temos que partir da percepção do objeto que se constitui subjetivamente, por exemplo, por uma cor, um som, um peso etc. Isso representa a matéria de nossa consciência objetiva. Sobre isto, Tetens afirma que:

Estas impressões dependem da natureza do ser sensível e de outras circunstâncias que é impossível admitir qualquer outro ser ou circunstância semelhante, modificado pelo mesmo objeto e do mesmo modo. Estas impressões seriam apenas algo de subjetivo. São apenas as coisas que eu percebo. (TETENS, 1777, p. 533-534, tradução nossa)⁹¹.

⁹⁰ [...] die erste Wirkung der Seele auf sie darinn bestehen, daß sie vertheilet und in verschiedene Haufen gesondert wurden. Dieß geschah, und zwar so, daß die Innern Empfindungen zu Einer Klasse; die Außern aus unserm Körper zu Einer andern, und die von fremden Objekten zu Einer dritten gebracht, und dann als unterschiedene Arten gewahrgenommen wurden. Von hier an gieng die Denkkraft weiter. Sie machte sich eine Idee von Ihrem Selbst und Ihrem Innern; sie erhielt eine andere von Ihrem Körper, und eine dritte von einem äußern Objekt; und da sie nun die einzelnen Empfindungen auf diese Begriffe von Sich, von Ihrem Körper und dem äußern Objekt bezog, so entstanden die Urtheile über die subjektivische und objektivische Existenz der empfundenen Objekte. Um diese Schritte deutlich zu begreifen, wird erfordert, 1) Daß man einsehe, durch welche Vermögen und nach welchen Wirkungsgesetzen die Absonderung und Vertheilung geschieht, und was für Unter Scheidungsmerkmale der abgesonderten Klassen, oder welche gemeinschaftliche Kennzeichen bei denen, die zu jeder besondern Klasse gebracht worden, darauf führten [...]. (TETENS, 1777, p. 380).

⁹¹ Diese Impression, hangen so sehr von der Natur des empfindenden Wesens und von andern Umständen ab, daß man es unmöglich annehmen kann, jedes andere wesen mit andern werkzuegen, unter andern Umständen gesetzt werde von demselbigen Objekt auf dieselbige. Art modificiert warden, will Ich solche Impressionen sind nur etwas Subjektivisches das was sie sind, sind sie nur für den, der sie aufnimmt. (TETENS, 1777, pp. 533-534).

Mas, se as representações sensíveis já constituídas não são dotadas de validade objetiva, podemos afirmar que a representação sensível subjetiva atingirá a validade objetiva? Para Tetens (1777), sim, e isto se dá pelo conteúdo que a representação produz, pois apesar daqueles que são por si privados da marca da objetividade, o que lhes falta é a forma produzida pelo pensamento, a partir da qual se integrariam a ele. Como nos mostra Tetens:

Se tomar minha ideia de sol como uma ideia em mim, refiro-me ao sol como seu objeto e posso perceber de fato, não distintamente essa relação: isto já seria um juízo, a minha representação é uma ideia e estamos corretos se considerarmos este juízo como um novo juízo que une-se e que não pertence a ideia enquanto ideia. Contudo se a minha ideia está presente em mim enquanto ideia, conseqüentemente é apenas aquele que tem chamado com precedência em relação da representação do seu objeto, embora eu não perceba imediatamente esta relação. A representação percebida na relação de um objeto constitui propriamente apenas a ideia deste objeto e uma comparação desta relação da representação ao seu objeto? Poderia ser? Pode o objeto ser comparado com sua representação? Seria uma coisa diferente comparar uma representação de um objeto com outra representação de um mesmo objeto e, portanto, qualquer coisa que consista nesta relação seria esta uma parte constitutiva de cada ideia e este seria um confronto? (TETENS, 1777, pp. 364-365, tradução nossa)⁹².

Assim, a representação não poderia se referir ao objeto apenas mediante a comparação com ele, uma vez que antes da relação não ocorre nenhuma distinção entre representação e objeto. O que ocorre é o contrário, visto que a representação deste surge sempre a partir desta relação. Com tal argumentação, Tetens (1777) rejeita a ingênua opinião do senso comum, segundo a qual se toma a impressão pelo objeto, e afirma que este último é um requisito

⁹² Aber wenn ich meine Idee von der Sonne, als eine Idee in mir habe, so beziehe ich sie auf sie Sonne, als auf ihr Objekt. Ich darf diese Beziehung zwar nicht deutlich wahrnehmen: dieß würd schon das Urtheil sein, meine Vorstellung ist eine Idee, und man hat Recht, wenn man dieß Urtheil als ein neues hinzukommendes Urteil ansieht, welches zu der Idee als seine Idee in mir gegenwärtig ist, so ist doch dasjenige da, was ich vorher die Beziehung der Vorstellung auf ihr Objekt genannt habe, ob ich gleich diese Beziehung selbst nicht wahrnehme. Die wahrgenommene Vorstellung in der Beziehung auf ein Objekt, macht eigentliche erst die Idee von einer Sache aus. Ist diese Beziehung der Vorstellung auf ihr Objekt eine Vergleichung? Kann sie es sien? kann das Objekt mit der Vorstellung von ihm vergleich werden? Ein andern ist, eine Vorstellung von derselben Sache zu Vergleichen. worin also auch diese Beziehung bestehen mag, so ist sie ein Bestandtheil von jedwer Idee, und ist diese eine Vergleichung? (TETENS, 1777, pp. 364-365).

da relação que o pensamento estabelece entre o objeto e a impressão, elevando-o, assim, a um estatuto de objeto de conhecimento⁹³.

Tetens (1777) não se refere à essência da *coisa em si*, mas em estabelecer o princípio que, no campo da representação, permite-se distinguir entre verdade “objetivamente necessária” e a verdade “contingente”. Desta forma, a objetivação de nossa sensação tem lugar no juízo: “o perceber é um juízo, ou seja, o pensamento de uma relação que tem em si mesmo a essência deste juízo” (TETENS, 1777, p. 274, tradução nossa)⁹⁴. Tudo isto serve-nos para corroborar que o juízo em Tetens (1777) fundamenta-se sobre as funções do pensamento, e são, tanto quanto as funções, o conceito de relação do pensamento. Por isso,

[...] se considerarmos alguma coisa como sujeito, que representamos como irreal devemos ora atribuir-lhe o predicado que é uma coisa realmente existente, ora em nosso pensamento deve haver em alguma parte razão para este último juízo que é diferente da ideia que tínhamos mencionado do sujeito. Se tivermos primeiramente sensações diretas do objeto irreal sob nós, isto contém o fundamento necessário do juízo. Mesmo colocando isto em particular deve haver um fundamento ideal do pensamento. Dito de outra forma, isto significa que a força do pensar não pode conectar o predicado da existência com nenhuma ideia na qual já não esteja inerente a ele e, então, não se poderia pensar nenhum tipo de coisa se não houvesse para isso um fundamento físico e finalmente psicológico. [...] portanto nem tanto a condição decorrente da sensação da ideia de dependência com a ideia do surgir, mas sim, a dependência do pensamento, se o reconhecemos alguma espécie de coisa realmente originária, e a indispensabilidade de um fundamento ideal é a verdadeira causa física da necessidade subjetiva através da qual um tipo de coisa é pensado simultaneamente também como dependente e produto de outra causa. Assim a indispensabilidade de uma causa ideal pela existência ideal, em nós é transmitida a existência objetiva da coisa fora de nós. Como o pensamento: algo que era irreal e chegou a existência ,deve ter um fundamento psicológico que anteceda a ação no intelecto e que dependa de um fundamento subjetivo *a priori*. Aqui há uma substituição do objetivo pelo subjetivo a qual é em geral o fundamento pelo qual atribuímos as coisas fora de nós quando

⁹³ Cf. Tetens (1777, p. 550): “[...] die Identität oder Diversität solcher Vorstellungen kann, wenn die übrigen Bedingungen so sind, wie sie sein müssen, auf die nämlichen Verhältnisse in den Objekten selbst hinführen.” (“A identidade ou a diversidade de cada representação se derivadas da mesmas condições levar às mesmas relações dos objetos[...]”); e Tetens (1777, pp. 559-560): “[...] das bloß Subjektivische in jenen hat dieselben Gründe, wie in diesen, nur sind sie dorten häufiger und starker, al shier.” (“[...] o meramente subjetivo tem as mesmas razões que estes , porém é mais forte sua marca ”).

⁹⁴ “Das Gewahrnehmen ist ein Urtheile, das ist, ein Gedanke eines Verhältnisses, und es hat das wesentliche des Urtheilens an sich.” (TETENS, 1777, p. 274).

reconhecemos em nós a ideia que temos dela. O objeto fora do intelecto refere-se a outro objeto da mesma forma que o objeto ideal refere-se a outra ideia. E o surgimento objetivo da coisa é considerado como algo semelhante que é proporcionado da mesma forma e que reivindica igualmente para outros objetos e depende de outra coisa como coisa subjetiva, isto é, como pensamento ou representação destes em nós. (TETENS, 1777, pp. 505-507, tradução nossa)⁹⁵.

Constata-se, nesta passagem, a função subjetiva do juízo. Tetens (1777) indica-nos, aqui, a necessidade de um fundamento psicológico que antecederia a ação no intelecto e que dependeria, de certa maneira, de um fundamento subjetivo *a priori*. É deste que advém a aplicabilidade do trabalho da *força do pensar*, conferindo unidade e inteligibilidade a nossa representação sensível.

Reverberamos, por fim, que se há um fundamento lógico por detrás das ações do entendimento em Tetens (1777), este possui caráter psicológico subjetivo e assenta-se sobre as *faculdades*. E é este novo conceito de objetividade proposto por Tetens que torna possível uma consciência universalmente válida, e que designa uma marca específica do conhecimento, conferida ao princípio e às relações constitutivas do pensamento. Isto caracteriza a

⁹⁵ „Wenn wir einem Dinge als einem Subjekt, das wir uns als unwirklich vor- aus Beifallsgesetz abzuleiten stellen, nun das Prädikat zuschreiben sollen, daß es ein wirklich vorhandenes Ding sei, so muß in unsern Gedanken irgendwo ein Grund zu diesem letztern Urtheil vorhanden sein, der von der Idee die wir von dem erwähnten Subjekt haben verschieden ist. Wird ein solches vorher unwirkliches Objekt von uns empfunden, so enthält diese Empfindung den erforderlichen Grund des Urtheils. Setzen wir diesen Fall beiseite, so muß anderswo ein ideeller Grund des Gedankens vorhanden sein. Es heißt dieß mit andern Worten soviel: Das Prädikat der Existenz kann die Denkkraft mit keiner Idee, in der es nicht schon für sich enthalten ist, verbinden, und also kein Ding als ein Entstandenes gedenken, wenn sie nicht durch einen Grund, der für sie ein physischer, eigentlich ein psychologischer Grund ist, dazu gebracht worden ist. Es ist also nicht so wohl die aus der Empfindung herrührende Verbindung der Idee von Abhängigkeit mit der Idee von dem Entstehen, sondern vielmehr die Abhängigkeit des Gedankens, wenn wir ein Ding als ein entstandenes, oder wirklich gewordenes Ding erkennen, und die Unentbehrlichkeit eines ideellen Grundes hiezu, die wahre physische Ursache von der subjektiven Notwendigkeit, mit der ein Entstandenes Ding zugleich auch als ein von einer andern Ursache abhängendes und hervorgebrachtes gedacht wird. Dieß geht so zu. Die Unentbehrlichkeit einer ideellen Ursache zu der ideellen Existenz in uns, wird auf die objektive Existenz der Dinge außer uns übertragen. So wie in uns der Gedanke ein unwirklich gewesenes Ding sei zur Existenz gekommen seinen psychologischen Grund haben muß, der vor der Wirkung vorhergeht, und also im Verstande ein subjektiver Grund a priori ist, so muß auch jedes solches Objekt außer dem Verstande seinen objektiven Grund a priori haben, von dem es abhängt. Hier geschieht eine Substitution des Objektiven, und des' Subjektiven, welche überhaupt der Grund ist, wodurch wir dasjenige den Dingen außer uns beilegen, was wir in ihren Ideen in uns erkennen. Das Objekt außer dem Verstande wird auf dieselbe Art auf andere Objekte bezogen, wie das ideelle Objekt auf andere Ideen; und das objektive Entstehen der Dinge wird als so etwas angesehen, mit dem es sich auf dieselbe Art verhält, und das auf andere Objekte eben so hinweist, und von einem andern abhängig ist, wie das subjektive sehe Ding, das ist, wie der Gedanke, oder die Vorstellung davon in uns. (TETENS, 1777, pp. 505-507).

impossibilidade de defender, em Tetens (1777), uma lógica transcendental semelhante à de Kant.

Dito isto, demonstramos que a filosofia de Kant, apesar de possuir similaridades com a de Tetens (1777), diferencia-se desta na medida em que essa última não desenvolve um plano transcendental e, conseqüentemente, dificilmente poderia conceder a Kant as bases para se desenvolver uma psicologia transcendental ou mesmo uma lógica transcendental, na *Crítica da Razão Pura*, como defendem os comentadores Vleeschauwer (1976), Smith (1923), Puech (1990), Frierson (2014) e Strawson (1975). Contudo, feita esta exposição, e atingidos positivamente os princípios que confirmam a posição que propomos defender neste capítulo, isto é, corroborar a originalidade do método de Tetens (1777) e como este dificilmente poderia subsidiar uma psicologia transcendental como fundamento da *dedução transcendental* em Kant. Temos ainda que concluir se os resultados recolhidos até aqui atribuem uma solução, mas não final ao tema psicologia em Kant bem como o da influência de Tetens na *dedução transcendental* de 1781. Será a confirmação ou não destas questões que pretendemos aclarar neste capítulo final.

2.7 Conclusão

O objetivo deste segundo capítulo foi o de fornecer uma análise exegética da filosofia de Tetens e, com isso, demonstrar que, apesar de Tetens e Kant estarem envolvidos num cenário em comum, ou seja, de partirem da crise em que a metafísica se encontrava, a originalidade de Tetens à questão da relação entre representação e objeto sobressai. Atestou-se como resultado deste capítulo que, diferentemente do que defendem os comentadores, o método de Tetens não propunha uma psicologia transcendental como sustentáculo para seu método. Conseqüentemente, atribuir-lhe conotação transcendental seria uma posição de difícil comprovação.

Partindo dos resultados obtidos no capítulo anterior a respeito da apropriação dos elementos da filosofia de Tetens por Kant, de sua limitação na *dedução subjetiva* e os equívocos que tal exposição gerou, passamos, neste segundo capítulo, a pontuar e a mostrar argumentos que defrontariam com interpretações que defendem a existência da realização de uma psicologia transcendental executada na *dedução* em Kant, que se originaria em Tetens, demarcando estes

argumentos na própria exegese de seu método, demonstrando que este não nos ofereceria fundamentos para tal pressuposto., Este foi, então, o cenário sob o qual se desenvolveu toda a argumentação deste capítulo.

Dito isto, começamos por explicitar os argumentos de comentadores atuais e clássicos que defendem em Kant uma psicologia transcendental como sustentáculo da síntese e uma lógica transcendental, e que estas foram primeiramente desenvolvidas por Tetens (1777), em *Versuche*.

Notamos, no decorrer da exposição, que os comentadores dividem uma particularidade: todos parecem aproximar Kant e Tetens, partindo dos resultados da filosofia transcendental kantiana, e não da filosofia de Tetens, dando a impressão de que Kant antecederia Tetens, e não o contrário. Entendemos e propomos evidenciar que este tipo de leitura obscurece não só a real influência de Tetens sobre Kant, mas ainda negligência a originalidade do autor do *Versuche*. Destacada esta questão, a exposição que propomos fazer, aqui, sobre o trabalho de Tetens contribuiu para comprovar sua originalidade ao colocarmos em diálogo com outros autores que lhe serviram de base como: Leibniz, Wolff, Locke, Hume, entre outros, destacando, assim, não só as similaridades, mas também as divergências, e ainda que seu método avançaria em relação àqueles que o influenciaram.

A respeito do método de Tetens, demonstrou-se que este se pauta pelo método observacional de Locke para o intelecto, ou seja, se pensarmos no que Locke nos propõe, (falamos aqui das operações psicológicas, embora esta não seja a única influência, já que contamos também com aquela de nossos psicólogos para a psicologia empírica), temos aqui uma clara indicação à psicologia empírica de Wolff. Tal afirmação possibilitou-nos pensar que Tetens (1777) estaria propondo uma análise das operações psicológicas da alma fundamentada pela psicologia empírica, a fim de investigar a origem das representações, concedendo à psicologia certa reformulação e aplicabilidade. Esta interpretação serviu-nos de cenário para constatar a novidade proposta por Tetens. No entanto, destacamos que apesar da forte influência empirista, não podemos reduzir o trabalho de Tetens a uma continuação do antigo empirismo, o que também não nos autorizaria a postular seu trabalho como transcendental.

Dito isto, esclarecemos em que seu método se diferenciaria daquele de Locke e Wolff, demarcando exegeticamente as semelhanças e dissemelhanças. Assim, foi possível destacarmos que Tetens acompanha Locke, enquanto este propõe a psicologia como a chave para se ascender ao mais profundo da alma. Por outro lado, Tetens considera o seu método

como insuficiente, quando pensa a psicologia como elemento fundamental para a conexão de ideias. Tetens destaca a incapacidade do método de Locke em dar conta das diferentes relações, porque, segundo ele, Locke não teria investigado satisfatoriamente as *faculdades da alma* e observado que estas possuem leis próprias. Quanto a Wolff, Tetens também o censura, pois considera que a concepção wolffiana de *vis representativa* não daria conta de como as representações se dão. Tal questão seria negligenciada por Wolff, ou seja, a investigação proposta por este também é considerada insuficiente.

Ao demonstrarmos as aproximações e diferenças, passamos a demarcar o método proposto por Tetens e, então, defender sua originalidade. Assim, se o método de Locke é insuficiente e o de Wolff também possui problemas, pois este não expõe satisfatoriamente a atividade da *força representativa*, Tetens propõe corrigi-los e oferecer uma verdadeira e completa investigação das *faculdades da alma*.

Atestamos, então, a partir do modelo de Tetens, como este parte de uma investigação introspectiva trazendo elementos inovadores, destacando o esquema tripartido da *faculdade* mental que governa a consciência, esquema este que compõe a *força do pensar* e se constitui pela sensação, pela *força representativa* e pelo pensar. E como este é, para Tetens, o verdadeiro meio para se investigar as *faculdades da alma*, como se dão as representações e, conseqüentemente, sua relação ao objeto. Ao expormos exegeticamente o método de Tetens, foi possível destacar argumentos que contestassem a ideia de esta investigação conter um teor transcendental.

Percorrido este caminho, destacamos e recolhemos como resultado deste capítulo a ideia de que se Tetens pensa numa possibilidade que anteceda a ação do intelecto, este fundamento é psicológico e não transcendental, ou seja, para que o pensamento ocorra é necessário um fundamento subjetivo *a priori*, o que não o caracteriza necessariamente como puro no sentido kantiano. Assim, entendemos que Tetens não pensa numa psicologia transcendental ou numa lógica transcendental, mas sim, em realizar uma análise sobre o conhecimento, uma decomposição das *faculdades* que compõem a *força representativa* que, por sua vez, atrela-se à *força do pensar*, realizando, assim, a unificação do diverso, ou seja, a objetividade que ocorre apenas mediante as funções das *faculdades* psicológicas e subjetivamente. Tal posição comprova a caracterização, no máximo, de uma síntese, mas com conotação empírica, diferenciando seu método do puro *a priori* kantiano.

Esta proposta de Tetens, ou seja, a forma inovadora com que aborda a investigação das *faculdades* sob as quais se assentam o entendimento puro subjetivamente é o que desperta a atenção de Kant e o faz colocá-la como parte de sua investigação em 1781.

Realizadas a explanação e a demonstração dos argumentos que provam e comprovam a limitação da influência de Tetens sobre a *dedução transcendental* de Kant, e considerando os resultados até aqui apresentados por esta pesquisa, podemos afirmar que há de fato uma influência de Tetens sobre Kant, mas que esta se limitou à *dedução subjetiva*, e que interpretações psicológicas foram reforçadas pela forma expositiva destes elementos realizada por Kant, isto é, a forma como ele os articulou. Neste segundo capítulo, ratificamos, em certa medida, esta posição limitante e a demonstramos, contrapondo aos comentadores da filosofia de Tetens, mostrando que esta possui limitações quanto à proximidade do transcendental kantiano, mesmo quando pensamos a espontaneidade que Tetens mostra na *faculdade imaginativa formadora*.

Por fim, ao observar os resultados que obtivemos até aqui, há ainda uma questão pertinente a ser respondida: o tema psicologia estaria esgotado em Kant? Ou seja, após demonstrarmos que a psicologia estaria limitada a *dedução subjetiva* em 1781, que o método proposto por Kant não se fundamentava numa psicologia e as limitações da influência de Tetens, podemos concluir que a psicologia, de fato, não teria mais espaço no discurso kantiano? Acreditamos que a resposta seja negativa e demonstraremos, no capítulo a seguir, que o tema psicologia, embora tenha sido comprovado por esta pesquisa não ter tanta relevância no método transcendental kantiano, curiosamente, ainda aparecerá em seus textos tardios, o que comprova que tal tema estaria longe de ter um fim, ou mesmo de ser um tema menor, em Kant.

CAPÍTULO III: A temática “psicologia” pós *Crítica da Razão Pura*: a dedução e a retomada de Tetens em *Opus Postumum*

3.1 Introdução

A partir dos resultados obtidos por esta pesquisa até este momento, comprovou-se a existência de elementos apropriados da filosofia de Tetens (1777) e sua presença na *dedução subjetiva* de Kant. No entanto, destacou-se também que esta particularidade não lhe atribuiria conotação de sustentáculo da *dedução objetiva*, ou seja, mesmo com a presença destes elementos articulados na *dedução subjetiva* presentes na primeira edição da *Crítica*, estes não comprometeriam o método transcendental kantiano. Para a comprovação desta posição partiu-se da ideia defendida por Araujo (2012) e Araujo e Azevedo (2014).

Foi a partir desta interpretação que iniciamos o caminho percorrido por esta tese. Porém, o caminho que percorremos no primeiro capítulo desta investigação difere deste que nos propôs o comentador, pois consideramos transitar por este, considerando a psicologia como parte da análise da estrutura proposicional, conduzindo-a até a primeira edição da *Crítica*. Seguindo este percurso, buscamos pensar que Kant indica outra mudança em relação à psicologia empírica, além daquelas destacadas por Araujo (2012) e Araujo e Azevedo (2014). Demarcamos e demonstramos este fato, fundamentalmente, quando Kant se depara com a obra *Versuche*, de Tetens. Ao nos debruçarmos sobre o trabalho de Tetens (1777), detectamos que há um problema em comum entre os filósofos, e que ambos buscavam pensar a constituição das representações e a relação entre representação e objeto – questão pensada sobre o cenário da possibilidade em termos de sensações e da capacidade de unificação do diverso sem sermos afetados presentemente por ele, isto é, construir uma representação a partir da experiência, mas antecipando-a, revivendo uma experiência passada que independe da afecção externa atual.

Partindo desta questão em comum, destacamos que a forma com que Tetens se utiliza da psicologia como fundamento para a investigação das *faculdades* que compõem a *força do pensar* e a origem das representações chamou a atenção de Kant, dado à possibilidade de se pensar a mesma questão colocada por ele, isto é, pensá-la sob outro viés interpretativo diferindo do transcendental. Destacado este ponto, demonstrou-se que estes elementos que aparecem na *dedução* em 1781, em Kant, são semelhantes e apresentam-se da mesma forma daquela que nos propõe Tetens (1777), em *Versuche*, diferindo apenas em sua funcionalidade. Assim, a síntese

kantiana, em 1781, compõe-se por elementos semelhantes àqueles que lhes atribui Tetens (1777), em seu método, precisamente a sensação, a imaginação e o pensar. Destes elementos destacou-se aqui a pertinência da *faculdade imaginativa* que teria um papel fundamental tanto no esquema de Tetens quanto no de Kant. Comprovada esta influência e apropriação, não poderíamos negligenciar suas consequências, assim, demonstramos que a forma com que Kant expôs tais elementos, elencados a uma aplicabilidade transcendental, promoveu critérios interpretativos para se pensar e dotar de importância primordial a seu método uma *dedução transcendental psicológica subjetiva*, ao invés de uma *dedução objetiva* em 1781.

Como resultado desta investigação, esta pesquisa concluiu que há, de fato, elementos psicológicos na *dedução transcendental das categorias* em 1781, mas limitados à *dedução subjetiva*. A partir disso, foi possível demarcarmos que o projeto de Kant não se trata de uma psicologia, mas de uma teoria dos juízos, e que pensá-la como psicológica é uma possibilidade gerada pela forma com que Kant expôs as *faculdades* que compõem sua síntese, em especial aquela da imaginação, como ficou explícito, aqui, que o próprio Tetens (1777) não lhe sugeriu tal abordagem da psicologia. Balizado este equívoco, reverberamos o método kantiano como transcendental, desde a primeira edição da *Crítica*, mas caracterizando a originalidade e pertinência de seu principal interlocutor.

Evidenciados estes esclarecimentos, no segundo capítulo, retomamos a questão, pois se o método transcendental kantiano já estava praticamente concluído com suas diretrizes estabelecidas, o que o teria feito repensá-lo e atribuir-lhe a possibilidade de um viés subjetivo, ou mesmo, pensar nesta hipótese e considerar a investigação das *faculdades* sob as quais se assenta o entendimento puro subjetivamente? A primeira pergunta que permearia nossa investigação neste momento seria: por que o trabalho de Tetens o teria impressionado tanto? Este é um dos pontos que tratamos com rigor no segundo capítulo desta pesquisa, ou seja, focamos na originalidade do método de Tetens, em especial na reformulação oferecida por este à psicologia empírica de Wolff. Para ratificar tal exposição, propõe-se, aqui, pensarmos Tetens a partir de Tetens, e não como fez grande parte dos comentadores que analisam a filosofia deste autor, partindo dos resultados da filosofia transcendental kantiana. Ratificou-se, nesta pesquisa, que esta forma de abordagem contribuiu não só para evidenciar a originalidade de Tetens, mas também para tirá-lo, de certa forma, da sombra de Kant, aclarando a pertinência de seu trabalho. Outro ponto que destacamos, no segundo capítulo, é que se fizermos uma apresentação exegética da filosofia de Tetens (1777), esta aclara o quanto é infrutífero pensar que estaria na filosofia psicológica proposta por ele a gênese de uma psicologia transcendental, ou mesmo a de uma lógica transcendental, que repercutiria na *Crítica*, princípios estes que os comentadores

entendem estarem presentes na *dedução transcendental* de Kant. A partir desta explanação, foi possível questionar e contradizer os comentadores que defendem a pertinência e, ousamos dizer, a necessidade da psicologia como fundamento do método transcendental de Kant, questão que concluímos ser uma inverdade, na *Crítica*.

Dito isto, podemos pensar, como resultado da investigação, até aqui, que Tetens não estaria imerso ou mesmo seguindo a mesma direção da proposta transcendental kantiana e que, diferente de Kant, Tetens defende, sim, a necessidade de uma psicologia como condição da ação do intelecto. Psicologia esta que possui fundamento subjetivo e que é imprescindível para a sustentação de seu método.

Concluímos, assim, neste segundo momento, que o método de Tetens, apesar de original, não atribui necessariamente à psicologia uma conotação totalmente diferente da empírica, e sim, um papel fundamental na investigação das faculdades da alma. Dados os resultados da pesquisa, até aqui alcançados, e a afirmação de Kant (KrV), proferida no final da *Crítica*, sobre a incapacidade da psicologia empírica, poderíamos dar a questão como encerrada. Alegamos que não, pois não nos satisfazemos totalmente e consideramos haver ainda uma pergunta a ser respondida que não sucumbe à *Crítica*, dada à retomada da problemática ali estruturada por Kant, no *Opus Postumum*. Assim, a pergunta a ser respondida é a seguinte: a temática da psicologia em Kant esgota-se, de fato, na *Crítica* e, conseqüentemente, a influência de Tetens reduz-se e principalmente, mantém-se unicamente à edição de 1781, como foi destacado e demonstrado até aqui? Será esta a questão que permeará este terceiro capítulo, cujo objetivo é demonstrar que temos no *Opus Postumum* uma retomada da problemática posta pela *dedução* na *Crítica*.

Esta exposição conduz-nos à reavaliação do papel da psicologia, bem como à influência de Tetens, neste novo cenário apresentado por Kant. Mas, ao levarmos estas questões ao *Opus Postumum*, conseqüentemente, surge a necessidade de uma reavaliação da influência de Tetens, bem como da pertinência da psicologia. Salientamos, porém, que o objetivo deste capítulo não é o de refutar os resultados obtidos pela pesquisa até então, mas sim, reanalisar a posição de esgotamento e restrição desta influência à *dedução* de 1781, ou seja, questionar se o tema (psicologia) e a influência de Tetens de fato começam e terminam em 1781.

Concluídos estes esclarecimentos, propomos então, neste capítulo final, reavaliar e questionar a posição de que a influência de Tetens, que fora detectada e demarcada nesta pesquisa na primeira edição da *Crítica* e praticamente excluída por Kant na segunda edição da obra, estaria ou não presente em *Opus Postumum*. Em decorrência disto, tornar-se-ia possível demonstrarmos que a influência de Tetens e mesmo a questão da temática psicologia foram

além da *dedução subjetiva* em 1781. Consequentemente, tal fato atenuaria a pertinência da leitura do trabalho de Tetens (1777) para se compreender o criticismo kantiano até suas últimas consequências. Para se atingir os objetivos aqui traçados, propomos primeiramente apresentar se haveria em *Opus Postumum* uma *dedução*, e destacar os elementos que a constituiria. Por fim, esclarecemos que a intenção deste capítulo final não é ofertar uma interpretação sobre o texto, e sim, apontar elementos que corroboram nossa posição. Neste capítulo, apenas avaliaremos a pertinência, ou mesmo a importância, da psicologia neste novo contexto. Realizado este percurso e a partir dos resultados obtidos, passaremos, então, a reconsiderar os limites da influência de Tetens na filosofia crítica de Kant.

Percorrido este caminho, consideramos concluir o percurso investigativo proposto por esta tese, que se iniciou apontando para a existência de elementos que caracterizariam uma psicologia em 1781; a origem destes elementos em Tetens e suas consequências; e, por fim, ratificaremos a retomada e pertinência do trabalho de Tetens na obra final de Kant, bem como a da psicologia, demonstrando sob este modelo interpretativo a possibilidade de se questionar a restrição infundada desta influência à *dedução subjetiva* de 1781, contribuindo, assim, para aclarar a pertinência tanto de Tetens quanto da psicologia nos desdobramentos do criticismo kantiano até suas últimas consequências.

3.2 A formulação do problema da dedução transcendental em *Opus Postumum*: é possível identificar, neste, elementos de uma dedução próxima àquela de 1781?

Apesar de ser qualificado como um texto obscuro e ainda pouco consultado pelos estudiosos de Kant, *Opus Postumum* é, conforme relato do próprio autor, o trabalho que não pode faltar em meu sistema. A importância atribuída por Kant a este texto pode ser notada por declarações do próprio autor em suas correspondências. A primeira delas que apontamos aqui é a carta a Kiesewetter, de 8 de junho de 1795, na qual Kant (Br. AA12:664, tradução nossa) diz “[...] tenho no próximo ano o desejo de oferecer ao público um contorno da ligação da

fundamentação da ciência natural à física [...]”⁹⁶. Já em outra carta destinada a Christian Garve, datada de 21 de setembro de 1798, ele confessa ao seu interlocutor que “A tarefa a qual me dedico neste momento concerne a passagem dos fundamentos metafísicos da ciência da natureza à física” (KANT, Br AA12:820) tradução nossa⁹⁷. E por fim, novamente a Keisewetter, em 19 de outubro de 1798, onde afirma que:

Meu estado físico é o de um velho, adoentado e um tanto inválido, mas ainda sinto suficiente força para conduzir meu trabalho e é por este trabalho que acredito finalizar a tarefa crítica e preencher a última lacuna, trabalhando a passagem dos fundamentos metafísicos da ciência da natureza à física, como parte independente da filosofia natural, esta não deve faltar em meu sistema. (KANT, Br. AA13:821, tradução nossa)⁹⁸.

Ora, notemos aqui, de maneira literal com o auxílio destas *Cartas*, que o objetivo de Kant com este trabalho será o de passar dos fundamentos metafísicos da natureza à física. Por outro lado, o que não está claro nestas passagens, mas que pretendemos aclarar com esta exposição é a interpretação de elementos que caracterizariam uma *dedução* a fim de se pensar esta *passagem* (*Übergang*), visto que entendemos este projeto como semelhante àquele sobre a natureza material e formal, posto na *Crítica*, no qual temos uma tentativa de relacionar o interior e o exterior, – distinção entre o conceito de natureza e de mundo, e fato que caracteriza a *Crítica* como o interlocutor do *Opus Postumum*, mas que nos impele a aclarar e averiguar a existência de uma *dedução* em desenvolvimento, em *Opus*, a qual daria conta da ligação entre estes dois âmbitos.

Infelizmente, esclarecemos, já de início, que contamos apenas com os indícios de como este projeto se realizaria, circunstância que o torna inconclusivo. Tais indícios se apresentam muitas vezes de forma fragmentária e contraditória na obra dividida em alguns *Convolut*. Os *Convolut* X, XI, VII e I remetem-nos às dificuldades epistemológicas de 1781 e 1787; no *Convolut* IV consta a parte relacionada propriamente à física (1797-1798). Quanto ao problema do *Übergang* (*passagem* física), este foi retrabalhado por Kant, nos *Convolut* II, III,

⁹⁶ [...]seit einigen Jahren einige Bogen dem Publikum schenken wollen, die den Übergang von Ihren metaphysischen Anfangsgründen der Naturwissenschaft zur Physik[...] (KANT Br.AA12:664)

⁹⁷ Die Aufgabe, mit der ich mich jetzt beschäftige, betrifft den Übergang von den metaphys. Anf.-Gr. d. N. W. zur Physik (KANT Br AA12:820).

⁹⁸ Mein Gesundheitszustand ist der eines alten, nicht kranken, aber doch invaliden; vornehmlich für eigentliche und öffentliche Amtspflichten ausgedienten Mannes, der dennoch ein kleines Maas von Kräften in sich fühlt, um eine Arbeit, die er unter Händen hat, noch zu Stande zu bringen; womit er das critische Geschäfte zu beschließen und eine noch übrige Lücke auszufüllen denckt; nämlich den Übergang von den metaphysik zur Physik, als einen eigenen Theil der philosophia naturalis, der im System nicht mangeln darf, auszuarbeiten. (KANT, Br. AA13:821).

V, VI, VIII, IX e XII. Apenas em 1800, ele desenvolve, no *Convolut* X e XI, um esboço de elementos que poderíamos denominar como uma *dedução transcendental* das forças e das propriedades da matéria. No mesmo ano, constitui-se o *Convolut* VII, seguido do *Convolut* I de natureza mais metafísica.

Postos tais esclarecimentos, passaremos agora a apresentar como Kant expõe, neste conjunto de fragmentos, os elementos que consideramos caracterizar a presença de uma *dedução* em desenvolvimento, e demonstrar como esta contaria com elementos de proximidade daquela apresentada por ele, em 1781. Para iniciarmos esta demonstração, começamos por destacar a lacuna apontada pelo próprio autor e como ele pretende preenchê-la. A tarefa de Kant (OP AA21:69) é sanar a passagem (*Übergang*) da construção do conceito a fim de fundamentar a física, associando conceitos *a priori* com a condição de possibilidade da experiência, na qual se realizariam estes conceitos. Nota-se que, para se pensar tal tarefa, é imprescindível começar pela exposição de um conceito fundamental usado por Kant que destaca esta *passagem* que ele pretende sanar, em *Opus Postumum*. Trata-se do *Übergang* (passagem). É a partir deste conceito que Kant propõe pensar a passagem entre a metafísica da natureza corpórea e a física enquanto ciência empírica, e será nesta e por esta tentativa de ligação que entendemos ser possível pensar uma *dedução*, em *Opus Postumum*.

Começemos, então, pela análise desta questão. Quanto à lacuna apontada anteriormente por Kant, em *Opus Postumum*, há uma demarcação bem precisa entre as esferas que esta separa. Tal demarcação pode ser ratificada no seguinte trecho:

O sistema dos princípios metafísicos da ciência da natureza tem seu território particular delimitado segundo os princípios *a priori*, outro é traçado pela física e é destinado comportar num sistema chamado físico o todo que pertence à ciência da natureza enquanto é empírico. (KANT, OP AA21: 360, tradução nossa)⁹⁹.

É sobre estes dois territórios que haveria um abismo impedindo a sua união, um abismo dificultoso de se transpor visto que a

[...] física deve ser uma ciência como sistema, a partir de elementos empíricos reunidos pertencentes ao estudo da natureza, podendo apenas produzir de modo fragmentário um agregado, mas nunca um sistema, [...] por isso é

⁹⁹ Das System der Metaphysischen Anfangsgründe der N. W. hat sein besonderes nach Principien a priori begrenztes Territorium; Ein Anderes ist für die Physik abgesteckt welche das Ganze Naturwissenschaft (scientia naturalis) so fern sie empirisch ist gehörende in einem System Physik genannt zu enthalten bestimmt ist. (KANT, OP AA21:360).

necessário requerer um esboço da forma, no qual pelas múltiplas percepções físicas que possam nos aparecer (como material da ciência) seu lugar já pode ser atribuído um avanço (segundo um princípio *a priori*). (KANT, OP AA22:360, tradução nossa)¹⁰⁰.

A questão que emerge desta posição é a clara impossibilidade de se passar imediatamente de um território ao outro, postulando, assim, a necessidade de traçar entre eles um território neutro que preparasse esta *passagem* e “[...]este deve ser observado como um capítulo particular da doutrina da natureza, que não pertenceria nem totalmente ao primeiro nem ao segundo e que não serve a não ser de passagem de um ao outro [...]” (KANT, OP AA21:360, tradução nossa)¹⁰¹. Aqui, temos um primeiro elemento em defesa da nossa posição, ou seja, de que o âmbito subjetivo volta não só a fazer parte das especulações kantianas, em *Opus Postumum*, mas ainda lhe é atribuída avultada importância. Kant decididamente aponta para a importância em se pensar a construção dos conceitos. Observemos, agora, que Kant indica como elemento deste campo neutro pelo qual é possível acessar os territórios um princípio subjetivo que é posto *a priori* como fundamento da pesquisa física, ou seja, ao pensarmos uma *dedução* nesta passagem, temos o primeiro indício de seu campo de atuação e seu fundamento, ou seja, se a física não possui um sistema, esse deve ser construído a partir de um princípio subjetivo posto *a priori*.

Esta concepção autentica as palavras proferidas por Mathieu (1958) quando este afirma que estamos, em *Opus Postumum*, diante de “um novo esquematismo”, isto é, estamos diante de um trabalho que se constitui por um sistema elementar e por um sistema do mundo, que se inicia pela demonstração *a priori* da existência do éter. Com o conceito de éter estabelece-se a possibilidade da experiência como uma totalidade. De fato, como bem atentamos outrora, a transição entre a física e a metafísica necessita de um plano para a realização desta “ponte” e quem a constitui seria, então, o éter. Por isso, este não pode ser interpretado como mera hipótese, tornando necessária uma prova apodíctica de sua existência; o éter não pode ser posto, aqui, como fundado na experiência, e sim, deduzido, construído como algo sem o qual a experiência não seria possível. No entanto, atentemos para que tal

¹⁰⁰ [...] denn die Physik soll eine Wissenschaft als System seyn; aus zusammengetragenen empirischen zur Naturkunde gehörenden Stücken läßt sich zwar fragmentarisch ein Aggregat nie aber ein System herausbringen [...] wozu nothwendig ein Umriss der Form erfordert wird in welchem für die mancherley physische Wahrnehmungen die uns zu Hand komen dürften (als dem Materiale der Wissenschaft) ihre Stellen schon vorher (nach einem Princip a priori) angewiesen werden können. (KANT, OP AA 22:360).

¹⁰¹ [...]zum Überkommen bereitet werden welches als ein besonderes Stück der Naturlehre angesehen werden muß das weder gantz zum ersteren noch ganz zum zweiten gehört und nur zum Übergange von jenem zu diesem diene... [...]” (KANT, OP AA21:360).

comprovação, ou seja, que a existência de um elemento universal penetre todos os corpos e os coloque interiormente em movimento é subjetiva no *Opus*. Esta afirmação é destacada pelo próprio Kant. nesta passagem:

O calórico não é uma coisa hipotética, assumida para explicar certos fenômenos que pertencem a experiência, mas sim, uma coisa efetiva cuja fundamentação contém ao mesmo tempo a base dos efeitos primitivos da matéria no espaço e o supremo princípio da passagem dos princípios metafísicos da natureza para a física. Não deve, contudo, considerar-se empírico este princípio; não é derivado da experiência (dever-se-ia considerar neste caso como derivado da física), mas sim construído *a priori* em prol da experiência. (KANT, OP AA22:613, tradução nossa)¹⁰².

Este interesse quanto à prova do éter dá-se pelo fato desta prova não provir empiricamente da experiência, mas do princípio de possibilidade da experiência. Contudo, chama-nos a atenção e, assim, destacamos seu caráter subjetivo. Esta posição também é defendida por Fernandes (2006, p. 302), quando afirma que “no interior e exterior dos corpos as forças que constituem o éter engendram relações e são essas emanções que se manifestam como níveis distintos do sistema do mundo [...]”. Se nos atentarmos à pertinência do éter na *passagem*, notamos que este é o equivalente da totalidade das *forças motrizes*, é ele quem garante a unidade da matéria. Assim, a existência do éter passa a ser a condição *a priori* do sistema da experiência, mas há a necessidade de provar a existência de uma matéria determinada chamada éter, e, como dissemos, esta prova que é tomada sobre as condições de possibilidade é subjetiva.

Dito isto, destacamos que o elemento inovador com o qual Kant nos brinda com fôlego renovado em *Opus Postumum* é o antigo problema de como é possível a física. Este problema, mesmo neste novo contexto, é dependente da *dedução transcendental*. Kant (OP) destaca que os princípios desta passagem (*Übergang*) devem ser buscados empiricamente e estabelecidos cientificamente, segundo a tábua das categorias. Conforme afirma Fernandes (2006, p. 25), há uma retomada da “tábua das categorias de 1781 na passagem que caracteriza-se pela explicação de todas as formas existentes para o sujeito a partir de uma variedade de forças interatuantes [...]” Será esta *dedução* das forças que constituirá o critério que preside a

¹⁰² Der Wärmestoff ist nicht ein bloß hypothetisches zur Erklärung gewisser zur Erfahrung gehörender Phänomene angenommenes Ding [...] sondern ein wirkliches Ding dessen Begründung zugleich als die Basis der primitiven Wirkungen der Materie im Raum das oberste Princip des Fortgangs der metaph. A. G. der N. W. zur Physik enthält. Dieses Princip ist aber nicht als empirisch anzusehen: es ist nicht von der Erfahrung abgeleitet (denn alsdann wäre es von der Physik abgeleitet) sondern ist zum Behuf der Erfahrung a priori mithin als nothwendig constituirt anzusehen. (KANT, OP AA22:613).

possibilidade da experiência, e que entendemos ratificar a presença de uma *dedução*, em *Opus Postumum*.

Dados estes elementos, entendemos ser possível pensarmos numa nova *dedução*, como resposta às concepções de Kant (OP) a respeito do esquematismo da força motriz poder ser pensado *a priori*, – força motriz esta que, como o próprio Kant (OP 22:342, tradução nossa) destaca, é a “física que é a ciência da experiência das forças motrizes da matéria, na medida em que a matéria constitui um sistema [...]”¹⁰³. Diante deste cenário, não se pode deixar de atentar à dificuldade em se pensar o processo pelo qual o entendimento opera com as questões formais e puras da sensibilidade. O problema, aqui, é então exatamente este: como exigir *a priori* um sistema de conhecimentos empíricos, que não são empíricos e nem poderiam sê-lo? Eis uma questão basilar para se pensar a *dedução*, em *Opus Postumum*. Temos, então, de realocar a questão e pensar que tratamos, aqui, não apenas de um material dado *a priori* pelo intelecto, ou seja, a condição formal para que algo seja dado, mas que falamos, agora, do *Übergang* (passagem) que considera um objeto construído diretamente por nós. Assim, este material puro não poderia ser uma simples forma da intuição, mas sim, a forma realizada pela matéria, o que novamente reverbera a necessidade de uma *dedução* para tal fim¹⁰⁴.

Nota-se ainda a referência de Kant à fisiologia, ou seja, há uma preocupação por parte deste sobre os objetos dados aos sentidos, mas também em atribuir à construção do objeto uma atividade que o constitui deliberadamente. Atentemos, então, ao fato de que a construção deste objeto possui uma característica tendenciosa que o constitui em sua particularidade¹⁰⁵. Contamos, assim, com uma indicação clara sobre o caráter indireto do objeto que construímos. Em *Opus Postumum*, Kant caracteriza este objeto indireto como fenômeno indireto, e a investigação da composição deste fenômeno indireto que precede o fenômeno direto, a forma como este fenômeno compõe-se e a estrutura que faz dele um objeto para nós, contribuem para ratificar a existência de uma nova *dedução* em *Opus Postumum*.

Atestada a existência de uma *dedução* em desenvolvimento em *Opus Postumum*, que entendemos tratar de uma *dedução transcendental das forças*, cabe-nos agora avaliar e comprovar com maior acuidade se esta estaria ligada intimamente a questões pertinentes à teoria dos juízos e à *Crítica*, e, conseqüentemente, de qual edição desta obra. Podemos começar

¹⁰³ Physik ist die Erfahrungswissenschaft von den bewegenden Krafte[n] der Materie in so fern sie (die Materie) ein System ausmach[...] (KANT OP AA22:342)

¹⁰⁴ Quanto a este objeto construído em nós, Mathieu (1958) destaca que se trata de um objeto indireto, ou seja, construído pela matéria do éter e que, portanto, não está presente diretamente à nossa sensibilidade, mas existe do mesmo modo indireto, como o éter.

¹⁰⁵ Cf. Mathieu (1958, p.42).

por um incisivo exemplo desta ligação: a experiência que é caracterizada por ele como um conhecimento mediante percepções ligadas entre si, tendo as categorias como condição de possibilidade. Vejamos esta caracterização dada por Kant, literalmente, em *Opus*:

A passagem à física é, pois a predeterminação das relações internas ativas do sujeito coordenando as percepções para a unidade da experiência, nisto a representação empírica desta relação dos objetos dos sentidos não é empírica, mas comporta *a priori* um princípio *a priori* da composição das *forças motrizes* segundo estas relações que são suas, matéria ponderável e imponderável, coercitiva ou não [...] é após este fio condutor que é necessário instaurar sistematicamente os princípios da pesquisa física segundo o conteúdo empírico: eles seguem o sistema das categorias (KANT, OP AA22: 337, tradução nossa, grifo nosso)¹⁰⁶.

Constata-se, nesta passagem, que Kant propõe seguir, em *Opus Postumum*, um sistema das categorias, ou seja, recebemos uma multiplicidade de sensações não estruturadas, e para que estas sejam estruturadas e se transformem em objetos, é necessária uma regra, uma unidade, uma síntese. Desta forma, qualquer unificação da multiplicidade dada na intuição representa uma unidade conforme as categorias, sem as quais não seria possível um conhecimento objetivo. Contudo, esclarecemos que em *Opus Postumum* a *dedução* das propriedades da matéria e do éter opera também em relação às categorias e aos princípios do entendimento, correspondendo respectivamente à ponderabilidade e à imponderabilidade, à quantidade, à coercibilidade e à incoercibilidade, à qualidade, à coesão e à incoesão, à relação, à exaustibilidade e à inexaustibilidade, e à modalidade. No entanto, temos de pensar, ainda diante deste cenário de semelhanças, também nas dissemelhanças. Para tal, observemos o papel preponderante da síntese como princípio da composição que é destacado na passagem citada, e notemos como a questão versa sobre a possibilidade da física (enquanto ciência, por conseguinte não como agregado fragmentado, mas como sistema do conhecimento empírico, conseqüentemente como doutrina *a priori*)¹⁰⁷. Citando Vleeschauer (1976, p. 576), podemos pensar que “o problema repousa sobre a construção ideal de um fator transcendental chamada

¹⁰⁶Der Übergang zur Physik ist also die Vorherbestimmung (praedeterminatio) der inneren Activen Verhältnisse des die Wahrnehmungen als zur Einheit der Erfahrung zusammenstellenden Subjects wobey die empirische Vorstellung dieses Verhältnisses der Sinnenobjecte nicht empirisch ist sondern ein Princip a priori der Zusammensetzung der bewegenden Krafte zu einem System derselben in dem Begriffe einer Physik a priori bey sich führt und zwar ein Princip der Eintheilung a priori der bewegenden Kräfte nach dieser ihren Verhältnissen als ponderabler oder imponderabler, coercibeler oder incoercibeler[...] als nach deren Leitfaden die Principien der Naturforschung nach ihrem empirischen Inhalt systematisch aufzustellen sind.) indem sie dem System der Categorien folgen . (KANT, OP AA22:337).

¹⁰⁷ Cf. Kant (OP AA22:345).

experiência”. O que o comentador propõe, aqui, é pensar que a experiência tem uma conotação diferente daquela proposta pelo tradicional empirismo, caracterizando-a como “uma construção *a priori* efetuada pela razão, construído primeiramente [...]” (Vleeschauer, 1976, p.576) De fato, o comentador tem razão e, de certa forma, as semelhanças são limitatórias, mas tal limitação dá-se pelo tratamento dado à questão na *Crítica*. Kant (OP. AA22:476)ratifica esta posição ao afirmar que a experiência é a ligação ativa das representações empíricas sob um princípio de sua conexão *a priori*, a partir dos conceitos do sujeito. Constata-se, aqui, uma unificação subjetiva pautada pelo sujeito. Defendemos que é esta concepção sobre a essência subjetiva da experiência, presente em *Opus Postumum*, que pode diferenciá-lo, em certa medida, daquele da *Crítica* que lhe confere um caráter minoritário.

Dito isto, pode-se pensar haver em *Opus Postumum* certa divergência quanto à ideia da objetividade, síntese daquela posta por Kant, na *Crítica*, visto que, nesta, ela é a última referência da objetividade das percepções. Já em *Opus Postumum*, ela é definida como uma coordenação de representações empíricas com consciência¹⁰⁸. Contudo, embora as diferenças sejam perceptíveis, quando nos deparamos com a querela subjetiva, presente em 1781, como, por exemplo, a questão da unidade da percepção, é inevitável não aproximá-la da ideia de uma unidade sintética de um sujeito finito, e da presença deste, em *Opus Postumum*. Para elucidar esta possibilidade, citamos Kant:

Para se chegar *a priori* aos conhecimentos empíricos e a seu sistema de experiência, o sujeito deve antes subjetivamente captar de modo fragmentado a relação das *forças motrizes* diante de si mesmo na representação do sentido interno e do conjunto de suas percepções e as ligar numa consciência, isto não se produz pelo tatear entre as sensações, mais sistematicamente, segundo o aspecto formal dos fenômenos diversos da intuição de si mesmo, por este ato e composição (sintética) ele faz de si mesmo objeto, segundo um princípio, como ele aparece a si mesmo e não retira da intuição (empírica) nada mais do que há ali. (KANT, OP AA22:358, tradução nossa, grifo nosso)¹⁰⁹.

¹⁰⁸ Cf. Kant (OP AA22:471).

¹⁰⁹ Um *a priori* zu empirischen Erkenntnissen und zu dem System derselben der Erfahrung zu gelangen muß das Subject vorher subjectiv das Verhältnis der bewegenden Kräfte gegen sich selbst in der Vorstellung des inneren Sinnes und in dem Aggregat der Wahrnehmungen desselben fragmentarisch auffassen und in Einem Bewusstseyn verbinden welches nicht durch Heruntappen unter Wahrnehmungen sondern systematisch dem Formale der Erscheinung des Manigfaltigen der Anschauung seiner Selbst geschehen kann durch welchen Act der Zusammensetzung (synthetische) es sich selbst nach einem Princip wie es sich selbst erscheint zum Object macht, wie es sich selbst afficirt und ihm selbst erscheint und aus der Anschauung (der empirischen) nicht mehr heraushebt als es hineingelegt hat. (KANT, OP AA22:358).

Esta passagem nos chama a atenção também pelo fato de estar presente o desejo de garantir o sistema através de um princípio unificador. Destacamos ainda que Kant (OP) afirma que o pensamento é apenas conceito no sujeito que necessita de uma sistematização tornando o esquematismo objetivo. Esta posição de Kant destaca ainda a pertinência de um sistema e aponta para a necessidade espontânea criativa para a determinação, qualquer que seja a unidade sistemática, evidenciando certa similaridade ao papel da imaginação, posta em 1781. Dito isto, voltamos nossa atenção à ideia de que a ligação ocorre a partir da espontaneidade criada pelo sujeito, assegurada pelo transcendental, mas em estreita relação com o empírico. Definitivamente, Kant, em *Opus Postumum*, parece propor explicar como se dá esta mesma situação, porém na física.

Paschi (2005), acertadamente, declara que o problema fundamental de Kant para a *passagem* é a matéria, ou seja, a necessidade de proteger a origem empírica de todo conhecimento. A solução proposta por Kant seria a de referir-se à construção que o sujeito faz desta; teríamos então, de um lado, a construção do sujeito, contudo, construído tendo como fundamento algo empírico que afeta nosso sentido e que está fora de nós, mas que aparece gradativamente determinado por nós.

Assim, se qualquer aparência da experiência, enquanto tal, deve ser reagrupada sob o princípio *a priori* da filosofia transcendental, reafirmamos que necessitamos para que isso ocorra de um esquema que os ligue ao empírico. Kant (OP) deixa claro que não é pelo fato do sujeito ser afetado empiricamente pelo objeto, mas sim, pelo fato de que ele mesmo se afetar, e diz que é aí que estaria a passagem do princípio metafísico da ciência da natureza à física. Kant indica, claramente, para a espontaneidade do sujeito, com a qual ele afeta a si mesmo, reverberando que esta matéria pura, com a qual o esquematismo trabalha, não é uma simples forma da intuição, como o espaço e o tempo, mas sim, a forma realizada numa matéria. Pensemos ainda que a espontaneidade parece ser pensada, aqui, também como uma ação interna e que torna possível a construção do objeto.

Mathieu (1958) destaca que a demonstração da existência do éter teve o desígnio de realizar a forma do espaço, tornando uma matéria dada (a saber, *a priori*), de modo que o objeto que o intelecto constrói com ele não seja apenas uma determinação formal possível. Esta posição é vista nos *Convolut X* e *XI*, nos quais Kant declara que o fenômeno não é outra coisa, senão este conjunto de relações entre a força do éter – relação que não aparece, senão de modo indireto. É este fenômeno que Kant denomina *fenômeno do fenômeno*. Este conceito indica que o fenômeno indireto pode ver o objeto como objeto para a percepção, ou seja, na esfera do Eu empírico, ou ainda entendê-lo como produto duma *autoafecção* no âmbito do Eu transcendental.

Fernandes (2006, p. 407) destaca o “fenômeno indireto como objeto afectante e o fenômeno direto como produto desta afecção”. Assim, temos então de ter em mente que é através da *autoafecção* que surge o mundo constituído pelos complexos de *forças motrizes*.

A questão é que esta afecção é algo que o próprio sujeito teria sintetizado, trazendo unidade ao objeto, como foi destacado por Kant (OP AA22:323, tradução nossa), nesta passagem: “Não podemos tirar da intuição empírica nada mais que nós mesmos e o mesmo para a física. O sujeito afeta a si mesmo na síntese como fenômeno”¹¹⁰. Assim, o sujeito afeta-se com o objeto que ele próprio construiu, evidenciando a necessidade desta construção. Esta posição não é só esclarecedora, como indica uma clara construção sintética subjetiva, presente em *Opus Postumum*, semelhante àquela da *Crítica* que caracterizaria a passagem do inteligível ao sensível, indicando clara proximidade com a posição sintética subjetiva inexplorada por Kant em 1781, mesmo atrelada ao sujeito empírico, no *Opus*. Diante destas similaridades, entendemos, até aqui, que, em *Opus Postumum*, há indubitavelmente a presença da *dedução* e que esta possui certa proximidade com elementos presentes na *dedução* em 1781, destacando em especial este viés subjetivo que entendemos ser também o elemento que descaracterizaria uma proximidade do *Opus Postumum* com a edição de 1787, considerando a cisão feita por Kant entre as *deduções*, embora tenhamos destacado, nesta pesquisa, uma continuidade em ambas as edições do projeto transcendental kantiano.

Postas estas considerações, concluímos ser indubitável caracterizar a presença de uma *dedução* em desenvolvimento em *Opus Postumum*, defendendo a primeira etapa da tarefa a que nos propomos aqui. Embora já tenhamos apresentado anteriormente alguns elementos que caracterizariam esta *dedução* como mais próxima daquela de 1781, seguiremos destacando incisivamente os elementos que entendemos alicerçar ainda mais tal aproximação e, assim, corroborar esta posição. Primeiramente, mantendo a ordem da argumentação, de onde advém a questão de como tornar objetivamente válido um objeto que se constrói pautado ao meu modo de recebê-lo, ou seja, uma representação própria do sujeito empírico. Kant (KrV) destaca, na *Crítica*, a afecção como efeito dum objeto sobre a capacidade representativa. Em *Opus Postumum*, a *autoafecção* é aquilo que o entendimento (entendido como síntese transcendental da imaginação) exerce sobre o sujeito¹¹¹. Esta posição destaca um elemento importante: Kant, claramente, coloca um objeto fora de si, considerando um objeto como dado – esta posição

¹¹⁰ Wir können aus der empirischen Anschauung nichts heraus heben als das was wir selbst für die Physik hineingelegt haben. Das Subject afficirt sich selbst in der Synthesis als Erscheinung (KANT OP AA22:323)

¹¹¹ Cf. Kant (OP AA21:56 AA22:126).

difere daquela proposta pela refutação ao idealismo, posta na edição de 1787. Tal posição já poderia ser considerada um forte indício de uma proximidade maior do *Opus* com a edição de 1781.

Outro ponto de proximidade que desejamos destacar é também apontado por Fernandes (2006). O comentador ressalta que Kant, ao afirmar a possibilidade de se procurar preencher a lacuna partindo quer dos princípios *a priori* quer do sensível empírico, acaba por destacar a ideia de se partir do sensível para o inteligível. Fernandes (2006) ratifica que Kant não excluiu esta hipótese. Entendemos que, de forma alguma, Kant a desconsidera. Pelo contrário, parece fazer exatamente isto, nesta obra final. Para Fernandes (2006, p. 280), “Kant usou parte da dedução de 1781 sem qualquer hesitação na passagem (*Übergang*) [...]”.

Conforme destaca Fernandes (2006, p. 296), em *Opus Postumum*, “Kant passará das forças motrizes à matéria [...]”, e isto ocorrerá devido a um componente relativo à primeira dedução das categorias que aparece na nova dedução, em *Opus Postumum*. Este elemento dá-se pelo fato de que Kant, na primeira edição da *Crítica*, caracteriza a impossibilidade de a matéria desprender-se da forma para se constituir como objeto autônomo. De fato, mesmo na refutação ao idealismo, ela não dispensa a necessidade de um Eu transcendental. De acordo com Fernandes (2006, p. 296), isto se dá por uma “exigência do criticismo [...], mas na passagem (*Übergang*) o dado concreto é indissociável da forma como é o caso na antecipação [...] matéria e forma não são simples componentes [...]”, mas constituiriam o todo da representação. De fato, para Kant (OP AA21:201-203 apud FERNANDES, 2006, p. 296) a “matéria enquanto redutível as forças motrizes, é claramente definida [...]”. A esta necessidade de conferir uma unidade sistemática ao conjunto de conhecimentos, conotando-o um estatuto de ciência, no *Opus*, Kant assemelha a doutrina transcendental do método, presente na primeira edição da *Crítica*¹¹². É possível pensarmos, aqui, que recolhemos todo o material para a construção do sistema previamente.

De acordo com Fernandes (2006) isto resultaria da impossibilidade do intelecto de determinar *a priori* as regularidades empíricas em sua particularidade. O comentador destaca que Kant “invoca a fisiologia, que se ocupa de objetos dados aos sentidos, fazendo desta uma fisiologia imanente” (FERNANDES, 2006, p. 296). Esta afirmação funda-se sobre a ideia de

¹¹² Em especial na passagem A.382, na qual Kant mostra que “Por arquitetônica entendo a arte dos sistemas. Como a unidade sistemática é o que converte o conhecimento vulgar em ciência, isto é, transforma um simples agregado desses conhecimentos em sistema [...]” (KANT, KrV A.832) Contudo, numa passagem mais adiante, precisamente em A.835, Kant é categórico e afirma que “os sistemas parecem terem sido criados a partir de simples confluências de conceitos reunidos [...] possuindo seu esquema como germen primitivo na razão [...].”(KANT, KrV A.835)

que Kant se pergunta sobre como atingir um conhecimento *a priori*, a partir de objetos dados através dos sentidos (*a posteriori*). Contudo, a própria estrutura argumentativa do *Opus* demarca que esta tarefa e seu desenvolvimento, caracterizado na *passagem* (*Übergang*), é preenchido a partir dos dados dos sentidos, culminando na primazia do empírico, conseqüentemente, do subjetivo, algo que é indubitavelmente cabível se é que assim podemos defini-lo, comparando-o à primeira edição da *Crítica*.

A esta relação com o objeto que nos é dado em nossa representação sensível, a síntese que torna perceptível este objeto, visto em *Opus Postumum*, não nos parece ser unicamente uma atividade sintética primaz do entendimento, como fora na *Crítica*. Vejamos que Kant (KrV A. 85) destaca que “dá o nome de dedução transcendental a explicação pela qual esses conceitos se podem referir a priori a estes objetos a estes distingo da dedução empírica que mostra como se adquire um conceito mediante a experiência [...]”. Acreditamos, porém, que a afirmação mais profícua e que nos parece oposta à investigação no *Opus* é referente à passagem A.87, na qual Kant é categórico ao dizer que “não se pode ter destes conceitos nada além de uma dedução transcendental e nunca uma dedução empírica [...] isto seria um esforço vão [...]” (KANT, KrV A. 85). Mas, se nos atentarmos a seção 14 intitulada *Passagem à Dedução Transcendental Das Categorias*, há um claro apontamento de Kant (KrV) sobre as *faculdades*, sob as quais se assentam a possibilidade de toda experiência que, por sua vez, fundam-se sob *faculdades* que possuem tanto uma aplicabilidade transcendental quanto empírica. Dito isto, salientamos que há certa delimitação nesta argumentação, uma presente restrição quanto derivar as leis empíricas do entendimento, ou seja, uma *dedução empírica*, que busca na experiência, explicações sobre a construção dos conceitos. Mas, alegamos, contudo, que esta posição parece ser diferente em *Opus Postumum*. Kant (OP AA22:341 apud FERNANDES, 2006, p. 296) é explícito ao afirmar que, no que concerne à matéria, isto é, ao sujeito por ela afetado, “é portanto, pelas forças motrizes, externamente afectado, essas forças motrizes são as próprias percepções [...] Desta forma torna-se claro como atingir a priori um sistema de representações empíricas, o que parecia impossível, e antecipar as experiências [...]”. Ora, a *passagem* (*Übergang*) caracteriza-se exatamente pelo desrespeito a esta norma. O que demonstramos, aqui, é que Kant traz elementos da *dedução* de 1781 e os reintroduz em *Opus Postumum*, reavaliando esta investigação subjetiva que foi apontada por ele na *Crítica*, mas não desenvolvida.

Por fim, acentuado a existência de uma *dedução* em construção, em *Opus Postumum*, e sua possível aproximação à edição de 1781 da *Crítica*, corroboramos, enfim, esta existência destacando esta significativa e comprobatória passagem de *Opus Postumum*:

Nós não teríamos, desde logo, consciência alguma de um corpo mole ou duro, quente ou frio, etc. se não dispuséssemos previamente do conceito destas *forças motrizes* da matéria (atração e repulsão ou as suas subordinadas extensão e coesão) podendo segundo o caso dizer que uma ou outra destas pertence a este conceito. Há, pois conceitos dados *a priori* ao conhecimento, mas nem por isso são conceitos empíricos, mas sim em prol da experiência, (coisa subjetiva natural) para ter objetos dados *a priori* segundo um princípio; isto é deve-se a que nós próprios tenhamos feito o objeto da intuição empírica (percepção) e o tenhamos produzidos em nós próprios por composição e em relação com os instrumentos da sensação, podendo assim apresentar um objeto dos sentidos para a experiência segundo os princípios universais da mesma; deste modo produzimos o singular da representação sensível em geral segundo a forma, na intuição sensível para o sujeito.

Se, por exemplo, um cristal de rocha; na classificação dos minerais nesta espécie do gênero das rochas quer dizer um corpo frágil, duro antes fluido, agora transparente e regularmente formado com certa figura e estrutura; um corpo que pensamos ter sido produzido devido a uma matéria de determinado tipo. O entendimento, mediante descrição *descriptio* e não explicação *definitio* – pois ela não teve sua origem em conceitos *a priori* – produz, a partir da matéria empírica *basis*, o conceito de um corpo transparente e regularmente formado por certa figura e estrutura, um corpo cuja produção pensamos como devida a uma matéria de um tipo determinado. E agora o entendimento mediante descrição (*descriptio*), não explicação (*definitio*) – pois aquela não teve a sua origem em conceitos de um corpo transparente unido por atração e fortemente resistente por repulsão, à variação da sua figura; o entendimento coloca sobre o material da intuição empírica o formal da experiência (KANT, OP AA21:181-206 apud FERNANDES, 2006, pp. 305-306).

O que nos chama a atenção, aqui, é que Kant destaca uma espécie de estrutura subjetiva de nossas funções cognitivas, condições formais *a priori* da possibilidade da física como ciência “mostrando de uma maneira *a priori* como as condições subjetivas do conhecer servindo de método de identificação de todas as forças empíricas que a física encontra em seu caminho” (VLEESCHAUWER, 1976, p. 585). Entendemos esta constatação como um forte indício que contribui para nossa afirmação sobre a retomada da investigação subjetiva que fora apontada por Kant, em 1781. Destacamos ainda o fato de que Kant, ao apresentar a ideia da construção do sistema de forças, sua forma subjetiva, sua relação à *força cognitiva* e a síntese como possível, isto é, a capacidade de nossa alma em construir *a priori* um sistema completo das forças empíricas e das propriedades gerais da matéria, nos remeteria a conjecturas próximas a elementos da *dedução* de 1781, mas reverberamos que não se trata necessariamente do mesmo projeto.

Como resultado desta investigação inicial que propôs evidenciar a existência, ou não, de uma *dedução* em *Opus Postumum*, e se seria possível aproximá-la da edição de 1781 da *Crítica*, obtivemos como resultado uma resposta positiva, ou seja, corroboramos que de fato

há elementos que atestam uma nova *dedução* no *Opus Postumum*, e que esta possui proximidade com a primeira edição da *Crítica*. Quanto à posição da resolução do problema, a afirmação feita no início desta apresentação se faz verdadeira, ou seja, a obra é ilativa, pois Kant não a termina, por isso contamos apenas com indícios de uma possível resolução. Esta é uma questão que gera grandes dificuldades na exposição e discussão com o texto, visto que este trata de fragmentos muitas vezes contraditórios. Disto resulta grande ambiguidade interpretativa, questão que incide diretamente na tentativa de aproximação do *Opus* com a primeira, ou mesmo com a segunda *dedução* da *Crítica*. Contudo, quanto a esta proximidade encontramos e destacamos, aqui, fragmentos que a aproximam da primeira edição da *Crítica*. No entanto, não desconsideramos a existência de elementos que poderiam indicar uma aproximação com a segunda edição, ou ainda um distanciamento de ambas as obras. Demonstram-se, aqui, elementos que reverberam a investigação presente no *Opus* concedendo ênfase especial à subjetividade e a questões relacionadas a ela, elementos estes que foram destacados na edição de 1781. Desta forma, entendemos e defendemos que as investigações propostas pelo *Opus* estariam não só mais próximas da edição de 1781 da *Crítica*, como caracterizariam uma reavaliação da parte subjetiva da *dedução transcendental* exposta na primeira edição da *Crítica*.

Destacado o resultado desta apresentação e ressaltada a insuficiência da obra em resolver o problema que ela mesma propõe, passaremos à interpretação de comentadores que se debruçaram sobre o *Opus*, e que caracterizaram, ali, não só uma *dedução*, como ainda tentaram a seu modo preencher a lacuna deixada pela obra. Com esta exposição, pretendemos além de reverberar nossa posição de proximidade entre o *Opus* e a primeira edição da *Crítica*, destacar como há ali uma retomada, ou ainda uma tentativa de retomada da psicologia realizada por Kant. Para demonstrar essa posição, embora destaques a interpretação de outros comentadores, optamos por expor de maneira mais ampla e seguir com maior acuidade a interpretação de Vleeschauwer (1976), visto que entendemos ser a mais viável para a comprovação de posição que propomos defender aqui.

3.3 A “lacuna” deixada por *Opus Postumum*: a nova dedução proposta por Kant e a possibilidade de uma resolução psicológica

Como destacamos no tópico anterior, desde os anos 1790, Kant está atento à possibilidade da construção de uma metafísica da natureza. Porém, temos que observar que entre esta metafísica da natureza corpórea e a física como ciência empírica, há uma lacuna,

considerando que uma destas ciências é pura *a priori*; e a outra, empírica *a posteriori*. Dito isto, pode-se dizer que *Opus Postumum* trata-se de uma tentativa de relacionar estes campos. Esta relação, conforme destacamos, carece imprescindivelmente de um termo médio, um campo neutro, onde o empírico e o puro possam se unir a fim de permitir a passagem de um domínio a outro sem um salto devastador para o espírito – passagem que proporia uma *dedução*, pressupondo como elemento primordial deste campo neutro um princípio subjetivo posto *a priori*. Esta posição norteará nossa exposição, a partir deste ponto.

A tentativa de preencher esta lacuna é interpretada de formas variadas entre os poucos comentadores do *Opus Postumum*. Dentre os comentadores que consultamos aqui, há aqueles que subentendem o texto como uma espécie de continuidade da *Crítica da Razão Pura* e defendem que o *Opus Postumum* seria uma espécie de terceira edição da *Crítica*. Não obstante, esclarecemos de imediato que não compactuamos totalmente com a ideia de se pensar o *Opus* como uma extensão da *Crítica*, mas sim, em acompanhar a ideia de que haveria, de fato, uma relação com a problemática desenvolvida na *Crítica*, mas respeitando suas respectivas abordagens, e caracterizando sim, sob esta perspectiva, o diálogo entre as obras.

Retomando nossa explanação, Vleeschauwer (1976), por exemplo, defende esta posição e entende que Kant parece buscar ainda a resposta à pergunta cabal de sua *Crítica da Razão Pura*, ou seja, como são possíveis juízos sintéticos *a priori*? E ratifica que o interlocutor do *Opus* é definitivamente a *Crítica*, – posição esta dividida com Marty (1986, p. XIV), que semelhantemente defende a ideia de que “não podemos nos confundir sobre o interlocutor de Kant no *Opus Postumum*, este é fatalmente a *Crítica da Razão Pura*”. Embora estejamos em conformidade com a ideia da *Crítica* como a interlocutora do *Opus*, entendemos que estas afirmações não comprovariam que Kant estaria construindo uma terceira edição da *Crítica*, ou mesmo, que tratem de uma extensão desta mesma obra. Não obstante, a esta posição defendida por Vleeschauwer e Marty, temos como contraponto a posição de Duque (1991), que entende o *Opus Postumum* como uma substituição dos *Princípios metafísicos de 1786*, e que em seu lugar, Kant constrói uma:

[...] fisiologia racional com base na dinâmica (*forças motrizes* da matéria) sobre a foronomia e sobre a mecânica constituindo assim um sistema elementar da matéria, que através do argumento ontológico sobre a existência do éter como correlato objetivo do princípio supremo da possibilidade da experiência, deveria chegar a um sistema do mundo [...]. (DUQUE, 1991, p. 9).

Temos ainda Seidengart (2013, p. 171), que afirma que “no *Opus Kant* tentará unificar o conjunto das forças motrizes [...] e concluir a arquitetônica de sua filosofia transcendental [...]”. E, por fim, Mathieu (1958 p. 16) que argumenta em defesa da “[...] solução que consiste no esquematismo transcendental, pois, este é a base de todo fundamento da conexão também no *Opus Postumum* [...]”¹¹³. Dentre estas posições, nota-se suas respectivas variações, porém, destaca-se também um denominador comum entre os comentadores que quase unanimemente afirmam a interlocução do *Opus* com a *Crítica*. Eis a afirmação que mais nos interessa aqui, e que corrobora a *Crítica* como a interlocutora do *Opus*. Diante desta confirmação, por mais que pensemos haver certa limitação em se pensar o *Opus* como mera retomada da pergunta diretriz da *Crítica*, por outro lado, consideramos a existência desta mesma questão posta ali como dispositivo para se pensar a *passagem* (*Übergang*), mas, sobre outra perspectiva que enfatizaria o viés subjetivo da questão. Para confirmar esta posição optamos por acompanhar, em parte, a posição defendida por Vleeschauer (1976). Dizemos em parte, pois nos limitaremos, como já destacamos inicialmente, em acompanhá-lo em sua interpretação tendo como objetivo apresentar uma resolução à *dedução* e os elementos que a caracterizariam no *Opus*, resolução esta que segundo o comentador dar-se-ia através de uma espécie de psicometáfísica da matéria, composta por este viés subjetivo, bem como pela retomada da psicologia, nesta obra final de Kant.

Dito isto, partiremos para a demonstração desta possível resolução que este comentador nos oferece. Constatou-se, anteriormente, que o objeto formal do *Übergang* (passagem) gira em torno de problemas físicos. Vaihinger (1923 pp. 437-439) argumenta que na *Crítica* “a experiência intervém no debate a título diverso, e que a realidade e o valor da experiência seriam indiscutíveis para Kant”. Desta forma, a *Crítica* constituir-se-ia em explicar o condicionamento neste sentido, e a experiência constituiria um meio de *dedução*.

Alegamos que, em *Opus Postumum*, é possível detectar uma situação análoga à que Vaihinger (1923) nos coloca, mas percebamos que o problema repousaria, então, sobre uma construção ideal de um fator transcendental denominado experiência (sensação), onde a experiência e a sensação são consideradas como coisas essencialmente distintas. Se assim a pesarmos, temos de considerar o empírico, contingente, concreto, individual, como parte da sensação, colocando-os juntamente ao transcendental, necessário, ideal e universal da

¹¹³ Temos ainda: Eckart Förster, *Kant's Final Synthesis*, 2002; K. Fischer, *Geschichte der neuern Philosophie*, 1860, p. 83; F. Tocco, *Dell'opera postuma di E. Kant sul passaggio dalla metafisica*, 1898, pp.69-89 e pp. 277-289; G. Lehmann, 1936, prefácio; F. Lienhard, *Die Gottesidee in Kants Opus Postumum*, 1923; E. Adicks, *Kant als Naturforscher*, 1924.

experiência¹¹⁴. Por isso, Vleeschauwer (1976) contra-argumenta Vaihinger (1923), apontando que, no *Opus*, “o sujeito não compreende o que tem feito de si mesmo, este é considerado um momento transcendental onde a experiência através de sua unidade e por sua singularidade” (VLEESCHAUWER 1976, p. 576) Assim, o comentador reconhece que para haver uma unidade temos que pressupor um ato de unificação, o qual seria decididamente, no *Opus*, uma função subjetiva. É nesta função subjetiva destacada por Vleeschauwer que alegamos estar presente a psicologia, e é nesta que se caracteriza o cenário desta nova *dedução*. Explicaremos com maior acuidade, no decorrer do texto, os elementos que comprovariam esta afirmação. Por ora, se assim pensarmos a questão, a posição de Vleeschauwer (1976) sobre a teoria da experiência de *Opus Postumum* aponta para uma teoria não exatamente conciliável à da *Crítica*, muito embora haja similaridades, como se destacou anteriormente. Esta posição contribui para corroborar uma espécie de realocação primordial da subjetividade (*dedução subjetiva*), no *Opus*, algo inexistente na *Crítica*.

É exatamente esta posição que leva Vleeschauwer (1976) a postular a hipótese de que Kant, no *Opus*, elaboraria uma nova *dedução*, a qual relacionaria o esquema categorial ao esquema de forças, e que ofereceria uma nova forma de operar atuando consciente e inconscientemente. Desta forma, os elementos críticos marcariam uma nova etapa na evolução do criticismo. Esta *dedução*, que nos aponta Vleeschauwer (1976), fundamentar-se-ia no quadro *a priori* das forças e das propriedades gerais da matéria, no qual se desdobram a física e a experiência, e desenvolver-se-ia em duas etapas: a primeira teria por objetivo fixar o sistema *a priori* das forças possíveis manifestadas pela experiência; a segunda deduziria as propriedades gerais da matéria.

Seguindo esta linha de raciocínio, defendemos que Kant deduziria o fundamento da unidade da experiência e da matéria através da *dedução do éter*. Desta maneira, Kant acreditaria ter reduzido, sob a forma de um sistema *a priori*, toda a matéria da física como ciência empírica¹¹⁵. Esta posição encontra fundamento nesta passagem do *Opus*, na qual Kant deduz o fundamento da unidade da experiência e da matéria pela *dedução* do éter, afirmando que:

[...] exercendo uma repulsão e reciprocamente, tão frequentemente e tão fortemente uma atração, chamada éter, e como se deve representar, no entanto um começo para todo movimento, um movimento produzido pelo choque

¹¹⁴ Ver: Vleeschauwer (1976, p. 576).

*Não estamos falando, aqui, da experiência em sentido vulgar ou empirista do termo, tal como Hume, entre outros. Para Kant, esta é uma construção *a priori* efetuada pela razão.

¹¹⁵ Cf. Vleeschauwer (1976).

densificando esta matéria e o contrachoque que se prolonga novamente de modo recíproco, deve ter por consequência vibrações contínuas de modo que, se este mesmo éter, mesmo que não tenha nenhuma outra matéria no mundo, ou se elas se decomponham completamente em diversas espécies num único *expansum homogenio*, formaria já por sua própria atração e repulsão internas como uma grossa esfera, ou luz e calor poderiam ser considerados não como duas espécies diferentes de matéria, mas como duas modificações supremas de uma mesma matéria (do éter). (KANT, OP AA21:256, tradução nossa)¹¹⁶.

Contudo, esta *dedução* do esquema das forças só poderia realizar-se pela possibilidade das percepções que não possuem outra realidade, senão a de um sujeito, e que é condicionada necessariamente pela espécie e formas receptivas das funções sintéticas. Contando com este cenário, Vleeschauwer (1976) pautado pela ideia de sujeito (Eu) entende que o alcance da síntese excederia a forma universalizante de um objeto pela unidade sintética da consciência e, assim, a síntese constrói outra forma de conhecimento, a de um objeto empírico, e avança no conhecimento de uma parte notável de sua essência, o conhecer *a priori*. Assim, parte-se do subjetivo, isto é, o subjetivo passaria a ser o elemento primário – eis aqui os preliminares do modelo proposto por Vleeschauwer (1976).

Como resultado disto, o sujeito (Eu) passa a ser dotado de uma importância considerável, no *Opus*. A este respeito, Vleeschauwer (1976, p.592) observa que “no *Opus*, é conferido ao sujeito um poder construtivo muito maior do que na *Crítica*, e será nesta extensão que repousará a possibilidade física como ciência sistemática”. Atentemos a esta afirmação, pois está claro que seria a partir da subjetividade do sujeito que se originaria a possibilidade de sistematização da física. Ou seja, o comentador entende que a possibilidade de sistematização da física só é possível mediante esta capacidade construtiva de unidade realizada pelo sujeito. De fato, *Opus Postumum* retoma, em especial no *Convolut VII*, o problema da objetivação transcendental, reverberando a posição de Vleeschauwer (1976). Quanto a esta atividade do sujeito destacada pelo comentador, percebamos haver dois domínios de atuação. Para aclará-los podemos acrescentar à posição de Vleeschauwer (1976) àquela de Daval (1951), visto que compartilham opiniões similares contribuindo para a demarcação destes domínios de atuação do Eu, no *Opus*. Daval (1951, p. 297), entende que, na *Crítica*, temos o objeto transcendental e o objeto da intuição sensível, em geral, caracterizando de início que “haveria uma objetivação

¹¹⁶ [...] zur Folge haben muß, so daß dieser Aether selbst wenn auch keine Andere Materie in der Welt wäre oder sie gänzlich in die verschiedene Species derselben in ein einziges gleichförmiges *Expansum aufgelöset* wären schon durch ihre eigene innere Anziehung und Abstoßung gleichsam eine Große Kugel ausmachen würde wo Licht und Wärme nicht für zweierlei Species von Materien sondern die zwey obersten Modificationen einer einzigen Materie (des Aethers) angesehen werden dürften. (KANT, OP AA21:256).

que se faz de algum modo vazia, mas que é inevitável na medida em que defini a atividade do pensamento do Eu”.

Desta forma, ao Eu transcendental corresponderia ao objeto transcendental que é seu correlato. Diante disso, Daval (1951, p. 296) funda seu argumento, assinalando que “o objeto transcendental X não é um objeto conhecido, mas uma situação necessária a todo ato do pensamento [...] esta objetivação transcendental não deve ser confundida com o que, por comodidade chamamos de objetivação esquematizante”. A objetivação esquematizante de que nos fala Daval (1951) diz respeito à relação que aqui fazemos entre o objeto e uma intuição determinada, e que chega a um conhecimento verdadeiro. Desta forma, a objetivação esquematizante supõe uma objetivação transcendental. É enfatizado que o contrário disso não seria possível, pois, no *Opus (Convolut VII)*, a objetivação transcendental é tratada diferentemente: ela é unívoca.

Alegamos que a posição de Daval (1951), destacada aqui, coloca-nos diante de um impasse, visto que gera uma questão sobre este sujeito consciente de si e se este seria um retorno sobre si mesmo, uma *Selbstwusstsein*, uma investigação introspectiva. Na verdade, este impasse contribui para ratificar que, pelo menos em *Opus Postumum*, esta consciência de si é essencial a todo ato de pensamento independentemente de qual seja o objeto, posição que parece ser dividida com Vleeschauwer (1976). Mas caberia aqui ainda uma questão a se pensar: há então um Eu-objeto e um Eu-sujeito, em que este último é entendido como agente de conhecimento e o primeiro como objeto conhecido? Quanto a esta questão, podemos dizer, a princípio, que o Eu-sujeito não pode ser conhecido enquanto tal, pois Kant (OP AA.22:78) nos diz, no *Opus*, que “a consciência de si mesmo (*apperceptio*) enquanto afetada é a representação do objeto no fenômeno, mas enquanto é o sujeito que afeta a si mesmo, ele é considerado ao mesmo tempo como objeto em si X.”¹¹⁷.

Isto corrobora que, para entendermos satisfatoriamente a questão da posição do sujeito transcendental e o significado exato da objetivação, não podemos negligenciar a dualidade *noumenon-fenômeno*, na qual o sujeito transcendental se constrói, como é proposto no *Opus*, por um lado, pelo fenômeno, e por outro, pelo *noumenon*, o que significa a comprovação da posição dualística de Daval e Vleeschauwer. Isto é, o sujeito coloca-se ali de duas maneiras diferentes respondendo à questão posta anteriormente. Observemos que o sujeito

¹¹⁷ Das Bewusstsein seiner selbst (*apperceptio*) in so fern es afficirt wird ist die Vorstellung des Gegenstandes in der Erscheinung in so fern es aber das Subject ist was sich selbst afficirt so ist es auch zugleich als das Object an sich = X anzusehen. (KANT, OP AA.22:78).

é colocado, de início, enquanto objeto (*noumenon*) e, em seguida, numa posição de *autoafecção* (fenômeno). Partindo deste pressuposto, Daval (1958) concluirá que haveria, então, dois processos em andamento, em que o primeiro partiria do sujeito puro da apercepção e realizar-se-ia no objeto X, o qual seria a objetivação transcendental através da qual o Eu se coloca como objeto, e o segundo processo partiria do objeto X e realizar-se-ia no sujeito empírico, seria a afecção do Eu empírico pelo objeto X.

Posta esta posição sobre a construção do sujeito, passamos a reverberar este posicionamento atrelando-o à forma, como faz a ciência física. Esta permitiria que conhecêssemos apenas as percepções *a priori*. Isto significa, de fato, que nós as conhecemos como sujeito perceptivo, ou seja, experimentamos a percepção, mas não a conhecemos como tal (*coisa-em-si*). O sujeito apreende, então, empiricamente apenas o objeto que só lhe pode ser dado *a posteriori*, embora esta claramente não fosse a única forma de conhecer, como descreve Daval, nesta passagem:

Mesmo que a física conheça o verde ou o vermelho como uma radiação definida por certa distância de ondas, mesmo que o sujeito perceba as provas como qualidades sensíveis, da mesma forma a física pode conhecer *a priori* as percepções, ou seja, de maneira contrária a forma que o Eu empírico as conhece. Esta diferença de perspectiva separa o Eu empírico do Eu puro, e o físico se coloca evidentemente sob o ponto de vista do Eu puro, situação que se traduz pelo fato de que o primeiro é tomado por um conjunto de percepções, isto é, por percepções que se sucedem sem ligação [...]. (DAVAL, 1951, p. 316).

A respeito deste conjunto de percepções apontado por Daval (1951) nesta passagem, Kant (OP AA.22:333, tradução nossa) nos dirá que “a forma de um sistema e não de um conjunto (de percepções) [...] permite apenas um conhecimento *a priori* da completude (*complexus*) das percepções e a reunião das representações empíricas no sujeito”. E segue afirmando que “esta composição é novamente um fenômeno, ou seja, não é senão um fenômeno do fenômeno, uma representação formal segundo a qual o sujeito afecta-se segundo um princípio e enquanto autoafecção é um objeto” (KANT, OP AA.22:334)¹¹⁸. Defendemos, então, que este conjunto não é uma nova representação empírica do objeto, nem um fenômeno, mas sim, o conhecimento *a priori* do objeto sensível. Ora, o que Kant chama de *fenômeno do*

¹¹⁸ Die Form eines Systems nicht bloß eines Aggregats derselben (der Wahrnehmungen)[...] enthält denn die allein verstatet ein Erkenntnis a priori des Inbegriffs (complexus) der Wahrnehmungen und der Vereinigung dieser empirischen Vorstellungen des Subjects [...] Aber diese Zusammenstellung (coordinatio) ist selbst wiederum nur Erscheinung folglich nichts weiter als Erscheinung von der Erscheinung d.i. Vorstellung des Formalen wie das Subject sich selbst nach einem Princip afficirt und sich als selbstthätig Object ist(KANT; OP AA.22:333-334)

fenômeno é o objeto afectante, e tal afeto é produzido quando as formas do sujeito empírico religam as sensações.

É, então, na necessidade desta religação que percebemos uma nova concepção de *noumenon*, produto da atividade subjetiva e imprescindível, e é nesta atividade subjetiva que caracterizamos a presença da possibilidade de integrar a física ao sistema da filosofia transcendental, como destaca o próprio Kant. Advogamos que o elemento que pautaria esta atividade subjetiva é a, já apresentada, *faculdade imaginativa*, elemento que voltaria a integrar as investigações de Kant, em *Opus Postumum*. Vleeschauwer (1976) assinala, assim, acertadamente, que a conquista do *Eu penso*, da primeira *Crítica*, é retomada e permanece central no *Opus*, e esta primeira consciência do Eu aparecerá como necessária para se entender como ele mesmo sintetiza o material tanto externo quanto interno. Seria, então, esta força sintética que em parte sobreporia e substituiria aquela da *imaginação produtiva*, como o *Übergang* (passagem) da metafísica à física. Sob este cenário, Vleeschauwer (1976, p. 595) pode, então, sustentar que esta “sistematização da física empírica se faz pela razão, de início sob a base de uma unidade formal e de uma unidade material em seguida” A partir desta declaração, entendemos que, para este comentador, a multiplicidade das funções sintéticas dá lugar a uma correspondente multiplicidade de forças elementares, de modo que a unificação sistemática da física seria apenas o início deste enlace.

Com esta definição, defendemos ser possível pensar que o esquematismo já não é somente aquele da imaginação, de algum modo sempre inclinado à categoria do entendimento. Agora, trata-se de um esquematismo que deve dar uma forma a um material submetido a um princípio heurístico, o que corrobora a ideia de que o papel da imaginação também tomará uma nova dimensão, no *Opus*. Mas este é redimensionado enquanto *faculdade imaginativa* e reavaliado em seu papel fundamental de dar aparência à consciência sistematizada da força do Eu, isto é, trazer a representação (unificá-la).

Coletados estes elementos, sustentamos que a ideia de sujeito se forma num todo sistemático e que, se esta totalidade sistemática lhe é própria, este deve prosseguir como uma ideia unitária, tornando-se o objetivo do esquematismo. Por outro lado, o esquema do conceito que constitui a ideia unificadora tem um valor objetivante, enquanto serve para adaptar a ideia transcendental unificante ao modo empírico. E é esta a ideia norteadora, isto é, uma unidade

sistemática que torna necessário um esquematismo, contanto que este seja objetivo¹¹⁹. Contudo, salientamos que para ligar-se com o empírico é necessário o esquematismo dos conceitos, a fim de unificar a composição, e não podemos perder de vista que o problema fundamental de Kant em relação à *passagem* trata-se da matéria.

Isto quer dizer que, para resolver o problema da matéria, Kant faz referência à construção realizada pelo sujeito, considerando que esta parece ser a base empírica da consciência física, visto que esta resulta sempre da construção do sujeito, bem como a *força motriz* que deriva da mesma força, o componente da matéria. É desta forma que se constitui através da construção do sujeito outras construções com base em algo empírico que afeta nosso sentido, algo que está fora de nós, que se forma gradualmente, e que é determinado por nós mesmos, como apontamos anteriormente em relação ao Eu. Kant ratifica esta posição, no *Convolut X 18 S.4*, quando afirma que a espontaneidade do sujeito, com a qual percebe (*Wahrnehmung*) a si mesmo ocorreria através de sua construção *a priori* tornando-se seu próprio objeto. Este é o ponto central, como assinala Kant (OP AA22:323, tradução nossa), ao afirmar que “não podemos tirar da intuição empírica nenhum outro que não seja nós mesmos o mesmo ocorre para a física. O sujeito afeta-se na síntese como fenômeno”¹²⁰. O sujeito, síntese sucessiva, afeta, portanto a si mesmo com objetos que ele próprio construiu. Parafraseando Kant (OP), fenômeno é a modificação subjetiva do afeto que um objeto dos sentidos causa sobre o sujeito. A força do sujeito em modificar qualquer objeto é mesma coisa. Observa-se, aqui, o fato de apenas entrarmos em contato com a realidade empírica através de nossa construção e que o diverso, o campo cognoscitivo, é considerado como a base empírica, como substância material, objeto que já foi construído sobre uma base de afecção precedente.

Sobre esta diversidade, Kant declara que

[...] a forma de um sistema, e não de um simples agregado de percepções, deve partir do fenômeno do objeto que é seu modo de representação simplesmente subjetivo e contém a representação do objeto no fenômeno, o qual consiste unicamente na consciência a priori do complexo da apercepção [...] e da unificação de tal representação empírica no sujeito. (KANT, OP AA22:333, tradução nossa),¹²¹.

¹¹⁹ O esquema interno de um sistema assume um papel objetivante quando liga à ideia unificante, espontaneamente criada do sujeito, garantindo transcendentalmente a relação com o empírico. Notamos, aqui, uma interpretação idealística defendida por Vleeschauwer.

¹²⁰ “Wir können aus der empirischen Anschauung nichts heraus heben als das was wir selbst für die Physik hinein gelegt haben. Das Subject afficirt sich selbst in der Synthesis als Erscheinung.” (KANT, OP AA22:323).

¹²¹ Die Form eines Systems nicht bloß eines Aggregats derselben (der Wahrnehmungen) muß den Anfang mit der Erscheinung der Objecte machen welche eine bloß subjective Vorstellungsart derselben d.i. die Vorstellung der

Defendemos que toda esta atividade do sujeito só é possível de ser apreendida num sistema por uma série de conhecimentos, oferecendo-lhe uma validade objetiva. Por isso, Vleeschauwer (1976), com razão, aponta que, em *Opus Postumum*, é retomada a intuição *a priori* num duplo sentido, o transcendental e aquele de representações construídas, validando a investigação kantiana sobre a construção dos conceitos, em que o espaço e o tempo não são objetos da intuição, mas são eles próprios intuições e designariam apenas atos de representar que o sujeito produz espontaneamente por posição autônoma. No *Opus*, eles seriam regras necessárias que governariam a experiência em sua parte subjetiva e funcional. A gênese do espaço e do tempo enquanto representação é mantida como um produto sintético dependente da imaginação, um produto originado de nossa imaginação por ocasião da afecção do Eu por si (mesmo)¹²².

Sobre esta perspectiva de *autoposição*, compreende-se o modo pelo qual se estrutura o processo cognitivo dos Eu(s), no *Opus*, levantado no início deste tópico. Neste, o *Eu puro* (espontaneidade, atividade etc.) entraria em relação com o *Eu empírico* (receptividade, passividade etc.), em função da constituição do sujeito cognoscente e do universo cognoscível. A forma como estes dois Eu(s) se relacionam é desenvolvida por Kant, no *Opus*, como se pudesse conciliar a pureza e a validade *a priori* do *Eu penso* com o conceito de personalidade enquanto organismo psicofísico – eis a resolução da *dedução* apontada por Vleeschauwer (1796).

Atestando a posição de Vleeschauwer (1976), Kant (OP AA22:119-312) apoia-se na teoria da *autoposição* (*Selbstsetzung*) e na do *fenômeno do fenômeno* que toma o posto da *dedução transcendental* do conceito puro do intelecto, proposto na *Crítica*. De fato, este conceito de *autoposição* apresenta uma grande novidade no *Opus* em relação à *Crítica*, entendida como a consciência de mim mesmo como sujeito (segundo a regra da identidade); a consciência de si entre intuição e conceito; e a posição de si no espaço e no tempo. A existência do múltiplo no espaço e no tempo é apenas condição da forma para agrupar o múltiplo enquanto fenômeno, ou seja, um modo de representação subjetivo de como o sujeito é afectado, e não como ele é em si, colocando o sujeito a si mesmo como *fenômeno no fenômeno*, ou seja, o *Eu*

Gegenstände in der Erscheinung enthält denn die allein verstatet ein Erkenntnis a priori des Inbegriffs (complexus) der Wahrnehmungen und der Vereinigung dieser empirischen Vorstellungen des Subjects. (KANT, OP AA22:333).

¹²² Cf. Vleeschauwer (1976).

penso é para mim mesmo um objeto do intelecto, mas o *Eu penso* é também para mim um objeto do sentido e da intuição empírica.

Consequentemente, aferimos que Kant, no *Opus Postumum*, atrela a *autoposição* à autoafecção, colocando a espontaneidade do sujeito pensante como o fundamento da constituição do objeto. Isto significa que o sujeito não se coloca mais simplesmente como cogito, mas sim como objeto no fenômeno, passando a ser denominado *sujeito psicofísico* (enquanto organismo). Isto ocorre com a divisão feita pelo próprio Kant (OP) entre a espontaneidade e a receptividade do ato subjetivo. A partir disto, a representação da apercepção, que faz de si mesmo um objeto da intuição, contém uma dupla ação: em primeiro lugar, a de *autoposição* (espontaneidade), e, em segundo, a de ser afetado pelo objeto e de recolher numa unidade *a priori* o múltiplo na representação (receptividade). No primeiro caso, o sujeito é a si mesmo um simples objeto no fenômeno, no qual o fenômeno é dado *a priori* como formal. No segundo, é um agregado de material da percepção enquanto é pensado na unidade sintética do múltiplo da intuição *a priori* no espaço e no tempo. A este segundo caso corresponderia a presença do *Eu passivo* ou psicológico receptivo, que não é nada além do que o indivíduo em sua característica *psicofísica* dotado de um mecanismo perceptivo e sensório-motor¹²³.

Verificamos assim, pautados pela interpretação que nos oferece Vleeschauer (1976), uma presença marcante do empírico, caracterizando no *Opus* uma primazia do subjetivo enfatizada pela explanação sobre os Eu(s) (*Eu físico* e *Eu psicológico*), e a proposta de resolução pautada pela união destes (pensemos ainda no campo empírico e puro) demarcada por uma psicofisiologia no *fenômeno do fenômeno* do Eu, considerada como um processo de autoestruturação do homem, fortemente presente nesta obra, formando um ser *psicofísico* dotado de racionalidade e consciente de si.

Demarcada esta leitura, mostramos que ela nos possibilitaria não só destacar a presença da psicologia como elemento desta possível solução ao problema da *dedução* posta no *Opus*, caracterizando sua retomada, ali, sob uma perspectiva teórica como outrora teve na *Crítica*, mas ainda demonstrando que ela não deixou de fazer parte da possibilidade de se estabelecer um sistema completo da totalidade absoluta da experiência. Kant buscava preencher tal lacuna, aclarando que se nos propusermos a interpretá-la à forma que expomos aqui, é

¹²³ O sujeito afeta a si mesmo através de um complexo circuito de autorregulação do sistema nervoso. Sob esta perspectiva, podemos argumentar que Kant estaria apontando apenas para uma fundamentação da física como uma ciência da experiência do mundo externo, e não, para uma tentativa de fundamentação psicológica do sujeito. Mas lembremos das palavras de Kant (OP AA22:60, tradução nossa): “[...] a psicologia pertence ao mesmo domínio da física[...]”/ “[...]Von dem psychologischen Unterschiede (der zur Physik gehört)[...]”, caracterizando mais do que um mero indício a esta fundamentação.

possível caracterizar, em *Opus Postumum*, forte apelo à psicologia e à querela subjetiva presente na *Crítica*. Demonstrada esta possibilidade interpretativa e demarcada a pertinência da subjetividade e mesmo da psicologia, no *Opus*, vindos diretamente da *Crítica*, não podemos deixar de pensar se com tal transposição a influência de Tetens (1777) também seria transposta. A esta questão nos debruçaremos a partir de agora.

3.4 A pertinência da filosofia de Tetens em *Opus Postumum*

Respaldados pelos resultados obtidos até aqui, podemos afirmar decididamente a pertinência de uma *dedução* em desenvolvimento, em *Opus Postumum*, fundamentada na ideia de um “princípio subjetivo que é posto *a priori* como fundamento da pesquisa física [...]”¹²⁴ (KANT, OP AA21:360, tradução nossa). Esta proposição é fundamental para se pensar a *passagem* (*Übergang*) descrita no *Opus*. Destarte, propomos aqui nos servirmos desta proposição posta por Kant a fim de pautar nossa argumentação em prol da influência e, conseqüentemente, da presença de Tetens em *Opus Postumum*.

Conforme revelamos no parágrafo antecedente, Kant, no *Opus*, declara que o elemento neutro que realizaria a *passagem* entre estes diferentes domínios tratar-se-ia de “um princípio subjetivo *a priori*”. Esta afirmação é pertinente, pois Tetens (1777, p. 506, tradução nossa), de maneira semelhante, destaca uma proposição similar ao confessar que “deve ter um fundamento psicológico que anteceda a ação no intelecto e que dependa de um fundamento subjetivo *a priori*. Aqui há uma substituição do objetivo pelo subjetivo [...]”¹²⁵. Fica clara a busca dos autores pelo princípio subjetivo *a priori* como fundamento de suas respectivas investigações. A questão é que Tetens (1777) entende que este fundamento subjetivo *a priori* só seria alcançado a partir da investigação das funções das *faculdades da alma*, pois seriam estas que desempenhariam a atividade preparatória. No entanto, o problema que destacamos aqui é que Tetens (1777) não define muito bem qual é este princípio, permanecendo em dívida quanto a precisar este fundamento subjetivo do qual depende a psicologia, fundamento de seu sistema, demonstrando apenas que é através do trabalho da *força do pensar* que se confere

¹²⁴ Dieser Übergang besteht nun in dem subjectiven a priori zum Grunde liegenden Princip der Naturforschung[...] (KANT OP AA21:360)

¹²⁵ “[...] seinen psychologischen Grund haben muß, der vor der Wirkung vorhergehet, und also im Verstande ein subjektivischer Grund a priori ist, so muß auch jedes solches Objekt außer dem Verstande seinen objektivischen Grund a priori haben, von dem es abhängt. Hier geschieht eine Substitution des Objektivischen, und des Subjectivi sehen [...]” (TETENS, 1777, p. 506).

unidade e inteligibilidade a nossa representação sensível, ou seja, ele nos ofereceria o caminho investigativo, mas não demarcaria pontualmente qual seria este fundamento psicológico que antecederia as ações do intelecto.

Realizado o apontamento da trajetória que seguiremos e, embora tenhamos fundado nossa argumentação nesta similaridade, visto que entendemos ser este um dos elementos mais profícuos de comprovação quanto à presença da influência de Tetens em *Opus Postumum*, compreendemos também que não se pode excluir a existência de outros elementos que, em certa medida, colaborariam para comprovar tal presença nesta obra e que se harmonizariam a esta premissa maior. Desta forma, ao invés de nos determos única e exclusivamente à exposição desta e correremos o risco de negligenciar os demais elementos comprobatórios que também corroborariam a presença de Tetens no *Opus*, optou-se aqui por avaliar também estes outros elementos, mas com o intuito de mostrar como eles se integram a esta premissa maior. Dito isto, retomemos o argumento kantiano, que configura seu projeto em *Opus Postumum*. Kant (OP AA21:361 versa sobre a passagem da metafísica da natureza, porém não designa o objeto do conhecimento que liga as duas disciplinas, mas sim a ligação e sua necessidade para conclusão do sistema, e parece tomar o objeto [também] por seu lado subjetivo. Num primeiro momento, temos aqui a clara indicação de Kant quanto à necessidade em se aceitar esse pressuposto empírico visto que estamos lidando com princípios que se deve buscar empiricamente. Entendemos, assim, já de antemão que, se em 1781 este “cenário subjetivo”, apesar de dotado de importância para Kant (KrV A.XVII), não era o foco de sua investigação, como é afirmado por ele nesta significativa passagem da *Crítica*: “esta discussão, embora de grande importância para o meu fim principal, não lhe pertence essencialmente [...]”. Em *Opus Postumum*, caracterizou-se uma abordagem diferente, ali é possível pensarmos que Kant reavalia a relevância desta discussão, passando a entendê-la como pertinente e caracterizando-a como ponto essencial de sua proposta. Assim, o sistema que Kant pretendia constituir, em *Opus Postumum*, que parte da investigação do *Übergang* (passagem) atribuindo-lhe a forma sistemática da ciência da experiência, conta com uma forte relevância do subjetivo, o que já o coloca em certa proximidade com o modelo de Tetens.

Este sistema kantiano constituir-se-ia como *passagem* considerada como o esquematismo da composição das forças motrizes, enquanto estas constituem um sistema adequado à forma da divisão *a priori* para uma física, em geral (KANT, OP). Assim, elucidase que, para Kant, a *passagem* se trata de uma divisão arquitetônica das *forças motrizes* da matéria que servirá de propedêutica de um sistema da física. Retomemos, aqui, duas afirmações de Kant já destacadas, mas que consideramos fundamentais ao entendimento desta questão.

Primeiramente, Kant nos diz que não é a relação das coisas, mas a ativa relação das forças motrizes que se deve colocar nas bases da passagem, e que para efetuar a passagem é necessário conceitos *a priori* das forças motrizes, que se adéquem às condições formais da possibilidade de um sistema empírico, ou seja, da experiência¹²⁶. Nestas afirmações de Kant, contamos com duas questões pertinentes para se pensar a presença da influência de Tetens no *Opus*. A primeira delas é a importância em se pensar a construção dos conceitos, que indubitavelmente faz parte da composição, a fim de se constituir um sistema – questão que fora descartada por Kant, em 1781, mas que toma fôlego no *Opus*. Esta construção de conceitos era, anteriormente, um tema divergente daquele que propunha Kant. O próprio autor, na *Reflexão 4900*, já citada neste trabalho, salienta que não estaria interessado na forma que se constroem os conceitos, como os estariam investigando Tetens. Contudo, Kant literalmente parece ter mudado de opinião, no *Opus*. Acrescentamos ainda que, quando Kant (OP) afirma que há *forças motrizes originárias* que produzem movimentos nos corpos, ele as caracteriza por sua direção, grau, relação e modalidade. Todas estas forças produzem efeitos distintos, que mereceriam uma análise particular de suas ações. Esta posição aproxima-se muito do método investigativo individual proposto por Tetens (1777) para investigar a construção dos conceitos.

Feito este pequeno adendo, retomemos a questão e a justificação da construção dos conceitos, para Kant. Kant (OP) afirma que o conceito das *forças motrizes* é formado pelas adequações das percepções primitivas com as leis da experiência, indicando certa similaridade com a *dedução* de 1781, ou seja, estaríamos aqui diante de uma *faculdade* do espírito que encerra as condições de possibilidade da experiência. Mas o tratamento desta questão, no *Opus*, parece diferir: aqui, esta lei é a síntese empírica que exige o conceito, o que conota certa pertinência em se pensar a construção deste último e corrobora a sua necessidade. Tetens (1777, p. 340, tradução nossa), à sua forma, também demonstra a importância de se pensar a construção dos conceitos e, com certa similaridade, destaca que “toda ideia e conceito são sem exceção representações sensíveis elaboradas e que esta elaboração é trabalho da força do pensar [...]”¹²⁷, – questão com a qual dialogamos por todo o segundo capítulo desta pesquisa. Assim, se temos em Kant a síntese empírica pressupondo o conceito, em Tetens, contamos com algo similar: temos, ali, uma elaboração (unidade) de representações sensíveis que formam o conceito, –

¹²⁶ Cf. Kant (OP AA21:162, AA22:457).

¹²⁷ Alle Ideen und Begriffe sind also ohne Ausnahme bearbeitete Empfindungsvorstellungen, wie die Vorstellungen bearbeitete Empfindungen sind. Aber diese Bearbeitung ist von der Denkkraft geschehen. (TETENS, 1777, p. 340).

temática que subsiste em *Opus Postumum*, contando com uma abordagem um tanto distinta daquela da *Crítica*, porém, próxima da proposta por Tetens, em *Versuche*.

Observemos que Kant (OP AA22:358) destaca que para se chegar *a priori* a conhecimentos empíricos e a seu sistema (a experiência) o sujeito deve apreender antecipadamente a relação das forças motrizes. A questão, aqui, é que esta apreensão dá-se de modo subjetivo e fragmentado, partindo de um sujeito finito. A esta posição pode-se aproximar aquela defendida por Tetens em *Versuche*, que, de maneira semelhante, partia de um sujeito afectado capaz de construir representações a partir de sensações passadas. O próprio Kant (OP AA22:363, tradução nossa) estabelece que a necessidade da síntese do múltiplo aponta para um princípio *a priori*, mas o filósofo afirma também que “o fenômeno precede *a priori*, logo o subjetivo precede o objetivo [...]”¹²⁸. Notamos, nesta passagem, literalmente a importância dada ao subjetivo como pressuposto à objetividade no modelo kantiano, posto em *Opus Postumum*. Esta subjetividade que pressuporia a objetividade, como destacamos anteriormente, é o cerne do método de Tetens (1777).

Esta objetividade, ou seja, o modo como o subjetivo torna-se objetivo por ser representado *a priori* é caracterizado por Kant (OP) como *fenômeno do fenômeno*. Neste sentido, Kant entende que para se estabelecer o empírico como parte de um sistema, segundo um princípio *a priori*, “[...] os objetos sensíveis devem ser primeiramente pensados como dados no fenômeno de acordo com o subjetivo da forma e de suas representações coordenadas no espaço e no tempo [...]”¹²⁹. Eis aqui a segunda questão levantada pelas passagens destacadas anteriormente a respeito do princípio formal: é o espaço que está na base da composição de possíveis percepções, a matéria é a substância que afeta os sentidos convertendo-se, assim, subjetivamente, em objeto do fenômeno, sua forma esta *a priori*, e a base da composição de representações empíricas contém as forças que movem os sentidos (KANT, OP).

Atentemos para o fato de que Kant ratifica, nesta mesma passagem, que esta associação (na medida em que são representações empíricas) estaria fundada no entendimento, não a partir da experiência, mas por sua possibilidade como nasce das percepções segundo um princípio. Consideremos que o que Kant nos apresenta, aqui, é que não se trata de um sistema empírico, e sim, de um sistema de representações empíricas a fim de unir pela unidade sintética

¹²⁸ “Erscheinung geht a priori voraus also das Subjective vor dem Objectiven Ein hypothetischer Stoff zum füllen [...]” (OP AA22:363).

¹²⁹ “[...] die Sinngegenstände zuerst als in der Erscheinung nach dem Subjectiven der Form ihrer in Raum und Zeit zusammen zu stellenden Vorstellungen phaenomena gedacht [...]” (KANT, OP AA22:364).

a priori as percepções da experiência – síntese que caracterizaria as representações –, mas atentemos à pertinência do espaço neste enlace.

Mas, por que atentarmos à pertinência do espaço, na argumentação de Kant? Rememoremos que Tetens (1777) destaca que para se pensar a diversidade da coisa e, então, pensar novamente esta coisa sem sermos afetados instantaneamente por ela, só é possível considerando a gênese dos conceitos de espaço e tempo. O que Tetens (1777) propõe, aqui, e que entendemos aproximar as ideias dos filósofos é que só podemos exercer a ideia de relação, sem a ideia de uma coisa que se refira à outra, ou seja, a ação de referência é percebida de modo suficientemente claro, mas os objetos em si, não. É esta ideia de relação, que é entendida por Tetens (1777) como espaço e tempo, e só assim tal relação será possível. Notamos, a partir de Tetens, a necessidade em se repensar a posição dos conceitos de espaço e de tempo. Referimos uns aos outros à coisa coexistente em nossa sensação. Assim, referimos tanto a um quanto ao outro, cada objeto que se segue em qualquer espécie de sentimento, e fazemos, assim, uma aproximação. Para Tetens (1777), estas relações consistem em reunirmos numa unidade todas as nossas sensações singulares, o que caracteriza um objeto formado por sensações próprias deste sujeito formador capaz de formar uma unidade, – pretensão que parece atrelar-se a de Kant, em *Opus Postumum*. Temos, em Tetens (1777, p. 359, tradução nossa), a ideia da unidade reunida, da sensação percebida e, assim, transformada numa ideia que, “num caso, é a única ideia de um espaço e, no outro, a única ideia de um tempo”¹³⁰, o que caracteriza, em certa medida, a mesma importância ao espaço, atribuída por Kant no *Opus*, e comprovando uma espécie de reavaliação da posição do espaço e do tempo como coordenação dos objetos à sua unidade. Vejamos com maior acuidade como as ideias se harmonizam. Tetens (1777, p. 360, tradução nossa) considera que a verdadeira matéria da ideia de espaço constitui-se “pela imagem ou representação, a qual enquanto representação percebida constituiria a ideia de espaço e não o ato segundo o qual seriam unidos muitos sentimentos para se formar uma unidade, mas sim seu efeito, o todo unido das sensações [...]”¹³¹. Desta forma, teríamos um ato de unificação das sensações, que Tetens define como uma ideia de tempo infinito e espaço singular, sendo este último também considerado a base para composição das sensações. Contudo, temos em Tetens esferas individuais (espaço e tempo), desta forma espaço e tempo

¹³⁰ “[...] die einzelne Idee von einem Raum, und in dem andern die einzelne Idee von einer Zeit ist.” (TETENS, 1777, p. 359).

¹³¹ “[...] das Bild oder die Vorstellung, die als gewahrgenommene Vorstellung die Idee von dem Raum ausmacht, ist nicht der Aktus, womit die mehreren Gefühle zu Einem ganzen vereinigt werden, sondern vielmehr ihre Wirkung, das vereinigte Ganze der Empfindung, dessen Bestandtheile die ununterschiedene Gefühle sind, das ist, der ganze vereinigte Aktus der Empfindungen. (TETENS, 1777, p. 361).

são possibilidades da universalização e da particularização das coisas. Esta determinação é dependente do sujeito, caracterizando-o como subjetivo-objetivo, visto que a unidade pode ser realizada no espaço, o que o aproximaria, em certa medida, de um sistema de representações empíricas semelhante àquele pensado por Kant, no *Opus*, o que caracteriza outro elemento que destaca a retomada deste autor, nesta obra final de Kant.

Infelizmente, como já foi afirmado antes, Kant nos oferece apenas indicações sobre esta síntese, em *Opus Postumum*, não proporcionando quase nenhum detalhamento preciso ou conclusivo sobre ela, e fornecendo-nos nada além de um esboço. Não obstante, percebemos pelas indicações feitas ali, que Kant parece tentar construir outra forma de conhecimento de um objeto empírico, ou seja, conhecer *a priori* a essência de um objeto empírico, pensar sua construção subjetivamente – tarefa fiel ao método de Tetens (1777).

Dito isto, muito embora Kant não detalhe precisamente e conclusivamente a *síntese* no *Opus*, ele nos oferece, em algumas passagens, indícios de como pretendia fazê-la. Apesar de já termos trabalhado esta questão no início e nos outros tópicos deste capítulo, acreditamos ser importante retomarmos esta questão por mais um momento a fim de avançarmos nesta “nova” forma de conhecimento proposta por Kant, e então, colhermos mais provas que atestem a pertinência da filosofia de Tetens em *Opus Postumum*. Atentemos a uma das provas destes indícios, observada na seguinte passagem, em que Kant (OP AA21:319, tradução nossa) afirma que “[...] as representações sensíveis que constituem a matéria do conhecimento dependem da conformidade com o princípio formal de composição do empírico das forças motrizes”¹³². Esta passagem é pertinente, pois mostra como Kant coloca claramente como pressuposto um princípio formal da experiência, isto quer dizer que o objeto da intuição empírica que produzimos por composição e em relação com os instrumentos da sensação podem exibir um objeto, transformando o múltiplo da representação sensível em singular, conforme a forma. Este sistema é ainda ratificado por Kant, quando declara que

Para se chegar *a priori* a conhecimentos empíricos e a seu sistema: a experiência, o sujeito deve apreender previamente de modo subjetivo e fragmentário, a relação das forças motrizes consigo mesmo, na relação do sentido interno e no conjunto de percepções destes, ligando-as numa

¹³² [...] den Sinnenvorstellungen welche die Materie der ausmachen nichts herausheben als was wir selbst hineingelegt haben nach dem formalen Princip der Zusammensetzung des Empirischen an den bewegenden Kräften. (KANT, OP AA21:219).

consciência, o qual só pode ter lugar no sistematicamente [...] (KANT, OP AA22:358, tradução nossa)¹³³.

Nota-se, nesta passagem, a comprovação deste ato de ligação sintético que o sujeito faz de si mesmo conforme um princípio, um objeto, de modo que nada se obtenha da intuição empírica que não tivesse sido posto ali por ele mesmo. Isto nos coloca novamente diante da pertinência de Tetens, em especial quando este caracteriza as sensações como presentes num sujeito, isto é, para que haja uma proximidade, temos em nós elementos de uma sensação anterior. Estas afirmações corroboram, em certa medida, a questão do sujeito, posta no tópico anterior, bem como reverbera que este sujeito é, tanto em Tetens quanto em Kant, o agente da ligação, sujeito que une as *forças motrizes internas* em favor da experiência possível afetando-se conforme o princípio. Lembremos que, conforme o pensamento de Kant (OP) as *forças motrizes* seriam fenômenos de um corpo em geral. Enquanto transição subjetiva, a física contém *a priori* a unidade do objeto, tratando do fenômeno de um todo de fenômenos. Vimos ainda que este *fenômeno do fenômeno* são aquelas intuições que podem ser dadas *a priori*. Por isso temos a afirmação de Kant de que é através do *fenômeno do fenômeno* que o subjetivo se torna objetivo, mas podemos considerar esta posição também em Tetens, e isto não seria um absurdo, ou seja, pensarmos esta similaridade, visto que em Tetens temos representações que podem vir à tona construídas a partir da imaginação, sem sermos afetados pelo objeto presente, como se o que nos afetasse fosse um fenômeno de um fenômeno.

Assim, se é a matéria quem afeta os sentidos, convertendo-se subjetivamente o objeto em fenômeno, e sua forma é *a priori* como base da composição de representações empíricas, o subjetivo da intuição é dado *a priori* por composição e, desta forma, faz-se evidente dois fatores necessários para a construção do objeto: primeiro, que a representação sensível só possa ser dada mediante um sujeito e que esta seja submetida a um princípio de composição; segundo, que a forma deste princípio de composição de representações empíricas deve ser pensada *a priori* por um conceito. A questão, então, é que para ocorrer tal composição necessitamos do princípio formal, e este se trata do espaço e do tempo, que são a forma da composição. Mas estes, como apontamos anteriormente, são agora formas subjetivas da intuição sensível externa e interna como fenômeno e princípio de possibilidade da unidade

¹³³ Um *a priori* zu empirischen Erkenntnissen und zu dem System derselben der Erfahrung zu gelangen muß das Subject vorher subjectiv das Verhältnis der bewegenden Kräfte gegen sich selbst in der Vorstellung des inneren Sinnes und in dem Aggregat der Wahrnehmungen desselben fragmentarisch auffassen und in Einem Bewusstsein verbinden welches nicht durch Herumtappen unter Wahrnehmungen sondern systematisch [...]. (KANT, OP AA22:358).

sintética da percepção na experiência. Como vimos, posição que se assemelha à proposta de Tetens.

Atestados tais desdobramentos, estes nos conferem a possibilidade de afirmarmos que a construção do objeto, bem como a forma que Kant (OP) nos coloca, diante de duas esferas para se pensar o conhecimento deste, aproxima-se em demasia daquela subjetiva proposta por Tetens, entendida por ele como fundamento da objetividade. Tal demonstração aclara a posição tomada por Kant, a qual defende que para se conhecer um objeto haveria duas formas de representação: a primeira seria o objeto em si e esta diz respeito à posição do sujeito colocando-se primordialmente na intuição; a segunda, o objeto no fenômeno que diz respeito à intuição de si mesmo no fenômeno – intuição através da qual é dado o objeto sensível ao sujeito, que é a representação e a composição do múltiplo, conforme as condições de espaço e tempo. O fenômeno é o subjetivo e o formal da intuição, é o modo como o sujeito se afeta e é afetado pelo objeto. Notemos, aqui, como Kant parece retomar a concepção de objeto transcendental, posta por ele na *Crítica*, em 1781¹³⁴. Contudo, temos que evidenciar que este fenômeno trata-se, no *Opus*, da representação como ato cognitivo.

Quanto a esta representação, esclarecemos que a *faculdade* da representação no *Opus* constitui-se da intuição e do conceito, que se inicia pela consciência de si mesmo. Observemos, contudo, que não se trata de uma multiplicidade de coisas dadas fora do sujeito, mas sim, do modo de representá-las, como mostramos uma síntese empírica, ligação que possui contornos diferentes em relação ao espaço e ao tempo. Disto resulta que a representação não proceda de modo meramente discursivo por conceitos, mas sim, intuitivamente pela construção dos conceitos, reverberando a importância atribuída por Kant à construção dos conceitos em *Opus Postumum*, atentando à formação dos conceitos sob um viés introspectivo e psicológico, corroborando a aproximação quanto à proposta de Tetens, que destacamos no início desta exposição, bem como o fusionar destes elementos ao problema do princípio subjetivo posto *a priori*.

Feitos tais esclarecimentos e destacados alguns dos elementos relevantes para fundamentar a influência e, conseqüentemente, a presença de Tetens em *Opus Postumum*, para dar cabo a nossa argumentação resgataremos, agora, aquele que consideramos desde o início o elemento que acentuaria maior proximidade entre os filósofos e que autenticaria indubitavelmente a influência e a presença da filosofia de Tetens no *Opus Postumum*.

¹³⁴ Ver: Kant (KrV A.110).

Primeiramente, para memorar o âmbito sob o qual se assenta a questão, recobremos a afirmação de Kant referindo-se à espontaneidade como elemento de passagem, elemento este que permite a passagem de um terreno (da metafísica) a outro (da física). Ora, lembremos que Kant coloca como pressuposto deste abismo um elemento neutro, um princípio subjetivo *a priori*. Tal princípio subjetivo, como outrora destacamos, não é arrematado por Kant em *Opus Postumum*. Em Tetens, a questão não seria diferente – eis o ponto que consideramos decididamente aproximar os filósofos e que caracterizaria a influência de Tetens em *Opus Postumum*, isto é, a busca por este princípio subjetivo *a priori* como sustentáculo de ambos os sistemas, e como o percurso realizado visando o subjetivo, os elementos e os desdobramentos conceituais realizados por Tetens em *Versuche* a fim de revelar este princípio irá repercutir na obra final de Kant. A isto atribuímos a pertinência e a retomada do trabalho de Tetens à investigação de Kant em desenvolvimento em *Opus Postumum*, pois, temos de ser pudicos e destacarmos que o tratamento a esta questão, considerando maior relevância ao lado subjetivo, já fora destacado em 1777 por Tetens, em *Versuche*.

Diante deste cenário, entendemos que dada a riqueza do conteúdo de *Opus Postumum*, mesmo que sua incompletude não nos favoreça a uma concepção final sobre a resolução dos problemas ali desenvolvidos, os resultados deste terceiro capítulo endossam-nos a cogitarmos uma hipótese interessante, visto a pertinência de Tetens ali. Não estaria Kant buscando por este elemento subjetivo *a priori* que fora postulado por Tetens no *Versuche*, retomando-o no *Opus* como pressuposto para validar e avançar no campo psicológico, e a partir disto preencher a lacuna de seu sistema final? Sem dúvidas, a resposta a esta questão coroaria sublimemente a importância de Tetens nesta obra.

Contudo, embora esta questão permaneça em aberto, acreditamos ter demonstrado em muitos aspectos a proximidade das ideias desenvolvidas por Kant no *Opus*, não só com aquelas da primeira edição da *Crítica*, mas também ser possível aproximá-las das de Tetens – proximidade destacada pela importância atribuída por Kant ao elemento subjetivo neste texto, mas, principalmente, pela investigação sobre o princípio subjetivo *a priori* como seu sustentáculo, contando com uma nova abordagem sobre a formação do conceito.

Assim, demonstrou-se neste capítulo que é possível, e que temos elementos para atestar a proximidade entre o *Opus Postumum* e elementos que foram apontados na *dedução transcendental da Crítica*, em 1781. Mas ressaltamos, com desdobramentos diferentes, bem como apontamos também com o apoio de Vleeschauwer (1976) ser possível pensar uma saída psicológica para a *dedução* que entendemos haver em *Opus Postumum*, e, por fim, demarcarmos e corroborarmos a influência de Tetens nesta obra final de Kant. Estes resultados

comprovam que a filosofia de Tetens parece ser retomada no *Opus*, mas não é possível confirmarmos se esta oferece a Kant uma solução, visto que não podemos saber os desdobramentos que o *Opus Postumum* tomaria até sua conclusão. O que podemos confirmar é que a influência de Tetens bem como a pertinência do tema psicologia não se resumiram, em Kant, à *dedução subjetiva* de 1781.

Desejamos destacar também que nossa abordagem e tratamento dados à questão neste capítulo, de forma alguma, o esgota. Entendemos que este tema merece uma atenção maior: mesmo que a referida obra seja de difícil acesso, ou mesmo fragmentária, acreditamos e reconhecemos que haveria nela elementos que possibilitariam uma interpretação totalmente diversa da que propomos aqui, dadas as possibilidades interpretativas do texto. Contudo, ratificamos e comprovamos nossa posição, fundamentada em passagens que o próprio texto nos oferece, caracterizando veracidade à leitura que propomos neste capítulo final. Quanto ao tema da investigação aqui proposto, ou seja, de apontar ou não a influência de Tetens neste que é considerado o último texto de Kant, caracterizou-se como positiva, muito embora reverberemos nossa posição de que este tema (pensar o *Opus Postumum* a partir dos resultados da filosofia de Tetens) exige um aprofundamento maior do que este que oferecemos aqui – aprofundamento este que pretendemos explorar num trabalho futuro dando continuidade a esta empreitada.

3.5 Conclusão

O foco deste terceiro capítulo foi o de demonstrar se a influência de Tetens sobre Kant limitou-se à *dedução transcendental das categorias*, na primeira edição da *Crítica*, em 1781, e a partir dos resultados obtidos, reverberar que a influência de Tetens se estendeu além da dedução de 1781, bem como que o tema psicologia não desapareceria da investigação kantiana. Dito isto, partiu-se da seguinte pergunta para iniciarmos nossa pesquisa em *Opus Postumum*: há uma *dedução* posta, ou mesmo em construção, nesta obra? A resposta à esta pergunta demonstrou-se positiva quanto à existência de uma *dedução* no *Opus*. Demonstrados os elementos que caracterizaram a confirmação desta hipótese inicial, notamos que Kant claramente coloca o subjetivo num patamar mais elevado daquele que lhe era atribuído outrora, destacando assim, no *Opus*, um problema já presente em suas investigações anteriores, o antigo problema de como é possível a física, porém, com uma abordagem nova. Realizada esta demonstração ficou claro que se tratava ali de uma nova *dedução*.

A dedução, ou melhor, o que caracterizamos como nova *dedução* constrói o objeto em sua particularidade. Notou-se que esta *dedução transcendental*, no *Opus*, diz respeito às

forças e estaria ligada intimamente a questões epistemológicas da *Crítica*, de onde advém a pergunta: mas de qual edição da *Crítica* podemos aproximá-la, se é que isto é possível? Partindo desta questão, observamos tratar-se, ali, de um conhecimento mediante percepções ligadas entre si, e que estes elementos se aproximavam da edição de 1781. Contudo, reverberamos e destacamos que esta aproximação deve ser pensada com cuidado, visto que, em 1781, Kant não propunha uma investigação subjetiva e, menos ainda, pensar o subjetivo como fundamento do objetivo. Assim, o que caracterizamos e confirmamos aqui como aproximação deve-se à pertinência deste lado subjetivo apresentado na *dedução* de 1781, mas reconhecemos sua menoridade em 1781 no sistema kantiano.

Concluimos, então, ser possível pensarmos uma dedução, no *Opus*, que inclusive considere elementos subjetivos como fundamento e, mesmo com grandes ressalvas, em certa medida, próxima da *dedução subjetiva* de 1781. Tal acuidade com este tema deve-se, em especial, pelo caráter ilativo do *Opus Postumum*, obra digna de grande ambiguidade interpretativa. Esta questão incide diretamente na tentativa de aproximação do *Opus* com a primeira ou segunda dedução da *Crítica*. Mas também como destacamos aqui, trata-se de elementos que poderiam aproximá-las, em especial, a atenção de Kant sobre o lado subjetivo da *dedução*, visto que comprovamos nesta pesquisa que o objetivo de Kant, na *dedução* de 1781 bem como na de 1787, não versa sobre um plano psicológico e, sim, sobre uma teoria dos juízos. Por isso a aproximação que destacamos aqui é sobre a pertinência da subjetividade proposta por Kant, além de caracterizar uma preocupação que Kant inclusive criticou em Tetens: a investigação sobre a construção dos conceitos.

Caracterizada assim a aproximação e confirmado o caráter inacabado da obra, passamos a pensar os possíveis desdobramentos desta *dedução* que ali detectamos. Para realizar esta tarefa, apoiamo-nos, principalmente, na interpretação de Vleeschauwer (1976). Este comentador caracteriza que o que Kant faz é atrelar a autopoisição à autoafeição e, assim, passa a atribuir a espontaneidade do sujeito pensante como o fundamento da constituição do objeto. Esta interpretação indica que o sujeito não se coloca mais simplesmente como cogito, mas sim como objeto no fenômeno, por isso é denominado de sujeito psicofísico. Esta resolução ao tratamento inacabado de Kant destaca como resolução da *dedução* a tentativa de Kant em destacar a existência de duas esferas cognoscíveis ali, isto é, dois Eu(s) (*Eu físico* e *Eu psicológico*), e que a saída seria uni-los, ou seja, uma tentativa de organização psicofisiológica no *fenômeno do fenômeno* do Eu, considerada como um processo de autoestruturação que formaria um ser psicofísico. Acompanhamos esta proposta de Vleeschauwer, pois nos parece sugestiva e sustentável tal interpretação, muito embora reconhecemos que esta leitura se trata

de uma interpretação diante de várias outras cabíveis, quando se pensa em *Opus Postumum*. Afinal, como dissemos, esta obra não foi concluída, e somente Kant poderia nos dar a resolução correta. Contudo, a opção por esta leitura deu-se não só pela pertinência que ela oferece, mas ainda pelo apontamento do tema psicologia, e como esta atesta sua reavaliação no *Opus*, inclusive aproximando-o do *Versuche*, de Tetens, visto que o autor relacionaria elementos corpóreos com nossa essência psíquica.

Destacados aqui os resultados e confirmadas nossas questões sobre a importância do subjetivo e da dedução no *Opus*, e sobre uma interpretação de resolução desta dedução que pode ser entendida como um pressuposto à reavaliação da psicologia, tal conclusão positiva leva-nos a demarcar, em *Opus Postumum*, a influência de Tetens.

Já de início, obtivemos um solo fértil para a confirmação, ao caracterizar o elemento que entendemos ser primordial a esta tarefa. Trata-se do elemento neutro, destacado por Kant, encarregado de realizar a passagem entre estes diferentes domínios – um princípio subjetivo *a priori*. A partir desta declaração, vimos um profícuo terreno para se pensar a influência de Tetens no *Opus*, pois, de maneira semelhante, Tetens destaca a existência de um fundamento psicológico que anteceda a ação no intelecto e que dependa de um fundamento subjetivo *a priori*. Ambos buscavam por este fundamento, este elemento, reverberando a substituição do objetivo pelo subjetivo em ambos os sistemas, uma espécie de fundamento subjetivo primário.

A esta questão relacionamos o caráter inconclusivo de *Opus Postumum*, considerando como elo fundamental o princípio subjetivo *a priori*, destacado por Kant, atrelando os dois filósofos a um problema em comum, caracterizando, ali, a pertinência do trabalho de Tetens. Diante deste cenário, concluímos, a partir dos resultados deste terceiro capítulo, ser possível pensar numa *dedução* em *Opus Postumum*, que tem certa similaridade com elementos da *dedução* de 1781 e poderia ser interpretada com forte teor psicológico. Confirmamos ainda a influência e a incidência da filosofia de Tetens até as últimas consequências do criticismo kantiano. Mas, talvez a contribuição mais notória que pudemos retirar deste capítulo, é sobre a hipótese que surgiu dos resultados desta investigação, muito embora entendemos não ser solúvel pela abordagem realizada aqui, e que careceria de uma investigação mais ampla. A questão sobre a possibilidade em se pensar se Kant não estaria buscando por este elemento subjetivo *a priori*, que fora postulada por Tetens em *Versuche*, retomando-a no *Opus*, como pressuposto para validar ou mesmo avançar no campo psicológico, e a partir disto preencher a lacuna de seu sistema final.

Como destacamos, a resposta a esta pergunta caberia a um futuro estudo sobre o tema, sobre o qual pretendemos nos debruçar a partir destes resultados, e, assim, voltar à

questão proposta por esta pesquisa. Contudo, acreditamos que, apesar da amplitude da questão e da dificuldade em investigá-la (atributo conferido também pela originalidade da proposta desta pesquisa), conseguimos, de certa forma, dar cabo ao ciclo investigativo que se iniciou a partir da investigação da influência de Tetens em 1781 e que acabou por incidir diretamente no último texto de Kant. Assim, reverberamos, aqui, as respostas às questões que propomos responder, primeiramente: a influência de Tetens se limitaria à *dedução subjetiva* em 1781? A resposta que alcançamos, a partir desta tese, é negativa. Ficou demonstrado, aqui, que a influência de Tetens recai e incide sobre o criticismo kantiano até suas últimas consequências. Inclusive demonstrou-se que o reconhecimento e o conhecimento do trabalho de Tetens são imprescindíveis para o entendimento do criticismo kantiano. A segunda questão a ser respondida seria: o tema psicologia foi abandonado por Kant? A resposta também é negativa, pois, comprovou-se, nesta tese, que a psicologia é uma temática que acompanhou Kant até seus últimos escritos.

Dito isto, acreditamos ter contribuído consideravelmente para a interpretação desta parte da *Crítica da Razão Pura* tão discutida e obscura, bem como para a apresentação e a pertinência de um filósofo que fora quase esquecido no meio acadêmico e por muito tempo negligenciado pelos kantianos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese teve por objetivo demonstrar a influência de Johann Nicolau Tetens e, em especial, atestar como os elementos articulados em sua obra *Versuche* incidem sob a *dedução transcendental das categorias*, a forma que esta é apresentada por Kant na primeira edição da *Crítica da Razão Pura*, bem como as respectivas consequências que esta apropriação acarretou. Partindo desta premissa, a tese coloca-se em diálogo com interpretações que defendem, a partir desta influência, a pertinência da psicologia como sustentáculo da *dedução* de 1781. No entanto, apesar desta tese ter atestado e demonstrado a influência e a apropriação realizada por Kant destes elementos, também comprova, por outro lado, a sua fragilidade e constata o entrave decorrente desta mesma apropriação para se fundamentar a legitimidade da psicologia como base da *dedução* de 1781. Este entrave, conforme se constatou aqui, é fruto de uma exposição ambígua feita pelo próprio Kant destes elementos apropriados da filosofia de Tetens, isto é, atestamos aqui que estes elementos, por certo, teriam sido integrados por Kant à *dedução subjetiva* e introjetados, assim, em sua *dedução transcendental* de 1781, fato que a princípio contribuiria para validar uma leitura psicológica da *dedução* de 1781. Porém, esta validez, como aclarou-se nesta tese, decorre da confusão originada pela forma como Kant contrasta estes elementos àqueles da *dedução objetiva*, gerando uma exposição ambígua de tais elementos, tratando-os tanto empiricamente quanto transcendentemente, obscurecendo, assim, o método transcendental e enfatizando o modelo psicológico como primordial equivocadamente.

Feito este esclarecimento preliminar da proposta desta tese, e aclarada a origem duvidosa da interpretação psicologista da *dedução* de 1781, conduzimos nossa investigação defendendo uma leitura contrária àquela defendida pela maioria dos comentadores que se debruçaram sobre este tema, pois, ao analisar suas respectivas interpretações, pôde-se verificar que, em grande parte, estas partiam dos resultados da investigação kantiana, e que pautados por esta leitura é que se analisava sua origem na obra de Tetens, como se Kant o antecedesse, atribuindo, então, a Tetens a pertinência da psicologia em Kant. Aliás, de uma psicologia transcendental em Kant, vista como fundamento de sua *dedução*.

Dada esta questão, esta pesquisa propôs abordar o tema analisando-o de maneira diferente a fim de combatê-lo. Partimos, então, da filosofia de Tetens com o intuito de demonstrar a ineficácia em se fundar a origem de uma suposta psicologia transcendental em Kant na filosofia de Tetens. A partir da apuração da filosofia de Tetens, exposta em seu *Versuche*, foi possível demarcar que, muito embora ambos os autores partissem de um tema em comum, isto é, pensar a relação entre a representação com o objeto, Tetens seguiu um caminho psicológico; já Kant pautou-se por uma teoria dos juízos. Tal afirmação corroborou-se ao demonstrarmos as particularidades de seus respectivos métodos diferenciando-os. Consequentemente, isso nos supriu de argumentos para fundamentarmos mais enfaticamente a inveracidade de uma interpretação psicológica transcendental da *dedução* bem como tal existência na filosofia de Tetens. Facultados estes desfechos quanto à presença de Tetens em 1781 e à ineficácia em assentar em sua filosofia o gérmen de uma psicologia como base da *dedução* de Kant, por consequência, tais resultados incitaram o emergir da seguinte pergunta: estaria a influência de Tetens, e consequentemente, da psicologia fadada à *dedução subjetiva* de 1781? Como resposta a esta questão, atestamos que Kant retoma elementos resultantes da filosofia de Tetens que outrora foram refutados por ele, atestando conclusivamente que estes aparecem com fôlego renovado em sua obra final *Opus Postumum*, caracterizando uma continuidade da influência de Tetens, bem como a presença do tema psicologia, nesta que é considerada a obra final de Kant, respondendo negativamente à pergunta posta.

No que se refere propriamente ao percurso traçado para ratificar a posição defendida pela tese, começamos por demonstrar as origens destes elementos que caracterizariam a presença da psicologia na *dedução* de 1781. Propomos, então, retrazar o caminho e as nuances da psicologia empírica, nos textos iniciais de Kant até a primeira edição da *Crítica da Razão Pura*. A demarcação desta nuance da psicologia conduziu-nos à hipótese de que a posição de Kant quanto à psicologia empírica tomaria um novo sentido após seu contato com a filosofia de Tetens (1777), ou seja, que, em 1781, Kant usaria da psicologia empírica como ferramenta para analisar as *faculdades da alma*, assim como o fez Tetens (1777). O desenvolvimento da demonstração de tal hipótese foi acompanhado por um percurso histórico-teórico iniciado a partir do diálogo com os resultados da pesquisa de Araujo (2012). O comentador defende que, a princípio, a psicologia empírica é vista, em Kant, como mera reprodução daquela exposta por Wolff e Baumgarten, mas que, nos anos de 1770, especialmente na *Dissertação de 1770*, passaria a se ocupar do que ocorreria no sentido interno. Esta posição tem como consequência, na visão do comentador, uma aproximação da psicologia empírica com a antropologia, no entanto, embora tenhamos tomado a sua argumentação como ponto de partida, destacamos e

defendemos nesta tese o fato de que a psicologia empírica tomaria contornos diferentes após o contato de Kant com a obra de Tetens, em meados de 1777/ 78. Esta nova mudança, que caracterizamos ocorrer nesta época, deveu-se à reformulação realizada por Tetens da psicologia empírica de Wolff, fato que atestamos ser acolhido por Kant e que repercutiria na primeira edição da *Crítica da Razão Pura*, vista por ele como possibilidade no desenlace da questão posta na *dedução*, em 1781. Tal acolhimento, como destacamos, também originaria a ambiguidade interpretativa de sua *dedução transcendental*.

Trilhado este ponto de partida, atestou-se que, ao atribuir unicamente um lugar na antropologia para a psicologia empírica, corremos o risco de destitui-la de seu papel e pertinência no caminho e desenvolvimento do plano crítico kantiano, inclusive até seu desdobramento final do criticismo kantiano. Apesar desta afirmação fazer-se verossímil a partir dos resultados recolhidos por esta tese, entendemos que ela não excluiria ou refutaria a posição de Araujo, apenas a complementaria destacando outro caminho dado à psicologia empírica. Caminho inédito que esta tese aclarou e seguiu, atestando a pertinência da proposta de Tetens e sua originalidade. Comprovado, assim, que a psicologia empírica à forma de Wolff só poderia ter espaço realmente na antropologia, destacada esta reformulação feita por Tetens, e dada a sua importância nos desdobramentos do criticismo, tratá-la nos moldes de Tetens tornou-se indispensável para a corroboração desta pesquisa.

Mediante tal observação, passamos, então, a analisar exegeticamente a psicologia posta como fundamento do método de Tetens. E ao analisarmos cuidadosamente o seu método, verificou-se que o filósofo analisa o tema (representação/ objeto), que também será caro a Kant. Ele o faz a partir da investigação das *faculdades da alma*, aquelas que comporiam a *força representativa* e que se relacionam com a *força do pensar*, a qual concede objetividade às representações. Ao examinarmos este método, demonstramos que ele possui como fundamento a psicologia empírica entendida nos moldes de uma doutrina empírica da alma, mas imbuída da investigação das produções da capacidade cognitiva humana, influenciado pela filosofia inglesa, em especial a de Locke, atestando assim sua originalidade, visto que esta doutrina empírica da alma se caracteriza como empírica, mas não da mesma forma que em Wolff, pois a psicologia proposta por Tetens faz uma investigação psicológica mais elaborada das faculdades que formam uma representação, propondo uma decomposição desta *força representativa* em três *faculdades*, dentre as quais destaca-se a *faculdade da imaginação*, que possui tanto a capacidade de reproduzir, quanto a de criar representações, comprovadamente presente como elemento fundamental da *dedução* de 1781.

Através desta exposição exegética da filosofia de Tetens, foi possível corroborar que seu método tratar-se-ia de uma psicologia composta de elementos empíricos e que este não poderia conceder a Kant elementos para fundar uma psicologia transcendental. Resumidamente, recolhemos como resultado desta investigação exegética de Tetens, que ele busca investigar a relação entre representação e objeto, ou seja, busca pela condição de possibilidade do conhecimento a partir de elementos da experiência empírica, o que claramente distancia o seu método do transcendental kantiano. Elucidada tal impossibilidade, bem como a pertinência, originalidade e aparente limitação da influência de Tetens sobre Kant, em 1781, poderíamos, então, como resultado desta tese, atestar conclusivamente que a influência de Tetens, bem como o tema psicologia, limitaram-se à primeira edição da *Crítica*?

Como resposta a esta pergunta, constatou-se que a psicologia, bem como a parte subjetiva presente em 1781 e, conseqüentemente, a influência de Tetens mostraram-se pertinentes ao avançarmos na investigação da *dedução* em *Opus Postumum*. Esta comprovação enfatiza a importância da filosofia de Tetens nos desdobramentos do criticismo kantiano até esta obra final, descaracterizando sua limitação a 1781. Em *Opus Postumum*, foi possível recolher frutos relativamente profícuos para fundamentarmos a presença da influência de Tetens, visto nesta obra final a clara pertinência em se pensar o subjetivo como pressuposto do objetivo, algo sobre o que, conforme atestou-se nesta tese, Kant de maneira muito precária e desimportante dá algum indício na *dedução* de 1781. Ainda no *Opus*, pôde-se corroborar evidências da construção de uma *dedução* que pautar-se-ia por um princípio subjetivo *a priori*, que infelizmente não foi ali solucionado por Kant, aliás, esta ideia nos conduziu a demarcar e reverberar a aproximação daquela que fora proposta por Tetens em 1777, ou seja, a busca de um fundamento subjetivo *a priori*, do qual a psicologia fosse dependente, questão que Tetens também não dá cabo como se demonstrou nesta pesquisa, mas que atesta sua influência no trabalho final de Kant. Esta aproximação foi pensada por esta tese, neste momento final, conjuntamente com uma hipótese que, embora apenas cogitada, mereceria ser analisada com maior acuidade, e pautada pela seguinte pergunta: Kant não estaria buscando por este elemento subjetivo *a priori* que fora postulado por Tetens no *Versuche*, retomando-o no *Opus* como pressuposto para validar, ou mesmo avançar no campo psicológico, e a partir disto preencher a lacuna de seu sistema final?

Embora, tenhamos demonstrado, aqui, elementos de proximidade do *Opus* com a *dedução* de 1781, além de critérios que poderiam sustentar uma interpretação psicológica a sua resolução, não nos foi possível reverberar ou ainda validar a hipótese afirmada na questão anterior, dado o caráter fragmentário e inacabado de *Opus Postumum*. Limitamo-nos a atrelar

os elementos e apenas cogitá-la. Por outro lado, em certa medida, atestou-se, nesta tese, a presença de uma *dedução* em construção em *Opus Postumum* com forte apelo à psicologia, e que esta estaria ainda sob a influência de Tetens.

Assim, esta tese conclui que, embora exista uma introjeção de elementos vindos diretamente da filosofia psicológica de Tetens, na *dedução*, denominada por Kant de subjetiva em 1781, o projeto kantiano fora, desde essa época, o de uma teoria dos juízos sintéticos *a priori*. Atestamos também que a psicologia proposta como fundamento do método de Tetens, denominada como empírica, propunha uma reestruturação daquela proposta por Wolff, fato que chamou a atenção de Kant. No entanto, reverberamos, aqui, que esta não teria elementos que a caracterizassem como transcendental, refutando critérios interpretativos que buscavam fundar a existência de uma psicologia transcendental como base da *dedução* partindo da influência de Tetens. Por fim, atestou-se, nesta tese, que estes mesmos elementos voltariam a fazer parte do contexto kantiano, especificamente no trabalho em que o próprio Kant destaca como sendo aquele que não poderia faltar em seu sistema, ou seja, Tetens e a psicologia são retomados, nesta obra, com um fôlego renovado. Dito isto, embora constatemos a ênfase do método transcendental kantiano, o desfecho desta tese faz emergir certo ceticismo em afirmar com plena convicção que o tema psicologia foi de fato tão minoritário em Kant.

Aclarados os resultados obtidos por esta tese e, apesar de acreditarmos que esta tenha exposto uma contribuição positiva e significativa sob a influência de Tetens e os desdobramentos do tema psicologia na *dedução transcendental das categorias* de Kant, reconhecemos indubitavelmente os seus limites. O primeiro deles é aquele, que, aliás, consideramos um dos mais pertinentes e diz respeito à carência em debatermos com outros pesquisadores a filosofia de Tetens. Infelizmente, pesquisadores de sua filosofia são escassos! Quanto à interpretação de sua filosofia, reconhecemos haver elementos que poderiam pautar uma investigação sobre a psicologia racional e avançar neste plano, comparando-a com a posição de Kant, oferecendo contornos diferentes daqueles que lhe atribuímos aqui. Reconhecemos também que Tetens tem uma rica apresentação sobre o papel de um Eu entendido como substância, questão que poderia servir para se investigar até que ponto Kant não estaria dialogando com ele sob esta perspectiva não só no *Opus*, mas também nos *Paralogismos da razão*. Há, assim, duas questões que consideramos pertinentes. A primeira delas é a de se pensar a filosofia psicológica de Tetens dialogando com os *Paralogismos da razão*, na primeira edição da *Crítica*. Outra questão, e sobre esta pretendemos no debruçar num possível trabalho posterior, seria sobre a presença de Tetens no *Opus Postumum*, pautado pelo

tema, destacado nesta pesquisa, do princípio subjetivo *a priori*, buscado tanto por ele quanto por Kant.

Porém, apesar de destacarmos o que consideramos as limitações desta pesquisa e reconhecermos que estas não se restringem apenas às anteriormente citadas, acreditamos também que a exposição que fizemos da filosofia de Tetens (por sinal, uma das poucas em nossa língua) pode contribuir àqueles que desejem aventurar-se nessa rica filosofia. Acreditamos ainda que os resultados obtidos por esta tese podem contribuir para futuras pesquisas sobre o tema da psicologia em Kant, bem como para a elaboração de um contra-argumento àqueles que defendem uma interpretação psicológica ou psychologizante da *dedução transcendental das categorias* de Kant. Desta forma, julgamos ter cumprido com a tarefa a que se propôs esta tese, na expectativa de que possa contribuir para o conhecimento e o reconhecimento de um autor quase que esquecido pela história da filosofia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBRECHT, M. Kants Kritik der historischen Erkenntnis- ein Bekenntnis zu Wolff? **Studia Leibnitiana**, v. 14, n. 1, p. 1-24, 1982.
- ALLISON, H. E. **Kant's transcendental deduction: an analytical-historical commentary**. New York: Oxford, 2015.
- _____. **On Naturalizing Kant's Transcendental Psychology**. New York: Cambridge University Press, 1992
- _____. **El idealismo trascendental de Kant: una interpretación y defensa**. Traducción Dulce María Granja Castro. Barcelona: Anthropos/ Universidade Autonoma Metropolitana, 1992.
- APITZSCH, A. **Die Psychologischen Voraussetzungen Der Erkenntniskritik Kants Dargestellt Und Auf Ihre Abhängigkeit Von Der Psychologie Chr. Wolfs Und Tetens' ... Psychologie Als Wissenschaft**, United States:Nabu Press, 2013.
- ARAUJO, S. de F. A questão da psicologia empírica no período pré-crítico: explicando uma ruptura no pensamento kantiano. **Kant e-prints**, Campinas, Série 2, v. 6, n. 2, p. 59-70, jul.-dez. 2012.
- _____. O Manifesto dos filósofos alemães contra a psicologia experimental: introdução, tradução e comentários. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 298-311, abr. 2013.
- _____. Psicologia empírica e antropologia no pensamento crítico de Kant: a década de 1780, **Estudos Kantianos**, Marília, v. 3, n. 2, p. 141-162, jul.-dez. 2015.
- ARAUJO, S. F.; AZEVEDO, D. Psicologia empírica e antropologia no pensamento inicial de Kant, **Kant e-prints**, Campinas, Série 2, v. 9, n. 2, p. 27-57, jul.-dez. 2014.
- ARISTÓTELES. **Tópicos: dos argumentos sofísticos**. Seleção de textos de José Américo Motta Pessanha; tradução de Leonel Vallandro e Gerd Bornheim da versão inglesa de W.A. Pickard. São Paulo: Nova Cultural, 1987. (Coleção Os pensadores).
- BARNOUW, J. Psychologie empirique et épistémologie dans les Philosophische Versuche de Tetens. **Archives de Philosophie**, Paris, v. 46, n. 2, p. 271-289, avril-juin 1983.
- BASCH, L'Imagination dans la théorie kantienne de la connaissance. *Revue de Métaphysique e morale* (Presses Universitaires de France), Paris, T. 12, No. 3 (Mai 1904), pp. 425-440
- BASILE, G. P. **Transcendance et finitude: La synthèse transcendantale dans la Critique de la raison pure de Kant**. Paris: L'Harmattan, 2005.

- BAUMGARTEN, A. **Metaphysica**. Halle, repr. 7^a ed 1779. Hildesheim: Olms, 1963.
- BENNETT, J. **Kant's Analytic**. New York: Cambridge, 1966.
- BIÉMA, E. V. **L'espace et le temps chez Leibniz et chez Kant**. Paris: Félix Alcan, 1908.
- BONNET, C. **Essai analytique sur les facultes de l'âme**. Paris: Harmattan, 2006.
- _____. **L'Autre Ecole de Iéna: Critique, métaphysique et psychologie chez Jakob Friedrich Fries**. Paris: Classiques Garnier, 2013.
- BROAD, C. D. **Lettura di Kant**. Traduzione Bruno Morcavallo. Bologna: Il Mulino, 1988.
- BRUNSCHVICG, L. **L'expérience humaine et la causalité physique**. Paris: Presses universitaires de France, 1949.
- _____. **L'idée critique et le système kantien**. **Revue de métaphysique et de morale**, Paris, v. 31, n. 1, p. 133-203, janvier-mars 1924.
- BUCHNER, E. F. **A study of Kant's psychology with reference to the critical philosophy**. 1^o edição, New York: Lancaster, 1897.
- BURCHARDT, K. **Kants Psychologie im Verhältnis zur Transzendentalen Methode**. Berlin: Friedrich Wilhelms, 1911.
- CARL, W. **Die Transzendente Deduktion der Kategorien in der ersten Auflage der Kritik der reinen Vernunft: Ein Kommentar**. Frankfurt am Main: Vittorio Klostermann, 1992.
- CASSIRER, E. **Kant, vida y doctrina**. Tradução Wenceslau Rocés. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1993.
- _____. **El problema del conocimiento**. 3 vol. Tradução Wenceslau Rocés. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1957.
- _____. **Das Erkenntnisproblem in der Philosophie und Wissenschaft der neueren Zeit**, vol. II, Berlin: Bruno Cassirer, 1907.
- CAYGILL, H. **Dicionário Kant**. Tradução Álvaro Cabral e revisão técnica de Valério Rohden. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- CHARLES, A. C. Christian Wolff distinction between Empirical and Rational psychology. In: **Akten des Internationalen Leibniz-Kongresses 3-14**, Weisban, 1975. p. 195-215.
- CHIURAZZI, G. Schématisation et modalité: La doctrine kantienne du schématisation comme thématization de la dimension analógico-expérimentale de la connaissance. **Kant-Studien**, vol. 91, n. 2, p. 146-164, 2000.
- CIAFARDONE, R. **..Johann Nicolas Tetens Saggi Filosofi Sulla Natura Umana e Sul Suo Sviluppo**, Milano, Bompiani, 2008.

- CONCEIÇÃO, J. V. C. da. A antropologia fisiológica e a antropologia pragmática: a ideia de uma natureza humana em Kant. **Synesis**, v. 8, n. 2, p. 118-148, ago-dez. 2016.
- CONINCK, A. de. **L'analytique transcendantale de Kant**. 2 vol. Paris: Béatrice-Nauwelaerts, 1955.
- CRUSIUS, C. A. **Entwurf der nothwendigen Vernunftwahrheiten**. Leipzig: Buchhandlung, 1766.
- CUBEDDU, I. Unità formale e uso empírico dell'immaginazione nella 'Critica della ragion pura'. **Quaderni dell'Istituto di Filosofia di Urbino**, [S.I.]: [s.n.], p. 169-191, 1999.
- DAVAL, R. **La métaphysique de Kant**. Paris: Presses Universitaires de France, 1951.
- DESCARTES, R. **Obras escolhidas**. J. Guinsburg, Roberto Romano e Newton Cunha (Org.). Tradução de J. Guinsburg, Bento Prado Jr., Newton Cunha e Gita K. Guinsburg. Prefácio e notas de Newton Cunha. São Paulo: Perspectiva, 2010.
- DEUTSCHES WÖRTERBUCH von Jacob Grimm und Wilhelm Grimm, Trier Center for Digital Humanities/ Kompetenzzentrum für elektronische Erschließungs- und Publikationsverfahren in den Geisteswissenschaften an der Universität, Trier, 2017.
Disponível em: <<http://dwb.uni-trier.de/de/>>. Acesso em: 01 ago. 2019.
- DIAMOND, S. 'What Marulus meant by "psychologia"'. **Storia e critica della psicologia**, n. 5, p. 407-412, 1984.
- DRIVET, D. La genesi dell'Opus Postumum di Kant: Un dato filologico importante. **Studi Kantiani**, Lucca, v. 15, p. 127-163, 2002.
- DUNAN, C. **Essai sur les formes à priori de la sensibilité**. Paris: Félix Alcan, 1884.
- DU PREL, C. (Org.). **Immanuel Kants Vorlesungen über Psychologie, mit einer Einleitung**: Kants mystische Weltanschauung, Leipzig, 1889, (rep.) Pforzheim, 1964.
- DUQUE, F. **Transición de los principios metafísicos de la ciencia natural a la física (Opus Postumum)**, Madrid: Anthropos, 1991.
- DYCK, C. W. **Kant & Rational Psychology**. Oxford: Oxford University Press, 2014.
- ECOLE, J. De la connaissance qu'avait Kant de la métaphysique wolffienne, ou Kant avait-il lu les ouvrages métaphysiques de Wolff? **Archive für Geschichte der Philosophie**, v. 71, n. 3, p. 261-276, 1991.
- EISLER, R. **Kant-Lexikon**. Tradução Anne-Dominique Balmès et Pierre Osmo. Paris: Gallimard, 1994.
- ERDMANN, B. **Reflexionen Kants zur Kritischen philosophie**. Aus Kants Handschriftlichen Aufzeichnungen. Leipzig: Reisland, 1882.

_____. **Kant's Kritikismus in der Ersten und in der Zweiten Auflage der Kritik der reinen Vernunft: Eine Historische Untersuchung.** Leipzig: Leopoldo Voss, 1878.

ESTÉS, C. P. (Org). **Contos dos Irmãos Grimm.** Tradução de Lia Wyler. São Paulo: Rocco, 2005.

FABBRIZI, C. **Mente e corpo in Kant.** Roma: Aracne, 2008.

FALCKENBERG. R. **History of Modern Philosophy: From Nicolas of Cusa to the Present Time.** Tradução A. C. Armstrong Jr., Wesleyan: Bibliobazaar, 2006.

_____. **Untersuchungen über den menschlichen Willen,** dessen Naturtriebe, Veränderlichkeit, Verhältniß zur Tugend und Glückseligkeit und die Grundregeln, die menschlichen Gemüther zu erkennen und zu regieren. Band 3, Göttingen: Lemgo, 1786.

FERNANDES, A. F. **Da aporia à cisão: uma interpretação do *Opus Postumum* kantiano.** (Série Universitária). Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2006. (Estudos Gerais).

FERRARIS, M. Origini della immaginazione trascendentale. **Annuario filosofico**, n. 10, p. 133-226, 1994.

FERREIRA, A. A. L. A Crítica da Razão Pura e a história da psicologia: de objeto histórico a instrumento de análise. **Estudos kantianos**, Marília, v. 3, n.2, p. 181-194, jul.-dez. 2015.

FISCHER, K. **A Commentary on Kant's Critick of the Pure Reason.** New York: Forgotten Books, 2017.

_____. **Die beiden Kantischen Schulen in Jena: Rede zum Antritt des Prorektorats,** den 1 Februar 1862. Stuttgart: Gotta'scher Verlag, 1862.

FÖRSTER, E. **Kant's Transcendental Deductions: The Three 'Critiques' and the 'Opus Postumum'** (Studies in Kant and German Idealism). New York, Stanford University Press, 1989.

FRIERSON, P. R. **Empirical psychology.** Cambridge: Cambridge University Press, 2014.

_____. Empirical Psychology, common Sense, and Kant's empirical markers for moral responsibility. **Studies in the History and philosophy of Science**, Amsterdam, v. 39, n. 4, p. 473-482, dec. 2008.

GIANNETTO, G. **Intuizione intellettuale e sintesi trascendentale in Kant.** Napoli: La scuola di Pitagora, 2014.

GIL, F.; MARKET, O.; et al. **Recepção da Crítica da Razão Pura: antologia de escritos sobre Kant (1786-1844).** Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1992.

GOUAUX, C. Kant's view on the nature of empirical psychology. **Journal of The History of the Behavioral Sciences**, v. 8, n. 2, p. 237-242, April 1972.

GRAYEFF, F. **Exposição e Interpretação da Filosofia Teórica de Kant**. Tradução de António Fidalgo. Lisboa: Edições 70, 1987.

GUEROULT, M. **Dynamique et métaphysique leibniziennes**, suivi d'une Note sur le principe de la moindre action chez Maupertuis. Paris: Les Belles Lettres, 1934.

GUYER, P. (Ed.). **Cambridge Companion to Kant**.. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

HAMBERGER, A.; MEUSEL, J. G. **Das gelehrte Teutschland oder Lexikon der jetzt lebenden Teutschen Schriftsteller**. Lemgo: Meyer, 1776.

HATFIELD, G. Empirical, Rational, and Transcendental Psychology. In: GUYER, P. (Ed.). **Cambridge Companion to Kant**.. Cambridge: Cambridge University Press, 1992. p. 200-227.

HEIDEGGER, M. Kant und das problem der metaphysik gesamt Ausgabe i. Abteilung: veröffentlichte schriften 1910-1976. Band 3. In: HERRMANN, F.-W. von. **Kant und das problem der methaphysik**. Frankfurt am Main: Vittorio Klostermann, 1929.

_____. **Kant et le problème de la métaphysique**, Paris: Gallimard, Trad: Alphonse de Waelhens et Walter Biemel, 1953.

HEINZE, M. **Vorlesungen Kants über Metaphysik aus drei Semestern**. Berlin: Aischines Verlag, 2015.

HÖFFE, O. **Immanuel Kant**. Tradução Christian V. Hamm; Valério Rohden. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

HOPPE, H. **Synthesis bei Kant**: Das Problem der Verbindung von Vorstellungen und ihrer Gegenstandsbeziehungen in der 'Kritik der reinen Vernunft'. Berlin: De Gruyter, 2015.

HUME, D. **Tratado da natureza humana**. Tradução de Déborah Danowski, Ed. Unesp/ Imprensa Oficial do Estado, São Paulo, 2000.

_____. **Investigações sobre o entendimento humano e sobre os princípios da moral**. Tradução José Oscar Almeida Marques. São Paulo: Editora Unesp, 2003.

JACOBI, F. H. **David Hume über den Glauben, oder Idealismus und Realismus**: Ein Gespräch. Breslau: Gottl. Löwe, 1787.

JACOBSKÖTTER, A. **Die Psychologie Dietrich Tiedemann 1898**, Massachusetts: Let Me Print, 2012.

JAKOB, L. H. **Grundriss Der Erfahrungs-Seelenlehre**. Halle: Nabu Press, 2010.

JOHNSON, G. R.; MAGEE, G. A. (Ed.). **Kant on Swedenborg dreams of a spirit-seer and other writings**. Pennsylvania: Swedenborg Foundation, 2003.

JOSPE, E. (Ed.). **Moses Mendelssohn**: Selections from His Writings. Edited and translated by Eva Jospe. New York: Viking Press, 1975.

KANT, I. **Gesammelte Schriften Hrsg.** Bd. 1-22 Preussische Akademie der Wissenschaften, Bd. 23 Deutsche Akademie der Wissenschaften zu Berlin, ab Bd. 24, Akademie der Wissenschaften zu Göttingen. Berlin 1900ff.

_____. **Antropología en sentido pragmático**. Pról. de Reinhard Brandt. Traducción. de Dulce M.^a Granja, Gustavo Leyva, Peter Storandt, notas, tabla de correspondencias y bibliografía de Dulce M.^a Granja. México: Fondo de Cultura Económica, 2014.

_____. **Metafísica dos costumes**. Tradução de Clélia Aparecida Martins. Petrópolis: Vozes, 2013.

_____. **Antropología**. Traducción de Alejandro García Mayo. Madrid: Mayo Editores, 2012.

_____. **Observações sobre o sentimento do belo e do sublime**: ensaio sobre as doenças mentais. Tradução de Pedro Panarra. Lisboa: Edições 70, 2012.

_____. **Antropología práctica**. Traducción de Roberto Rodríguez Aramayo. Madrid: Tecnos, 2011.

_____. **Ideia de uma Historia Universal de um ponto de vista cosmopolita**. Tradução de Rodrigo Naves e Ricardo Terra. 3^a ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

_____. **Réflexions Méthaphysiques (1780-1789)**. Traduction de Sophie Grapotte. Paris: Vrin, 2011.

_____. **Crítica da Razão Pura**. Tradução de Manuela Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão. 7^a ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2010.

_____. **Rumo à paz perpétua**. Tradução de Heloisa Sarzana Pugliesi. São Paulo: Ícone, 2010.

_____. **Abrégé de philosophie**. Traduction de Arnaud Pelletier. Paris: Vrin, 2009.

_____. **Antropologia de um ponto de vista pragmático**. Tradução de Clélia Aparecida Martins. São Paulo: Iluminuras, 2009.

_____. **Começo conjectural da história humana**. Tradução de Edmilson Menezes. São Paulo: Unesp, 2009.

_____. **A religião nos limites da simples razão**. Tradução de Artur Mourão. Lisboa: Edições 70, 2008.

_____. **Prolegômenos a toda metafísica futura**. Tradução de Artur Mourão Lisboa: Edições 70, 2008.

- _____. **Écrits sur le corps et l'esprit**. Traduction de Grégoire Chamayou. Paris: Flammarion, 2007.
- _____. **Leçons d'éthique**. Traduction de Luc Langlois. Paris: Le Livre de Poche Année, 2007.
- _____. **Metafísica Dohna**. Traducción de Mario Caimi. Madrid: Sígueme, 2007.
- _____. **Investigação sobre a clareza dos princípios da teologia natural e da moral**: anúncio do programa de lições para o semestre de Inverno de 1765-1766. Tradução de Carlos Morujão, Américo Pereira e Mónica Dias. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda: Centro de Estudos de Filosofia da Faculdade de Ciências Humanas, 2006.
- _____. **Manual dos cursos de Lógica Geral**. Tradução de Fausto Castilho. 2ª. ed. Campinas: Editora da Unicamp; Uberlândia: Edufu, 2006.
- _____. **Crítica da Faculdade do Juízo**. Tradução de Valério Rohden e António Marques. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.
- _____. **Dissertação de 1770/ Carta a Marcus Herz**. Tradução, apresentação e notas de Leonel Ribeiro dos Santos e António Marques. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2005.
- _____. **Escritos pré-críticos**. Tradução de Jair Barboza, Joãozinho Beckenkamp, Luciano Codato, Paulo Licht dos Santos e Vinicius de Figueiredo. São Paulo: Editora Unesp, 2005.
- _____. **Fundamentação da metafísica dos costumes**. Tradução de Paulo Quintela. Lisboa: Edições 70, 2005.
- _____. **Realidade e existência**: lições de metafísica. Tradução de Adaurý Fiorotti. São Paulo: Paulus, 2005.
- _____. **O único argumento possível para uma demonstração da existência de Deus**. Tradução de Carlos Morujão (Coord.), Inês Bolinhas, Inês Ribeiro Ferreira e Joana Quaresma Luís. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2004.
- _____. **Reflexiones sobre filosofía moral**. Traducción de José G. Santos Herceg. Salamanca: Ed. Sígueme, 2004.
- _____. **A metafísica dos costumes**. Tradução de Edson Bini. Bauru: Edipro, 2003. (Série Clássicos Edipro).
- _____. **Crítica da Razão Prática**. Tradução de Valério Rohden. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- _____. **Réponse à Eberhard**. Introduit, traduit et annoté par Jocelyn Benoist. Paris: Vrin, 1999.

- _____. **Leçons sur la théorie philosophique de la religion.** Traduction de William Fink. Paris: Le Livre de Poche, 1993.
- _____. **O conflito das faculdades.** Tradução de Artur Morão. Lisboa: Edições70, 1993.
- _____. **Leçons de métaphysique.** Traduction de Monique Castillo. Paris: Lgf, 1992.
- _____. **Opúsculos de filosofía natural.** Introducción, traducción y notas de Atiliano Domínguez. Madrid: Alianza Editorial, 1992.
- _____. **Correspondance** par Immanuel Kant, traduit de l'allemand par Marie-Christine Challiol, Michèle Halimi, Valérie Séroussi, Nicolas Aumônier, Marc B. de Launay et Max Marcuzzi, Paris, Gallimard, Bibliothèque de Philosophie, 1991.
- _____. **Transición de los principios metafísicos de la ciência natural a la física. (Opus Postumum).** Traducción y notas de Félix Duque. Madrid: Anthropos/ Universidad Autónoma de Madrid, 1991.
- _____. **Teoria do céu.** Tradução de Joaquim Fernandes, Portugal, 1º edição, Ésquilo, 2004
- _____. **Opuscles sur l'histoire.** Traduction de Stéphane Piobetta. Paris: Flammarion, 1990.
- _____. **Princípios metafísicos da ciência da natureza.** Tradução de Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 1990.
- _____. **Correspondência Lambert/ Kant.** Introdução, tradução e notas de Manuel J. Carmo Ferreira. Lisboa: Editorial Presença, 1988.
- _____. **Manuscrit de Duisbourg (1774-1775).** Choix de Réflexions des années 1772-1777. Traduction de François-Xavier Chenet. Paris: Librairie Philosophique J. Vrin. 1988.
- _____. **Kritik der reinen Vernunft.** Text der Ausgabe von 1781. Köln: Atlas Verlag, 1987.
- _____. **Opus Postumum.** Traduction de François Marty. Paris: Presses Universitaires de France, 1986.
- _____. **Os Progressos da Metafísica.** Tradução de Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 1985.
- _____. **Textos seletos.** Tradução Raimundo Vier e Floriano de Sousa Fernandes. Petrópolis: Vozes, 1985.
- _____. **Textos pré-críticos.** Tradução de José Andrade e Alberto Reis. Porto: Rés-editora, 1983.
- _____. **Dissertaciones Latinas de Kant.** Traducción de J. D. García Bacca. Caracas: Universidad Central de Venezuela, 1974. (Colección Avance, nº 39).
- _____. **Pensées successives sur la théodicée et la religion.** Traduction et introduction par Paul Festugière. Paris: Vrin, 1972.

_____. **Kritik der reinen Vernunft**. Raymund Schmidt. Leipzig: Reclam, 1924.

_____. **Briefwechsel von Imm. Kant**. FISCHER, H. E. (Ed.). 3 Bänden. München: Georg Müller, 1912.

KITCHER, P. **Kant's transcendental psychology**. New York/ Oxford: Oxford University Press, 1990.

KLEMME, H. F. **Kants Philosophie des Subjekts: Systematische und entwicklungsgeschichtliche Untersuchungen zum Verhältnis von Selbstbewußtsein und Selbsterkenntnis**. Hamburg: Meiner, 1996.

KROUGLOV, A. Tetens und die Deduktion der Kategorien bei Kant. **Kant-Studien**, v. 104, n. 4, p. 466–489, Dec. 2013.

LACHIÈZE-REY, P. **L'idéalisme kantien**. 10^aed. Paris: Vrin, 1950.

LAMBERT, J. H. **Nuovo Organo**. Traduzione e introduzione di Raffaele Ciafardone. Roma: Laterza, 1977. (Classici della Filosofia Moderna).

LAURO, M. M. **A psicologia empírica e sua relação com a filosofia em Johann Nicolas Tetens**. Dissertação (Mestrado Acadêmico). Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós-graduação em Psicologia, 2014.

LEBRUN, G. **Kant e o fim da metafísica**. 2^a ed. Tradução de Carlos Alberto Ribeiro de Moura. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

LEIBNIZ, G. W. **Nouveaux essais sur l'entendement humain**. Paris: Flammarion, 1966. (Collection GF, n. 92).

LEITE, D. A. **A presença da psicologia empírica na antropologia pragmática de Immanuel Kant**. Dissertação (Mestrado Acadêmico). Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós-graduação em Psicologia, 2014.

LINHARES, O. B. As deduções objetiva e subjetiva na primeira edição da “Crítica da Razão Pura”, **Kant e-prints**. Campinas, Série 2, v. 1, n. 2, p. 41-55, jul.-dez. 2006, .

_____. O silêncio de Kant: esboço da analítica transcendental na década de 1770. **Kant-e-prints**. Campinas, Série 2, v. 5, n. 3, número especial, p. 14-35, jul.-dez. 2010.

LOCKE, J. **Ensaio sobre o entendimento humano**. Tradução Pedro Paulo Garrido Pimenta. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

LOPARIC, Z. **A semântica transcendental de Kant**. 3^a ed., Campinas: Unicamp, 2005. (Coleção CLE).

MAIMON, S. **Versuch über die Transzendentalphilosophie**. Berlin: Christian Friedrich, 1790.

- MALHERBE, M. **Qu'est-ce que la causalité?** Hume e Kant. Paris: Vrin, 1994.
- MAMIANI, T. **Della Psicologia Di Kant (1877)**. [S.I.]: Kessinger Publishing Co, 2010.
- MARIO, C. A. G. Baumgarten entre G. W. Leibniz e Chr. Wolff. **Archives de Philosophie**, Paris, v. 42, n. 4, p. 547-574, 1979.
- MATHIEU, V. **La filosofia trascendentale e l'Opus Postumum' di Kant**. Torino: Ed. Filosofia, 1958.
- MEINERS, C. **Kurzer Abriß der Psychologie zum Gebrauche seiner Vorlesungen**. Göttingen/ Gotha: Dieterich, 1773.
- MENDELSSOHN, M. **Phédon, ou Entretiens sur la spiritualité et L'immortalité de l'âme (Éd. 1773)**. Traduit de l'allemand par M. Junker. Paris: Hachette Livre BNF, 2013.
- MEO, O. **La malattia mentale nel pensiero di Kant**. Genova: Tilgher, 1982.
- MEYER, J. B. **Kant's Psychologie dargestellt und erörtert**. Berlin: W. Hertz, 1870.
- MEYER, M. **Science et métaphysique chez Kant**. Paris: Presses Universitaires de France, 1988.
- MICHAELIS, A. **Der ontologische Sinn des Complementum Possibilitatis bei Christian Wolff**. Dissertation zur Erlangung der Doktorwürde der Philologisch-historischen Fakultät der Universität Basel. Berlin: F. W. Kalbfleisch: Gelnhausen ,1937.
- MIRANDA, M. C. T. **O ser da matéria: Estudo em Kant e Tomás de Aquino**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1976.
- MISCHEL, T. Kant and the possibility of a Science of Psychology. **The Monist**, v. 51, n. 4, p. 559-622, 1967.
- MONZEL, A. **Die Lehre vom inneren Sinn bei Kant: Eine auf entwicklungsgeschichtliche und kritische Untersuchungen gegründete Darstellung**. Bonn: Universitäts-Buchdruckerei und Verlag, 1913.
- MORA, J. F. **Dicionário de Filosofia**. Tomo I: A-D. São Paulo: Edições Loyola, 2000.
- MÖRCHEN, H. **Die Einbildungskraft bei Kant**. Tübingen: Max Niemeyer, 1970.
- MUELLER, F. L. **Histoire de la psychologie de l'antiquité à nos jours**. Paris: Payot , 1960.
- MÜNZ, L. Herder und die Experimental-Psychologie, **Archiv für das Blindenwesen und für die Bildungsarbeit an Sehschwachen**, 1934.
- NABERT, J. L'expérience interne chez Kant. **Revue de Métaphysique et de Morale**, v. 31, n. 2, p. 205-268, 1924.
- PACCIONI, J.-P. **Cet esprit de profondeur: Christian Wolff l'ontologie et la métaphysique**. Paris: Vrin, 2006.

PAPPUS, A. **La Collection Mathématique**. 2 v. Traduction de P. V. Eecke. Paris: Albert Blanchard, 1982.

PASCHI, M. **L'immaginazione come forma del trascendentale**. Pisa: Giardini editori, 2005.

PEGORARO, O. **Imaginação e tempo em Heidegger**. Rio de Janeiro: Uapê, 2006.

PENNA, A. G. **História das ideias psicológicas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

PHILONENKO, A. **L'oeuvre de Kant** (Vol. I et II). Paris: J. Vrin, 1996.

PIEROBON, F. **Kant et la fondation architectonique de la métaphysique**. Grenoble: Jérôme Millon, 1990.

_____. **Système et représentation**: la déduction transcendentale des catégories dans Critique de la raison pure. Grenoble: Jérôme Millon, 1993.

CALABRIA, O.P.A, O. C. A distinção kantiana entre aparecimento e fenômeno. **Kant e-prints**, Campinas, Série 2, v. 1, n. 1, p. 119-126, 2006.

_____. **A imaginação de Kant e os dois objetos para nós**: e ainda, a propósito da doutrina do esquematismo e das duas deduções das categorias. (Tese de Doutorado em Filosofia), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

PUECH, M. **Kant et la causalité**. Paris: Vrin, 1990.

RAULET, G. **Aufklärung**: les lumières allemandes. Paris: Flammarion, 1995.

RAUZY, J. B. **La doctrine leibnizienne de la vérité**. Aspects logiques et ontologiques. Paris: Vrin, 2001.

REINHARD, B. Ausgabe von Kants Schriften: IV Vorlesungen Arbeitsstelle Marburg. **Jahrbuch der Akademie der Wissenschaften in Göttingen für das Jahr 1990**. Göttingen: Universitätsverlag Göttingen, p.167-168, 1990.

REINHOLD, K. L. **Briefe über die Kantische Philosophie 1790**. Raymund Schmidt (Ed.). Leipzig: Reclam, 1921.

_____. **Das menschliche Erkenntnißvermögen**, aus dem Gesichtspunkte des durch die Wortsprache vermittelten Zusammenhangs zwischen der Sinnlichkeit und dem Denkvermögen. Kiel: Akademische Buchhandlung, 1816.

RICHIR, M. **Le Corps**: Essai sur l'intériorité. Paris: Hatier, 1995.

RIEHL, A. **Der philosophische Kriticismus und seine Bedeutung für die positive Wissenschaft**. Leipzig: Wilhelm Engelmann, 1876.

- ROBINET, J. B. R. **Vue philosophique de la gradation naturelle des formes de l'etre**, ou Les essais de la nature qui apprend a faire l'homme. Paris: Nabu Press, 2014.
- ROMEO, S. R. **Kant**. Problemas gnoseológicos de la 'Crítica de la razón pura'. Madrid: Gredos, 1969.
- ROSENKRANZ, K. **Psychologie**: Oder Die Wissenschaft Vom Subjektiven Geist. New York: Nabu Press, 2013.
- ROYER-COLLARD, P. P. **Textes philosophiques et psychologiques**. Paris: L'Harmattan, 2013.
- SASSEN, B. (Ed.). **Kant's Early Critics**. The empiricist Critique of the Theoretical Philosophy. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.
- SCHMID, C. C. E. **Empirische Psychologie 1796**. New York: Nabu Press, 2013.
- SCHLEGTENDAL, W. **Johann Nikolas Tetens Erkenntnistheorie**. Halle: Classic Reprint, 1885. .
- SCHUBERT, A. **Die Psychologie von Bonnet und Tetens** mit besonderer Berücksichtigung des methodologischen Verfahrens derselben; historisch-psychologische Studie Zürich: J. J. Meier, 1909.
- SCHULZE, J. Eclaircissements sur **la Critique de la raison pure de Kant**. Traduit de l'allemand par J. Tissot. Paris: Ladrance, 1865.
- SCHWAB, J. C. **Ueber Die Wahrheit Der Kantischen Philosophie Und Über Die Wahrheitsliebe Der Allgemeinen Litteraturzeitung Zu Jena in Ansehung Dieser Philosophie**. Berlin: Nabu Press, 2010.
- SMITH, K. **A commentary to Kant's Critique of pure reason**, London, Macmillan and Co.1923.
- SEIDENGART, J. A evolução das idéias cosmológicas de Kant em seus últimos escritos, **Educação e Filosofia**. Uberlândia, v. 27, n. especial, p. 167-190, 2013
- SODRÉ, F. A. Ensaio sobre a possibilidade de uma psicologia transcendental. **Estudos Kantianos**, Marília, v. 3, n. 2, p. 195-210, jul.-dez. 2015.
- SOMMER, R. **Grundzüge Einer Geschichte Der Deutschen Psychologie Und Aesthetik Von Wolff-Baumgarten Bis Kant-Schiller**: Nach Einer Von Der Königlich Preussischen... Schrift Des Verfassers. New York: Nabu Press, 2014.
- SOURY, J. A. **Études de Psychologie**: portraits du XVIII siècle. Paris: Kessinger Publishing, 2010.
- STATTLER, B. **Anti-Kant**. 2 Bänden. München: Hansebooks, 2017.

STEPANENKO, P. Ceticismo e a reconstrução de P. F. Strawson da dedução kantiana das categorias. In: CONTE, J.; GELAIN, I. L. (Org.). **Strawson & Kant: Ensaio comemorativo aos 50 anos de 'The Bounds of Sense'**. Pelotas: NEPFIL online, 2016. 206 p. (Série Dissertatio-Filosofia; 11). p. 44-55.

STRAWSON, P. F. **Los límites del sentido**. Traducción de Carlos Thiebaut Luis-André. Madri: Revista de Occidente, 1975.

_____. **The bounds of sense: an essay on Kant's 'Critique of pure reason'**. London, Routledge, 1975 .

STURM, T. Kant on empirical psychology: how not to investigate the human mind. In: WATKINS, E. (Ed.). **Kant and the Sciences**. Oxford: Oxford University Press, 2001. p. 163-184.

TETENS, J. N. **Philosophische Versuche über die menschliche Natur und ihre Entwicklung**. 2 Bänden. Leipzig: Weidmanns Erben, 1777.

_____. **Über den Ursprung der Sprache und der Schrift**. Leipzig: Weidmanns Erben, 1772.

_____. **Über die allgemeine speculativische Philosophie**. Leipzig: Friedrich Frommann Verlag Gunther, 1913

_____. **Über die allgemeine spekulativische Philosophie**, in Neudrucke seltener philosophischer Werke, vol. IV, Berlin, 1913.

_____. **Gedanken über einige Ursachen, warum in der Metaphysik nur wenige ausgemachte Wahrheiten sind**. Bützow: [s.n.], 1760.

THEIS, R. Le Silence de Kant. Etude sur l'évolution de la pensée kantienne entre 1770 et 1781. **Revue de Métaphysique et de Morale**, v. 87, n. 2, p. 209-239, 1982.

THEODORE, M. Kant and the Possibility of a Science of Psychology. **The Monist**, v. 51, n. 4, p. 599-622, Oct. 1967.

TORRES, J. C. B. Determinação categorial e síntese da apreensão. **Studia Kantiana**, Porto Alegre, v. 6, n. 6/7, p. 62-82, 2008.

VAIHINGER, H. **Kommentar zu Kants Kritik der reinen Vernunft**. Stuttgart: Hanserebooks, 1852.

VERNEAUX, R. **Le vocabulaire de Kant**. 2 vol. Paris: Aubier, 1973.

VIDAL, F. **Les sciences de l'âme XVIIe-XVIIIe siècle**. Paris: Honoré Champion, 2006.

VITTADELLO, A. M. Expérience et raison dans la psychologie de Christian Wolff. **Revue Philosophique de Louvain**, v. 71, n. 11, p. 488-511, août 1973. (Quatrième Série).

VLEESCHAUWER, H. J. de. **La déduction transcendentale dans l'oeuvre de Kant**. 3 vol. Paris: Champion, 1976.

WATKINS, E. **Kant's Critique of Pure Reason: Background Source Materials**. Cambridge/ New York: Cambridge University Press, 2009.

WHITE, F. C. **Kant's First Critique and the Transcendental Deduction**. New York: Avebury, 1996.

WOLFGANG, C. **Die Transzendente Deduktion der Kategorien in der ersten Auflage der Kritik der reinen Vernunft: Ein Kommentar**. Frankfurt am Main: Vittorio Klostermann, 1992.

WOLFF, C. **Philosophia Practica Universalis: Methodo Scientifica Pertractata**. Praxin Complectens, Qua Omnis Praxeos Moralis Principia Inconcussa Ex Ipsa Animae Humanae Natura *a priori* Demonstrantur. Nova York: Nabu Press, 1738.

_____. **Philosophia Prima Sive Ontologia, Methodo Scientifica Pertractata, Qua Omnis Cognitionis Humanae Principia Continentur**. Nova York: Kessinger, 1730.

_____. **Psychologia Empirica: Methodo Scientifica Pertractata** qua ea, quae de anima humana indubia experientiae fide constant, continentur et ad solidam universae philosophiae practicae ac theologiae naturalis tractationem via sternitur. Nova York: Kessinger, 1732.

_____. **Philosophia rationalis, sive logica**. Frankfurt: Rengeriana, 1728.

_____. **Psychologia rationalis** . Frankfurd: Rengeriana, 1734.

_____. **Discours préliminaire sur le philosophie em général**. Traduction sous la direction de Th. Arnaud, W. Feuerhahn, J. F. Goubet et J. M. Rohrbasser. Paris: Vrin, 2006.

WUNSCH, M. **Einbildungskraft und Erfahrung bei Kant**. Berlin: De Gruyter, 2012.

ZAPPALORTO, M. **Johann Nicolaus Tetens: il Locke tedesco?** Catanzaro: Rubbettino, 2011.